

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**A ARTE DA GUERRA NO SÉCULO XII: AS CAMPANHAS
ITALIANAS DE FREDERICO I *BARBAROSSA* (1154-1162)**

Vinicius Cesar Dreger de Araujo

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social, do Departamento
de História da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Mestre em História.**

Orientador: Prof. Dr. Nachman Falbel.

**São Paulo
2004**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**A ARTE DA GUERRA NO SÉCULO XII: AS CAMPANHAS
ITALIANAS DE FREDERICO I *BARBAROSSA* (1154-1162)**

Vinicius Cesar Dreger de Araujo

**São Paulo
2004**

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à memória de Augusto Guido de Araujo, meu avô paterno, cavalariano da Força Pública do Estado de São Paulo, cuja memória de uma infância regada pelas versões em cordel dos romances cavaleirescos foi meu primeiro contato com o universo medieval.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, minha noiva, meus amigos e todos aqueles que contribuíram com apoio e paciência à consecução deste trabalho.

Agradeço em especial ao Prof. Nachman Falbel pela presença e estímulo constantes.

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar a Arte da Guerra no século XII através das duas primeiras campanhas italianas de Frederico I *Barbarossa* contra as comunas lombardas (1154-5 e 1158-62).

Analisaremos como a guerra era parte fundamental do desenvolvimento da civilização no século XII, afetando e integrando áreas diversas do conhecimento e experiência como a Política, a Sociedade, a Cultura, a Economia e a Tecnologia, para alcançarmos a compreensão do fenômeno bélico dentro do conceito medieval de Arte: *Ars*, ou seja, a técnica do fazer.

O objetivo das duas primeiras campanhas italianas de Frederico I foi a obtenção do controle sobre as *regalia*, direitos político-econômicos tradicionais dos imperadores germânicos, no Reino da Itália e contra tal investida opuseram-se as comunas lombardas, lideradas por Milão. Este confronto está inserido numa perspectiva maior de enfrentamento entre o Império e o Papado, iniciado na Contenda das Investiduras no século XI.

Assim, a guerra do Império contra o Papado e as Comunas acabou por desenvolver-se em dois planos simultâneos de combate: intelectual (Propaganda e Diplomacia) e operacional (Cercos e Batalhas), além da preparação sócio-econômica para a ação.

Deste modo poderemos demonstrar a complexidade do fenômeno bélico no século XII: a guerra podia envolver harmoniosamente conteúdos intelectuais e propriamente militares, além de ser um eixo para a concentração dos esforços daquela sociedade.

Palavras-chave: Guerra, Política, Cultura, Sociedade, Economia.

ABSTRACT

This dissertation pretends to analyze the Art of War in the 12th Century through the first and second italian campaigns of the emperor Frederick I, Barbarossa against the lombard communes (1154-5 and 1158-62).

We'll study how the warfare was a fundamental part in the development of the civilisation in the 12th Century, affecting and integrating various areas of the human experience and knowledge, like Politcs, Society, Culture, Economy and Technology to achieve the understanding of the military phenomena inside of the mediaeval concept of Art: *Ars*, the technique of making.

The aim in the two first italian campaigns conducted by Frederick I was the control over the *regalia*, traditional political and economical rights of the german emperors, in the Kingdom of Italy. Against that offensive stand the lombard communes, comanded by Milan. This conflict was inserted in a broader one: the struggle between Papacy and Empire, started by the Investiture Contest in the 11th century.

So, the war between the Empire against Papacy and Communes developed in two simultaneous levels: intellectual (Propaganda and Diplomacy) and operational (Sieges and Battles), besides the social and economical preparations before action.

By this way we'll could demonstrate the complexity of the military phenomena in the 12th century: warfare can mix intellectual contents with military ones and be the axis to the concentration of efforts in that society.

Key Words: War, Politics, Culture, Society, Economy.

SUMÁRIO

Dedicatória	03
Agradecimentos	04
Resumo/ Palavras-Chave	05
Abstract/ Key Words	06
Sumário	07
Índice	08
Índice Iconográfico	10
Introdução	11
Parte I: O Tabuleiro	20
Capítulo 1: O Império 1056-1156	21
Parte II: As Peças	47
Capítulo. 2: A composição social da hoste imperial	48
Parte III: Os Movimentos	64
Capítulo 3: A Arte da Guerra: Plano Intelectual	65
Capítulo 4: A Arte da Guerra: Comando – O Generalato no s. XII	100
Capítulo 5: A Arte da Guerra: Logística	125
Capítulo 6: A Arte da Guerra - Plano Operacional	151
Conclusões	186
Referências Bibliográficas	194

ÍNDICE

Introdução	11
Parte I: O Tabuleiro	20
Capítulo 1: O Império 1056-1156	21
1.1: A Contenda das Investiduras	21
1.1.1: Henrique IV e Henrique V	23
1.1.2: Lotário III e Conrado III	36
1.1.3: Frederico I (1142-1156)	42
Parte II: As Peças.	47
Capítulo 2: A composição social da hoste imperial	48
2.1 A estrutura social germânica e o papel dos <i>Ministerialis</i>	48
2.2 Mercenários	51
2.3 Recrutamento de tropas: Império e Comunas	54
2.4 Treinamento	56
2.4.1 A prática da Esgrima	58
2.4.2 Equitação e lança	61
2.3.3 Infantes e Arqueria	62
Parte III: Os Movimentos	64
Capítulo 3: A Arte da Guerra: Plano Intelectual	65
3.1 O que é a Guerra?	65
3.2 A Teoria da Guerra: A Doutrina da Guerra Justa	69
3.2.1 Causa justa	72
3.2.2 Intenção justa	75
3.2.3 Autoridade legítima	76
3.3 A Prática da Guerra Intelectual	80
3.3.1 Diplomacia	80
3.3.2 Propaganda	92

Capítulo 4: A Arte da Guerra: Comando - O generalato no século XII	100
4.1 A liderança heróica	100
4.2 O “Estado-Maior” Medieval: Comando e Controle	106
4.3 Organização Tática	110
4.4 Moral e Motivação	120
4.5 Inteligência e Espionagem	122
Capítulo 5: A Arte da Guerra: Logística	125
5.1 A Arte de Alimentar e Transportar	125
5.2 Alimentação	128
5.3 Transporte	133
5.4 Serviços auxiliares	136
5.4.1 Atendimento Médico	136
5.4.2 Engenheiros	142
5.4.3 Acompanhantes Femininas	144
5.5 Taxação e Pagamento	147
Capítulo 6: A Arte da Guerra - Plano Operacional	151
6.1 As Operações Militares	151
6.1.1 A Campanha de 1154/55 – Panorama Geral	154
6.1.2 A Campanha de 1158/62 – Panorama Geral	157
6.2 Operações de Cerco	161
6.2.1 Tortona: 14/02 a 18/04 de 1155	163
6.2.2 Milão (1): 07/08 a 07/09 de 1158	165
6.2.3 Crema: 02/07 de 1159 a 27/01 de 1160	166
6.2.4 Milão (2): 29/05 de 1161 a 04/03 de 1162.	176
6.3 Escaramuças e Batalhas	178
6.3.1 Fronteira de Lodi: 1160	178
6.3.2 Batalha de Carcano 09/08 de 1160	180
Conclusões	185
Referências Bibliográficas	193

ÍNDICE ICONOGRÁFICO

1. Mapa do Império	30
2. Passes de Esgrima	58
3. Equipamento de Cavaleiro c. 1140	60
4. Cavalaria em Hastings	61
5. Guerra Justa: Saul vence os Amonitas	72
6. Frederico I como Cruzado (1190)	103
7. Conrois em Doriléia	112
8. São Maurício em Magdeburg	121
9. Transporte: Tapeçaria de Bayeux	135
10. Transporte: Bíblia Macejowski	135
11. Atendimento Médico I: Remoção de seta	137
12. Atendimento Médico II: Sutura	138
13. Incidência de Fraturas (Visby, 1369)	141
14. Presença Feminina: Acompanhante	146
15. Mapa das Campanhas Italianas de Frederico I	158
16. Ballista	162
17. Mangonela	162
18. Trebuchet de Tração	168
19. Torre de Assalto	170
20. Técnicas de Minagem	173
21. Cavaleiros x Infante	179
22. Mapa: Topografia da Batalha de Carcano	181
23. Mapa: Movimentos na Batalha de Carcano	183

Introdução

“Quase todo jovem de sangue quente já teve a guerra, de algum modo ou forma, como primeiro amor; se, depois do que passou, seu sangue ainda ferve e ele preserva parte da mocidade, esse primeiro amor jamais é esquecido”.

Saki¹, 1915.

Resolvi abordar em minha dissertação de mestrado um objeto histórico pelo qual tenho predileção desde a infância, a guerra. Agregando-se a ela, minha segunda paixão, a História Medieval. Estas opções levaram-me à tentativa de realizar um estudo crítico da História Militar Medieval, agregando aos conceitos tradicionais de guerra diversos outros campos afetados pelo fenômeno bélico.

Durante a graduação trabalhei em regime de Iniciação Científica com o Prof. Dr. Hilário Franco Jr. e desenvolvi minhas pesquisas em direção à análise histórica dos *Carmina Burana*, com especial ênfase nas canções de cunho satírico-moralista, nas quais foi possível ligar os elementos de crítica ao clero pós-gregoriano às disputas entre *Regnum* e *Sacerdotium*, que marcaram a Idade Média Central.

Creio que a partir deste momento, comecei a pensar em uma união temática de meus interesses. Escolhi assim a disputa entre Papas e Imperadores Germânicos e dentre os últimos, destacou-se com relação à História Militar, a figura de Frederico I, o *Barbarossa*².

Imperador-cavaleiro por excelência passou a maior parte de seu longo reinado (1152-1190) em campanhas militares, assim como Carlos Magno (a quem conscientemente Frederico tentou emular); adversário dos Papas e das Comunas lombardas tornado lendário (ao mesmo tempo Imperador dos Últimos Dias e chefe da Caçada Selvagem, função creditada também a Odin, Artur e Carlos Magno) e consagrado pela mística das Cruzadas,

¹ Hector Hugh Monro, popular escritor inglês do início do século XX, In: PRATT, p.120.

² Adotei em meu trabalho a grafia italiana por ser, em minha concepção, a mais correta. Ao contrário da consagrada forma aportuguesada “Barbarroxa”; poderia ter optado por “Barbarruiva”, mas ainda rendo-me ao original italiano, consagrado na maior parte da historiografia internacional.

nas quais peregrinou pelo “*negotium Jhesu Christi*”³ em duas ocasiões (1147 e 1189), tendo falecido em 1190, durante a 3ª Cruzada.

Mesmo sua morte foi cercada por controvérsias: ao passo em que os partidários do Papado acreditavam que havia sido um ato divino de punição contra o Inimigo da Igreja, seus partidários, ainda que abalados pela perda, declaravam que como Frederico morreu em rota da Terra Santa, estava protegido pela indulgência plena garantida aos Cruzados e, portanto, um verdadeiro mártir da causa cristã.

Face à sua longa e variada carreira militar, decidi-me por suas primeiras campanhas (1154-1162) contra as Comunas lombardas por serem as mais representativas sobre a natureza da guerra no período e revelarem-se muito diferentes dos estereótipos gerados pelo exame acrítico das fontes. De fato, durante muito tempo a História Militar foi seara de diletantes (principalmente militares de carreira, como o General Köhler), em grande parte desconhecedores da metodologia científica do trabalho historiográfico. A aceitação literal das fontes esquece o fato de que as mesmas são construtos realizados, na maior parte dos casos, por membros do clero ou cortesãos, possuindo assim uma visão social e politicamente comprometida dos acontecimentos e esta falta de cuidado com as deficiências das fontes legou-nos grandes distorções, como no caso da batalha de Antioquia em 1098, durante a Primeira Cruzada.⁴

A leitura de obras clássicas sobre a guerra medieval, como as de Sir Charles Oman (*The Art of War in the Middle Ages 378-1485 a.D.*) e Hans Delbrück (o terceiro volume do monumental *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der Politischen Geschichte*), por exemplo, levam-nos a um par de observações interessantes.

A primeira é a de que a Idade Média teve como uma de suas características mais importantes os conflitos constantes. A violência presente em seu cotidiano refletiu-se em todos os campos da atividade humana durante o período e sem dúvida foi um dos grandes fatores que plasmaram esta civilização. A segunda é a revelação de que a essência do combate encontrava-se nas batalhas campais, envolvendo o choque entre duas massas de cavaleiros com lanças em riste.

³ RILEY-SMITH, p. 02.

⁴ VERBRUGGEN, pp. 07-08.

A primeira conclusão é válida. De fato, o fenômeno guerreiro deixou marcas indeléveis no desenvolvimento da Cristandade ocidental, mas a segunda encontra-se equivocada. Para compreendermos a natureza do erro, devemos ponderar: as campanhas italianas de Frederico I contabilizaram cinco expedições (1154, 1158, 1163, 1167 e 1174) cobrindo um arco cronológico de aproximadamente vinte anos. Segundo os autores clássicos, podemos encontrar apenas três batalhas nestas campanhas, os objetos da antiga História Militar: Carcano (1160), Tusculum (1167) e Legnano (1176). Devemos perguntar o óbvio: o que faziam e onde estavam os exércitos imperiais e comunais nos intervalos entre os recontros durante estes vinte anos?

A resposta é simples: em assédios a fortificações e cidades. De fato, esta é a chave para a compreensão da guerra medieval, o seu caráter estático, ligado à propriedade e direitos sobre campos e cidades. Dezenas de cercos foram realizados por ambos os lados durante as campanhas lombardas, mas apenas três batalhas foram consideradas dignas de nota. Mas ainda assim todas estavam ligadas a operações de cerco (Carcano era uma fortaleza imperial, sob assédio milanês e a batalha se deu entre os assediados e uma força de resgate comandada pelo próprio Frederico; Tusculum deu-se no contexto das operações do cerco de Ancona, já que a força de mercenários comandada pelos bispos imperiais Rainald de Dassel e Christian de Mainz⁵ (respectivamente) devia cortar os reforços romanos destinados à cidade sitiada e finalmente, Legnano sob a égide do cerco imperial a Alessandria). Afinal, cabe-nos perguntar: qual o objetivo das campanhas imperiais? A destruição das comunas lombardas ou a restauração dos direitos do monarca sobre o reino da Itália, as *Regalia*?

Percebemos na análise documental que o seu objetivo primário era o restauro das *Regalia*, especialmente sobre os focos rebeldes, os centros urbanos lombardos; portanto, o caráter de restauração proprietorial⁶, de reintegração de posse, encontra-se presente.

⁵ Também optei pela grafia original das cidades alemãs como Mainz em vez de Mogúncia ou Köln em vez de Köln. Só mantive a grafia portuguesa para as regiões alemãs.

⁶ FRANCE, *Western Warfare*, p. 02: "O caráter da posse fundiária era disperso, já que as propriedades eram adquiridas por meios diversos – os acidentes de nascimento, morte, casamento e patronato político. De fato, esta posse era composta de, normalmente, grupos de pequenos trechos, espalhados em meio a outros grupos pertencentes a outros senhores. O poder da autoridade soberana sobre estas aglomerações era limitado, porque as comunicações eram pobres, o rei só podia tornar real sua autoridade onde ele ou algum delegado de confiança residiam – em sua *demesne*. Dada esta fraqueza, a guerra era essencial para defender e expandir terras e direitos porque – na ausência, ou ao

Porém, a formação intelectual e as primeiras publicações de Sir Oman e Delbrück desenvolveram-se entre o quarto final do século XIX e 1930, trazendo assim o que consideramos hoje como graves falhas conceituais, relacionadas à chamada História Positivista, ou melhor, ao Historicismo, além de, especificamente no aspecto militar, estarem carregadas com as concepções bélicas do século XIX. Estamos falando de um legado particularmente ocidental, que enfatiza o papel do combate decisivo, da batalha definitiva travada até à morte e sem quartel, tal como as das *póleis* gregas ou das legiões romanas. Ou, com exemplos mais próximos e queridos aos autores, as batalhas napoleônicas e as das guerras bismarckianas, assim como os textos teóricos de Jomini e Clausewitz, nos quais encontramos este apreço pela decisão em batalha (não por acaso duas das batalhas consideradas perfeitas pelos teóricos da guerra foram travadas durante o século XIX: Austerlitz [1807], o ápice da maestria de Napoleão e Chancellorsville [1863] durante a Guerra Civil Norte-americana) entre exércitos móveis, manobráveis e disciplinados, chacinando-se no campo de batalha com perfeito senso tático: a mobilidade e a manobrabilidade dos cavaleiros (os de Murat e os de J.E.B. Stuart), a habilidade e a precisão de movimentos dos infantes (os de Soult e os de “Stonewall” Jackson) sob a coordenação entre as armas gerenciadas de modo brilhante por capazes comandantes (Napoleão Bonaparte e Robert E. Lee) centralizando o processo decisório no campo de batalha. Tais preceitos podem ser encontrados com facilidade em Henri Delpech em *La Tactique au XIIIème siècle*, de 1886.

Segundo Smail: *“Esta parece ser a visão dos historiadores da guerra medieval em geral e dos historiadores das Cruzadas em particular: eles são historiadores das táticas e estas eles podem encontrar no campo de batalha”*.⁷ Eles consideram a batalha como o único ato importante na guerra ao ponto que acreditarem ser esta a solução que deva sempre ser adotada por um comandante em campo na primeira oportunidade possível.

A interpretação de eventos passados através dos preconceitos de eras posteriores nunca produz uma história satisfatória e a história dos métodos militares medievais pensada no todo ou principalmente em termos de batalhas, está longe de ser completa. Estas

menos relativa fraqueza, da autoridade superior – era, se não o único, pelo menos o último meio de concluir disputas”.

A guerra neste período era travada, quase sempre, por razões proprietárias, ou ao menos influenciada por estas.”

⁷ SMAIL, p. 12.

concepções presentistas equivocadas caracterizaram o estudo sobre a arte da guerra medieval até 1954, quando J. F. Verbruggen publicou seu trabalho mais importante: *De Krijgskunst in West-Europa in de Middleleeuwen, IXe tot begin XIVe eeuw*, no qual iniciou uma renovação na historiografia militar medieval, mas cuja premissa básica e enganosa, a da preponderância das batalhas, ainda não havia sido de todo eliminada.

O questionamento sobre o valor das batalhas foi iniciado com seriedade por R.C. Smail e seu *Crusading Warfare, 1097-1193*, publicado em 1956. Em 1980, Philippe Contamine notou: “Em sua forma mais comum a guerra medieval era composta de uma sucessão de sítios acompanhados por escaramuças e a devastação dos campos”.⁸ Além disso, Contamine avança a ponto de sugerir que a guerra medieval fosse dominada pelo “medo da batalha campal” e por uma “mentalidade de cerco”⁹ nos quais o papel dos cavaleiros era forçosamente reduzido: combatiam como infantaria pesada ao lado dos *pauperes* ou ficavam em papel secundário dedicando-se como reserva a interceptar os reforços que os sitiados pudessem receber ou mesmo para bloquear as possíveis rotas de fuga dos derrotados.

Mas o reconhecimento definitivo do valor dos cercos na guerra medieval só pôde ser encontrado a partir de 1992, com o livro *The Medieval Siege* de Jim Bradbury e aprofundado no uso das fontes por Randall Rogers em seu *Latin Siege Warfare in the Twelfth Century*, publicado na forma de tese de doutoramento em Oxford no mesmo ano. A partir de então, a questão dos cercos e assédios passou a ser encarada como o centro do estudo da Arte da Guerra na Idade Média, com interessantes estudos de conjunto como o *Western Warfare in the Age of the Crusades 1000-1300* de John France (1999, mas que já havia publicado o excelente *Victory in the East: a Military History of the First Crusade* em 1994) e o *Medieval Warfare*, coletânea organizada por Maurice Keen (2000), por exemplo.¹⁰

⁸ CONTAMINE, p.101

⁹ CONTAMINE, p.219

¹⁰ É necessário que tenhamos a internet em vista, devido ao fato de ter superado sua função inicial como facilitadora de contatos, tornando-se fornecedora de documentos e artigos (em nosso caso especialmente o site deremilitari.org) que de outro modo teriam sido muito de difícil obtenção dado o estado de nossas bibliotecas. Além do fato de podermos nos inteirar melhor do que nossos colegas produzem no mesmo campo. Por exemplo, pude fazer o download da dissertação de mestrado de um pesquisador de Estrasburgo (BINDER, Olivier; *L'Armement et l'Art du Combat en Alsace et Régions Voisines aux XIIe et XIIIe siècles*, Strasbourg: Université de Sciences Humaines, 1998). Do

Estas reflexões relativas às questões bibliográficas fizeram com que me decidisse pelo estudo crítico do fenómeno “guerra” na Idade Média Central: onde os confrontos ocorreram (tanto em espaço físico quanto político), quem neles lutou (uma visão da sociedade que produz estes guerreiros e dos grupos em que estes se dividem) e finalmente, como os combates ocorreram (tanto em seu carácter intelectual quanto no operacional).

Em primeiro lugar, devo tecer algumas considerações a respeito do espaço geográfico onde ocorrem estes confrontos. Podemos dividir a Europa da Idade Média Central em alguns complexos geográfico-militares: o complexo Ibérico, o complexo Franco-normando-celta, o complexo Ítalo-germano-eslavo e finalmente o complexo Greco-levantino.

O objeto central de nosso estudo é exatamente o complexo Ítalo-germano-eslavo, melhor conhecido como Sacro Império Romano e este pode ser subdividido em quatro entidades menores: o Reino da Germânia, o Reino da Itália, o Reino de Arles (Borgonha) e o Reino da Boêmia-Morávia. Num recorte mais fino chegamos ao binómio Germânia/Itália.

O conceito de cavalaria como categoria social teve um lento desenvolvimento na Germânia, datando de fins do século XI – início do século XII e nem o termo associado *rîter* foi necessariamente aplicado apenas aos cavaleiros (enquanto guerreiros montados). O *ban* ou hoste de todos os vassallos livres também sobreviveu aí mais tempo que na Inglaterra ou na França. Isto levou a grandes, porém mal-treinados e mal-armados, exércitos. O papel militar do campesinato foi outra característica presente em partes da Germânia muito após o seu abandono no Ocidente (como no caso da Saxônia no século XI, contra Henrique IV) reforçando o carácter arcaico da Germânia, segundo a apreciação de Marc Bloch¹¹.

Muitos destes camponeses guerreiros eram de origem servil, ainda que servissem como cavalaria (*ministerialis*). Enquanto a autoridade do Imperador-rei declinava, o mesmo ocorreu com as obrigações militares da elite militar feudal, particularmente as da alta aristocracia. Como na Inglaterra e na França, mercenários passaram a ter um papel cada vez

site: <http://guerriers-avalon.ovh.org/documentation.html>), assim como pude ter notícia de uma tese intitulada: *Die Kriegführung Friedrich Barbarossas gegen lombardische Städte 1158-1162 unter besonderer Berücksichtigung des Belagerungskrieges (As Guerras de Frederico Barbarossa contra as Comunas Lombardas 1158-1162 com especial atenção aos assédios)* de Holger Berwinkel da Universidade de Marburg.

¹¹ BLOCH, pp. 443-446.

maior a partir de meados do século XII. Em grande parte eram recrutados dentro do próprio Império, especialmente no Brabante, na Holanda ou na vizinha Flandres. Uma grande proporção destes homens pertencia à infantaria. Infantes armados com lanças (longas e não de arremesso), piques com ganchos e outras armas continuaram a ter importantes papéis táticos ainda no século XIII. O precoce desenvolvimento das armaduras com placas de metal para os cavaleiros na Germânia ¹² deve em grande parte ser uma resposta à ameaça destes infantes e particularmente dos besteiros.

Milícias rurais foram outra característica de interesse em algumas regiões germânicas, porém mais associada à continuidade do papel da infantaria foi a importância crescente das cidades alemãs, tanto como centros estratégicos quanto como fornecedoras de homens e dinheiro.

Existiu uma considerável variedade entre os sistemas militares nas diferentes partes do Reino da Germânia. As regiões ocidentais eram razoavelmente urbanizadas enquanto as orientais eram verdadeiras sociedades de fronteira, pouco urbanizadas. A sobrevivência de forças de infantaria em regiões como as montanhas da Suíça, as ilhas da Frísia, os pântanos de Dittmarsch ou entre os assentamentos a leste do Rio Weser, refletem mais seu isolamento que o desenvolvimento de milícias urbanas. A emergência da infantaria montada armada com bestas em partes da Germânia meridional possivelmente reflete influências do leste europeu: húngaras ou balcânicas. Por outro lado, os estilos militares, equipamentos e táticas das áreas eslavas na região sudeste do reino, como as marcas (depois ducados) da Estíria, Caríntia e Carníola, eram idênticos aos das províncias germânicas vizinhas.

Já na Itália, embora os poderes fossem ainda mais fragmentados que na Germânia (e talvez por isso mesmo), os estilos e técnicas militares eram avançados, com as primeiras formas de uso da lança sob a axila aparecendo no treino de cavaleiros já no século IX. O declínio das obrigações feudais de uma aristocracia militar rural foi contínuo entre os séculos XII e XIII, enquanto as cidades continuamente estendiam sua autoridade sobre os territórios vizinhos, o *contado*, que funcionava como fonte de alimentos, impostos e mão de obra. Cavaleiros e infantes eram recrutados no *contado*, mas as tropas melhor equipadas e

¹² Como atestado tanto nos relatos sobre as batalhas de Tagliacozzo e Benevento quanto na escultura de São Maurício da catedral de Magdeburg, *circa* 1245.

disciplinadas eram os infanten urbanos. Tais desenvolvimentos foram característicos da Lombardia e da Toscana, que da Itália central, onde o poderio feudal persistiu mais tempo. Aí no que viriam a ser os Estados Pontifícios, o uso de mercenários também surgiu cedo.

A disciplina das forças de infantaria nas milícias urbanas lombardas foi algo novo nos estilos guerreiros da Europa Ocidental, assim como seu grau de cooperação entre infanten e cavaleiros. Suas táticas podem ser consideradas avançadas em comparação ao restante da Europa entre os séculos XII e XIII: o largo uso de bestas e besteiros a cavalo certamente contribuiu para a eficiência da infantaria italiana, já que lhe acrescentou mobilidade e maior poder de fogo. E também os tornou valorizados no mercado de mercenários fora da península (como os famosos besteiros genoveses presentes nos exércitos franceses durante a Guerra dos Cem Anos, no século XIV).

A importância das ricas e altamente civilizadas cidades italianas, assim como a de seus contatos com o Mediterrâneo oriental encontram-se no desenvolvimento e na adoção de sofisticados dispositivos militares, como o *trebuchet* de contrapeso¹³. Devemos recordar que os principais engenheiros de assédio dos séculos XI e XII eram italianos e que corriam pela Europa e *outramer* a oferecer seus serviços sendo citados em todas as nossas fontes, a serviço tanto das comunas quanto do Imperador. Outro ponto importante foi o da manutenção do ideal do militarismo cívico, do cidadão-soldado, proveniente da Antigüidade clássica, no ideário ocidental.¹⁴

Em resumo, pretendo tratar nesta dissertação os seguintes temas relativos à guerra no século XII: o panorama político que precedeu as campanhas de Frederico I (1056-1153), a relação entre sociedade e guerra no Sacro Império, as considerações intelectuais a respeito da guerra (e as práticas da guerra intelectual), os problemas do generalato no século XII, as questões logísticas e as operações militares propriamente ditas. E, se possível, contribuir para o aperfeiçoamento da produção de conhecimento e de interpretação historiográfica a respeito da Arte da Guerra na Idade Média, através do estudo das duas primeiras campanhas italianas de Frederico I.

Para a distribuição dos temas na dissertação, adotei o xadrez como metáfora, sendo que a Parte I (o Tabuleiro) nos remete para o palco dos confrontos: o Império; a Parte II (as

¹³ NICOLLE, *Arms & Armour*, pp.214

¹⁴ HANSON, pp.147-196.

Peças) nos leva a refletir sobre quem são os combatentes, quem são os homens envolvidos nas pugnas e finalmente, a Parte III (os Movimentos) dedica-se à reflexão de diversos temas concernentes ao desenvolvimento das campanhas militares como sua preparação política, sua mobilização econômica, a liderança e seus atributos e finalmente as operações militares propriamente ditas.

PARTE I:

O TABULEIRO

Capítulo I: O Império 1056-1152

1.1: A Contenda das Investiduras

*“Que frutos produzem as mudanças e as destruições dos reinos, eis um problema que devemos deixar a Deus, de quem nada pode vir inutilmente. No entanto, não faltam gentes para dizer que Deus quis humilhar o Reino a fim de exaltar a Igreja. Ninguém põe em dúvida, na verdade, que a Igreja, exaltada e enriquecida pela força do Reino e a benfeitoria dos reis (...) pôde humilhar o Reino a tal ponto (...) que ele se acha destruído não só pela espada espiritual, mas também pela sua própria espada material”.*¹⁵

Otto de Freising

Para que possamos entender o contexto no qual desenvolvem-se as atividades bélicas de Frederico I, é indispensável que retomemos a seu passado próximo. Devemos retornar ao momento em que se iniciam os confrontos entre *Regnum* e *Sacerdotium*: a disputa entre Henrique IV e Gregório VII, que cindiu a liderança da Cristandade.

O império medieval germânico restabelecido no século X pelas proezas marciais de Otto I era um aglomerado de províncias às quais faltavam as mínimas características de governabilidade de acordo com o modelo romano, do qual era, alegadamente, sucessor, já que a autoridade do império original havia sido, convenientemente, trasladada para o povo Franco sob Carlos Magno em 800 e reclamada em 962 por Otto para si mesmo e os Francos Orientais. Na prática o novo Império era um amálgama de senhorios seculares e imunidades eclesiásticas espalhados pelos territórios da Germânia e da Itália. Para ser mais específico este império era uma frágil hegemonia militar criada pelas vitórias de Otto I sobre eslavos, magiares, italianos e seus próprios rivais germânicos¹⁶.

As principais características deste Império restaurado eram o lustro da conquista, o título imperial romano, o estilo sacro ou teocrático da monarquia, suportada por um extenso fisco imperial, pelas homenagens dos grandes e dos serviços da Igreja. Estes atributos não eram exatamente equivalentes a uma autoridade central efetiva sobre os estratos sociais e as

¹⁵ In: LOPEZ, p.215.

¹⁶ ARNOLD, *German Knighthood*, p.02.

provincias esparsas da Germânia Medieval, mas eram os instrumentos de governo disponíveis aos imperadores germânicos e durante o primeiro século de existência imperial (aproximadamente), foram razoavelmente eficientes.

Entre 962 e 1056 o Império Romano, então governado pela dinastia dos Sálios, era possivelmente, o reino mais influente da Cristandade latina. A prematura morte de Henrique III foi trágica para a continuidade das políticas imperiais sálias: a continuada divisão entre os magnatas, numa extenuante disputa pelo equilíbrio de poder regional¹⁷ e o controle sobre o episcopado germânico, pedra de toque do sistema administrativo imperial¹⁸. Estas políticas esvaíram-se nas disputas pela regência durante a menoridade de Henrique IV, assim como a supervisão da Reforma da Igreja inicialmente gerida por Henrique III e seu primo, o papa Leão IX. A situação de anarquia na Germânia ampliou-se com as guerras particulares travadas entre os grandes senhores para usurpar o patrimônio e os direitos régios. Inicia-se aqui o processo de ascensão, praticamente contínua, da nobreza germânica, desligando-se do forte controle régio, característico do século anterior.

A essência do chamado *Imperial Church System* encontrava-se no processo das Investiduras leigas aos diversos cargos e prebendas eclesiásticas através do qual os prelados tornavam-se vassalos dos monarcas (e de outros príncipes leigos, já que a Investidura leiga não era um privilégio exclusivo ao monarca), presos ao compromisso feudal no qual deviam serviços em troca dos benefícios recebidos, acabando por gerar uma verdadeira laicização do clero germânico.

Na verdade, a intervenção leiga possuía uma lógica intrínseca à sociedade feudal, já que ela permite o reforço do compromisso feudal com a gratidão ao suserano pela prebenda recebida, trazendo a lealdade do eclesiástico para o Império (ou ao príncipe seu suserano) em vez de Roma, com o benefício extra de suas propriedades, embora administradas por outrem, não estejam efetivamente alienadas do controle do fisco régio.

A compensação em serviços normalmente encontrava-se em duas formas: o fornecimento de tropas para a hoste régia e o *servitium Regis* para a corte imperial,

¹⁷ ARNOLD, *German Knighthood*, p.03: “A antiga e autógena estrutura de autoridade local era em si muito poderosa para que qualquer monarca pudesse conseguir mais do que mudanças pontuais. A noção revolucionária de derrubar tal padrão é um anacronismo que ocorre na historiografia contemporânea, mas não no pensamento germânico medieval, principalmente porque os imperadores eram, eles mesmos, frutos desta definição limitada de suserania que respeitava os poderes locais e não incluía o conceito de centralização”.

¹⁸ FUHRMANN, pp. 34-5.

formando assim a organização administrativa do império, sob a tutela da Chancelaria Imperial (derivada da antiga Capela Real). Arcebispos, bispos e abades eram homens do Imperador e por ele apontados ou confirmados nos cargos, mas a administração eclesiástica em si não é um substituto adequado para métodos detalhados de governo, tecnicamente além da competência da casa imperial. Esta instituição peripatética era, em parte, guarnecida por clérigos que administravam a capela imperial e as demandas escriturárias dos bispos atuando como chanceleres.

1.1.1: Henrique IV e Henrique V:

Após a morte de Henrique III em 1056, as pressões reformistas no clero (que em primeira instância foram apoiadas pelo falecido imperador) em nome da independência eclesiástica encontraram sua expressão no decreto de Alexandre II (1059) que regulamentava as eleições papais, deixando-as a cargo da Cúria Papal, excluindo os leigos da escolha e também proibindo que qualquer eclesiástico fosse investido numa igreja por um leigo. A imposição da primeira parte do decreto foi mais fácil que a da segunda...

Quando Henrique IV assumiu o trono em 1065, iniciou uma campanha pela recuperação das *regalia* alienadas pelos grandes senhores, incluindo as relativas às nomeações e patrimônio eclesiásticos e opôs-se abertamente ao decreto de Alexandre II, que havia sido substituído por Gregório VII, um dos principais proponentes da Reforma Eclesiástica.

Henrique IV reivindicou os direitos de monopólio sobre a justiça e as florestas, o patronato das abadias, a posse sobre os domínios vacantes e é claro, o direito de Investiduras, além das terras ancestrais dos Sálios e as herdadas aos Liudolfings¹⁹. A partir de 1068 Henrique iniciou uma enérgica campanha de recuperação patrimonial na Turíngia e na Saxônia oriental, ignorando os direitos especiais concedidos aos saxões por Henrique II e Conrado II. De acordo com o ponto de vista saxão, as disputas proprietárias deviam ser acertadas com juramentos e duelos judiciais, se necessário; Henrique estabeleceu um processo investigativo que visava o estabelecimento dos fatos. Sua política era executada por ministeriais suábios, homens que para os saxões eram estrangeiros e servos, mantidos

¹⁹ Nome de família da dinastia otônida, FUHRMANN, p.62.

em castelos reais em cuja construção era utilizado trabalho compulsório do campesinato saxão.

As pressões internas causadas por esta retomada das *regalia* foram rapidamente sentidas: em 1073 a nobreza e o campesinato da Saxônia, sentindo-se diretamente atingidos pelas medidas de Henrique, que havia destituído e aprisionado seu duque Magnus Billung²⁰, revoltaram-se contra o monarca. Como Henrique havia perdido o apoio dos duques do Sul da Germânia (Suábia, Baviera e Caríntia), foi forçado a abandonar Goslar - antigo palácio da monarquia otônida e centro produtor de prata - e buscar refúgio aos burgueses de sua Renânia natal: em Worms encontrou a guarida que necessitava.

O monarca teve que concordar com o fim de sua política na Saxônia e com a demolição de seus castelos, mas o assalto e destruição do castelo de Harzburg realizado por camponeses saxões, selaram o fim da revolta: em sua fúria chegaram a profanar os túmulos de membros da família real que ali estavam. Tal fato indignou a muitos (resta saber se foi a profanação de tumbas ou a ousadia dos camponeses em assaltar uma fortificação) e reforçou a causa do monarca: a hoste imperial, liderada por Rudolf de Rheinfelden, duque da Suábia, esmagou o exército camponês saxão na Batalha de Homburg sobre o Unstrut a nove de junho de 1075²¹. A nobreza saxônica, liderada por Otto de Northeim, chegou a termos com o monarca: Otto recebeu de volta seus feudos reais e foi nomeado regente da Saxônia, numa medida calculada para cooptar aos favores deste inimigo no futuro. Em fins de 1075 Henrique era novamente senhor da situação e havia recuperado a maior parte das terras da coroa, mas havia se utilizado de métodos que alienaram ainda mais os duques do governo imperial, tendo que confiar cada vez mais nos ministeriais. Em todo caso, seu prestígio era o mais alto até então; graças a tal fato Henrique sentiu-se forte o suficiente para lidar com a Igreja, em especial com o papado reformista de Gregório VII.

A chamada Contenda das Investiduras teve seu início no mesmo ano de 1075 com Henrique seguindo as práticas do tempo de seu pai, nomeando o arcebispo de Milão e assim iniciando a reação papal: no Sínodo de Jejum (1075) o papa tornou público o seu desagrado com o preenchimento dos bispados pelos leigos e reforçou as proibições às investiduras leigas. Henrique IV recusou-se a obedecer ao comando papal e Gregório ameaçou

²⁰ Além do ex-duque da Bavária, Otto de Northeim (1061-1070).

²¹ DELBRÜCK, pp.131-33.

“demitir” o rei da Germânia e efetivamente excomungou diversos conselheiros reais. O monarca convocou um Sínodo em Worms (Janeiro de 1076) no qual os bispos germânicos decidiram declarar ilegal o exercício de poder de Gregório e a Chancelaria Imperial enviou um libelo acusatório dirigido a: “*Hildebrando, não um Papa, mas um falso monge*”, concluindo com uma admoestação: “*Pois eu, Henrique, Rei pela Graça de Deus, dirijo-me a ti, acompanhado por todos os meus Bispos a excluir: Desce das alturas, desce, pois és condenado para sempre!*”.²²

Henrique IV neste libelo tencionava que os romanos iniciassem um movimento para derrubar e expulsar Gregório preparando assim o terreno para sua própria expedição italiana na qual ele acabaria por reformar a seu gosto a Igreja italiana, assim como Otto I, Otto III e seu pai Henrique III haviam feito. Mas falhou, já que este era um papa com grande poder e forte personalidade, completamente engajado na luta pela supremacia clerical.

Assim, o único resultado desta manobra foi a excomunhão de Henrique IV acompanhada do decreto de sua deposição e da liberação de todos os laços e juramentos prestados ao excomungado monarca, deliberadas num sínodo em Roma convocado pelo papa em fevereiro de 1076.

Em termos da história progressiva de Império e Papado o ato de Gregório foi verdadeiramente revolucionário, já que nunca um papa havia excomungado um imperador, a contraparte secular da autoridade papal (segundo o preceito gelasiano) e muito menos realizado tanto rumo à constituição de um poder eclesiástico universal, ao desintegrar as bases legitimantes do poder monárquico conforme constituído sob o modelo cristológico adotado pelos otônidas e, podemos mesmo dizer, numa audaciosa utilização da excomunhão com fins tão claramente políticos. Mas o partido papal e os canonistas explicaram tal ação como legítima e justificada pelo Direito Canônico e os poderes e privilégios do papado.

Henrique IV, ou melhor, sua Chancelaria, dedicou-se a provar o abuso de poder perpetrado pelo papa numa verdadeira guerra de propaganda²³. Em uma das primeiras peças produzidas (tradicionalmente atribuída a Gottschalk de Aachen) houve uma vigorosa

²² THEODOR, Erwin; “A Alemanha no mundo medieval”, in: MONGELLI (coord.); *Mudanças e Rumos*, p.121.

²³ ARNOLD, *Medieval Germany*, pp. 98-9.

defesa do status tradicional do Império sob a providência divina, sem a intermediação papal. Nele Henrique IV é chamado de “*rei não pela usurpação, mas pela sagrada ordenação divina*”. O papa é repreendido por estar “*a tal ponto envaidecido para erguer-se contra o poder real em si, nos dado por Deus. Você se atreve ameaçar retirar-nos a monarquia – como se a tivéssemos recebido de ti, como se monarquia e império estivessem em suas mãos em vez das de Deus*”.²⁴ Outro argumento utilizado pela Chancelaria neste libelo foi retirado da Primeira Epístola de Pedro, 2, 17: “*Temei a Deus, honrai o rei*”, versículo muito amado pelos partidários imperiais, já que a tradição dizia ser proveniente do primeiro papa. O libelo assim foi encerrado: “*Todavia, você não teme a Deus ao desonrar-me, por Ele mesmo ordenado*”.²⁵

A excomunhão de Henrique revelou-se mais efetiva do que o papado poderia ter previsto, já que reacendeu a chama da revolta na Germânia numa forma mais virulenta do que nos anos anteriores. Os príncipes reconduzidos à fidelidade ao monarca após a supressão das revoltas ducais dos anos anteriores voltaram à carga, formando uma aliança contra o rei após a excomunhão, que, como já foi dito, desfez todos os laços de fidelidade secular para com Henrique IV. De fato, os príncipes rebeldes secundados por legados papais forçaram o monarca à submissão em outubro de 1076 e em janeiro de 1077 Henrique submeteu-se a Gregório em Canossa.

A confluência entre a crise externa (a excomunhão e o duelo com o Papa) e a interna (a ascensão dos príncipes) pode explicar esta rápida submissão do rei, mas assim que o mesmo se viu livre do anátema papal, agiu vigorosamente contra aqueles que se haviam rebelado na Germânia e desta vez com o beneplácito implícito do Papa: o rei estava apenas exercendo os seus direitos contra vassallos que se revelaram felões, já que com o fim da excomunhão todos os laços e juramentos anteriores retornaram a vigorar, pondo os rebeldes à margem da lei.

Entre 1077 e 1084 Henrique gradativamente avançou contra seus inimigos a despeito da eleição de Rudolf de Rheinfelden (duque da Suábia) como anti-rei em março de 1077, ou mesmo da segunda excomunhão lançada pelo papa em março de 1080. Aliás, esta foi ainda mais impopular que a primeira, já que percebida como injusta e inadequada e

²⁴ ARNOLD, *idem*, p.99.

²⁵ ARNOLD, *idem*, p.99.

assim o seu impacto na Germânia foi mínimo, ou melhor, acabou por melhorar a posição de Henrique frente o episcopado germânico (aliaram-se ao rei os poderosos arcebispos de Köln, Trier, Hamburg-Bremen e Mainz).

Henrique reagiu convocando o Sínodo de Brixen (junho de 1080) no qual houve nova deposição do papa e a eleição de um antipapa (Clemente III 1080-1100) e em outubro do mesmo ano o rei rejubilou-se com a morte de seu rival suábio em batalha (Elster, 15/10/1080), assegurando assim a sua posição na Germânia e podendo voltar sua atenção para a Itália, onde após diversos cercos conseguiu expulsar Gregório de Roma em 1084, assim Clemente III foi consagrado e coroou Henrique e sua esposa como imperadores. Gregório foi resgatado no último instante por seus aliados, os normandos da Sicília, e morreu em Salerno no ano seguinte.

Assim que a ameaça de uma teocracia papal aparentemente declinou, Henrique pôde concluir o processo de pacificação da Germânia: o perigo da oposição saxônia diminuiu após a morte de Otto de Northeim em 1083 e finalmente desapareceu com o assassinato do foragido conde Ekbert de Meissen em 1090. Em 1085 Henrique em conjunto com o episcopado imperial proclamou a Paz de Deus para todo o reino e em 1087 coroou seu primogênito Conrado como rei da Germânia. Porém, rapidamente a situação voltou a tornar-se crítica para o imperador: em 1093, Urbano II (eleito em 1088) conseguiu retornar a Roma e construiu uma aliança contra o monarca, centrada na união da condessa Matilda de Toscana com o duque Welf V da Bavária, além do fato do rei Conrado renunciar a seu pai em 1093. Em consequência destes fatos, Henrique ficou isolado durante sete anos (1090-1096) em um castelo próximo a Verona, temendo a possibilidade de ser aprisionado se de lá saísse.²⁶

Em mais uma dramática mudança, Henrique pôde recuperar parte de suas posições ao fazer a paz com os Welf e os Zähringen (que assumiram o ducado da Suábia após a morte do anti-rei Rodolfo em 1080), aliás, os Zähringen renunciaram ao título ducal em favor do genro de Henrique IV, Frederico I de Stauffer, avô paterno de Frederico I *Barbarossa*, mas mantiveram o controle sobre parte do ducado, assim como os Welf da Bavária, transformando a Suábia num campo de batalha entre as três dinastias locais. Em todo caso, em 1098 Henrique já havia conseguido poder suficiente para realizar uma

²⁶ FUHRMANN, pp. 68-9.

assembléia em Mainz para regular novamente a sucessão. O rei Conrado que havia abandonado o pai e juntado-se à causa de Urbano II foi excluído da sucessão e declarado deposto e o novo herdeiro foi o caçula Henrique, que neste momento tinha doze ou treze anos; o novo rei teve que jurar não interferir nas políticas do reino enquanto seu pai estivesse vivo.

As relações entre império e papado também melhoraram: Urbano II decidiu não renovar a excomunhão do imperador e, quando da morte do antipapa imperial Clemente III em 1100, o imperador não nomeou outro. Mas o sucessor de Urbano, Pascoal II, renovou a excomunhão em 1102 embora desta vez em nada alterou a rotina política do Império.

Neste momento a arma da excomunhão política começou a demonstrar a sua fragilidade. Trata-se de uma arma política que não deve ser usada como tal, já que se trata da sanção máxima no Cristianismo romano, matéria de Fé e não de política, arriscando a alma do condenado (e daqueles que o cercam) ao inferno. Argumento de grande poder persuasivo, a ponto de abalar a estrutura imperial de tal maneira que a antes impensável e humilhante submissão do monarca em Canossa acabou por realizar-se. Mas, em seu momento de triunfo, eis que surge o ponto fraco da estratégia papal: quando Henrique apresentou-se como humilde suplicante perante Gregório, este não teve outra alternativa senão perdoá-lo de acordo com o Evangelho, já que se não o fizesse, Henrique teria ganhado superioridade moral perante aquele que era a máxima autoridade moral na Cristandade ocidental. Após ter perdoado o rei da Germânia, a segunda excomunhão apresentou-se espúria perante a opinião “pública” do momento (o episcopado e a nobreza do Império), reforçando a posição régia e a terceira excomunhão foi ainda mais inútil. O excesso de uso acabou por danificar o gume da excomunhão, já que foi continuamente utilizada contra os imperadores germânicos até 1250.

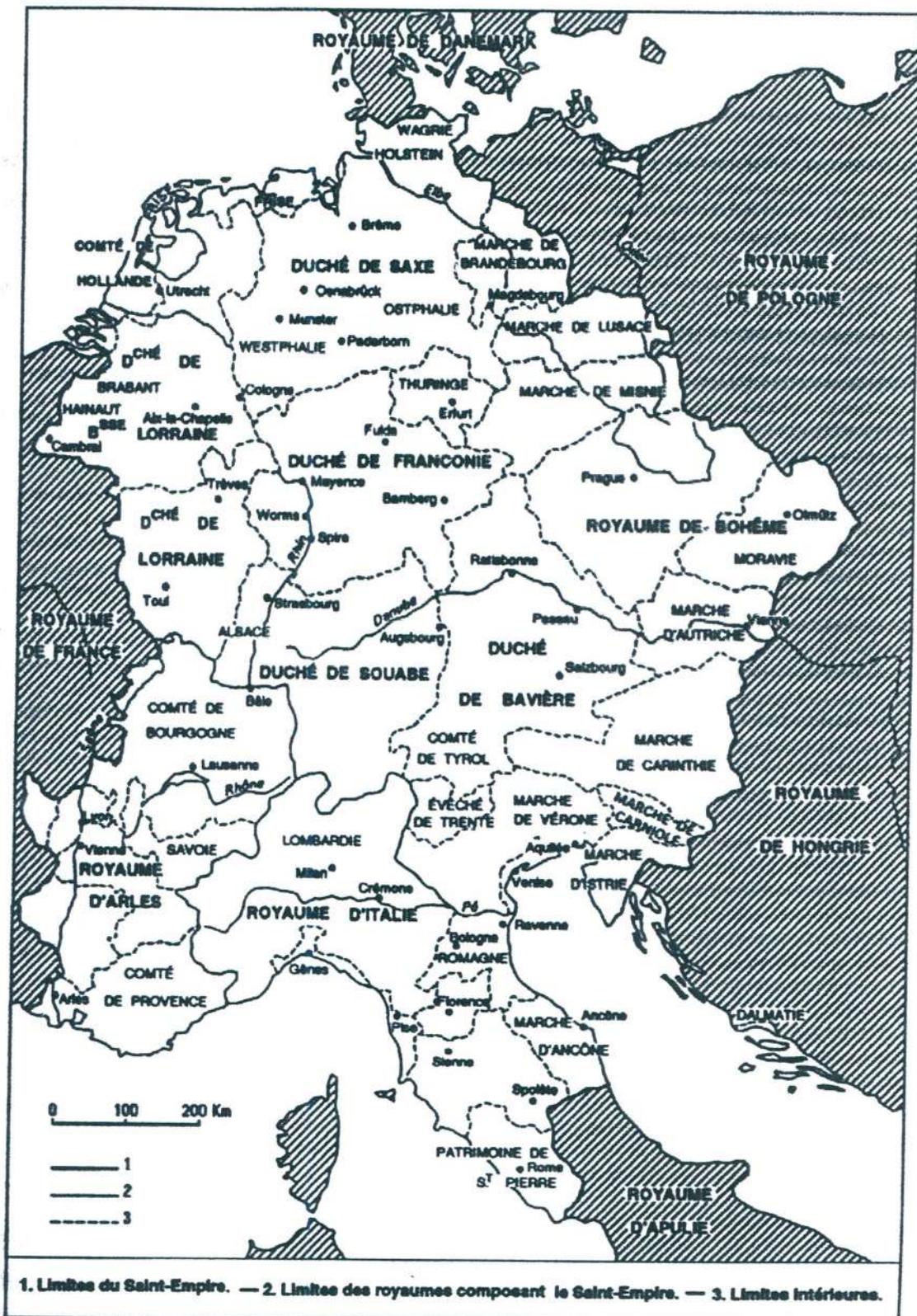
No ano de 1103 Henrique convocou nova assembléia em Mainz, quando proclamou uma nova paz no reino (*Landfreide*) com duração de quatro anos. Pela primeira vez um imperador tomou a frente do movimento de paz e o estendeu a todo o Império e, talvez influenciado pelo florescente estudo do Direito Romano na Lombardia, tomou a paz de modo muito sério: as ordenações estabeleceram a morte e mutilações como penas para aqueles que violassem a paz, sem considerações de status e incluíram em sua proteção os Judeus, que muito haviam sofrido com os *pogroms* no início da Primeira Cruzada.

Porém, a luta entre Henrique e os grandes do reino acirrou-se a ponto do Imperador conceder a justiça de sangue (antes privilégio da alta nobreza) aos advogados reais (ministeriais em sua maioria) para a manutenção da lei e da ordem e o confronto tornou-se aberto após um incidente em 1104, no qual os burgueses e os ministeriais de Regensburg, insatisfeitos com uma arbitragem do advogado real, o conde de Burghausen, capturaram e decapitaram-no. O velho Henrique não interferiu e o jovem Henrique capitalizou a indignação da nobreza (já que o conde de Burghausen era nobre e não ministerial) e rebelou-se contra seu pai em 1105 com o papa dispensando-o do juramento de não interferência prestado em 1098.

No final de 1105 o jovem Henrique convocou uma assembléia a ser realizada em Mainz, com o suporte da alta nobreza. Ao imperador foi prometido salvo-conduto e Henrique IV queria comparecer, já que seu principal tenente, Frederico da Suábia havia falecido; é possível que ele tenha pensado que pudesse ter compensado esta perda de suporte com o impacto de uma aparição pública. Mas ele foi aprisionado numa manobra traiçoeira e forçado a desistir das insígnias imperiais no palácio de Ingelheim.

O jovem Henrique encarou a renúncia de seu pai às insígnias régias como uma abdicação e no início de 1106 foi aclamado pela assembléia de Mainz como único e legítimo rei. Mas Henrique IV conseguiu escapar e encontrar mais uma vez, suporte entre os burgueses das cidades renanas. Köln, fortificada sob suas instruções, foi capaz de repelir as tropas de Henrique V e seus burgueses atacaram o jovem rei enquanto este e sua corte próxima a Rufach, na Alsácia superior, tendo conseguido capturar as insígnias imperiais, só as devolvendo após terem recebido extensas promessas de Henrique V. Numerosos ministeriais juntaram-se à tropa do velho monarca, que havia feito de Liège, na baixa Lotaríngia, sua base de operações.

O exército de Henrique V foi esmagadoramente derrotado frente às muralhas de Liège e Henrique IV preparava seu contra-ataque, quando faleceu a sete de agosto de 1106. De seu leito de morte ele enviou sua espada e seu anel a seu filho, pedindo perdão para seus seguidores, para si mesmo ele pediu um enterro na catedral de Speyer, cuja reconstrução ele havia financiado.



O Santo-Império nos séculos X e XI

Henrique V havia rebelado-se contra seu pai com o apoio do papado e da alta nobreza, mas rapidamente demonstrou que não seria manipulado por nenhum deles. De fato, Henrique continuou a praticar a investidura leiga.

Tanto o rei quanto o papa mantiveram firmes seus princípios, mas toleravam suas diferenças e o papa reconheceu quase todos os prelados nomeados pelo monarca e abriu negociações com Henrique. Em 1107 as *regalia* foram definidas pela primeira vez no curso destas negociações, mas Henrique encontrava-se ocupado com uma guerra no leste e com a oposição principesca na Saxônia e não pôde continuar o diálogo. Mas anunciou uma expedição a Roma em 1110.

Neste momento ele decidiu-se não apenas por uma conjuntura política favorável, mas também pelo substancial dote de dez mil marcos de prata que recentemente sua noiva Matilda, filha de Henrique I da Inglaterra, havia trazido. Assim Henrique V pôde cruzar o passo alpino do Grande São Bernardo com um forte exército que lhe possibilitou reconstruir o maquinário da administração imperial nas cidades lombardas em seu caminho para Roma.

Em 1109 o rei havia iniciado nova rodada de negociações com a Cúria papal, mas poucos resultados foram alcançados. A pressão de sua bem sucedida marcha contra Roma fez com que o papado reconsiderasse suas posições a ponto de Pascoal ter oferecido estes termos: à renúncia das investiduras por parte de Henrique, a Igreja devolveria as terras reais e os direitos de suserania ao rei, já que a Igreja poderia muito bem sobreviver de doações. Na realidade Pascoal subestimou a complexidade da situação: de como os cargos eclesiásticos e as possessões seculares haviam se tornado interligadas na Germânia.

A proposta papal foi tornada em um tratado, secretamente negociado a 11 de fevereiro de 1111, no qual ficou estabelecido o seguinte compromisso: o rei renunciaria a todos as pretensões de investidura em troca da coroação imperial e em troca o papa compeliaria os prelados a devolver as *regalia* sob ameaça de excomunhão. Tanto a coroação quanto o anúncio do tratado seriam realizados no dia seguinte, 12 de fevereiro de 1111.

O tratado foi lido antes do início da coroação. Durante a leitura do compromisso do monarca houve inquietação que se tornou uma tempestade de protestos quando a decisiva passagem do compromisso papal foi enunciada: “Nós proibimos que qualquer bispo ou abade seja agora ou no futuro, mantenha *regalia*, isto é, cidades, ducados, marcas,

condados, direitos de cunhagem ou pedágio, advocacias imperiais, direitos de baixa justiça, mansões régias e suas dependências, seguidores armados ou castelos imperiais”.²⁷ Os bispos e os abades protestaram porque teriam que desistir de seus feudos imperiais, os príncipes leigos porque mantinham feudos da Igreja, os quais teriam que devolver. O acordo foi denunciado como uma fraude, como inválido, uma heresia e o tumulto foi tamanho que a coroação imperial não pôde prosseguir.

Como o papa não cumpriu sua parte no tratado, Henrique retomou sua anterior reivindicação de investidura irrestrita; Pascoal respondeu recusando-se a coroa-lo imperador. Henrique respondeu aprisionando o papa e os cardeais. As semanas seguintes no cativeiro acabaram por enfraquecer o papa e a quatro de abril de 1111 ele concordou com um novo tratado em Ponte Mammolo, próximo a Tívoli. O papa concedeu o direito de investidura pelo báculo e pelo anel ao monarca germânico em toda a extensão do Império, contanto que a eleição não tenha sido simoníaca. Pascoal ainda prometeu não excomungar Henrique por transgredir a proibição da investidura leiga e prometeu-lhe a coroação imperial. Em troca Henrique concordou em libertar o papa e seus cardeais. A 13 de abril foi realizada a coroação extorquida ao papa. Mas a tensão entre os partidos só aumentou.

Rapidamente o privilégio extorquido ao papa no tratado de Ponte Mammolo foi denunciado como abusivo e, embora as mãos de Pascoal estivessem atadas por juramento, um sínodo realizado no sul da França pelo arcebispo Guy de Vienne excomungou o imperador, caracterizando-o como um “*segundo Judas*”²⁸ e Pascoal confirmou a sentença.

Henrique V havia retornado à Germânia, onde uma nova oposição havia desenvolvido seu centro na Saxônia. Em 1106 a dinastia Billung extinguiu-se em sua linha masculina com a morte de Magnus Billung e Henrique conferiu o ducado a Lotário de Supplinburg, ignorando as expectativas de outros candidatos. Todavia, qualquer que fosse a ação de Henrique, ele ofenderia os interesses de príncipes e dinastas, assim ele começou a recorrer àqueles grupos que seu pai havia utilizado como suporte: os ministeriais e as cidades.

O líder das oposições saxônica e principesca era o arcebispo Adalberto I de Mainz, que havia sido o primeiro chanceler de Henrique V em 1106 e depois seu principal

²⁷ FUHRMANN, p. 88.

²⁸ FUHRMANN, p. 89.

negociador com a Cúria, mas foi levado à oposição devido ao fato do monarca ter desertado a alta nobreza. Ele e Lotário de Supplinburg reacenderam a chama da rebelião quando Henrique planejou introduzir um imposto geral seguindo as linhas dos impostos ingleses; mas foi impossível transplantar uma forma de taxaço “moderna” de um reino altamente organizado e centralizado para um no qual a política dependia principalmente da acumulaço de direitos individuais e da precária exploraço de terras familiares e reais. Em 1115 o general imperial, conde Hoyer de Mansfeld, sofreu uma derrota aniquiladora às mãos dos saxônios em Welfesholz, ao norte de Eisleben. O conde Hoyer morreu no combate e Henrique V, a quem faltava habilidade militar, teve que fugir da Saxônia.

Henrique foi salvo de novas derrotas devido à sua grande habilidade política, já que o rei foi à Itália e conseguiu assenhorar-se das terras antes pertencentes à Condessa Matilda da Toscana e distribuiu privilégios às comunas lombardas e toscanas, conseguindo assim recursos e aliados para sua causa, a ponto de conseguir fazer eleger um papa a seu gosto (após a morte de Pascoal II a 21/01/1118), o arcebispo Maurício de Braga, que além de apoiado pelo rei da Germânia, recebeu o suporte da poderosa família Frangipani e do eminente jurista Imerius de Bolonha, tomando o nome de Gregório VIII. Ao mesmo tempo, o antigo chanceler da Igreja Romana João de Gaeta, foi eleito papa pelo séquito de Pascoal com o nome de Gelásio II, mas teve curto apostolado, já que, expulso de Roma, morreu no exílio em 1119.

Gregório VIII por sua vez viu-se em uma situação crítica após a eleição do arcebispo Guido de Vienne como Calixto II em janeiro de 1119 na prestigiosa abadia de Cluny. Trata-se do mesmo Guido de Vienne que excomungou Henrique V em 1112, mas ao contrário do que se pudesse pensar, tratava-se de um prelado pragmático, preparado para alcançar um acordo com o Império. Já Henrique V não podia esquecer-se do fato de que o Tratado de Ponte Mammolo havia fracassado; ele se encontrava num dilema: não poderia abandoná-lo e nem fazê-lo funcionar. Ou seja, estava pronto para um acordo com o Papado. Logo após a eleição de Calixto as negociações começaram, lideradas pelo abade Pontius de Cluny e Guilherme de Champeaux (ex-professor de Abelardo), um dos fundadores da Escola de São Vitor e um dos primeiros autores de *quaestiones*, uma forma de escrito escolástico cujo objetivo era tratar questões com refinadas nuances e distinções²⁹ buscando

²⁹ FUHRMANN, p. 91.

expôr as facetas mais intrincadas do problema e esclarece-las³⁰. Seus escritos ainda priorizavam a *auctoritas*, mas concediam à *ratio*, o argumento racional, um papel considerável. A habilidade do negociador papal em estabelecer seus argumentos foi visível desde o início das discussões em Estrasburgo: ele argumentou que Henrique como rei da Germânia não precisaria perder os serviços da igreja imperial se renunciasse ao direito de investidura dos cargos espirituais.

Embora a argumentação fosse sedutora ela não foi suficiente para convencer os prelados reunidos no concílio de Rheims (24/10/1119) e a Cúria decidiu impor a Henrique a renúncia completa dos direitos de investidura, ao que o monarca reagiu endurecendo suas posições pela manutenção do tratado de Ponte Mammolo. Porém, a intervenção de um grupo de príncipes leigos que passou a intermediar as negociações entre a oposição principesca e o monarca, serviu para aproximar também o rei e o papa, já que conseguiram uma conferência entre as partes em Würzburg em 1121 que declarou uma trégua na luta e uma nova reunião que se deu em Worms em 1122 à qual compareceu uma legação papal plenipotenciária, liderada pelo cardeal-bispo Lamberto de Óstia (futuro papa Honório II), para negociar com o imperador. O resultado foi a assim chamada Concordata de Worms (23/09/1122).

Formalmente a Concordata foi composta por dois privilégios, conhecidos como *Henricanum* e *Calixtinum*. Henrique renunciou à investidura com báculo e anel, os símbolos do cargo espiritual; isto tornou claro que as funções espirituais não estavam sujeitas à investidura leiga. O símbolo a ser usado no futuro para a investidura era um simples cetro; o rei prometeu permitir que eleições canônicas e consagrações ocorressem livremente, ao mesmo tempo em que prometeu o retorno de terras que tivessem sido alienadas da Igreja; e, conforme as tradições imperiais, Henrique prometeu auxílio ao papa e seus seguidores. Calixto concordou que as eleições para bispos e abades no reino germânico deveriam contar com a presença de Henrique, sem simonia ou violência. Se a eleição ficasse empatada, Henrique deveria oferecer sua ajuda e optar pelo melhor partido (ou o que ele achasse que fosse o melhor partido). O candidato eleito deveria receber as *regalia* pela investidura com um cetro – na Germânia isso deveria acontecer antes da consagração, na Itália e na Borgonha dentro de seis meses da consagração (devido à

³⁰ LIBERA, pp. 26-30.

distância geográfica a ser percorrida pela corte imperial). As terras papais foram excluídas deste acordo.

Os dois partidos acharam que haviam conseguido o melhor com o acordo de Worms. O rei ainda tinha meios para influenciar o processo de escolha de um prelado – através de sua presença na eleição e de seu controle sobre as *regalia* através da investidura. Os príncipes alemães que não estiveram presentes em Worms ratificaram a Concordata numa assembléia geral em Bamberg no mesmo ano, mas quando o *Calixtinum* foi lido no Concílio Ecumênico Lateranense de 1123, houve distúrbios e discordâncias e só quando foi apontado que este era o único compromisso aceitável para a paz é que houve concordância. O papado havia conseguido separar a eleição para os cargos espirituais de suas posses materiais e direitos de governo, desfazendo a impressão de que as funções espirituais eram meros apêndices dos feudos a eles agregados.

A Concordata de Worms trouxe ao fim o sistema de governo conhecido como “o sistema da igreja imperial dos Otônidas e dos Sálios”³¹. O controle imediato sobre a igreja imperial foi transformado em um controle indireto através dos laços feudais presentes nas bases da Concordata. O rei foi excluído dos aspectos sacramentais da eleição e deixou de ser o senhor dos bispados e monastérios imperiais no sentido de posse fundiária, já que ele não mais poderia instalar candidatos na função espiritual, mesmo quando sua influência permanecia tão extensa que se podia dizer que o monarca nomeava os bispos. Os prelados continuavam presos ao rei através das *regalia*, pelas quais eles haviam prestado homenagem e formado um grupo de príncipes encontrado apenas no Império: os príncipes eclesiásticos³².

A Concordata de Worms foi a última realização política importante de Henrique V. Após uma fracassada invasão à França (cujo objetivo era a anexação da Normandia ao Império, como primeiro passo para a junção das coroas inglesa e imperial, já que Henrique havia se tornado herdeiro dos domínios anglo-normandos através de seu casamento com

³¹ FUHRMANN, p. 93.

³² FUHRMANN, p. 97: “By a strict separation of the *regalia* and *spiritualia* in legal theory and symbolism, the Concordat of Worms made it possible to treat all the *temporalia* of the church from the point of view of purely secular law, which meant in this case feudal law, and to interpret the relationship between the king or emperor and the ecclesiastical princes who held *regalia* as a feudal one. In place of the direct royal lordship over the church exercised by the Ottonians and Salians we find the feudal suzerainty of the Empire over the *regalia* of the ecclesiastical princes.”

Matilda e da morte imprevista do único filho varão de Henrique I Beauclerc), Henrique V caiu seriamente doente (possivelmente câncer³³) e faleceu aos trinta e nove anos de idade, sem filhos, em Utrecht a 23/05/1125, tendo nomeado como guardião das insígnias imperiais e herdeiro das terras familiares dos Sális (ou seja, herdeiro pessoal) seu sobrinho Frederico II de Hohenstaufen, duque da Suábia e cognominado o Caolho.

Com a morte de Henrique V a dinastia dos Sális terminou pela linha direta (masculina), significando se não o fim de uma era, pelo menos o fim de uma forma de governo herdada de tempos arcaicos, baseada na participação de eclesiásticos na política e governo, além da participação ativa dos leigos na vida da Igreja. *Regnum e Sacerdotium* a partir deste momento passaram a ser entidades diferentes. Mas esta separação ainda não estava de todo clara.

Além do mais, reforçando este caráter de “fim dos tempos”, a própria legitimidade régia foi atacada, já que os sucessores do último Sális foram na verdade “anti-reis legitimados”³⁴ já que os príncipes escolhiam não o candidato mais próximo do falecido monarca e sim aquele que mais lhes conviesse.

1.2: Lotário III e Conrado III – O primeiro confronto entre Welf e Stauffer.

Quando Henrique V decide em seu leito de morte conceder a guarda das insígnias imperiais a seu sobrinho Frederico da Suábia, provavelmente não imaginou as conseqüências que tal ato desencadeou. Rapidamente houve a constituição de um partido contrário ao Stauffer, liderado pelo arcebispo Adalberto I de Mainz e o duque Henrique, o Negro da família Welf, sogro de Frederico. Estes dois poderosos príncipes orquestraram a eleição de Lotário de Supplinburg, duque da Saxônia para imperador.

Lotário era um candidato ideal para os príncipes, já que não tinha herdeiros masculinos (assim não estaria interessado em formar uma nova dinastia) e não era relacionado nem pela linha agnática ou pela cognática à dinastia dos Sális. Adalberto de Mainz conseguiu a custódia das insígnias imperiais após convencer a rainha Matilda a entregá-las e manobrou os príncipes para uma assembléia em Mainz para a eleição. O papado foi representado por um legado, como já havia feito nas eleições de Rudolf de

³³ FUHRMANN, p.94.

³⁴ FUHRMANN, p.97.

Rheinfelden e de Henrique V como anti-reis, houve mesmo um observador externo, o Abade Suger de Saint-Denis.

Foi reunido um colégio eleitoral de quarenta membros consistindo em dez representantes para cada um dos ducados étnicos: Francônios e Lotaríngios (representados em conjunto), Suábios, Bávaros e Saxônios. Todos os ducados tiveram candidatos concorrendo ao trono, mas apenas três tinham alguma chance: Frederico da Suábia, Lotário da Saxônia e o margrave da Áustria Leopoldo III de Babenberg (marido em segundas núpcias de Agnes da Suábia e padraсто de Frederico II da Suábia) representando a Bavária.

Os três candidatos foram confrontados pelo arcebispo perante a assembléia com uma pergunta capciosa: estaria o candidato preparado para reconhecer outro como rei caso não fosse eleito? Frederico pediu uma pausa para deliberar e assembléia não aguardou sua resposta, elegendo Lotário de Supplinburg *per inspirationem*. Quando Adalberto proclamou Lotário como rei, os bávaros primeiro protestaram, mas recuaram rápida e surpreendentemente, já que seu duque era o Welf Henrique, o Negro e ele havia sido conquistado pela promessa do casamento entre o seu herdeiro e a filha única de Lotário, Gertrude. De fato, este matrimônio ocorreu dois anos depois, criando a mais poderosa entidade territorial na Germânia: a união de Saxônia e Bavária.

A treze de Setembro de 1125 Lotário foi coroado pelo arcebispo Frederico de Köln em Aachen e seu reinado foi caracterizado pela luta contra os Staufer, que mantinham as tradições dos Sálios e por sua parceria com o papado.

A luta contra os Staufer tornou-se inevitável quando o duque Frederico recusou-se a entregar as terras da coroa ao novo rei, já que sob os Sálios terras reais e familiares tornaram-se de difícil distinção umas das outras. Antes do final do ano Frederico havia sido declarado rebelde e uma campanha militar foi declarada contra ele. Lotário tentou uma manobra de envolvimento estratégico contra os Staufer: conferiu o condado da Alta Borgonha (terras em torno de Besançon) a oeste das terras dos Staufer a Conrado de Zähringen, enquanto que a leste dos Staufer encontravam-se as terras de Henrique, o Soberbo, duque da Bavária e genro do rei, assim como ao sul. Mas a expedição de 1127 que deveria compelir os Staufer à submissão, literalmente atolou durante o assédio de Nuremberg, formando assim uma brecha no cerco aos rebeldes.

Os Staufer ampliaram a brecha ao elegerem Conrado da Francônia (irmão caçula de Frederico) como anti-rei. Conrado buscou suporte na Itália, tendo mesmo sido coroado rei da Itália pelo arcebispo de Milão, mas este golpe fracassou, já que Conrado foi expulso da península e em janeiro de 1128 a situação dos Staufer parecia ser insustentável, quando o alívio veio de uma fonte inesperada: o papado.

Desde a morte de Calixto II em 1124 houve um crescendo de tensões entre as principais famílias romanas, os Frangipani e os Pierleoni que levaram a um cisma após a morte de Honório II em 1130: foram eleitos dois candidatos, um de cada família, Inocêncio II e Anacleto II (hoje considerados ambos papas legítimos pelo Vaticano). Inocêncio contava com o apoio de Bernardo de Clairvaux, cuja eloquência trouxe o reconhecimento de Henrique I de Inglaterra e de Luís VI de França. A luta por reconhecimento dos dois papas foi literalmente trazida à porta do rei Lotário, já que Inocêncio e Bernardo foram a seu encontro em Liège e o monarca decidiu-se por Inocêncio II, mas, em sua condição tradicional de co-governante da Cristandade era importante que ele demonstrasse sua escolha com mais do que palavras e o rei estava disposto a um grande gesto: ele concordou em prestar ao papa o serviço de cavaliário e palafrenero, conduzindo pelo bridão o cavalo do papa e depois segurando o estribo para que o pontífice montasse.

O que Lotário considerava ser apenas um gesto de respeito e reverência pôde facilmente ser reinterpretado como uma demonstração de reconhecimento da suserania do poder espiritual sobre o poder temporal, ou melhor, da suserania do papa sobre o monarca germânico. Em troca Lotário demandava o retorno ao direito de Investidura plena; em outras palavras, ele queria retornar aos tempos anteriores à Concordata de Worms. Apenas em troca disso é que ele estaria disposto a escoltar Inocêncio de volta a Roma. Foi necessário que Bernardo exercesse ao máximo suas habilidades persuasivas para fazer com que Lotário recuasse e aceitasse apenas a coroação imperial como recompensa adequada aos serviços prestados.

No final do verão de 1132 Lotário cumpriu sua promessa. Marchou sobre Roma com um modesto exército de 1500 cavaleiros. Anacleto II encontrava-se fortificado na Cidade Leonina, o complexo de fortificações que cercavam a igreja de São Pedro. Assim Lotário foi coroado imperador em São João de Latrão no dia quatro de junho de 1133. Depois de renovadas negociações a respeito das investiduras, Lotário conseguiu de

Inocência II um privilégio que lhe assegurava que os bispos estavam proibidos de tomar posse das regalias sem terem sido a elas devidamente enfeudados pelo rei. Mas acabou por tomar uma decisão infeliz com relação às terras matildinas (a Marca da Toscana), já que declarou mantê-las em usufruto, em última instância aceitando que eram posses eclesiásticas, em troca de uma renda anual de mil libras de prata. Lotário investiu como marquês da Toscana o seu genro Henrique, o Soberbo, mas este teve que prestar homenagem ao papa.

A Cúria somou o serviço de palafreineiro realizado por Lotário às homenagens prestadas pela Marca da Toscana e concluiu que o imperador havia se tornado vassalo do papa.

Logo após o imperador ter deixado Roma, Rogério II da Sicília veio ao socorro de Anacleto II e expulsou Inocência II da cidade. Bernardo de Clairvaux mais uma vez admoestou o imperador, só que desta vez clamando para que este cumprisse seus deveres como protetor da Igreja. Uma nova campanha italiana tornou-se possível após a submissão dos irmãos Stauffer em 1135. Nem os Stauffer nem o imperador possuíam recursos ou oportunidade para esmagar os respectivos inimigos; e isso explica o fato de que Frederico manteve seu título ducal e Conrado até recebeu como honraria o título de porta-estandarte imperial. Assim foi possível reunir um grande exército para a expedição de 1136 (só Henrique, o Soberbo trouxe consigo 1500 cavaleiros) e desta vez Lotário seria capaz de impôr os direitos imperiais em toda a Itália.

Seguindo os costumes de seus antecessores ele presidiu uma assembléia imperial na planície de Roncaglia, próximo a Lodi (a primeira planície após a saída dos passos alpinos), onde emitiu um édito fortemente influenciado pelo Direito Romano: todos os vassallos estavam proibidos de subenfeudar ou alienar seus feudos sem o consentimento de seus suseranos, se não estes não conseguiriam reunir recursos suficientes para o financiamento de suas partes nas expedições imperiais.

A campanha prosseguiu em 1137, prometendo ser um grande sucesso: Benevento e Bari foram tomadas e Rogério II pediu negociações de paz, estando mesmo disposto a oferecer os próprios filhos como reféns, quando começaram as dissensões no exército invasor e entre o imperador e o papa a respeito do que fazer com as terras conquistadas e quem faria os enfeudamentos, em suma, disputas pela jurisdição senhorial destas terras.

Devido a isso a expedição terminou e na marcha de retorno Lotário adoeceu e confiou as insígnias imperiais a Henrique, o Soberbo, vindo a falecer em Reutte (Tirol) a quatro de dezembro de 1137.

O cisma terminou com a morte de Anacleto II em janeiro de 1138 e Inocêncio sentiu-se forte o suficiente para convocar um concílio a ser realizado em Latrão em 1139, quando excomungou Rogério II e preparou uma expedição contra os normandos que terminou em fracasso: o papa aprisionado e só libertado após o reconhecimento da realeza do normando e de tê-lo enfeudado com o Reino da Sicília.

Embora as realizações de Lotário na Itália não lhe tivessem sobrevivido, sua atuação no leste foi seu legado duradouro para a expansão do Reino, já que como rei ele continuou a sua obra ducal.

Como duque ele cercou-se de auxiliares ambiciosos e capazes, executores de uma forte política expansionista: o margrave de Lausitz Alberto, o Urso (que veio a incorporar o Brandemburgo ao Império), o margrave de Meissen Conrado de Wettin e o margrave de Holstein Conde Adolfo de Schauenberg, que empreenderam a partir de suas terras um ativo esforço de conquista, colonização e evangelização das terras eslavas. As terras ganhas às florestas e aos eslavos eram em teoria posse imperial, mas em um período de realeza enfraquecida era a nobreza o elemento mais ativo no processo de colonização e isso lhes permitia estender as bases de seu poder. O exemplo mais claro desta linha de pensamento foi o esforço de expansão a leste registrado nos domínios de Henrique, o Leão duque Welf da Bavária e da Saxônia, ativo participante da II Cruzada em 1147 (só que contra os eslavos, ou seja, num “front doméstico”) e fundador de Munique e de Lübeck.

Assim como na eleição de 1125, na de 1138 o candidato que estivesse mais próximo da idéia de uma monarquia hereditária foi excluído. Henrique, o Soberbo, marido da filha única de Lotário III, herdeiro de suas terras e o homem a quem o falecido imperador havia confiado as insígnias imperiais deve ter pensado que tinha boas chances na sucessão, mas era poderoso demais, com interesses espalhados da Sicília à Dinamarca atrapalhando os planos da Cúria e dos príncipes, que por sua vez uniram-se para negar o trono ao Welf.

Esta foi a chance dos Staufer, já que desta vez tanto aqueles que apoiavam o princípio eletivo quanto o hereditário concordaram com a ascensão de Conrado III, que de mais a mais havia conseguido permanecer como anti-rei até 1135, apenas dois anos antes

da morte de Lotário. As circunstâncias favoreceram uma eleição rápida: o arcebispado de Mainz estava vago e o de Köln havia sido recentemente preenchido, mas ainda não havia sido consagrado; assim o arcebispo de Trier era o líder indisputado da igreja renana. Albero de Trier não esperou a assembléia dos príncipes e declarou Conrado III eleito em Coblenz a sete de março de 1138, com a conveniente presença de um legado papal que coroou o novo rei em Aachen poucos dias depois.

A despeito da eleição apressada Conrado foi reconhecido pela maioria e Henrique, o Soberbo passou-lhe as insígnias imperiais. Todavia, logo após houve o choque com os Welf, quando Conrado ordenou um princípio constitucional segundo o qual nenhum príncipe poderia manter dois ducados. Henrique recusou-se a realizar a homenagem, já que Conrado havia demandado que ele desistisse de sua herança bávara ou da Saxônia, a qual ele só havia tomado posse em 1137. Henrique foi declarado fora da lei e privado de ambos os ducados. A Saxônia foi concedida a Alberto, o Urso e a Bavária a Leopoldo IV da Áustria, meio-irmão de Conrado III.

No auge da crise em outubro de 1139 Henrique morreu, mas a resistência dos Welf prosseguiu, estando, porém dividida. Na Saxônia ela não era liderada pelo herdeiro de dez anos de idade - Henrique, o Leão - mas sim por sua avó, Richenza, a imperatriz-viúva de Lotário III, enquanto que na Bavária ela era liderada por Welf VI, irmão de Henrique, o Soberbo. No início de sua campanha Conrado conseguiu expulsar os Welf de seus castelos e alódios na Suábia, mas mesmo com esta vitória e com a morte de Richenza em 1141, a resistência Welf prosseguiu firme e só em 1142 chegou-se a um acordo: Alberto renunciou à Saxônia, devolvida a Henrique, o Leão, que por sua vez teve que desistir formalmente da Bavária, confirmada ao novo duque o Babenberger Henrique Jasomirgott, que havia sucedido a seu irmão Leopoldo IV em 1141. O acordo foi selado com o casamento de Jasomirgott com Gertrude, viúva de Henrique, o Soberbo, mas a morte desta em 1143 fazendo com que os Welf voltassem a reclamar a Bavária, problema que só foi resolvido após a ascensão de Frederico *Barbarossa*.

Provavelmente o maior acontecimento ocorrido durante o reinado de Conrado III foi sua participação na Segunda Cruzada. Aliás, trata-se de uma denominação falha, já que diferentemente da Cruzada de 1096-99, esta não teve apenas a Terra Santa como objetivo,

mas foi uma operação que atingiu quase simultaneamente três teatros de operação: Portugal, Germânia e Palestina.

Como é sabido, a queda de Edessa foi o *casus belli* da Segunda Cruzada e que a mente por trás da mesma foi a de Bernardo de Clairvaux, que pessoalmente convenceu o rei Luís VII de França a tomar a cruz e os votos, enquanto outros pregadores incitaram a participação germânica. De fato Conrado acabou por partir antes que Luís.

A cruzada de São Bernardo foi um fracasso e os reis cristãos retornaram à Europa sem ter alcançado qualquer objetivo pio. Porém, esta cruzada teve amplos desdobramentos diplomáticos, já que selou a aliança entre os Impérios do Ocidente e do Oriente, inclusive com os casamentos entre Berta de Sulzbach (cunhada de Conrado III) e o *basileus* Manoel I Comneno e de Henrique Jasomirgott (meio-irmão Babenberger de Conrado) com Irene Comnena, sobrinha do *basileus*. Esta aliança foi voltada contra o papado e o Reino Normando da Sicília, que se havia aproveitado da cobertura dada pela Cruzada para atacar a Corfu e transplantar sua florescente produção de seda para Palermo. A outra aliança foi formada entre a Sicília e o Reino de França, justamente para conter as ambições imperiais na península.

Os últimos três anos do reinado de Conrado (1149-1152) não lhe trouxeram maiores contratempos, excetuando a morte de seu primogênito Henrique em 1150. Quando de sua morte em 1152 Conrado III, que nunca se deu o trabalho de obter a coroação imperial em Roma, nomeou como herdeiro não seu filho caçula, Frederico de Rothenburg (que viria a falecer durante a conquista de Roma em 1167) de oito anos de idade, mas sim seu sobrinho, Frederico III da Suábia, recém testado como líder político e militar durante a expedição germânica da segunda Cruzada.

1.1. 3: Frederico I, a Germânia reencontra a Paz (1152-1154)

Ao contrário de seus predecessores imediatos Frederico recebeu um apoio eleitoral praticamente unânime, assim explicado por Otto de Freising:

“Existiam no mundo romano, entre as fronteiras da Gália e da Germânia, duas renomadas famílias: a dos Henriques de Waiblingen e a dos Welfs de Altdorf. Uma gerava imperadores e a outra grandes duques. Estas famílias famintas pela glória, como é usual entre os grandes homens, eram freqüentemente invejosas uma da outra e várias vezes

perturbaram a paz do reino. Mas pela graça de Deus (como os homens acreditam), providenciando a paz para seu povo no futuro, surgiu o Duque Frederico, pai deste Frederico, que descendia de uma das duas famílias (a dos reis) e tomou como esposa um membro da outra, a filha do duque dos Bávaros, e através dela tornou-se pai do Frederico que agora reina.

*Os príncipes consideraram não apenas os feitos e o valor do jovem já mencionado, mas também este fato, o de ter sangue das duas famílias, podendo ele assim, como uma pedra angular, reconciliar a inimizade entre as duas casas e por isso decidiram selecioná-lo como a cabeça do reino”.*³⁵

Frederico foi eleito a quatro de março de 1152, apenas duas semanas e meia após a morte de Conrado III por um eleitorado seletivo organizado segundo as bases étnicas já discutidas e foi coroado dia nove em Aachen. Foi uma escolha dos príncipes, já que nenhum arcebispo ou legado papal atuou durante o processo eleitoral e o fator primordial foi o de ser ele a síntese das duas principais famílias da Germânia. Sua rota preferida para o sucesso era justamente o compromisso, o qual ele poderia considerar como ponto de partida para o subsequente progresso. Sua eleição guarda estas características e é possível que ele tenha feito um grande trabalho de preparação de seus eleitores, tendo-os influenciado mais do que hoje se imagina.

Outra de suas características que impressionaram seus contemporâneos foi o seu senso de propósito. Enquanto ainda estava em Aachen escreveu ao papa comunicando sua eleição (e não pedindo confirmação ou apoio) e que desejava restaurar a glória do Império Romano, enquanto preservaria os privilégios da Igreja. Ele assim privou a Cúria da chance de tornar a confirmação da eleição em um direito de aprovação sobre o recém-eleito rei da Germânia.

Frederico dedicou-se no ano de 1152 a perambular pelo reino realizando assembléias e cortes de justiça para normalizar a situação caótica gerada pelas disputas entre os príncipes: a primeira medida foi nomear seu primo Frederico de Rothenburg como duque da Suábia (e como seu parente masculino mais próximo, agir como regente), a seguir

³⁵ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, p. 116.

Otto de Babenberg, bispo de Freising era neto de Henrique IV, através das segundas núpcias de Agnes, esposa do duque Frederico I da Suábia e assim meio-irmão de Frederico II, o Caolho e Conrado III, portanto tio de Frederico *Barbarossa*.

lidou com o apaziguamento dos Welf. Henrique, o Leão expandiu sua autoridade na Saxônia às custas dos nobres locais, como Alberto, o Urso. Frederico arbitrou as disputas entre os dois (geradas pelo recebimento de heranças de linhagens nobres extintas) dividindo as heranças meio a meio. Já o caso bávaro revelou-se um pouco mais complicado, já que Henrique Jasomirgott recusou-se a comparecer a qualquer assembléia onde o caso fosse discutido. Assim o caso foi julgado em sua ausência e Frederico resolveu-se com a devolução da Bavária a seu primo Welf, ignorando a disposição constitucional de Conrado III. Mas, num toque de elegância, não abandonou seu primo Babenberger: destacou a Áustria da Bavária, elevando-a de marca a ducado. E finalmente, como conclusão do processo de paz com os Welf, Frederico investiu a marca da Toscana ao mais ativo opositor dos Staufer, Welf VI. Embora os Welf tenham sido beneficiados, isto não ocorreu à custa dos Staufer, já que Frederico mostrou-se extremamente consciente de seus direitos e prerrogativas.

Além destas medidas de pacificação política Frederico estabeleceu diversas vezes a Paz no Reino (*Landfreide*) com pesadas punições para aqueles que a rompessem. O resultado é que por volta de 1153 a situação interna da Germânia encontrava-se sob o controle do monarca. Pelo menos uma das grandes questões internas.

Quanto à Igreja Frederico agiu com presteza para assegurar seus direitos perante o episcopado germânico, sugerindo candidatos e supervisionando as eleições em qualquer das séis episcopais no reino, segundo as possibilidades que lhe foram legadas pela Concordata de Worms. Seu primeiro confronto com o papado se deu com a eleição para o arcebispado de Magdeburg: o rei rejeitou os dois candidatos cuja eleição havia empatado e forçou a aceitação de um terceiro candidato o bispo Wichmann de Zeitz-Naumburg, homem de sua confiança, que obviamente acabou eleito. O papa Eugênio III recusou-se a aceitar esta eleição, que a seu ver violava a Concordata de Worms, mas seu sucessor Anastácio IV aceitou a eleição e concedeu-lhe o arcebispado.

Durante a assembléia de Würzburg em outubro de 1152 ficou estabelecida uma expedição italiana para o outono de 1154, cujos objetivos eram a sagração imperial, um reconhecimento da situação na Lombardia (Conrado III afastou-se da Itália) e a reafirmação da autoridade imperial na península, com o resgate das *regalia* usurpadas pelas comunas lombardas. É evidente que tal movimentação só poderia ocorrer com o consentimento papal

e embaixadas foram trocadas visando o estabelecimento de um acordo. O Tratado de Constança foi firmado em março de 1153 estabelecendo que Frederico não faria a paz com os Normandos ou com a Comuna Romana (liderada por Arnaldo de Bréscia), defenderia o patrimônio de São Pedro e a *honor papatus* em sua capacidade de advogado da Igreja Romana. Em troca o papa comprometeu-se a realizar a coroação imperial, assistir Frederico no que fosse necessário para estender a *honor imperii* desde que possível ao papado e usar as sanções eclesiásticas contra aqueles que injuriassem a *honor regni*. Implícita a ambas as partes estava o consenso de não permitir ao imperador bizantino nenhuma concessão territorial na Itália.

A linguagem do Tratado de Constança revela o treinamento diplomático e jurídico dos negociadores reais assim como dos papais. Trata-se de um dos primeiros resultados práticos da expansão da educação dos membros da Chancelaria Imperial, que havia sido apanhada numa situação de inferioridade intelectual pela Cúria durante a Contenda das Investiduras.

Como parte das amabilidades trocadas entre o rei e o papa, o legado papal em Constança autorizou o divórcio de Frederico e sua esposa Adela de Vohburg-Cham-Nabburg, alegadamente por consangüinidade, mas provavelmente pela busca de uma herdeira melhor. Manoel I Comneno chegou a oferecer-lhe uma de suas filhas em 1153, mas Frederico recusou a oferta já que não queria romper o Tratado de Constança.

Tendo realizado as preparações diplomáticas e evidentemente as logísticas, a expedição italiana partiu de Augsburg em outubro de 1154. Em comparação a expedições posteriores tratava-se de um exército pequeno, com aproximadamente cinco mil cavaleiros, sendo que o maior contingente individual foi o de Henrique, o Leão que contava com mil e oitocentos cavaleiros. Com uma força tão pequena Frederico não podia arriscar-se com grandes empreendimentos bélicos, mas podia ao menos bancar o imperador e juiz.

Recebeu em Roncaglia as queixas de diversas cidades que haviam sido oprimidas por Milão (Lodi, Cremona e Pavia). Após Milão ter-se negado a responder por tais acusações, foi declarada fora da lei, mas nenhuma medida imediata foi tomada (graças à fraqueza numérica do exército real). Em sua jornada rumo a Roma Frederico atacou cidades

aliadas a Milão (como Chieri, Asti e Tortona)³⁶ e entrou em acordo com os professores do renovado Direito Romano da universidade de Bolonha (tomando-se seu protetor e em troca recebendo a assistência dos melhores advogados de sua época) e finalmente Frederico encontrou o novo papa, Adriano IV, na vila de Sutri em junho de 1155, onde o pontífice concordou com os termos do Tratado firmado por seu antecessor, mas demandou que Frederico lhe prestasse o serviço de palafrenero tal qual Lotário III havia prestado a Inocêncio II. Frederico recusou-se apontando ao papa as implicações vassálicas de tal gesto; apenas após o papa ter-lhe prometido que este ato não seria interpretado como símbolo de vassalagem é que o rei, de má vontade, ajudou o papa a montar e guiou-lhe a montaria pelo bridão.

Frederico foi abordado por uma delegação da comuna romana que lhe oferecia a coroação pelo Senado restaurado em troca de cinco mil libras de ouro, mas o rei manteve-se ao Tratado de Constança. Suas tropas capturaram Arnaldo de Brécia que foi entregue ao prefeito de Roma, que o enforcou, queimou o corpo e espalhou suas cinzas no Tibre. No dia da coroação imperial (18 de junho de 1155) a população sublevou-se, mas foi reprimida pelas tropas de Henrique, o Leão.

De acordo com o Tratado, agora Frederico deveria investir contra o Reino da Sicília, especialmente agora que este se encontrava acéfalo, já que Rogério II havia morrido e seu sucessor Guilherme I não havia ainda consolidado suas posições. Porém os príncipes germânicos forçaram o retorno do exército, fazendo com que o imperador não cumprisse (pelo menos neste momento) seu compromisso com o papa. Adriano, sentindo-se traído, entrou em acordo com Guilherme I, tendo formalmente rompido o Tratado de Constança, estabelecendo assim uma desconfiança entre imperador e papado que causou muitos problemas.

Os acontecimentos posteriores como a Assembléia de Besançon (1157), o cisma de 1160 e a segunda campanha italiana (1158-1162) serão tratados em nossos próximos capítulos.

³⁶ Os episódios militares desta expedição serão tratados em detalhe no capítulo 6 de nossa dissertação.

PARTE II:

AS PEÇAS

Capítulo 2: A composição social da hoste

“Os dois Reis dispõem suas forças em duas linhas. A vanguarda é composta pelos oito Peões. Atrás estão as ágeis Torres, os ferozes Cavaleiros, que lutam deslealmente, o Rei, a Rainha e dois Bispos”.

Sobre o Xadrez (Poema de Deventer), início do século XIII ³⁷.

2. 1: A estrutura social germânica e o papel dos *Ministerialis*.

A questão central neste capítulo é a do estabelecimento das relações entre sociedade e guerra durante a Idade Média Central, materializada no estudo da composição social dos exércitos. Sua extração social, seu recrutamento e que tipo de treinamento recebiam. As formas em que eram usados em combate ficam para o capítulo dedicado especialmente às operações militares.

Devemos destacar logo de início que nossas fontes referem-se maciçamente aos cavaleiros, guerreiros provenientes dos estratos mais altos da sociedade. Intencionalmente, já que se trata de documentação produzida pela aristocracia para ela própria, nublando assim o papel militar das camadas menos favorecidas, tornando nossa tarefa mais difícil.

A sociedade germânica no século XII superava em complexidade os arranjos sociais dos reinos próximos, posto que existiu a preservação de parte importante da estruturação social carolíngia, uma grande organização hierárquica com a presença de muitas camadas. A nobreza propriamente dita era constituída pelas famílias cujos ancestrais haviam sido ligados aos quadros administrativos do Império Carolíngio nas altas funções como Duques, Condes e Marqueses. A seguir encontramos uma complexa gradação entre livres e servos, com uma vasta gama de categorias progressivamente mais livres (ou menos servis) entre os extremos: os *militēs liberti* (cavaleiros vassalos livres), *ministerialis*, *censuarii*, *mancipia*, *liti*, *famuli*, *fiscalini*, *homines proprii*, *mansionarii* e *servii*.

³⁷ LAUAND, pp. 47-48.

Em *A Sociedade Feudal* (1940) Marc Bloch já havia tratado do “arcaísmo da Alemanha” medieval³⁸, constatando uma continuidade das instituições e formações sócio-políticas do antigo império carolíngio. Bloch considerava a situação germânica como arcaica perante formações sócio-políticas mais “modernas” como França, Inglaterra e Sicília. O que talvez ele tenha desprezado foi um fator de extrema importância para a formação do Sacro Império: não houve uma preservação consciente da herança carolíngia e sim uma menor destruição destas instituições entre os séculos IX e X, ao contrário do que ocorreu na França.

Como no caso dos *Ministerialis*, descendentes de ramos empobrecidos ou secundários da nobreza, frutos de casamentos socialmente mistos com os poucos homens livres detentores de alódios e mesmo de servos das propriedades régias. Embora fosse uma camada com origens heterogêneas, seus membros possuíam em comum o fato de estarem ligados a seus senhores por laços de servidão. Diferente dos servos camponeses, os ministeriais deviam serviços militares e administrativos a seus senhores.

Seu status era de difícil definição. A idéia de “Cavaleiros-servos” acaba por subverter o senso comum sobre a posição social dos cavaleiros, mas nos traz a riqueza da herança carolíngia. Estes ministeriais formaram o núcleo dos exércitos germânicos cavaleirescos dos séculos XI ao XIII, sendo complementados pelos poucos vassallos livres, pelos mercenários e pelos infantes convocados em regime de *ban*. De fato, os ministeriais vieram a ocupar no Império o nicho social equivalente ao que ocupavam os cavaleiros em França e Inglaterra: o de uma pequena nobreza feudatária e terratenente. Mas a diferença entre cavaleiros e ministeriais estava na natureza diferenciada de seu laço de dependência. Assim, acabaram por formar a maior parte da cavalaria germânica e preenchiam os cargos intermediários e inferiores da administração para os príncipes.

Por volta do ano 1000 encontramos na França cada vez menos cavaleiros na posição dos ministeriais e cada vez mais na de cavaleiros livres, vinculados a seus senhores por laços vassálicos e não por obrigações servis. Quanto às outras graduações servis, desapareceram, comprimindo-se no qualificativo genérico “servos”.

A grande transformação social na Germânia entre os séculos XI e XIV foi o processo de ascensão dos ministeriais, que deixam as suas origens servis para integrarem a

³⁸ BLOCH, p. 411.

nobreza propriamente dita no Sacro Império Romano. Esta situação teve início na Contenda das Investiduras, tendo os ministeriais sido o esteio militar e administrativo dos últimos Sális, ao lado dos burgueses renanos. O processo encontrou sua conclusão no século XIV, com a total absorção dos ministeriais na nobreza propriamente dita.

Assim fica simples identificarmos a natureza desta ascensão dos ministeriais: seu papel militar, nestes quase dois séculos de grande atividade bélica no Império, 1070-1250. As grandes linhagens nobres desapareciam, o número de vassalos livres era pequeno e grande era o espaço de crescimento dos ministeriais na aristocracia germânica, seu número cresceu com a ascensão de categorias inferiores como os *censitarii* e os *fiscalini* e, principalmente, no século XII seu emprego nas operações bélicas atingiu proporções inéditas. Nas campanhas italianas de Frederico I, os ministeriais corresponderam a pelo menos 70% dos efetivos da cavalaria germânica.

Um dos casos mais interessantes deste processo ascensório foi o de Markward de Annweiler, homem de confiança de Henrique VI que o nomeou Marechal do reino e regente da Germânia e depois em testamento, regente da Sicília e guardião de Frederico II. Markward revelou-se um homem habilidoso e capaz, tendo sido um dos primeiros adversários do poderoso papa Inocêncio III. Outro caso foi o de Hermann von Salza, *Hochmeister* (grão-mestre) da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, fundador do *Drang nach Osten* particular da Ordem, que em 1226 foi tornado príncipe de Império por Frederico II.

Os ministeriais tiveram ainda um papel extremamente importante para o desenvolvimento da cultura secular na Germânia do século XII: contribuíram com as inovações da *Minnerlyrik* cortesã e dos romances de cavalaria como as obras de ministeriais como Wolfram von Eschenbach, Hartmann von Aue e Walther von der Vogelweide, entre outros, cujas obras vieram a ser preservadas em diversas compilações, sendo que a mais conhecida é o *Codex Manesse* no século XIV. Podemos mesmo dizer que a participação destes cavaleiros foi essencial para o renascimento da cultura leiga e na vida cortesã na Germânia.

Mas devemos também notar que a concorrência pelo patrocínio das grandes cortes era acirrada, como se pode apreender das trajetórias de vários autores, como von der Vogelweide, que serviu às cortes principescas dos Babenberger em Viena, do margrave Dietrich von Meissen, do bispo Wolfger von Ellenbrechtskirchen, do duque Bernhard von

Kärnten e nas cortes régias de Felipe da Suábia, Otto IV e Frederico II. Além disso, não eram muitos os ministeriais que conseguiam se destacar em seu cotidiano:

*“O tom comercial dos costumais, as maneiras brutais que poderiam terminar em homicídio, a pobreza da vida nas lúgubres torres de pedra espalhadas pela Germânia, significava que a maioria dos ministeriais não conheciam a mentalidade cultural da cavalaria familiar a uns poucos indivíduos talentosos que podiam compor versos.”*³⁹

A situação dos ministeriais era, portanto mais difícil que a de seus congêneres franceses que desfrutavam de maiores oportunidades para ascender socialmente.⁴⁰

2.2: Mercenários.

A necessidade dos príncipes medievais de possuir tropas que servissem por tempo indeterminado sempre foi problemática. O primeiro método utilizado para obtê-las foi associando os soldados ao controle sobre terras, para que daí pudessem extrair seu sustento, ou seja, a instituição militar do Feudalismo que se revelou rapidamente catastrófica para o poder dos monarcas, já que estes soldados após terem-se tornado senhores efetivos da terra que lhes havia sido confiada, perdiam o estímulo à obediência. Os laços de suserania e vassalagem limitavam ainda mais o uso destas tropas.

Apenas com a paga a homens desenraizados é que surgiu uma solução para este problema, mas os mercenários exigiam metal sonante que só pôde ser obtido graças à grande expansão econômica iniciada na segunda metade do século X, que culminou com o retorno da economia monetária em grade escala na Europa ocidental, especialmente na Itália e na Flandres.⁴¹

O século XII foi o primeiro em que houve um emprego constante de mercenários na Idade Média; estes tiveram grandes empregadores régios como Henrique II Plantageneta, Ricardo I Coração de Leão e Frederico I Barbarossa (principalmente após 1162). Monarcas ricos, com sistemas de arrecadação razoavelmente eficientes (ver capítulo 5) *“O dinheiro parece ser necessário não apenas em tempo de guerra, mas no de paz também (...) na*

³⁹ ARNOLD, *German Knighthood*, p.99.

⁴⁰ É interessante notarmos que o principal autor dos romances franceses de cavalaria, Chrétien de Troyes, era um escritor e não um cavaleiro, enquanto que os autores germânicos eram cavaleiros com real vivência nas cortes e nos campos de batalha. Seria interessante comparar suas obras em relação à apresentação das questões militares.

⁴¹ Os modos utilizados pelos monarcas e magnatas para tirar proveito deste contexto encontram-se no capítulo 5: Logística.

guerra ele é gasto com a fortificação de castelos, nos soldos dos guerreiros e em numerosas outras coisas, dependendo da natureza das pessoas pagas para a preservação do reino".⁴²

O serviço pago dos vassalos não era visto como mercenário; eram meios de ajudar o vassalo a subsistir durante a campanha, a equipar-se e mesmo um meio para atrair mais homens para o serviço. Mas o conceito de lutar essencialmente pelo pagamento, aliado à idéia de que tal desonra só poderia ocorrer em povos estrangeiros de camadas inferiores fez nascer a idéia medieval dos verdadeiros mercenários.⁴³ *"Do povo, mas já agora de seus escalões mais baixos, saíam outros técnicos, os do massacre, artesãos necessários da guerra útil."*⁴⁴

A consciência de "estrangeirismo", uma das principais características do verdadeiro mercenário, fica patente ao nos depararmos com os termos que descreviam os mercenários nas crônicas do século XII: brabantinos (ou brabanções) na França e no Império, aragoneses (ou navarreses) na Ibéria e Sul da França, galeses na Inglaterra entre outras.

Fica clara a idéia de que se tratava de populações das margens dos reinos, de regiões cuja obediência aos reinos vizinhos era nebulosa: o Brabante flutuava entre o Império e a França, os "aragoneses" mencionados eram na realidade os habitantes dos Pirineus, como os bascos, por exemplo; e os principados galeses só foram submetidos em definitivo à autoridade inglesa em fins do século XIII com as campanhas de Eduardo I.

Além do serviço indeterminado, os mercenários trouxeram consigo experiência e especialidades militares gerais e diversas habilidades especiais, particularmente em infantaria. O surgimento de novas e alegadamente imorais maneiras de atacar o adversário scandalizou o século XII⁴⁵ – sobretudo com a difusão de uma arma ofensiva cuja utilização exclui a coragem, pois age à distância e atinge insidiosamente, sem que a vítima possa prever o golpe, resistir ao agressor, nem mesmo identifica-lo ou percebê-lo: a besta é um arco cujo tiro é ajustado por um conjunto de engrenagens, tendo sua força e seu alcance multiplicados; espécie de balista leve e manuseável que não arremessa pedras, mas dardos, e tão vigorosamente que eles furam as couraças mais espessas.

⁴² Richard Fitz Neal In: KEEN (ed.), p. 209.

⁴³ KEEN (ed.), p. 210.

⁴⁴ DUBY, *A Idade Média na França*, p.160.

⁴⁵ DUBY, *A Idade Média na França*, p.160.

A besta é capaz de matar até os cavaleiros mais bem protegidos: os príncipes, como Ricardo Coração de Leão, rei da Inglaterra, que foi ferido e mais tarde abatido por uma seta de besta. Graças a este poder, a Igreja tentou proibir o uso dessa máquina mortífera assim que apareceu. Organizando a cruzada, Urbano II proibiu que fosse utilizada contra cristãos, mas em vão. Em 1139, o concílio de Latrão lançou o anátema, igualmente sem sucesso, contra os que empregavam besteiros. Depois de 1150, tais instrumentos disseminaram-se por toda parte, assim como os especialistas em seu manejo, operários que vendiam a quem melhor pagasse seus talentos na arte de abater as montarias de longe e de romper as lorigas.⁴⁶

Os grupos mercenários não se dispersavam após a ação; continuavam a vagar, devastando, vivendo na região quando não mais estavam a soldo. Eles haviam se tornado indispensáveis a quem precisava fazer frente ao inimigo, tomar castelos ou mesmo contrabalançar a excessiva presença da cavalaria. Em 1163, Luís VII e Frederico Barbarossa reuniram-se na fronteira de seus reinos (Saint Jean de Losne) para debater a paz no mundo; comprometeram-se a não mais empregar mercenários entre Paris, o Reno e os Alpes. Mas o rei da França não prometeu privar-se desses auxiliares a oeste, junto ao perigo plantageneta; assim como o imperador não se comprometeu a deixar de emprega-los na Itália ou mesmo na Alemanha.

Foi a crescente sofisticação da guerra que criou o mercenário, juntamente com uma série de fatores ambientais locais que transformaram algumas áreas em boas regiões de recrutamento. Desemprego seja numa economia pastoral ou em uma cidade em rápida expansão, foi parte na equação que explica o surgimento dos mercenários.

Operários da guerra moderna, esses *cottreaux* ou brabantinos também trabalhavam em equipe, arregimentados por um patrão que tratava diretamente com os empregadores. A *route*, bando de combatentes a pé, armados de facas, lanças, croques e bestas, assemelhava-se à milícia formada pelos homens das comunas e ainda mais aos comboios armados formados pelos mercadores na estação das feiras. E assim como os exércitos, ela era seguida por um trem de bagagens e por mulheres.

“Conspurcados pelo sangue que derramavam, pelo dinheiro que ganhavam, pela luxúria de que eram considerados mais adoradores do que os outros, sacrílegos, bebendo

⁴⁶ DUBY, *A Idade Média na França*, p.161.

*em cálices pilhados em lugares santos, esses soldados desencaminhados recrutados na nata d marginalidade, da miséria e da bastardia, acompanhados dos clérigos aliciados porque tampouco eles podiam dispensar as preces, pareciam uma dessas pestes lançadas por Deus irado, e das quais era preciso a todo custo livrar a Terra”.*⁴⁷

Em 1179, um novo concílio, em Latrão, exortava ao seu extermínio, confundidos que eram com os heréticos, mas os mercenários superaram estas dificuldades. Eles tiveram um brilhante futuro...E é até mesmo possível que tenham lutado “felizes para sempre”.

2.3 Recrutamento de tropas: Império e Comunas.

Potencialmente o imperador germânico era o monarca militarmente mais poderoso da Cristandade, teoricamente podendo agregar os recursos militares da Germânia, Suíça, Áustria, Boêmia, Moravia, Eslovênia, da maior parte da Itália, da parte leste da França, e parte da Polônia.

Além disso, o Império foi entre os séculos XII e XIV uma região com grandes excedentes de contingente militar sendo uma região de exportação de mão de obra militar. Mas ao mesmo tempo também foi um dos maiores empregadores de mercenários durante o mesmo período. Este aparente paradoxo tem uma explicação simples: cada duque ou magnata recrutava em seus próprios domínios, que por sua vez no século XII ainda refletiam muito da antiga divisão dos ducados tribais da conquista germânica (Suábia ou Alamânia, Saxônia, Bavária e Francônia) e um pouco das conquistas realizadas aos eslavos mais ocidentais, fazendo com que o exército tivesse características regionalistas muito fortes, inclusive devendo serviço local na maior parte das vezes.

Nesta estrutura fragmentada o sistema de recrutamento era bastante arcaico, bem diferente dos sistemas em desenvolvimento contemporaneamente na Inglaterra, na França e na Itália, gerando características únicas como o serviço dos ministeriais, os chamados “cavaleiros-servos” conhecidos em alemão como *dienstleute*, que não possuíam alódios, retirando seu sustento daquilo que seus senhores lhes oferecessem em matéria de subsistência, senhorios reversíveis e recompensas de qualquer espécie. Por outro lado recebiam estipêndios para o serviço fora de sua região.

⁴⁷ DUBY, *A Idade Média na França*, p.162.

Devido a estas características do sistema que limitavam o valor prático do serviço da hoste imperial é que os imperadores germânicos, em especial Frederico Barbarossa, além de outros magnatas acabaram por lançar mão ao emprego de mercenários, tropas caracterizadas apenas pela regra da paga ou saques regulares.

O contraste com a Itália merece ser observado: as áreas agrícolas ainda eram feudalizadas, mas cada vez mais controladas pelas comunas urbanas. A maior parte da nobreza lombarda vivia nas cidades e as obrigações militares estavam mais apoiadas numa base censitária do que social. É interessante observarmos que o potencial revolucionário desta situação era exacerbado pelo fato de que na maior parte da Europa riqueza e status aristocrático andavam lado a lado, mas não mais nas comunas italianas.

O recrutamento na Itália permaneceu feudal, no sentido em que ainda era baseado em laços de deveres e obrigações do que no mero pagamento. Mas existe aí uma diferença ideológica: os deveres e obrigações da milícia estavam ligados à comunidade e não a algum indivíduo em particular. Serviço feudal no senso clássico ainda era devido ao imperador (como parte das *regalia*) no século XII e foi a base do emprego de tropas comunais pelo exército imperial.

Os patrícios locais forneciam grande parte dos cavaleiros e normalmente a liderança militar, complementados pelo recrutamento de cavaleiros advindos de famílias plebéias que tivessem tradição de serviço a cavalo e recursos suficientes para o custeio do equipamento de combate cada vez mais caro. Em Florença existiam mesmo cavaleiros recrutados não apenas entre os mercadores como também entre os artesãos.⁴⁸

Os infantes urbanos eram recrutados entre os distritos que compunham a cidade e normalmente eram destinados ao combate como infantaria pesada, tendo seu equipamento sido custeado pela comuna. A infantaria leve e os trabalhadores braçais complementares ao exército vinhas do recrutamento feudal realizado no contado. Tropas estritamente mercenárias foram pouco utilizadas pelas comunas, mas elas alugavam os serviços de suas tropas numa base semi-mercenária a outras comunas, sendo tradicional a camuflagem de tais serviços sob o eufemismo de “alianças”.

⁴⁸ NICOLLE, *Sourcebook*, p. 111.

2.4 Treinamento:

A idéia de que o combatente medieval era meramente um indivíduo que buscava apenas por glória e lutava com pouco ou nenhum sentido de cooperação com seus camaradas é ilusória. O treinamento militar medieval envolvia o desenvolvimento das habilidades individuais voltadas para o apoio aos colegas e a cooperação entre os indivíduos, ou seja, visava desenvolvimento das habilidades individuais mais úteis para o combate em equipe. Como já se poderia esperar, as evidências documentais tratam mais dos cavaleiros do que dos infantas.

O treino militar começava ainda na infância: vida ao ar livre e equitação (dizia-se que se um rapaz não aprendesse a cavalgar antes da adolescência, só teria serventia para a Igreja⁴⁹). Tendo o rapaz aprendido a cavalgar, começava o treinamento de combate normalmente aos doze anos de idade e este acabaria por ser constante em sua vida. Os rapazes eram treinados em grupos separados por faixas etárias, aprendendo a cuidar de sua montaria, diversas formas de combate desarmado (para ter uma boa destreza, essencial ao combate no solo), levantamento de pesos (obviamente para aumentar a força física) e o uso de diversas armas, como espada, lança, javalina e o arco e flechas, além de certas habilidades práticas: como pilhar um campo inimigo, como caçar animais (aprendendo como usar o terreno a seu favor assim como se utilizar da cobertura disponível e de como selecionar as linhas de avanço contra o inimigo).

A seguir iniciava-se os jovens aos mistérios da cavalgada em grupos compactos, ou seja, das cargas em *conrois*, forma de combate que utilizariam pelo resto de suas vidas. Estes grupos tinham que aprender como atacar como se fossem um único indivíduo, a criar um espírito de corpo, um senso de identidade moldado pela bravura e a lealdade mútuas. Esta fase do treinamento durava em média até os vinte e dois anos de idade e era testada nos torneios (verdadeiras batalhas campais que juntavam diversos conrois e mesmo grupos de infantas) e nas guerras locais.

Neste momento poderia ocorrer que estes escudeiros ou *armigers* fossem adubados como cavaleiros, já que este cerimonial costumava ser realizados em caráter grupal; mas com o encarecimento progressivo do equipamento de batalha, cada vez menos cavaleiros eram armados, permanecendo os guerreiros na condição de escudeiros por longo tempo.

⁴⁹ NICOLLE, *Sourcebook*, p.251.

Estes jovens guerreiros após a longa fase de treinamento costumavam a permanecer jovens enquanto não conseguiam conquistar domínios próprios, empregando-se nas tropas domésticas dos magnatas, ou em busca de patronos das equipes de torneios, como Felipe de Flandres e Henrique, o Jovem Rei entre outros.

Aos rapazes mais inteligentes (ou de nascimento mais nobre) ensinava-se a grande escola de pensamento estratégico do século XII: o Xadrez. Já no início do século XIII as comparações entre os movimentos da guerra e os movimentos do jogo eram explícitas em obras como o *Poema de Deventer* e a *Moralitas de Scaccario*.⁵⁰ O jogo de xadrez é essencialmente uma simulação de combate, não entre dois exércitos que se irão defrontar numa batalha campal (na qual serviriam os peões e os cavalos), mas sim em dois exércitos que estão envolvidos numa campanha de assédio e isso pode explicar a presença de peças como as torres (ou da fortificação ou as de assédio, dependendo da postura do jogador), os bispos e o casal real (ou estão em sua corte, fortificada e cercada por soldados ou estão acampados frente ao inimigo assediado, como Frederico I em Crema, cerco este que contou com a presença da Imperatriz Beatriz).

Assim os rapazes acabavam por desenvolver habilidades táticas e estratégicas, aprendendo habilidades pessoais e de comando, sobre como, quando e onde utilizar suas forças e é bom que mencionemos, através de um espírito lúdico: seja através da caça, das competições ou do xadrez, o jogo permeia a mentalidade destes cavaleiros. Uma especulação interessante seria pensarmos o quanto este caráter lúdico que a guerra e sua preparação apresentavam não moldou as atitudes com relação aos combates: teria o jovem e pouco experiente guerreiro discernimento para enxergar além daquele espetáculo sangrento, além da idéia de um “esporte de cavaleiros”? Ou se trataria de mais um momento para provar suas habilidades e coragem a seus companheiros e rivais? Afinal de contas não seria através do destaque pessoal que um cavaleiro teria a chance de fazer fortuna, como Guilherme, o Marechal havia comprovado em sua longa carreira? Talvez respostas mais acuradas a estas questões pudessem nos revelar mais a respeito da psicologia destes homens e de suas atitudes perante a guerra.

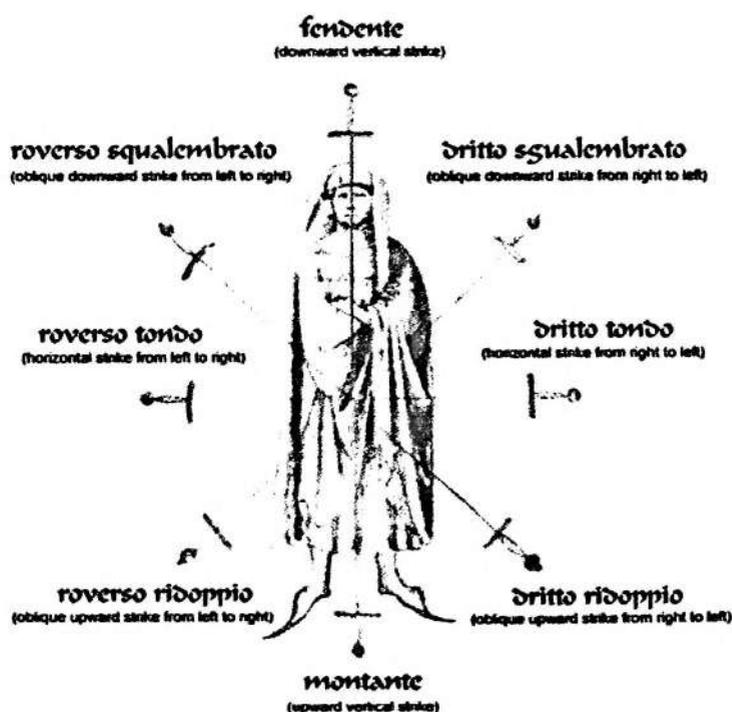
⁵⁰ LAUAND, pp. 47-51.

2.4.1 A Prática da Esgrima:

“Ao cavaleiro é dada espada, que é feita à semelhança da cruz, para significar que assim como nosso Senhor Jesus Cristo venceu na cruz a morte na qual tínhamos caído pelo pecado de nosso pai Adão, assim o cavaleiro deve vencer e destruir os inimigos da cruz com a espada. E porque a espada é cortante em cada lado, e Cavalaria é para manter a justiça, e justiça é dar a cada um o seu direito, por isso a espada do cavaleiro significa que o cavaleiro com a espada deve manter a Cavalaria e a justiça”.⁵¹

Esta interpretação alegórica da importância da espada, feita por Raimundo Lúlio em fins do século XIII, nos diz muito sobre o que o pensamento analógico medieval considerava sobre o simbolismo da arma. A espada é um símbolo de retidão e fé, é um divisor social e um amuleto protetor tanto pelo ferro de que é forjada (acreditava-se que o ferro possuísse a propriedade de afastar as criaturas maléficas), quanto pelas relíquias que muitas vezes portavam (normalmente na empunhadura ou no pomo), como exemplificado na *Canção de Rolando*. Mas acima de tudo, a espada é a fronteira social: portá-la significa estar acima da massa camponesa, significa ser ou ter a possibilidade de ser um senhor. É o emblema de distinção do cavaleiro.

Nomenclatura e direção dos golpes com a espada. Embora esta figura tenha sido extraída de um dos primeiros manuais de esgrima, o *Flos Duelatorum* (1410) de Fiori dei Liberi, seus golpes são claramente dados com o gume da arma, não com a ponta, assim como os praticados durante o século XII. Estes primeiros manuais basearam-se em práticas anteriores, como as aqui descritas.⁵²



⁵¹ LLULL, p. 77.

⁵² CVET; pp. 27 e 69.

A esgrima, portanto, tinha uma grande importância social além da militar. Seu ensino começava na infância com o uso de espadas de madeira depois substituídas por armas de ferro cada vez mais pesadas. Embora as espadas de combate fossem grandes (tendiam a medir entre 76 e 83 cm de comprimento em média) eram leves (pesando em média 1,5kg), as espadas de treino eram consideravelmente mais pesadas, para que assim o aprendiz conseguisse ao mesmo tempo aumentar a força de seus golpes e a tornar-se hábil com a arma.

Os golpes principais eram dados com o gume e não com a ponta da arma: o objetivo era o de causar o máximo dano possível ao adversário, numa soma da força do guerreiro ao peso da arma e a capacidade de corte da mesma.

*“Um bom espadachim, como um bom boxeador, tinha que ser ágil em seu jogo de pernas e suas reações deviam ser muito rápidas: ocasionalmente o único meio de evitar um golpe descendente que poderia arrancar-lhe o ombro e o braço, mesmo que ele tivesse uma cota de malhas, era mover-se para o lado com os quadris, mais rápido de fazer, do que virar o corpo todo. Um dos golpes favoritos era uma espécie de varredura na altura dos joelhos (cortes nas tíbias⁵³) e o único meio de evitar este golpe era saltando, já que não haveria tempo para bloqueá-lo com o escudo, principalmente porque este golpe tentava atingir a perna direita, longe do escudo”.*⁵⁴

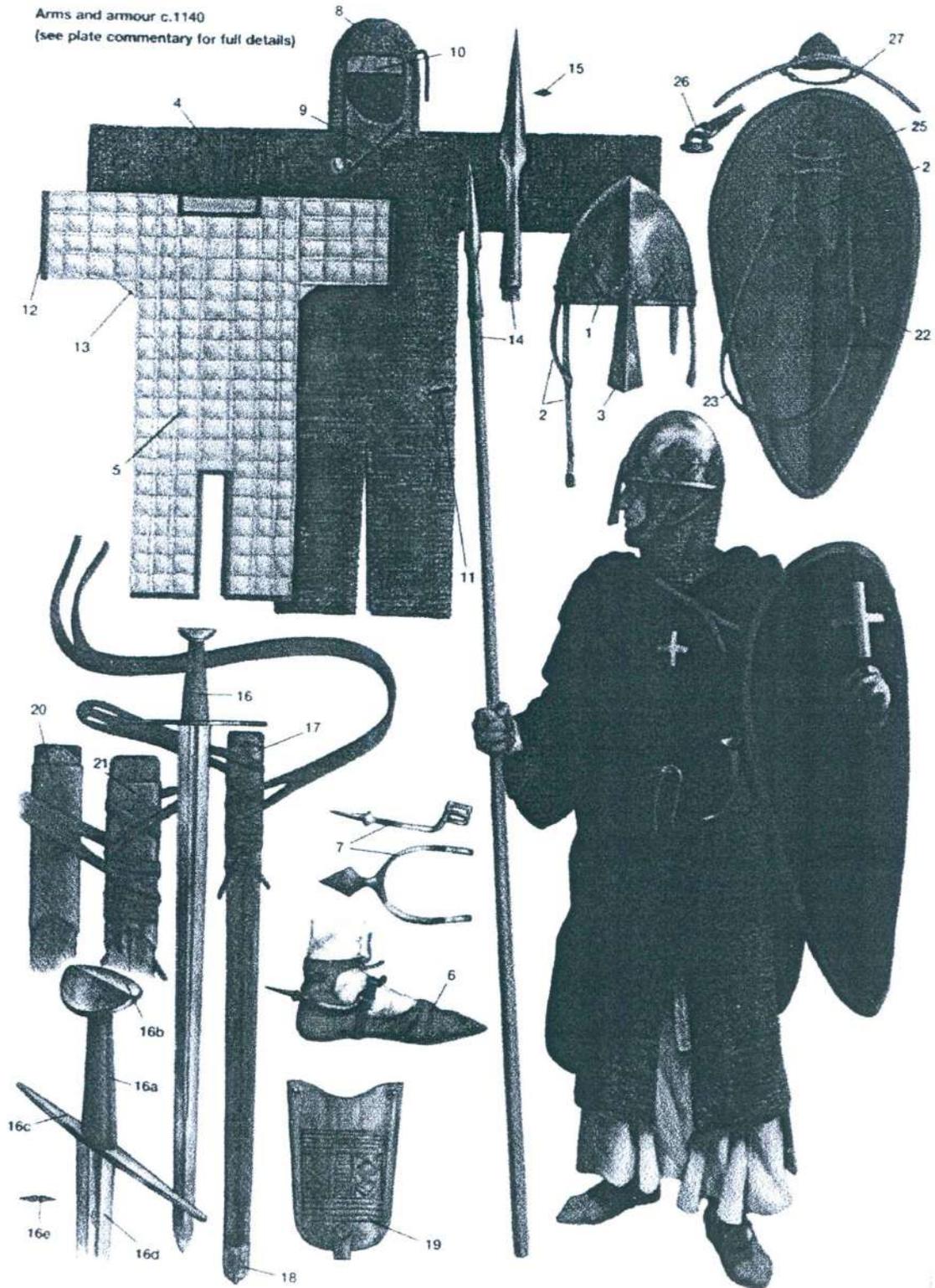
A empunhadura correta é crítica para garantir um alto grau de controle, acurácia e resistência com as mãos. Se você agarra a empunhadura da espada como se pegasse em um bastão, o resultado seria um rápido cansaço. Entretanto, se empunhá-la de modo algo relaxado e de preferência no cabo e no pomo, poderá agüentar períodos maiores de tempo em combate com menos cansaço.

Como técnica de uso, o pulso era pouco utilizado na esgrima: o golpe era feito a partir do ombro, com o braço reto e a espada uma rígida, ainda que sensível e flexível extensão do mesmo. Existem duas explicações para esta forma de uso: gera um golpe mais efetivo e poderoso. A outra é que no século XII o cavaleiro utilizava uma armadura de malhas com mangas compridas, que rapidamente cansaria seu braço se tivesse que flexionar o cotovelo continuamente (além do fato da malha recuar e concentrar-se em

⁵³ NICOLLE, *Sourcebook*, p.256: 56,4% das fraturas registradas na batalha de Visby.

⁵⁴ OAKESHOTT, *The Knight*, p. 66.

dobras na curva do cotovelo, gerando ainda mais peso e arrasto para o braço encarregado do golpe e assim diminuindo sua eficácia).



2.4.2 Equitação e lança:

A equitação medieval acabou associada ao uso da lança, devido a seu uso nas famosas cargas de cavalaria. Em si, a lança é uma arma versátil que teve várias formas de utilização durante a Idade Média: arremesso, choque simples (pedestre) e choque combinado (a cavalo). Podemos exemplificar cada uso: a lança de arremesso, a javelina, foi uma das armas mais populares durante o período inicial da Idade Média, mas temos que deixar claro que foi utilizada ainda pelo menos até o século XIII; o choque simples pode ser exemplificado pelas “muralhas de escudos” anglo-saxãs e finalmente o uso do choque combinado agregando a energia cinética gerada pela corrida do cavalo à penetração da lança, a tão afamada carga da cavalaria medieval (esta lança era composta de uma ponta de ferro montada em uma haste de madeira de comprimento superior a 1,30m).

Esta forma de combate foi aperfeiçoada pelos cavaleiros normandos durante o século XI (embora existam algumas indicações de sua presença na Itália do século IX) tendo aparecido tanto na Tapeçaria de Bayeux quanto nas crônicas que relatam a conquista do sul da Itália pelos Hauteville, já sendo amplamente utilizada no Ocidente ao tempo da Primeira Cruzada⁵⁵.



Tapeçaria de Bayeux: Observar as diversas formas com que os cavaleiros normandos empunham suas lanças: para arremesso, para perfuração e para o choque.

O aprendizado do uso efetivo desta forma de combate se dava através de exercícios constantes. O exercício conhecido como *quintana*, no qual o objetivo era atingir com a

⁵⁵ WILLOUGHBY, “The Shock of the New”, via deremilitari.org

lança um escudo preso a uma trave com um saco de areia no lado oposto, revolvendo em torno de um poste, foi utilizado desde os tempos romanos tendo sua importância reforçada a partir do século XI com a adoção da carga de cavalaria, utilizando a lança alojada sob a axila direita. E a outra forma de treinamento constante eram os já mencionados torneios.

2.4.3 Infantes e a Arqueria:

A partir das poucas informações a respeito dos infantes pode-se dizer que recebiam treinamento individual no uso das armas (normalmente em casa, de pai para filho) especialmente em arqueria.

Porém, quando nos defrontamos com a notável eficiência da infantaria lombarda, devemos pressupor a existência de algum grau de treinamento cooperativo. Como exemplo, jogos de guerra faziam parte das festividades cívicas e religiosas na Veneza do século XII. Estes jogos envolviam combates de infantaria entre as tropas dos distritos ocidentais e orientais da cidade, combatendo com bastões nas muitas pontes venezianas (simulando também as condições de abordagem nos combates navais).⁵⁶

Não é implausível imaginarmos que uma força tão combativa e eficiente quanto a infantaria milanesa tivesse treinado, pelo menos a sua coordenação com os cavaleiros em manobras de campo. Ou mesmo que as tropas de cada distrito testassem sua combatividade e coragem contra as dos outros distritos, tal como em Veneza.

Quanto aos arqueiros e besteiros, seu treinamento era, como já foi dito, familiar e incentivado por uma política de isenções fiscais e por competições regulares promovidas nas festas com o objetivo de “revelar talentos” nas cidades italianas e em diversas partes do Império. Sendo esta uma possível origem para companhias mercenárias especializadas no uso das bestas, como as genovesas.

Como já foi dito, houve muita comoção em torno do emprego das bestas no século XII, mas também houve a respeito do emprego dos arcos. O arco era desprezado como arma de combate pelos cavaleiros (que o utilizavam para a caça), mas foi adotado pelas camadas plebéias. A eficiência de seu emprego militar passou a aumentar durante o século XI (não por acaso o mesmo da adoção das lorigas maiores como as mostradas na tapeçaria de Bayeux) e em 1120 o seu uso foi proibido em Flandres.

⁵⁶ NICOLLE, *Sourcebook*, p.252.

O segundo concílio Lateranense (1139) proibiu o emprego dos besteiros e também o dos arqueiros contra outros cristãos. Como sabemos pelas carreiras posteriores de ambas as armas, as proibições eclesiásticas foram solenemente ignoradas.

*“Podemos argumentar que no decorrer do período medieval o arco foi uma arma importante, cujo papel central foi parcialmente obscurecido pela negligência dos cronistas. Uma razão para esta hostilidade era precisamente a eficácia do arco, especialmente à distância.”*⁵⁷

Os arqueiros podiam ser empregados em qualquer situação tática: defesa no campo de batalha (nas “caixas” de infantas), preparação ofensiva antes do avanço de cavaleiros ou infantas e nos assédios (no topo das muralhas, nas ameias ou nas torres de assalto). Em qualquer situação seu poder de fogo era mortífero, como testemunhado por William de Braose: na guerra contra os galeses, um de seus cavaleiros foi atingido por uma seta lançada pelo inimigo. Ela atravessou o alto da coxa (parte protegida tanto na frente quanto na virilha) protegida pela cota de malhas, atravessou o saiote da túnica de couro, a seguir penetrou na sela (na armação de madeira do assento) e finalmente alojou-se no cavalo, tão profundamente que matou o animal.⁵⁸

⁵⁷ BRADBURY, *The Medieval Archer*, p.03.

⁵⁸ BRADBURY, *The Medieval Archer*, p.16.

PARTE III:

OS MOVIMENTOS

Capítulo 3: A Arte da Guerra – O Plano Intelectual

3. 1: O Que é a Guerra?

“A Guerra é uma mestra violenta”.

Tucídides⁵⁹.

A definição mais famosa do fenômeno guerra talvez seja a de Karl von Clausewitz, que simplificada pode ser assim enunciada: *“A guerra é uma continuação da política por outros meios”*. Uma sentença impactante, já que subordina a guerra e os guerreiros a uma entidade maior, no caso particular de Clausewitz a encarnação da política em sua época, o Estado-nação. Mas podemos levantar objeções a esta idéia.

Em primeiro lugar, não existe uma definição unívoca de guerra e em segundo existe uma falha na definição clausewitziana: ela só é realmente funcional para o estudo de épocas posteriores à Idade Média, quando as razões de Estado tornam-se mais do que as querelas dinásticas, ou as disputas feudais por exemplo; e também em direção à separação entre as figuras do “político” e do “soldado”. Durante nosso período de estudo, os motivos que levam os homens à guerra não são apenas os da mera política. Para os medievos a guerra é mais do que simples ferramenta, tratando-se de um complexo fenômeno onde se encontram mesclados Política, Economia, Cultura, Religião e Direito; em suma, a guerra é uma espécie de nó, onde estão firmemente ancoradas as linhas de sua civilização, sem mencionar que os líderes políticos são também soldados, inexistindo a separação funcional.

A concepção medieval do que é guerra pode ser esclarecida quando percebemos o significado do termo que a ela corresponde: Arte da Guerra. *“(…) uma arte? Não é uma ciência, é uma técnica. Arte é a especialização do professor, assim como a têm as suas o carpinteiro ou o ferreiro. (...) Arte é toda atividade racional e justa do espírito, (...) é uma técnica inteligente do fazer.”*⁶⁰ Trata-se de algo que vai além do estrito utilitarismo, fundindo teoria à prática, numa unicidade de propósito que é profundamente contrária à proposta de Clausewitz.

⁵⁹ TUCÍDIDES, p.167.

⁶⁰ LE GOFF, *Os Intelectuais*, p.57.

Em geral, a guerra clausewitziana é travada por Estados, para alcançar fins nacionais e travadas com “racionalidade”. A guerra medieval era travada por grupos de indivíduos, com fins que dificilmente poderiam ser descritos como nacionais, situando-se mais na esfera do interesse pessoal e conduzida muitas vezes de forma ritualizada. O fim último para Clausewitz é a destruição do exército inimigo através do combate decisivo (encaixando-se assim no chamado Modo de Combate Ocidental⁶¹) e tal ocorrência foi rara na Europa Medieval. O comportamento dos exércitos durante os séculos XI-XIII pode ser descrito como “cavaleiresco”, pautado pelas convenções que regiam a Cavalaria; seu objetivo não era eliminar os adversários e sim aprisioná-los para fins de resgate. As exceções eram os combates contra os infiéis ou entre adversários de origens sociais díspares, como os que opunham cavaleiros a infantas e/ou mercenários. Aliás, ao contrário do que a historiografia militar medieval tradicional diz, as próprias batalhas eram acontecimentos raros; estima-se que para cada grande batalha, ocorreram dezenas de cercos.

Talvez esta seja a chave para a compreensão do que é a guerra centro-medieval: os cercos são realizados contra pontos fortificados: os castelos e as cidades. Os castelos são os pontos de controle territorial, símbolos políticos e econômicos de um senhorio e as cidades já são importantes centros econômicos, políticos e culturais. Ambos possuindo um forte caráter de domínio regional e a disputa por estes locais dão à guerra um caráter de disputa proprietorial⁶². É contra estes dois tipos de fortificação que se desenrola a maior parte das ações militares no correr da Idade Média.

Embora a batalha seja uma decorrência da guerra, na concepção centro-medieval ela tem razões e objetivos diferenciados: a guerra tem como objetivos minar a base de sustento econômico do inimigo (a *razia*) e as bases político-militares (o assédio às fortificações e cidades). Já a batalha tem a finalidade mais ideológica: é o ordálio no qual se decide qual lado está com a razão. A guerra é *inglória*, já que travada por meios absolutamente materiais e normalmente contra inferiores na escala social, é humana; a batalha por sua vez é gloriosa, travada por meios materiais e espirituais por guerreiros do mesmo espaço social (a cavalaria) e possuidora de uma natureza divina e um caráter divinatório. É a ocasião

⁶¹ HANSON, Victor Davis; *Por que o Ocidente venceu*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

⁶² FRANCE, *Western Warfare*, p.02.

onde tudo é posto em risco, uma rápida apoteose, da qual não se duvida do resultado, numa tradição nascida nas disputas entre as *pólis* gregas do século VIII a.C.⁶³.

Segundo Duby: *“Na realidade, a guerra nunca solucionava nada. O que solucionava eram as palavras e os juramentos trocados depois do combate. As expedições de saque não passavam de injúrias que interrompiam durante certo tempo os “parlamentos”. Enquanto, ao contrário, a batalha, o praelium, se estabelece no centro mesmo de uma deliberação pacífica (...) ela é, no seio de uma querela judicial, um ordálio, como os que se organizavam nos tribunais de então, uma prova, um recurso último ao juízo de Deus. Seu papel é o de forçar o céu a manifestar os seus desígnios, a mostrar de uma vez por todas, de maneira retumbante e inquestionável de que lado está a justiça. A batalha, como o Oráculo, faz parte do sagrado. É um duelo.”* E prosseguindo sobre o caráter da batalha: *“A diferença entre a batalha e as prudentes escaramuças da guerra se observa nessa procura do absoluto que nos faz penetrar num outro domínio. No da gravidade e de uma liturgia do destino. Uma província por onde ninguém se aventura sem estremecer. É por isso que as batalhas são tão raras”*.⁶⁴

Como nas relações feudais existe na “guerra” medieval dois componentes: um de relações verticais e um de relações horizontais. A verticalidade feudal encontra-se nas relações desiguais, ou seja, entre membros de categorias sociais díspares (senhores e camponeses, por exemplo); a verticalidade bélica encontra-se nas razias (operações realizadas pela cavalaria essencialmente contra os camponeses). A horizontalidade feudal encontra-se nas relações entre iguais, entre nobres; a horizontalidade bélica encontra-se nas batalhas, que embora registrem a presença de plebeus, é ainda assunto dos cavaleiros. É o campo por excelência para as táticas de choque da cavalaria medieval (ainda que a infantaria plebéia apareça como constante e importante coadjuvante), mas como já foi dito antes, tratam-se de acontecimentos raros, fora da dura e enfadonha realidade cotidiana da guerra, composta principalmente, pelas operações de assédio. Diga-se de passagem, que os cercos tomam-se próximos à outra forma de relações sociais, as transversais, que se revelam na relação de compadrio, aproximando *potentiores* e *humiliores*, assim como os cercos envolviam a presença de grandes contingentes de infantaria capitaneados pelos

⁶³ HANSON, p.136.

⁶⁴ DUBY; *O Domingo*, pp. 157-9.

nobres contra uma população/guarnição plebéia comandada pelos nobres, mas às vezes por burgueses.

À guisa de fechamento, lembrando a impossibilidade de criar uma definição unívoca para o fenômeno abordado, poderíamos dizer que a guerra medieval é uma forma para a resolução de disputas (geralmente proprietárias) que se desenvolviam em dois planos diferentes, um voltado à ação material (razias e cercos, a *werra*) e outra encarada como idealmente superior, um ordálio do qual dependia a legitimidade das causas em questão, a reputação e as fortunas de homens e nações, a batalha. Por outro lado envolve problemas e concepções intelectuais, jurídicas, sociais e econômicas. Em suma, a guerra é um fenômeno totalizante.

3. 2 A Teoria da Guerra: A Doutrina da Guerra Justa

“Que a guerra considerada legítima e justa seja aquela travada sob comando objetivando recuperar propriedade ou repelir um ataque”.

Santo Isidoro de Sevilha⁶⁵

A guerra na Europa Ocidental foi interpretada por teólogos e juristas: Vegécio, Salústio e outros escritores latinos seculares nunca deixaram de ser lidos, mas aqueles que os liam e os comentavam eram, na maioria, monges e clérigos, cujos pressupostos básicos sobre a guerra derivavam dos escritos patrísticos, porém, houve uma maior continuidade do legado clássico do que costumamos imaginar, pois o pensamento cristão sobre a guerra foi dominado pela doutrina da guerra justa, ela própria de origem greco-romana pagã⁶⁶ e remodelada pelo pensamento cristão, especialmente por Santo Agostinho de Hipona no século V.

Para compreendermos este *corpus* teórico devemos retornar à problemática inicial que a fez nascer: o conflito entre a violência inerente aos seres humanos (e suas construções sociais) e a crença cristã na não-violência⁶⁷: Cristo recusou-se a confundir seu reino com um regime político e recorrer à força para estabelecê-lo. Durante séculos, os primeiros cristãos afastaram-se do serviço militar por considerá-lo pecaminoso, como Lactâncio; ou mesmo demoníaco como Clemente Alexandrino e Cipriano⁶⁸. Muitos defensores da fé condenavam o Império Romano (como Taciano e Tertuliano em seus escritos tardios) e todas as suas obras, nada vendo de útil no modelo das guerras santas do Antigo Testamento, que faziam parte de uma revelação divina, às vezes dada a conhecer através de alegorias da própria existência⁶⁹. Porém, com a assimilação do Império pelo Cristianismo

⁶⁵ In: RILEY-SMITH, p.07

⁶⁶ BRIZZI, pp.30-35.

⁶⁷ DAWSON, p.285: “Os cristãos não tinham outra opção, a não ser adotar o legado clássico nessa área, porque era impossível extrair dos livros sagrados do Cristianismo uma teoria coerente sobre a guerra devido ao problema da presença de duas tradições conflitantes: a do Antigo Testamento com suas guerras de extermínio e do Novo Testamento e sua doutrina de não-violência radical”.

⁶⁸ BERARDINO, p.656.

⁶⁹ DAWSON, p. 285

que fundiu Romanidade e Cristandade, os bispos de Constantino foram obrigados a adotar, com maior ou menor hesitação, as idéias tradicionais de Roma sobre a guerra e os cristãos reintegraram-se ao exército. A solução encontrada entre os escritores patrísticos do Império Cristão foi de aumentar a influência do Antigo Testamento fazendo-o predominar sobre o Novo. O imperador era considerado como um delegado de Deus e o protetor da Fé. O conceito de império universal foi revitalizado e adquiria uma nova dimensão, “(...) já que o povo romano era agora também o povo de Cristo e os pleitos universais de Roma fundiam-se com os pleitos igualmente universais da Igreja”.⁷⁰ Os inimigos bárbaros de Roma confundiam-se com os inimigos pagãos e heréticos da Igreja, e o serviço militar, para proteger o Império cristão de ambos os inimigos, tornou-se um dever de piedade cristã e “os preceitos de não-violência do Novo Testamento passaram a ser interpretados como referentes a uma determinação interna e considerados, no sentido literal, como só obrigatórios para os clérigos e monges. Alguns bispos misturavam a retórica pagã do imperialismo justo e triunfal com a linguagem do Antigo Testamento sobre guerra justa”.⁷¹

Atanásio e Ambrósio de Milão exaltavam aqueles que defendiam a pátria cristã e o bispo milanês chegou mesmo a colocar a força guerreira entre as virtudes⁷², mas por toda a Idade Média, foram os escritos de Agostinho que exerceram a mais importante das influências sobre o pensamento europeu ocidental com relação à guerra. Seus conceitos e suas imagens refletem muito menos os Evangelhos do que os livros de Josué e dos Macabeus. Ele rejeitou firmemente os ideais de dominação triunfal, então ganhando aceitação no Leste, e recusou-se a identificar a *civitas Dei*, a invisível comunidade dos salvos, ou mesmo a organização visível da Igreja, com o Império Romano ou com qualquer cidade terrena.

Com relação à guerra em geral, citando Agostinho: “Pois é na injustiça do lado oposto que o homem prudente firma o dever de travar guerras e essa injustiça é algo a ser deplorado, com certeza, por um ser humano”. E “A guerra, como outros males sociais e políticos, é um castigo pelo pecado original, mas é também um freio sobre o pecado, o instrumento por meio do qual os justos controlam os ímpios”. Podemos concluir que a visão agostiniana com relação à guerra, é profundamente pessimista e relutante em lhe

⁷⁰ DAWSON, p. 287

⁷¹ DAWSON, p. 287

⁷² BERARDINO, p.656.

atribuir valor positivo. Para Agostinho uma guerra justa só era permissível se fosse empreendida por motivos de caridade. Para resistir a QUALQUER tipo de imoralidade, ir à guerra é uma obrigação, e a insistência de que só se pode lutar pelo mais puro dos motivos tende a remover obstáculos.

Para conciliar a guerra com o Cristianismo, Agostinho, em um primeiro momento, havia pensado-a defensiva, mas nada disse para sugerir que uma guerra justa não pudesse ser ofensiva, contanto que os motivos fossem puros; e ofereceu uma justificação explícita para a guerra ofensiva em seu comentário a Nm 21: 21-25, em que os israelitas começam uma guerra com os amorreus porque estes não lhes davam direito de passagem por seu país, provando que a negativa a algum direito também é uma justa causa (*Questões sobre o Heptateuco* 4.44). Agostinho terminou por definir uma guerra justa simplesmente como uma guerra para vingar injúrias, uma definição que iria entrar para a lei canônica medieval e tornar-se a expressão clássica desse ponto de vista.

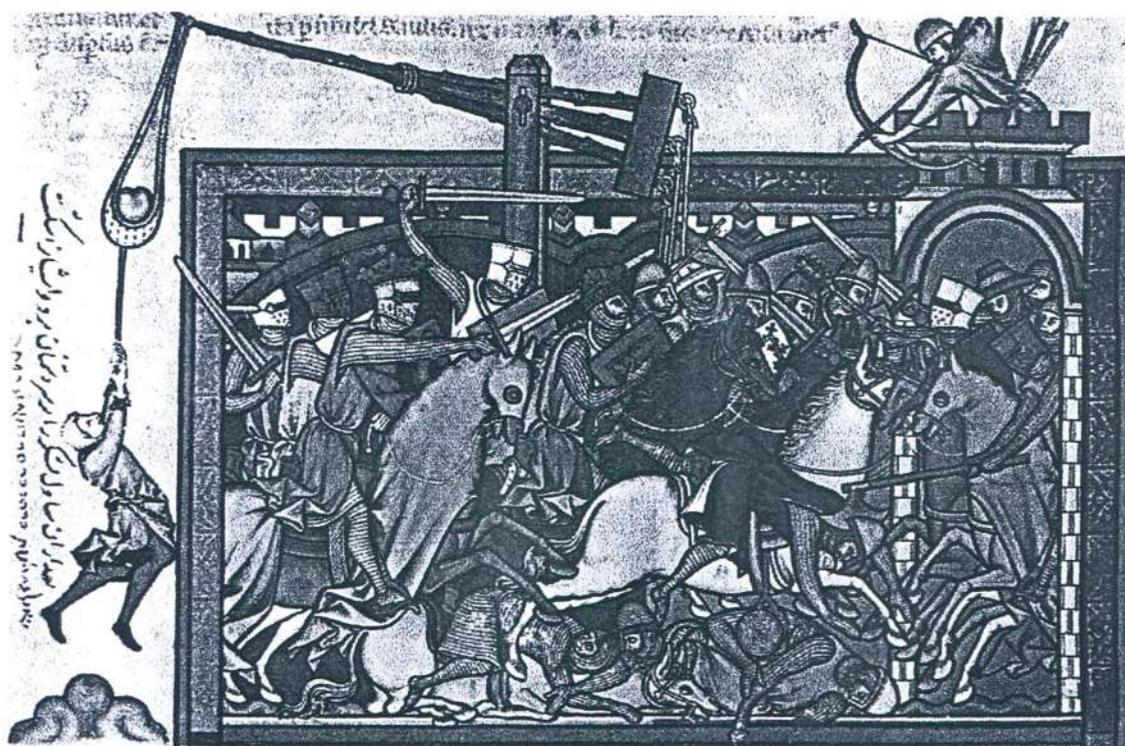
Além disso, os critérios morais em favor da guerra justa parecem tão severos que chegam a levantar a questão de saber se realmente já houve alguma, se excetuarmos as guerras de Javé no Antigo Testamento, já “*que Agostinho as considerava como guerras meramente justas, e não guerras particularmente “santas”, diferindo de outras guerras justas só por sabermos que eram justas por revelação*”.

Depois deste prólogo, podemos encontrar a doutrina medieval da Guerra Justa propriamente dita no ano de 1140 com o *Decretum* de Graciano, a compilação básica da Lei Canônica, que trata da moralidade da guerra em sua Causa 23. Graciano citou aí as definições da guerra justa provenientes de *De officis* e *De legibus* de Cícero⁷³ intermediada por Isidoro de Sevilha: “Justa é a guerra quando conduzida para recuperar seus bens e para rechaçar os agressores em virtude de um edito”; e do pensamento de Agostinho. Cícero enfatiza a necessidade de declaração formal enquanto Agostinho salienta o propósito vingativo, mas não por questão de ênfase. Graciano sintetizou os dois, em seus comentários, nesta passagem: “*Uma guerra justa é declarada por um édito oficial para vingar injúrias*” (Causa 23, *quaestio* 2, *dictum post canonum* 2⁷⁴).

⁷³ BRIZZI, p.32.

⁷⁴ WINROTH, p.56.

Tomás de Aquino na *Suma Teológica* (22, *quaestio* 40) apresentou o tratamento medieval mais conhecido sobre a ética da guerra, onde traçou estas exigências para uma guerra justa: deve ter causa justa, intenção justa e autoridade legítima, mas trata-se de uma sistematização tardia da situação presente já no século anterior.



Bíblia Macejowski: Saul destrói Nahash e os Amonitas. Exemplo de campanha justa por ter sido ordenada por Deus.

3.2.1 Causa Justa:

Uma guerra justa deve repelir ou vingar injúrias ou recuperar bens, é definida como uma resposta a uma agressão passada ou presente (portanto de caráter, a princípio, defensivo ou reativo) ou ação injuriosa de outrem (podendo assim gerar uma situação de guerras endêmicas entre quaisquer nobres que possam reunir um exército contra outros, *vendettas*), mas todas as concepções pareciam admitir que uma guerra justa podia ter caráter ofensivo segundo Nm: 21.

Entre as causas consideradas justas, podemos elencar: a defesa de seu país, leis e modo de vida, a recuperação de propriedades ilegalmente perdidas (como o *casus belli* das Cruzadas: que a posse legítima de Cristo, a Terra Santa, havia sido ilegalmente ocupada

pelo Islã e, portanto deveria ser recuperada pelo meio da força⁷⁵) e por fim, o cumprimento de decisões judiciais legítimas. As causas consideradas injustas eram as guerras de anexação, as de conversão e as ilegalmente declaradas. Como exemplo, podemos citar a argumentação dos representantes de Lodi e Como na Assembléia de Roncaglia de 1154, segundo o *Carmen de gestis*:

*“Lodi e Como lá estavam presentes,
E muitas outras que se queixavam sobre
Sua sorte e acusaram Milão de sérios delitos.
Elas lamentavam a expulsão de suas casas
E sua longa opressão sob força bruta.
As duas cidades haviam sido ilegalmente destruídas
Enquanto eles mesmos haviam sofrido guerra e rapina;
E por isso pediam a proteção do poderoso rei.”*⁷⁶

O desenvolvimento histórico da necessidade de causas justas já aparece em Heródoto, quando discute as origens do confronto greco-persa, traçando uma cadeia de agressões e injúrias passadas. Tanto na *Gesta Frederici* quanto no *Carmen de gestis*⁷⁷, encontramos a necessidade de justificar as guerras do imperador contra as comunas lombardas: Milão oprimia as cidades leais ao imperador a exemplo de Como e Lodi sob o motivo de que estas haviam causado-lhe injúrias no passado, segundo o enviado milanês à Assembléia de Roncaglia de 1154:

*“Tão violentos e cruéis foram os homens de Lodi
Que no tempo de nossos pais eles geralmente
Nos capturavam quando nos encontravam em sua estrada,
E quase sempre retornávamos a nossos lares feridos e nus.”*⁷⁸

*“Ofendidos por tais respostas, nós
Declaramos guerra a estes homens maus*

⁷⁵ RILEY-SMITH, pp.15 e 23

⁷⁶ *Carmen de gestis*, vv. 83-90, pp. 03-4

⁷⁷ Entre muitas referências, podemos citar as dos versos 14-25.

⁷⁸ *Carmen de gestis* vv. 112-115, pp. 04-05.

E preparamo-nos para a vingança armada.”⁷⁹

*“Posto que não fomos os primeiros a pegar em armas,
Nem mesmo os primeiros a ir em direção à guerra.
Desejando a paz,
Nós nunca fomos a causa de tais grandes males.
Nós não atacamos a não ser que tenhamos sido atacados,
E não incomodaremos ninguém sem razão.
Atacados primeiro, conquistamos Lodi e depois Como.
Atacados primeiro, vexamos Novara e Pavia.”⁸⁰*

Cabia ao príncipe tanto vingar estas cidades (Lodi e Como, destruídas por Milão e seus aliados em 1111 e 1127, respectivamente) quanto vingar a ofensa feita a sua majestade, punindo assim os rebeldes vassalos milaneses, que quebraram a paz, o *Landfreide*, exercitando o seu recurso legítimo à violência.

O estado caótico causado pelas guerras entre as comunas pode ser assim descrito:

*“Sem proteção nenhum homem pobre estava a salvo.
Os viajantes não estavam seguros dos ladrões.
Fraude, roubo e malícia em todos os lugares reinavam.
Tal era o estado da Itália e da Ligúria.”⁸¹*

Evidentemente trata-se de uma construção para justificar a intervenção imperial e é muito significativo que justamente as vias de transporte e comércio fossem mencionadas como inseguras; uma redução do comércio causada pelas guerras diminui a capacidade das comunas em pagar tributos ao Império e entre as *regalia* que o imperador desejava recuperar encontrava-se o controle sobre as estradas⁸², tanto em relação aos pedágios, quanto sobre a proteção aos viajantes. Mas além destes motivos práticos, podemos dizer

⁷⁹ *Carmen de gestis* vv. 127-129, p. 05.

⁸⁰ *Carmen de gestis* vv. 153-162, p. 06

⁸¹ *Carmen de gestis* vv. 51-54 p. 02.

⁸² FUHRMANN, p. 147.

que a intervenção era necessária, ou mesmo inevitável, graças a esta razão: *“Por ser apresentada como uma resposta à “ruptura da Paz”, a essa fratura da ordem universal que todos os bons cristãos devem empenhar-se em reduzir, a ação militar dos legítimos líderes dos povos é, por assim dizer, consagrada. É obra de paz e, visto que a paz é Cristo, obra de Fé.”*⁸³

3.2.2 Intenção Justa:

O problema das intenções produziu a contribuição medieval mais duradoura à teoria da guerra justa. Na verdade a questão da intencionalidade foi um dos grandes tópicos tanto na Filosofia quanto na Teologia durante o chamado Renascimento Cultural do século XII.

Na *Ethica* ou *Scito te ipsum*, Abelardo afirma que o pecado consiste em não nos abstermos do que não se deve fazer, em concordarmos com isso. *“Consentir o mal é desprezar Deus, e a intenção de fazê-lo é a própria essência do pecado”*.⁸⁴ Já o agir bem é fazê-lo na intenção de respeitar a vontade divina. É preciso distinguir entre a bondade da intenção e a bondade do resultado, assim como a malícia da intenção e a do resultado.

O efeito de uma boa intenção pode ser ruim, e o fato da intenção de que procede ser boa em nada muda sua natureza. *“Como o mal, o bem se encontra, pois, situado entre a propensão espontânea do querer e a própria obra que o ato produz, na intenção que governa esse ato. É por isso que o ato mesmo não tem valor moral algum, senão o da intenção que o dita.”*⁸⁵

Entretanto, o ato não é exatamente como a obra que dele resulta. Uma boa intenção pode resultar numa má obra, ou vice-versa; mas o ato moral que dita uma intenção boa é sempre um ato bom, como o que dita uma intenção má é sempre um ato mau. Assim, tanto para o bem como para o mal, a moralidade do ato se confunde com a da intenção.

“Mas o que é uma boa intenção? Não é simplesmente uma intenção que parece boa. É a intenção que realmente é boa. Para agir bem, não basta, pois, crer que o que se faz agrada a Deus, é preciso, além disso, que seja aquilo que Deus quer que o homem faça”.⁸⁶

⁸³ DUBY, *O Domingo*, p.90.

⁸⁴ GILSON, p.353.

⁸⁵ GILSON, p.353.

⁸⁶ GILSON, p.354.

O princípio agostiniano de que as guerras teriam de ser travadas com espírito de caridade, sem ódio pelo inimigo, impeliu os canonistas e teólogos a prestarem mais atenção ao *jus in bello* (em vez do *jus ad bello*) ou às regras para a conduta da guerra, o controle das hostilidades, como nunca se fizera na Antiguidade⁸⁷. Eles concentraram-se na imunidade do não-combatente, explicitamente na regulamentação à guerra no processo conhecido como Paz de Deus⁸⁸ (o qual, aliás, devemos notar que não se trata de um banimento do estilo de vida turbulento da aristocracia cavaleiresca, mas sim do reconhecimento do mesmo, de sua legitimação pelo clero). Como a batalha é a forma na qual são testadas a vontade e a justiça da causa dos combatentes, devemos encará-la como um ordálio: *“A batalha, repito, é operação de justiça. Entre cristãos, nunca assume a forma de empresa de extermínio. Assim como num pleito, não se busca a destruição; trata-se de um debate que será rematado por uma sentença. Como sucede num pleito, é necessário que essa sentença seja aceita pelo adversário que ela condena. Em seu grupo, produz-se espanto e decepção, já que ele também chegou convencido de seus direitos, com todos os seus”*.⁸⁹

3.2.3 Autoridade Legítima:

Determinar quem possuía a autoridade legítima para justificar um conflito foi um problema peculiar à Idade Média devido à sua fragmentação política e a discussão em torno dele sempre teve relevância. Ninguém, na Antiguidade preocupou-se com a questão sobre quem era autorizado a declarar guerra, porque a resposta era um tanto óbvia, especialmente em Roma. Mas não era tão óbvia assim em grande parte da Europa Ocidental medieval, onde a autoridade apresentava-se fragmentada numa confusa malha de jurisdições imperiais, reais, clericais e feudais, de tal forma que os canonistas despenderam muito tempo com o problema de saber quem possuía autoridade para declarar uma guerra justa.

⁸⁷ É interessante notarmos que em Roma o *jus in bello* estava voltado para a lisura do combate, ou seja, para o controle do emprego de estratégias e artimanhas, considerados como antiéticos. Quanto à população civil: *“Cada conflito é, inevitavelmente, pura violência, uma violência que recai também sobre os civis, e existem atos que, embora dolorosos para aqueles que são suas vítimas, não acarretam nenhuma censura para aqueles que os praticam (Lívio, XXXI, 30, 3-4)”*. In: BRIZZI, p. 34.

⁸⁸ Paz do Domingo; Trégua de Deus (5ª 6ª sab. Dom.), Paz de Deus (Trégua de Deus + Dias santos). Ao longo do século XII os concílios estabelecem, estendem e precisam as condições da paz: 1123: Latrão I, 1130-31: Clermont/Reims, 1139: Latrão II, 1148: Reims, 1163: Tours e 1179: Latrão III.

⁸⁹ DUBY, *O Domingo*, p. 164.

Até meados do século XIII muitos diziam que só o Sacro Imperador Romano podia declarar uma guerra justa (com exceção das cruzadas, declaradas pelo Papa), já que os imperadores germânicos eram considerados os herdeiros dos direitos dos Césares e sua legitimação advinha justamente da condução de campanhas militares; tanto que em 1066, antes de prosseguir em sua campanha para a conquista da Inglaterra, Guilherme da Normandia pediu a Henrique IV sua autorização, substanciada na nomeação do duque normando como vigário imperial⁹⁰, legitimando assim com sua autoridade (lembrando que neste momento Henrique era Rei da Germânia, não tendo ainda passado pela coroação imperial) a campanha motivada pelo que Guilherme declarava ser uma causa justa. Podemos também encontrar uma mudança neste padrão, quando em 1169 Henrique II pediu autorização não ao Imperador, mas ao Papa para a sua invasão da Irlanda. Poderíamos interpretar tal situação devido ao apoio do Plantageneta a Alexandre III e da excomunhão do *Barbarossa* promulgada pelo Papa, lembrando que os laços que prendem o excomungado à sociedade são cortados e que seus atos tornam-se nulos de valor.

Mas, a partir de 1250 (não por acaso a data inicial do Grande Interregno), todavia, tornou-se unânime considerar que guerras justas podiam ser proclamadas por qualquer príncipe que exercesse o poder supremo em seu reino, seguindo o preceito *Rex est imperator in regno suo*⁹¹ passando assim a reconhecer na prática o desgaste dos poderes universais. Porém reconhecia-se também uma outra categoria de guerra permissível: a guerra em defesa própria. No Direito Romano existia um princípio que garantia o direito de repelir força com a força. Esse direito só se aplicava a indivíduos, mas os canonistas o estenderam também à guerra e reconheciam que todo cavaleiro podia defender-se legitimamente, caso atacado. “*Todo homem pode legitimamente lutar pela sua própria defesa, vingar-se por conta própria, e a Providência então respaldará seu direito*”.⁹² E de fato, trata-se da base legal da defesa milanesa na primeira assembleia de Roncaglia (1154):

⁹⁰ É interessante lembrarmos que Eduardo III inverteu o gesto de seu antepassado no século XIV. Eduardo tornou-se vigário imperial para legitimar sua reivindicação do trono de França.

⁹¹ Mas também porque muitos monarcas retiram sua legitimidade do ritual da unção em suas coroações (vale notar o detalhe de que as unções seguiam o precedente da realeza veterotestamentária).

⁹² DUBY, *O Domingo*, p.89.

*“Ofendidos por tais respostas, nós
Declaramos guerra contra estes homens malignos
E nos preparamos para nossa vingança armada.”⁹³*

O efeito não pretendido foi introduzir na tradição da guerra justa, pela primeira vez, uma clara definição de um tipo de guerra puramente defensivo, diferente da guerra justa vingativa no sentido tradicional.

Mas devemos acrescentar que é o rei, *“entretanto, quem deve manter em ordem o exercício dessas vinganças particulares, propor sua arbitragem antes que os adversários cheguem às vias de fato, presidir às assembléias de conciliação, executar as sentenças de espada na mão e acorrer, se preciso, em socorro das vítimas demasiado fracas para se vingarem sozinhas. Sua missão principal é socorrer todos os que são oprimidos pelas forças malignas; as fórmulas de bênção do cerimonial de coroação creditam essa tarefa à sua espada, ao seu estandarte, invocando o Deus dos Exércitos. As expedições que ele guia com esse objetivo são santificadas, abençoadas e incensadas.”⁹⁴*

Ademais, o *“Rei sagrado, (...) como superior a todos os príncipes do reino, que por sua vez dominam os cavaleiros; o soberano estava ligado aos mais humildes por meio dos elos da corrente feudal, por uma sucessão de serviços mútuos hierarquizados.”⁹⁵*

Podemos dizer então que se desenvolveu uma síntese baseada, em essência, na obra dos canonistas e teólogos dos séculos XII e XIII que incorporava os princípios, há pouco citados, mas acrescentava também elementos extraídos do estudo revitalizado do Direito Romano e do nobre código cavaleiresco. Além destas fontes, o Renascimento Cultural do Século XII possibilitou à Europa reencontrar os teóricos bélicos clássicos. E o estudo da literatura histórica e militar, como Vegécio e Vitruvius (principalmente o livro X⁹⁶), era considerado valioso para a arte da guerra, já que estes tratados incorporam conhecimentos de primeira mão, uma investigação teórica e conselhos práticos para o comandante⁹⁷. Ambos foram copiados já na Renascença Carolíngia e entre os séculos XI e XII, Vegécio foi “reeditado” e lido por um número cada vez maior de leigos e clérigos ilustrados, como o

⁹³ *Carmen de Gestis* vv. 127-129, p. 05.

⁹⁴ DUBY, *O Domingo*, p.89.

⁹⁵ DUBY, *O Domingo*, p.101.

⁹⁶ VITRÚVIO, pp. 219-245.

⁹⁷ HANSON, p. 332.

Abade Suger e o Conde de Anjou Geoffrey V Plantageneta⁹⁸. Só na Biblioteca Nacional de Paris existem vinte manuscritos de Vegécio, datados do período citado⁹⁹. Outros autores como Frontino, César, Salústio e Valério Máximo também eram populares.

⁹⁸ BRADBURY, *Siege*, pp. 85-6

⁹⁹ BRADBURY; *Siege*, p. 04

3.3 A Prática da Guerra Intelectual: Diplomacia e Propaganda

3.3.1 Diplomacia:

Se considerarmos Diplomacia como o conjunto de métodos através dos quais são conduzidas as negociações nas relações internacionais¹⁰⁰, devemos reconhecer que a Europa medieval conhecia o seu uso, com registros de embaixadas, tratados e alianças por todo o período¹⁰¹ e numa época de eferescência como os séculos XI-XIII aumentaram de forma exponencial os registros graças ao entrelaçamento do aumento na camada de letrados ao centralismo administrativo encontrado nos principados durante o período. Aliás, é a partir deste momento histórico que a Diplomacia tornou-se também a arte da exegese dos tratados.

O Império não foi exceção e por sua natureza de continuador da grandeza de Roma, possuía destacado papel nas relações internacionais, sendo muitas vezes reconhecido como poder mediador nas disputas européias (embora outros atribuíssem este papel ao Papado) e sem dúvida alguma um grande poder efetivo até, pelo menos, 1250.

Como a situação do sistema europeu durante a Idade Média Central era evidentemente anárquica, ou seja, sem a presença de um poder reconhecido como hegemônico no sistema, podemos realizar uma análise do período sob o ângulo das políticas de poder para gerar um melhor entendimento dos problemas diplomáticos do período e como eles se encadeavam para o surgimento e a escalada dos conflitos.

Quatro eram os principais fatores diplomáticos presentes nos processos decisórios dos imperadores germânicos: as disputas com o Papado, a disputa dinástica com os Welf (que embora fosse interna, possuía desdobramentos externos ao Império¹⁰²), o conflito com as comunas lombardas e as relações com o Império Bizantino.

O conflito com o Papado eclodiu, como já foi visto, durante a década de 1070, com a Controvérsia das Investiduras - pelo direito de nomear os bispos e assim controlar a

¹⁰⁰ BOBBIO, p.348.

¹⁰¹ GANSHOF, François - L.; *Histoire des Relations Internationales*, 1, Le Moyen Age, Paris, Hachette, 1953.

¹⁰² É sempre bom lembrar que durante o nosso período alvo, os principados internos são autônomos e desenvolvem políticas externas próprias, muitas vezes em discordância com a autoridade régia, gerando assim uma situação interessante: o monarca devia manter relações diplomáticas com potentados externos e com os príncipes de seu reino; assim seus esforços diplomáticos deveriam ser tanto internacionais quanto intranacionais.

riqueza e o poder dos bispados - entre o Rei da Germânia Henrique IV e o Papa Gregório VII. Gregório foi um dos homens mais importantes da História Eclesiástica por ser um ardoroso líder do programa de reforma da Igreja, na qual impunha-se a separação entre o clero e o laicado, a superioridade do poder espiritual, o combate à Simonia, ao Nicolaísmo¹⁰³ e a supressão oficial das investiduras leigas.

Estes decretos papais (reunidos posteriormente no *Dictatus Papae*) serviram como *casus belli* para o Império, já que inviabilizavam a prática há muito estabelecida de que a nomeação dos bispos germânicos fosse destinada a homens de total confiança do monarca e que estes ocupassem os cargos vitais no sistema de administração imperial. Os bispos eram preferidos aos príncipes leigos porque o imperador podia ceder-lhes terras e direitos que não lhe seriam usurpados depois, já que os bispos seriam sempre homens de sua confiança e não tinham herdeiros legais para reivindicar o que havia sido concedido (*Imperial Church System*). Gregório atacou o cerne da administração imperial com suas medidas e a reação germânica foi contra-atacar depondo o Papa, sendo que este retaliou excomungando o monarca (fato capital, já que este era considerado como um eleito de Deus) e rompendo assim quaisquer laços de compromisso e fidelidade dos vassalos para com este, situação perigosa, geradora (como vimos anteriormente) de conflitos civis na Germânia, que só foi mitigada com a humilhação pública do monarca em Canossa (1077).

Embora esta rodada tenha terminado de modo favorável ao Império, este saiu enfraquecido tanto pelo ineditismo da excomunhão de um rei da Germânia, quanto pela aceitação, mesmo que apenas formal dos clamores de supremacia da autoridade eclesiástica, feitos por Gregório.

Já no século XII temos quatro momentos principais na disputa: o primeiro foi o acordo entre o imperador Henrique V e o papa Calixto II, a Concordata de Worms (1122); o segundo foi o Tratado de Constança (1153) que criou uma paz de compromisso suficiente para garantir a coroação imperial em 1154 e em última instância a primeira campanha italiana de Frederico, o terceiro foi a controvérsia sobre a natureza do poder imperial, que gerou o Cisma de 1160 entre o imperador Frederico I e o papa Alexandre III e por fim, a anexação do Reino Normando da Sicília ao império em 1194 graças ao casamento entre Henrique VI e Constança de Hauteville, última representante da dinastia normanda, que ao

103 Respectivamente a venda de cargos ou sacramentos e o concubinato dos padres.

mesmo tempo envolveu o Império diretamente com as potências do Mediterrâneo e colocou os estados pontifícios numa pinça entre os aliados comunais do Império no norte (os chamados gibelinos) e o reino siciliano no sul.

Mas, indubitavelmente, a principal disputa entre *Regnum* e *Sacerdotium* para o período aqui estudado, é o Cisma de 1160 (ou 1159) causado formalmente pela eleição conturbada do sucessor de Adriano IV, na qual declararam-se vencedores Vítor IV e Alexandre III. Vítor havia vencido o pleito com uma margem de apenas dois votos, assim abrindo a possibilidade de uma contestação, evidentemente assumida por Alexandre. Frederico resolveu arbitrar a disputa entre os papas convocando o Sínodo de Pavia (1160) ao qual apenas Vítor compareceu (Alexandre recusou-se baseado no ditame gregoriano de que o Papa está acima de julgamentos humanos) e foi reconhecido como Sumo Pontífice pelo clero imperial (Germânia, Itália e Borgonha). Oficialmente. Porém, apenas cinquenta bispos do Império compareceram e mesmo entre estes, havia dissensões sobre qual candidato apoiar, criando a seguinte situação diplomática: Vítor era apoiado pelo Império e seus “reinos-clientes”, Dinamarca, Polônia e Boêmia; enquanto que Alexandre era apoiado pela França, formalmente aliada do Império, Sicília, Bizâncio e estados ibéricos, com a Inglaterra pendulando entre os partidos em busca de melhores vantagens¹⁰⁴.

Havia também uma outra razão para a oposição imperial a Alexandre III além de seu conhecido apoio à Reforma Gregoriana: quando este ainda era cardeal de Óstia, havia participado como legado papal na missão diplomática que se encontrou com o imperador na Dieta de Besançon (1157), onde num gesto de malícia¹⁰⁵, o Chanceler Imperial, Rainald de Dassel (arcebispo de Köln) ao ler uma missiva papal para o monarca, propositadamente traduziu benefícios (em geral) por feudo (em específico), dando a entender que o Imperador não passava de um vassalo do Papa. Temos aqui um ponto de discórdia, que fará nascer a explicação imperial para o seu poder: o imperador é eleito pelos príncipes sob a direta graça divina, sem a intervenção papal. A coroação imperial é assim encarada como uma simples confirmação de um fato inevitável para a Igreja.

¹⁰⁴ LEYSER, pp. 215-240. E também não podemos ignorar o fato de que as Constituições de Clarendon, estopim do confronto que levou ao martírio de Thomas Becket, foram elaboradas em 1164. Daí até a morte de Becket em 1172, Henrique II pendeu seriamente a abandonar sua aliança com os Welf e firmar um compromisso com os Staufer, apoiando seus anti-papas para assim conseguir um melhor controle da Igreja em seus vastos territórios, sem mencionar a quebra da aliança entre o Império e a França.

¹⁰⁵ Semelhante ao Telegrama de Ems, forjado por Bismarck em 1870.

Já as disputas com os Welf podem ser traçadas diretamente à sucessão do imperador Henrique V em 1125, que morreu sem herdeiros diretos. Assim, o império foi lançado em uma nova crise política: ao legar as insígnias imperiais a seu sobrinho, o Duque da Suábia Frederico II, o Caolho, da casa dos Hohenstaufen, Henrique nomeou-o como sucessor. Mas o escolhido na assembléia em Mainz (1125) foi Lotário de Supplinburg, duque da Saxônia, num processo sucessório conturbado pela a égide do arcebispo Adalberto de Mainz e Henrique, o Negro da família Welf, duque da Bavária e sogro de Frederico da Suábia. Com este lance, os Welf tentaram controlar indiretamente o trono imperial, de modo que a filha única de Lotário foi casada com o filho mais velho do duque bávaro, Henrique, o Soberbo, cujo filho, Henrique, o Leão tornou-se herdeiro de um vasto bloco territorial composto pelos ducados da Saxônia e da Bavária. Em 1127 teve início uma guerra civil que se arrastaria de modo intermitente até 1215.

Com a morte de Lotário III em 1138, Conrado da Francônia, irmão de Frederico da Suábia foi eleito Rei da Germânia (ele nunca foi coroado imperador), mas teve que enfrentar sucessivas revoltas lideradas por Henrique o Leão, duque da Saxônia, espoliado pelo monarca de seus direitos sobre a Bavária (dada por Conrado III a seu meio-irmão Henrique Jasomirgott de Babenberg, irmão caçula de Otto de Freising) e por Welf VI de Memmingen, tio paterno do Leão. Aliás, Welf VI a partir de 1149, teve suas revoltas financiadas pela coroa siciliana, para evitar que a aliança entre os impérios de Ocidente e Oriente consumasse o seu objetivo comum: eliminar o reino palearmitano.

Conrado III foi sucedido em 1152 por seu sobrinho, Frederico *Barbarossa*, duque da Suábia e filho de um Hohenstaufen com uma Welf. Até 1174 houve relativa paz entre Frederico e Henrique, o Leão, mas, como este não quis ajudar na campanha imperial contra as comunas, chegando ao ponto de nem mesmo permitir que as tropas imperiais utilizassem seus passos alpinos (Frederico acabou por utilizar o passo mais ocidental, Mont Cenis); ademais, foi nesta campanha que o Imperador sofreu a sua derrota definitiva às mãos da Liga Lombarda na batalha de Legnano em 1176. O resultado foi o reacender-se da disputa dinástica, sob a cobertura de reclamações de outros príncipes contra o Welf, que não submeteu-se à Justiça Imperial. Em 1180-81 foi declarado rebelde e houve uma guerra civil na qual o imperador confiscou-lhe os ducados.

Porém, os desdobramentos internacionais desta briga de família foram importantes devido à aliança matrimonial entre os Welf e os Plantageneta da Inglaterra, já que o Leão havia desposado uma das filhas de Henrique II (Matilda), entrelaçando as disputas entre França e Inglaterra com os conflitos internos do Império. Graças a esta intervenção inglesa, os Hohenstaufen e os Capetos de França aliaram-se também¹⁰⁶, gerando assim uma polarização nas relações européias, sendo que os reinos e principados menores foram aliando-se aos blocos mais poderosos (por exemplo, Sicília e Castela aliam-se ao bloco Plantageneta - Welf e Aragão, Dinamarca e Polônia ao bloco Capeto-Stauffer).

Mesmo entre as comunas lombardas não existia uma unidade de propósito e elas atacavam-se mutuamente, com Milão sendo a cidade mais forte e mais agressiva na região, a tal ponto que após a destruição de Lodi e Como, as outras comunas ou aliavam-se a Milão ou não atreviam-se a atacá-la. Restava dirigir a agressividade a alvos menores, como as disputas entre Crema e Cremona, ou Pavia e Tortona. Porém, as alianças firmadas por Milão eram mantidas e em tempos de crise, cumpriam seus acordos enviando reforços para onde fossem necessários, projetando assim o seu poder sobre a Lombardia. Por exemplo, no caso do ataque de Frederico I contra Tortona:

*“Os tempos demandam que demonstremos nossa confiança
Aos amigos e oferecer nosso socorro usual àqueles
Que se encontram exaustos e em grave perigo.
Estas pessoas recordam-se do que prometeram
E deram sua ajuda a aliados e amigos.
O Rei Frederico esforçou-se para tomar uma cidade leal,
E se o preço for correto, seremos os próximos
Mas se nossa força proteger nossa amiga, Tortona,
Grande glória e eterna fama seguirão”.*¹⁰⁷

Neste caso em especial, encontramos em Otto de Freising que: “(...) o povo de Pavia reclamava ser incomodado mais por Tortona do que por Milão (...), Tortona foi

¹⁰⁶ DUBY, *A Idade Média na França*, pp.160-62 e 184.

¹⁰⁷ *Carmen de gestis*, vv. 331-339, p. 12.

ordenada pelo príncipe a abandonar sua aliança com Milão e associar-se a Pavia. Quando isto foi recusado, Tortona também foi declarada fora da lei, proscrita por traição e enumerada entre os inimigos do Império, porque escolheu permanecer fiel a uma cidade hostil e sediciosa do que a outra pacífica e leal aos reis”¹⁰⁸.

Devido à natureza de relato semi-oficial da crônica de Otto de Freising (com finalidades propagandistas), fez ele o máximo para parecer vitoriosa esta primeira campanha de Frederico que além de arrasar Tortona fez o mesmo a Chieri, Asti, Momo, Trecate e Galliate. Embora tenha sido taticamente satisfatória, não o foi estrategicamente: a própria escolha em submeter Tortona em vez de Milão revela a fraqueza da hoste real. Foi uma espécie de salva-face para o monarca, mas Milão continuou poderosa e intocada e os dois meses gastos na operação contra Tortona impediram uma efetiva intervenção no Reino da Sicília, minando assim o acordo traçado em Constança¹⁰⁹. O grande vencedor (estratégico) desta campanha, sem dúvida, foi Guilherme da Sicília, já que sem lutar conseguiu romper a aliança entre seus inimigos, o Imperador e o Papa.

A forma com que as comunas reagiram após as primeiras intervenções imperiais, foi a da formação de ligas regionais. A de Verona (1164), a de Pontida (1167) e a Lombarda (1167) um amálgama das anteriores. Estas alianças eram firmadas pelas comunas para repelirem os clamores e tropas imperiais e recebiam ajuda de todos os inimigos do Império: Inglaterra, Papado, Império Bizantino e Sicília, sendo que algumas vezes até do reino de França. Com estes recursos assegurados a Liga Lombarda desafiou o Império e acabou por derrotá-lo na batalha de Legnano e com o conseqüente fracasso do cerco a Alessandria em 1176, assegurando de fato a liberdade comunal enquanto que o imperador recebeu direitos formais de suserania sobre as comunas, mas sem poder interferir em seu funcionamento.

Por fim, as relações entre os Impérios Ocidental e Oriental foram bastante amigáveis durante a primeira metade do século, devido a existência de inimigos comuns, como o Papado (a Igreja Grega Ortodoxa havia se separado da tutela romana com o Cisma de 1054) e o Reino da Sicília. Esta tendência alcançou seu apogeu com o casamento entre o *basileus* Manoel I Comneno e Berta de Sulzbach, cunhada de Conrado III na década de 1140. Durante a estadia de Conrado III (e Frederico) em Constantinopla em seu retorno da

¹⁰⁸ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 132-3

¹⁰⁹ Devemos recordar que este acordo estipulava que em troca da coroação imperial pelo Papa, Frederico deveria invadir o Reino da Sicília, restaurando-o ao Papado.

2ª Cruzada, chegou-se à conclusão de que o único objetivo político alcançado e merecedor de manutenção após tão desastrosa expedição foi a aliança com Bizâncio contra Rogério da Sicília, consolidada com o casamento entre Henrique Jasomirgott (meio-irmão de Conrado) e a princesa Teodora (sobrinha do *basileus* Manuel I) no início de 1149¹¹⁰.

O compromisso firmado entre os dois soberanos objetivava a divisão da Itália meridional, eliminando assim a incômoda presença do reino normando da Sicília (basta recordarmos a ocupação normanda de Corfu em 1147, transformando essa ilha numa base para incursões de saque em território bizantino, além de ter pilhado as técnicas e os artesãos da sericultura patrocinada por Constantinopla na ilha). Mas após o falecimento de Conrado (1152) esta relação começou a deteriorar-se (um dos compromissos assumidos em Constança no ano seguinte foi o de não ceder nenhuma parte da península itálica aos bizantinos) e só piorou após a Assembléia de Besançon (1157) na qual a chancelaria de Frederico I adotou a teoria de que o Império é superior ao Papado, sendo o Imperador ocidental o verdadeiro Vigário de Cristo, o real guardião do rebanho divino, eleito pelos príncipes sob a graça de Deus. A nova visão da chancelaria imperial a respeito do imperador bizantino pode ser constatada na *Carta do Preste João das Índias*, documento preparado possivelmente por volta de 1165:

*“Presbiter Iohannes, potentia et virtute Dei et domini nostri Iesu Christi [rex regum et] dominus dominantium, Emanueli, Romeon gubernatori, salute gaudere et gratia ditandi ad ulteriora transite.”*¹¹¹

(O Preste João, pelo poder e graça de Deus e de nosso senhor Jesus Cristo, [rei dos reis e] senhor dos senhores, a Manuel, governador de Roma (...))

E ainda:

*“Cum enim hominem nos esse cognoscamus, te Graeculi tui Deum esse existimant, cum te mortalem et humanae corruptioni subiacere cognoscamus.”*¹¹²

(Ora, sabendo nós que tu és um homem, esses teus greguinhos pensam que és Deus, quando nós sabemos que estás sujeito à humana corrupção.)

A tradicional propaganda bizantina insistiu sempre nos fatos da sucessão legítima de Roma e de que o imperador era visto como o vigário de Cristo na terra, defensor da Fé e

¹¹⁰ CARDINI, Franco, p.110.

¹¹¹ RAMOS, pp 52-3, linhas 1-3.

¹¹² RAMOS, pp 52-3, linhas 4-6.

dos Fiéis. A isso encontramos aqui uma retórica desrespeitosa, que desqualifica o Imperador do Oriente, seu império e seus súditos.

Dois acontecimentos tardios comprometeram ainda mais as relações entre os impérios: a 3ª Cruzada, na qual Frederico *Barbarossa* quase se virou contra Constantinopla (devido a desavenças e o apoio do novo *basileus* Isaac Ângelo ao sultão Saladino, que havia reconquistado Jerusalém em 1187. Na verdade, Frederico chegou a enviar uma carta a seu filho e herdeiro Henrique pedindo o envio de uma frota que serviria para tomar Constantinopla, mas mudou de idéia no último instante) e a anexação do reino da Sicília ao Império em 1194, sendo que este acabou por herdar as aspirações de domínio sobre o Mediterrâneo Oriental dos monarcas normandos.

Entre os triunfos diplomáticos do *Barbarossa*, podemos contar o reconhecimento informal do reino da Boêmia¹¹³ (entre 1156 e 1158), assegurou as fronteiras imperiais com a Hungria através de meios diplomáticos, a invasão (culminando com a captura de Breslau e Posen) com a subsequente imposição da submissão vassálica à Polônia (1157) de Boleslau IV e a intervenção na guerra civil dinamarquesa (1131-1157) sendo que a Chancelaria Imperial sempre esteve interessada na construção de da imagem de Frederico como “*rex regum*, soberano supremo, patrono de coroas régias e criador de reis”.¹¹⁴

Ao considerarmos a situação estratégica, encontramos um panorama no qual os fatores militares são amplamente voltados para a defesa, os fatores geográficos estimulam um choque entre formações de cavalaria e infantaria (muitas vezes para o prejuízo das primeiras), os fatores sócio-políticos estimulam um choque de valores e por fim uma situação diplomática explosiva, ditando o curso de uma política ofensiva apresentada como defensiva por parte dos imperadores germânicos para com as comunas, o Papado e os Welf. Trata-se de uma conjuntura na qual o Império ataca as comunas italianas defensivamente, para recuperar seus direitos; ataca o Papado sob o manto da defesa das prerrogativas tradicionais dos imperadores na disputa sobre o controle dos bispados e ataca os Welf como súditos rebeldes que ameaçam o *Landfreide*, uma paz geral estabelecida de modo judicial e

¹¹³ Frederico permitiu que o duque Ladislau da Boêmia passasse a utilizar-se da coroa régia em cerimônias públicas; embora Frederico tivesse tomado esta medida, o reino boêmio só foi reconhecido como tal em fins do século XII. Ou seja, a permissão dada a Ladislau foi um reconhecimento de fato, só aceito *de jure* em fins do século.

¹¹⁴ CARDINI, p. 181.

legítimo pelo monarca. Podendo assim justificar perfeitamente suas campanhas dentro dos ideais da Guerra Justa.

Prosseguindo nosso estudo, gostaria de apresentar também certas considerações retiradas dos preceitos realistas das Relações Internacionais¹¹⁵: em primeiro lugar a questão da multipolaridade, na qual a existência de diversas potências gera desequilíbrios no sistema, já que assim nenhuma potência pode assumir o lugar de hegemona, as outras uniram-se contra ela. De fato, no caso do século XII, encontramos um sistema multipolar no qual nenhuma das potências possuía poder suficiente para projetar-se sobre todos os adversários e assim se tornar hegemônica. De fato, Império e Papado estavam envolvidos em uma disputa na qual o prêmio seria a hegemonia no sistema, o governo sobre a Cristandade Ocidental; porém, nenhum dos dois possuía a força necessária, mas ambos possuíam ideologias universais que tentavam suprir esta deficiência através do recurso às alianças.

Mas uma das dificuldades em estabelecer-se como potência hegemônica é a disponibilidade de meios dissuasórios convincentes (como o armamento nuclear no século XX), mas no século XII estes se encontravam ausentes. O nível tecnológico era semelhante a todos, não havendo programas sistemáticos de pesquisa e desenvolvimento (estes só afetarão o campo militar a partir dos séculos XIV e XV, com a introdução da pólvora e dos canhões), com os poucos desenvolvimentos ocorridos sendo descobertos através da tentativa e erro e não de um estudo teórico consistente (embora a retomada dos textos da Antiguidade sobre assédios e máquinas, como os trabalhos do chamado “Heron” bizantino¹¹⁶, do século X, ou mesmo as tão conhecidas obras de Vegécio e Vitruvius, tenha melhorado as bases de pesquisa na área, o maior desenvolvimento prático do período, o *trebuchet*, foi fruto da experiência medieval, tendo, inclusive, seu princípio de funcionamento diferente dos engenhos clássicos). E estes avanços não foram suficientes para eliminar eficazmente a ameaça dos castelos e fortificações ou mesmo das táticas empregadas no campo de batalha.

¹¹⁵ Teoria de cunho maquiavélico-hobbesiano que explica as relações internacionais sob o ângulo das políticas de poder; nossa referência principal neste campo será BROWN, Michael E. (ed.); *Theories of War and Peace*, Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 1998.

¹¹⁶ SULLIVAN, Denis F.; *Siegecraft: Two tenth-century instruction manuals by “Heron of Byzantium”*, Washington: Dumbarton Oaks, Studies XXXVI, 2000.

A multipolaridade combinada à ausência de um dissuasor adequado levaram à formação de alianças e à previsível escalada dos conflitos, como no caso das disputas dinásticas entre Welf e os Hohenstaufen, que de conflito interno passou a externo com a ativação das alianças entre os Welf e os Plantagenetas ingleses e os Staufer com os Capeto de França, sendo que o ápice deste conflito (além da contenda entre França e Inglaterra), ocorreu em 1214 com a campanha de Bouvines.

O dilema dos estados e dos reinos se encontra no balanço entre cooperação e competição. Quando o balanço entre ataque e defesa é favorável à última, gera um dilema de segurança mais suave, no qual cada “estado” segue sua política de segurança de modo que propicia um baixo nível de ameaça aos vizinhos, formando assim mais confiança entre os componentes do sistema. De fato, durante o século XII o balanço inclinava-se nitidamente para a defesa, mas encontramos uma situação de conflitos endêmicos. O que está errado?

Em primeiro lugar a questão da organização política. Mesmo nos reinos mais centralizados, como Inglaterra e Sicília, encontramos períodos durante os quais esta centralização encontra-se à beira do esfacelamento perante os poderes particularistas dos grandes feudatários. Com relação ao Império este fator ainda é mais preocupante, já que ele era um aglomerado de províncias às quais faltavam as mínimas características de governabilidade de acordo com o modelo romano, do qual era, alegadamente, sucessor. Na prática o novo Império era um amálgama de senhorios seculares e imunidades eclesiásticas espalhados pelos territórios da Germânia e da Itália. Para ser mais específico este império era uma frágil hegemonia militar criada pelas vitórias de Otto I sobre eslavos, magiares, italianos e seus próprios rivais germânicos ¹¹⁷ (conforme dito no capítulo 1). Pela presença destes vassallos sempre propensos à revolta, o dilema de segurança interna dos monarcas era sempre preocupante, além do medo da trapaça nos tratados, inerente a um sistema no qual não existe uma entidade maior que seus componentes, com poderes retaliatórios no caso de desrespeito aos acordos. O que nos leva ao segundo fator, a profunda desconfiança entre os reinos, entre os principados constituintes de cada reino e mesmo entre as comunas lombardas:

¹¹⁷ ARNOLD, *German Knighthood*, p.02.

*“Não havia povo que se atrevesse a iniciar
Guerra aberta contra Milão. Pelo medo
Haviam a todos conquistado, e as vitórias os fizeram audazes
As fúrias e a paixão de causar dano
Inflamou os espíritos das cidades próximas,
E estas que procuraram ajudar umas às outras
Preferiram iniciar guerras civis.
A selvagem Bréscia mordeu Bérgamo; Piacenza
E Cremona atacaram Parma. Mântua
Temia a Verona, e Tortona
A Pavia, e Pavia temia Milão”.*¹¹⁸

A princípio a Igreja era a única entidade realmente sem fronteiras, possuidora de autoridade moral, podendo retaliar com as armas da excomunhão e do interdito aqueles que desrespeitassem os tratados; mas ao adquirir patrimônio temporal, tornou-se apenas mais um operador no sistema, muitas vezes “legislando em causa própria” para manipular os assuntos de cada reino, prosseguindo assim em sua política de supremacia do poder espiritual sobre o temporal, seguindo o projeto gregoriano. É importante reforçarmos o paradoxo causado pela Reforma Gregoriana: o descompasso entre as autoridades espiritual e temporal, levando a uma proporcionalidade inversa entre uma e outra.

Entre os fatores arrolados que geram a competição, encontramos os acúmulos unilaterais que favorecem uma situação de verdadeira corrida armamentista produzindo medo e desconfiança, levando à formação de alianças e finalmente à guerra. O principal recurso militar no século XII foi o dinheiro que um monarca ou magnata poderia levantar, para assim conseguir cumprir uma vasta gama de capacidades militares que iam da contratação de mercenários e especialistas em assédio à compra de suprimentos e o suborno de guarnições inimigas.

A corrida armamentista neste período é a do acúmulo de capacidade financeira e é claro que os reinos menos confiáveis eram aqueles que podiam mobilizar mais recursos. Por exemplo, a Inglaterra como já mencionamos. No caso da Germânia, o imperador

¹¹⁸ *Carmen de gestis*, vv. 31-41, p. 02.

Frederico estabeleceu como um de seus principais objetivos durante as campanhas italianas a cobrança de seus direitos políticos e financeiros sobre as comunas, as chamadas *regalia*, que lhe dariam o controle sobre a área financeiramente mais avançada da Europa no século XII, assim garantindo poder suficiente para implementar seus planos.

Encontramos também tratados de controle de armas, como os firmados entre Frederico I e Luís VII em 1164 e renovados em 1167 (no caso, o banimento do uso de mercenários entre o Reno e o Loire)¹¹⁹, embora o mais curioso desse fato seja que os tratados foram firmados entre aliados, não entre inimigos interessados na diminuição das tensões em suas fronteiras, tamanho era o nível de desconfiança; justificado, já que no mesmo ano da renovação do acordo, o imperador liderou mais uma campanha na Itália, na qual utilizou-se maciçamente de mercenários (como os comandados pelo arcebispo de Köln e chanceler imperial, Rainald de Dassel, na Batalha de Tusculum). Poderíamos até especular quais as vantagens comparativas para os signatários do tratado: o rei francês era razoavelmente pobre em comparação com alguns dos grandes feudatários de seu reino, com menores chances de contratar mercenários; por outro lado, esta proibição atinge em cheio a oferta de soldados da fortuna para os grandes senhorios adjacentes à demesne real, especialmente a Normandia plantageneta: era fato conhecido que tanto Henrique II quanto Ricardo Coração-de-Leão eram grandes contratadores. Quanto ao Imperador, tal medida não diminuiu a quantidade de mercenários que podiam ser contratados por seus adversários internos, mas aumentou em muito a oferta daqueles que não mais trabalhavam a oeste virem para o Império. Grande parte do vale do Reno, além da Borgonha e da Suábia, faziam parte da demesne real dos Staufer, possibilitando assim a contratação de grandes contingentes a preços melhores, a serem dirigidos contra os exércitos comunais.

Como já vimos anteriormente, a formação de alianças foi fato comum durante o período, gerando assim verdadeiros blocos antagônicos, como o liderado pela Inglaterra que reunia os ducados Welf no Império (Saxônia e Bavária) e os reinos da Sicília e Castela, contra o bloco liderado pela França que reunia o Imperador Germânico e o reino de Aragão. Não podemos esquecer a presença de jogadores menores mas não menos irritantes como Portugal e a Escócia, que agiam como foco de preocupação a seus vizinhos maiores, no

¹¹⁹ DUBY, *A Idade Média na França*, pp. 160-2.

caso Castela e Inglaterra, sempre podendo agir como elemento surpresa durante as campanhas dos reinos maiores.

Portanto, a situação estratégica e diplomática do período nos revela um panorama no qual a ausência de uma unidade política mais consistente, combinada à superioridade da defesa, um agudo dilema de segurança, altos níveis de desconfiança e um sistema multipolar (instável por natureza), são fatores decisivos para explicar uma situação extremamente competitiva e violenta, na qual as guerras, ou melhor, os conflitos, encontraram vastas oportunidades para surgir e se desenvolver.

3.3.2 Propaganda:

Propaganda pode ser definida como uma “(...) *difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos. A propaganda é, pois, um esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade total. É no sentido de difusão de idéias, isto é, sem conotações explicitamente negativas, que o termo foi originalmente usado pela Igreja Católica para designar sua atividade de proselitismo*”.¹²⁰

Quanto aos meios de difusão da propaganda: “(...) *valem-se de todos os instrumentos que as condições tecnológicas põem à sua disposição em cada época*”.¹²¹

Sob este tópico iremos principalmente discutir a natureza de nossos documentos. A produção de registros não é desprovida de intencionalidade ideológica e nossa documentação não é isenta neste ponto de vista. As lutas em várias frentes em que o Império viu-se enredado na segunda metade do século XII foram o grande catalisador tanto do aparato administrativo da Chancelaria Imperial quanto a razão do desenvolvimento da propaganda no Império.

A necessidade de superar ideologicamente os inimigos e conquistar o apoio da opinião pública está presente em nossos documentos: eles são peças da propaganda

¹²⁰ BOBBIO, v.2, pp. 1018-19.

¹²¹ BOBBIO, v.2, pp. 1019.

imperial. E a propaganda está diretamente ligada ao ressurgimento da retórica no renascimento da cultura clássica durante o século XII.

O ressurgimento da retórica e da *ars dictaminis* receberam considerável atenção do ponto de vista literário, da erudição e da ascensão das Universidades. O que não foi suficientemente entendido é que estes fatos também refletiram certas mudanças no caráter da vida política. Cícero havia definido a retórica como a “ciência civil” e só no século XII ela recuperou esta posição. Durante o mesmo período as condições políticas alteravam-se em certas partes da Europa, em particular a Itália Setentrional, que se tornou o centro dos novos estudos em retórica. Só que nesta região, devido às características da vida comunal, deu-se maior destaque à retórica aplicada à oratória.

Em todo caso, a oratória tinha um peso muito menor na política imperial do que na comunal. Em conseqüência, quando o governo imperial começou a tornar-se mais interessado na difusão de seus pontos de vista, os manifestos substituíram os discursos públicos. Por outro lado, as cidades tinham poucas oportunidades para publicar manifestos já que nelas era muito importante o uso de cartas oficiais, a passo com o desenvolvimento de sua política externa; enquanto que para o Papado tanto as encíclicas quanto os sermões tiveram, desde o século XI, papel crescente na propagação de seus ideais.

Os princípios da *ars dictaminis* foram postos em prática nas cartas e documentos compostos por Chanceleres e notários treinados. Tais documentos oficiais podiam ser endereçados a um indivíduo; eles podiam também ser destinados ao público. De fato, as cartas políticas enviadas entre as comunas, normalmente deviam ser lidas nos Conselhos e já que os manifestos imperiais preenchiam estas condições, também eram lidos em público (facilitando assim a difusão do ideário imperial).

Sem dúvida existe uma conexão próxima entre o desenvolvimento da *ars dictaminis* e as atividades da Chancelaria Imperial. As semelhanças entre os documentos imperiais entre Carlos Magno e Frederico I, incluindo o período intermediário, são propositais, já que em 1125 um escrivão de Bamberg compilou a primeira e mais importante das coleções de cartas imperiais, o *Codex Udalrici*¹²², com o auxílio dos arquivos episcopais de sua cidade. Sob Frederico I, a Chancelaria Imperial fez considerável uso do Codex. Por outro lado, parece provável que durante o século XII os notários imperiais tenham ficado imunes ao

¹²² RUBINSTEIN, p. 25.

renascimento dos estudos retóricos na Itália, particularmente após as primeiras expedições de Frederico *Barbarossa*. O contato entre o Imperador e Bologna fica evidente no aspecto jurídico e podemos assumir que existiram influências semelhantes quanto à *ars dictaminis*.

O papel dos notários na vida pública desde o século XII está diretamente ligado aos desenvolvimentos da administração e do direito em geral. Homens treinados eram necessários para rascunhar os instrumentos legais e os documentos administrativos. Todavia, o valor do notário também resultou da crescente importância das cartas oficiais e dos manifestos, tanto nas Comunas quanto na Chancelaria Imperial. Deste modo, a *ars dictaminis* e o geral renascimento da Retórica antiga, refletem novas condições e tendências na vida política, onde crescente atenção passou a ser paga à opinião pública e conseqüentemente à propaganda oficial. Estas novas tendências são de singular interesse para o trabalho da Chancelaria Imperial durante os séculos XII e XIII.

Uma espécie de opinião pública¹²³, a dos nobres e prelados, apareceu como um grande fator na vida política durante a Contenda das Investiduras. O vasto número de tratados lidando com as questões controversas envolvem e demonstram um grande número de tentativas em vencer os oponentes e os indiferentes de ambos os partidos. É geralmente aceito que a Cúria tomou parte ativa em influenciar estes grupos, mas é surpreendente quão pouca atenção foi atribuída aos esforços similares da Chancelaria imperial, já que o objetivo perseguido por ambas é o consenso de que sua causa é superior à rival.

Durante o Conflito das Investiduras, o Papado possuía uma longa tradição de pregação; e não teria sido difícil adotar para fins políticos os métodos há muito desenvolvidos na esfera da religião. Em meados do século XI os papas entenderam plenamente a grande importância do exercício direto de sua influência sobre a opinião pública e não estavam inclinados a deixar todo o trabalho nas mãos dos defensores da causa papal, como atestam as cartas do Papa Gregório VII aos bispos imperiais.

¹²³ BOBBIO, v.2, p. 842: "A opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como "opinião", é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto "pública", isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia. A Opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser doxa e não episteme; mas, na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada."

Já o governo imperial não possuía tal tradição, mas a intensidade da controvérsia das investiduras e o inédito papel desempenhado pela opinião pública obviamente induziram o Imperador a solucionar tal problema. Como exemplo, podemos citar as duas versões da carta de Henrique IV que depunha Gregório VII: a primeira versão foi destinada ao episcopado germânico; era mais extensa e sua argumentação girava em torno das razões religiosas e morais para a deposição do Pontífice. Já a segunda versão foi destinada aos romanos; era menos extensa e sua argumentação explicava a deposição em termos legais e políticos. Este é um bom exemplo da propaganda imperial inicial, onde a Chancelaria demonstrou a sua versatilidade, adaptando os argumentos para diferentes platéias. Outro exemplo do mesmo gênero pode ser encontrado nas duas versões da carta de Frederico I escrita em Outubro de 1159, convocando prelados e monarcas ao Concílio a ser realizado em Pavia no ano seguinte. Uma das duas versões foi destinada ao Bispo de Brixen e a outra a Henrique II da Inglaterra¹²⁴.

A primeira versão pode ser lida como o manifesto imperial aos bispos da Germânia:

“Quod in passione sua Christus duobus gladii contentus fuit, hoc in Romana aecclesia et in imperio Romano credimus mirabili providentia declarasse, cum per haec duo rerum capita et principia totus mundus tam in divinis quam in humanis ordinetur. Cumque unus Deus, unus papa, unus imperator sufficiat et una aecclesia Dei esse debeat, quod sine dolore cordis dicere non possumus, duos apostolicus in Romana aecclesia habere videmur.”

Este trecho pode ser lido como uma proclamação da idéia de Império Universal, fundado na unidade da Cristandade. Entretanto, os motivos da intervenção imperial aparecem em uma luz diferenciada na carta para Henrique II. O argumento assume um caráter político: não interessa nem ao Império nem à Inglaterra que a Igreja encontre-se dividida e conseqüentemente, deve haver uma intervenção.

“Cum Christus ecclesiam suam, quam pretioso sanguine suo redimit, unicam et indivisam Petro pre ceteris apostolis singulari et spetiali privilegio gubernandam commiserit, constare videtur, quod unus in Romana ecclesia pontifex esse debeat, Qui unius Dei et Petri vicarius, unus et universalis ecclesie gubernator existat. Unde nos, Qui unitatem colimus et omnes unum corpus sumus ecclesie, non dolere non debemus, quod

¹²⁴ MGH, Const. I, pp. 253-55 (n. 182, 183)

scissa illa tunica inconsutili, unitate scillicet ecclesie, duos apostolicos in Romana ecclesia videmur habere.”

A intervenção é descrita como um dever comum entre Rei e Imperador, que devem trabalhar em conjunto para salvar a Igreja. A idéia de império universal poderia ser usada com segurança na Germânia, mas não quando países poderosos estavam envolvidos como interlocutores.

Em vista dos graves problemas com que o imperador era defrontado e a oposição que encontrava tanto no Império quanto fora dele (a questão papal e a italiana), o governo aparentemente deu-se conta da importância da opinião pública. Esta política foi iniciada praticamente um século antes e não apenas temporária.

A chancelaria não restringiu suas atividades ao campo dos manifestos oficiais. Criou também uma historiografia de inspiração oficial. A *Gesta Friderici Imperatoris* de Otto de Freising e Rahewin é um relato semi-oficial dos eventos e problemas iniciais do reinado de Frederico. Mesmo que não existisse nenhuma outra indicação, o fato único de um prefácio do próprio imperador contendo uma descrição de seus primeiros cinco anos de reinado, anexado à crônica na forma de uma carta, provaria sua inspiração oficial. Em todo caso, a *Gesta Friderici* forneceu a *auctoritas* para os outros esforços propagandísticos da historiografia imperial.

Tanto o Bispo Otto quanto Rahewin tiveram acesso a grandes quantidades de documentos da Chancelaria Imperial, mas enquanto Otto normalmente trabalhava os documentos em seu texto, a parte composta por Rahewin abunda em documentos citados literalmente. É mesmo possível que a Chancelaria Imperial tivesse compilado um memorando cobrindo os primeiros anos de governo de Frederico para o uso de ambos os cronistas.

Esta crônica bem documentada e escrita por um respeitado homem de letras (a sua *Crônica das Duas Cidades* é considerada como a obra-prima historiográfica do século XII) a pedido do próprio *Barbarossa*, estava garantida em sua preservação e difusão por acabar sendo considerada a crônica oficial do reinado de Frederico I. Esta gesta serviu como modelo e fonte para as outras obras que cobrem o período, como o *Carmen de gestis*, o *Ligurinus* e a *Crônica* de Oto Morena, entre outros.

Todavia, a seleção do material utilizado foi feita de tal maneira que apresentasse o ponto de vista imperial no modo mais claro e convincente; a política de Frederico deveria ser justificada pela evidência documental. Como exemplo, os capítulos concernentes às disputas com Adriano IV e Alexandre III, embora Rahewin declare uma intenção imparcial, apresentando documentos representativos tanto da visão papal quanto da imperial, geralmente oferece ao Imperador a última palavra. Um dos momentos de maior visibilidade desta situação encontram-se nos capítulos concernentes ao Concílio de Pávia: enquanto que na documentação apresentada inicialmente encontramos a representação de ambos os grupos rivais (documentos relativos à origem do Cisma e a convocação para o Concílio), não encontramos documentos do partido alexandrino quando Rahewin trata do Concílio propriamente dito. Além disso, a causa de Alexandre III é condenada a todo o momento e a Crônica é encerrada com uma justificativa da política imperial.

Esta historiografia oficialmente inspirada contendo muitos dos manifestos imperiais era mais uma forma de influenciar a opinião pública. Esta inspiração oficial derivou da Chancelaria imperial, sob o comando do Chanceler Rainald de Dassel (no cargo desde 1156). Rainald com certeza influenciou a construção de um texto considerado de tal importância que necessitava de uma carta introdutória imperial, assim como ordenou a um dos membros de seu *staff*, o anônimo clérigo conhecido como Arquipoeta de Köln, a compor um poema laudatório sobre as campanhas imperiais na Itália, que foi apresentado diante de *Barbarossa* após a vitória sobre Milão em 1162. O Arquipoeta escreveu também um panegírico ao imperador, a ele recitado, provavelmente, em outubro de 1163 em Novara¹²⁵.

Além das obras do Arquipoeta, poderíamos ampliar o *corpus* documental e acrescentarmos canções contidas nos *Carmina Burana*, sob a rubrica de canções satírico-moralistas muitas outras que tratam da corrupção da Cúria romana e das críticas à Igreja de modo geral, como o *Evangelium secundum marcas argenti*:

"Initium s. evangelii secundum marcas argenti. In illo tempore dixit papa Romanis: "Cum venerit filius hominis ad sedem maiestatis nostre, primum dicite: "Amice, ad quid venisti?" At ille si perseveraverit pulsans, nil dans vobis, eicite eum in tenebras exteriores. Factum est autem ut quidam pauper clericus veniret ad curiam domini pape, et clamavit

¹²⁵ ROJDESTVENSKY, p.42

dicens: "Miseremini mei saltem, vos, hostiarii papae, quia manus paupertatis tetigit me. Ego vero egenus et pauper sum, ideo peto ut subveniatis calamiti et miseriae meae". Illi autem audientes indignati sunt valde et dixerunt: "Amice, paupertas tua tecum sit in perditione. Vade retro, Sathanas, quia non sapis ea que sapiunt nummi. Amen, amen, dico tibi: Non intrabis in gaudium domini tui, donec dederis novissimum quadrantem". Pauper vero abiit et vendidit pallium et tunicam et universa que habuit et dedit cardinalibus et hostiariis et camerariis. At illi dixerunt: "Et hoc, quid est inter tantos?" Et eiecerunt eum ante fores, et egressus foras flevit amare et non habens consolationem. Postea venit ad curiam quidam clericus dives, incrassatus, impinguatus, dilatatus, qui propter seditionem fecerat homicidium. Hic primo dedit hostiario, secundo camerario, tertio cardinalibus. At illi arbitrati sunt inter eos quod essent plus accepturi. Audiens autem dominus papa cardinales et ministros plurima dona a clerico accepisse, infirmatus est usque ad mortem. Dives vero misit sibi electuarium aureum et argenteum et statim sanatum est. Tunc dominus papa ad se vocavit cardinales et ministros et dixit eis: "Fratres, videte ne aliquis vos seducat inanibus verbis! Exemplum enim do vobis, ut quemadmodum ego capoi, ita et vos capiatis."¹²⁶

Esta canção não faz parte das produzidas pelo Arquipoeta e provavelmente não foi pensada como propaganda imperial, mas é possível que a produção literária dos goliardos no campo da crítica à situação das instituições eclesiásticas tenha sido influenciada pela disputa entre *Sacerdotium* e *Imperium*, com os vagantes fornecendo sua simpatia política e talento literário à causa laica.

Entre os demais documentos que podem ser caracterizados como propagandísticos da causa imperial encontramos a já citada *Carta do Preste João das Índias*. Este documento, produzido na Chancelaria Imperial e divulgado em 1165 (aproximadamente), era dirigida ao *basileus* Manuel I Comneno. Referia-se a este monarca como a um régulo (tratamento dado na documentação imperial aos demais monarcas do ocidente) e pregava a existência de um reino no qual o Preste João era, como os antigos Césares, monarca e pontífice máximo, um rei-sacerdote (como Melquisedeque no Antigo Testamento). Tal concepção unia a idéia do império universal à da independência (e superioridade) do poder laico levando à conclusão de que os imperadores tinham o direito de imiscuir-se nas

¹²⁶ ROJDESTVENSKY, pp.78-9.

questões eclesiásticas, derivando das práticas de governo tradicional do Império Romano restaurado por Carlos Magno.

Mas as medidas propagandistas de Frederico I e Rainald de Dassel abrangiam também atos poderosos como o traslado das supostas relíquias dos Reis Magos obtidas sob os direitos de espólio após a conquista de Milão em 1162 (as relíquias foram oficialmente recepcionadas em 1164), tentando assim ingressar nos debates de precedência entre Roma e Compostela. Outro ato espetacular foi a canonização de Carlos Magno a 29/12/1165, sob o antipapa Vítor III. Assim, o imperador tornou-se descendente político e familiar do “santo” Imperador, criando uma fonte de legitimidade indiscutível para seus projetos.

Podemos concluir que se partindo do princípio da existência de padrões de conflito ideológicos, associados à prática das operações de combate, levaram-nos a investigar os campos em que este confronto ideológico deu-se: a diplomacia, grande jogo de poder e interesses entre as “nações” e a propaganda, forma de combate ideológico por excelência, que visava os corações e as mentes da Cristandade.

Capítulo 4: O Generalato no Século XII

4. 1: A liderança heróica

“O líder, na guerra, deve mostrar-se a seus seguidores somente atrás de uma máscara, a máscara moldada de tal forma que o identificará para os homens de seu tempo e lugar, como aquele de seus desejos e necessidades. A máscara do comando”.

John Keegan¹²⁷

A natureza do poder imperial na Germânia repousava sobre bases violentas. O Imperador era essencialmente um comandante militar; principal fardo do ofício imperial era o esforço militar anual (ou quase) contra o principal inimigo interno ou externo do momento, desde Carlos Magno. Biógrafos imperiais como Widukind de Corvey sobre Otto I, Wipo sobre Conrado II e Otto de Freising sobre Frederico *Barbarossa*, enfatizam que a competência militar era o segredo de sua credibilidade como governantes.¹²⁸

De fato, as necessidades econômicas, políticas e militares do Império não apenas obrigavam os Imperadores ao generalato, mas também os condicionavam a uma existência peripatética. O propósito destas perambulações pelo reino era triplo: o consumo *in loco* das rendas produzidas pelas propriedades régias; a necessidade de mostrar aos magnatas a força do monarca e a habilidade de alcançar teatros de combate afastados, em bom tempo, se possível.

O imperador perambulava com sua corte e cavaleiros domésticos (sendo que estes formavam a unidade de elite de suas tropas) sobre os quais possuíam autoridade irrestrita, já que eram membros da *familiae regis*, seus dependentes domésticos, cavaleiros presos ao monarca (ou a qualquer dos grandes príncipes) por laços de servidão (em vez de laços feudo-vassálicos), em sua maioria, cavaleiros ministeriais. É certo que na prática podiam ser enfeudados, mas sua relação com seu (s) suserano (s) ainda possuía caráter servil (cuja

¹²⁷ KEEGAN, *A Máscara*, p.25

¹²⁸ ARNOLD, *German Knighthood*, p.07.

prestação de serviços poderia ser convertida tanto para a guerra quanto para a administração das terras do suserano).

Porém, a natureza das relações na sociedade feudal forçava suseranos e vassalos livres a uma eterna negociação entre si. As relações contratuais ditadas pelos inúmeros direitos e deveres recíprocos afetavam as operações militares diretamente. Os vassalos na maior parte das vezes só deviam serviço militar gratuito dentro das fronteiras do Reino da Germânia ou durante quarenta dias ao ano. Caso estas condições não fossem atendidas, convencionou-se a fornecer aos capitães um estipêndio diário e variável conforme os costumes de cada região; o costumário de Köln (escrito em 1165, durante o episcopado de Rainald de Dassel) estabelecia um adiantamento de dez marcos de prata para cada cavaleiro, a ser utilizado na aquisição de cavalos, armas e armaduras e o recebimento de um marco de prata por dia após o exército ter cruzado os Alpes, destinado aos gastos cotidianos. Esta paga não era considerada sinal de mercenarismo, mas uma ajuda de custo necessária à subsistência devido à precariedade dos sistemas logísticos coevos, fazendo com que a maior parte das necessidades dos exércitos fosse suprida por mercadores que acompanhavam as tropas, encarregados de abastecer os soldados mediante pagamento.

Embora estes pagamentos acabassem por onerar os custos da expedição eles favoreciam o controle sobre a tropa, auxiliando o estabelecimento da disciplina, já que Frederico aplicou às suas tropas um código disciplinar rígido estabelecendo penas severas para todos aqueles apanhados pilhando sem autorização: *Um soldado que tenha espoliado um mercador deverá restituí-lo com o dobro do que tomou e jurar que não sabia se tratar de um mercador. Se for um "servo" (guerreiro não-livre), ele terá o cabelo raspado e será marcado a ferro na face, ou seu senhor deverá devolver o butim em seu nome*¹²⁹.

Uma das alternativas ao problema do serviço limitado era o uso de mercenários. Enquanto estes recebessem sua paga ou a possibilidade de saques regulares, serviam por tempo indeterminado. Mas esta solução era um caro paliativo, porque consumia muito dos poucos recursos monetários disponíveis, mas mesmo assim não conseguia resolver outro grande dilema: a liderança.

O processo histórico da evolução dos conceitos de liderança é longo e interessante. O professor John Keegan estudou as diversas formas de liderança e estabeleceu uma

¹²⁹ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, p.132.

tipologia da liderança em seu livro *A Máscara do Comando*, sendo que o tipo adequado para o estudo do generalato medieval é o chamado de liderança heróica (praticada pelos comandantes militares ocidentais de Alexandre da Macedônia ao Duque de Wellington), caracterizada pela agressividade, busca da ruptura da frente inimiga, pela audácia e exemplo do comandante.

Se um comandante medieval desejava encorajar e persuadir seus seguidores a arriscar suas vidas, ele devia ser a encarnação dos valores militares cavaleirescos e assim, inevitavelmente, devia lutar à frente com a tropa¹³⁰. Durante as marchas o comandante deve sempre estar preparado para alcançar seu destino com os últimos cavaleiros, e se o inimigo lhes preparar uma emboscada, ele deve lutar junto com seus homens. Seu exemplo deve sempre inspirar os outros guerreiros. Na fuga ou na retirada ele deve manter o inimigo à distância com o destacamento de retaguarda composto pelas melhores tropas do exército¹³¹. Um homem que necessita persuadir, dificilmente pode pedir a outros que assumam riscos que ele mesmo se recusa a assumir. Este é o paradigma do generalato medieval

Outra questão relativa a esta forma de liderança é a de que assim o general consegue, através do exemplo, auxiliar seus homens a controlar o medo. Atacar diretamente uma posição sabidamente bem defendida é um verdadeiro insulto ao instinto de sobrevivência e este ainda é um dos grandes desafios para os comandantes militares. O exemplo do líder somado a uma ética baseada no senso de honra, dever e bravura levaram os cavaleiros ao combate e a perspectiva combinada de lutar pela sobrevivência (já que se derrotados seriam provavelmente executados) e uma boa paga, os infantes.

Devemos esclarecer que a questão da motivação dos diferentes tipos de combatente acabava por não ser tão simples assim. É interessante notarmos que o *ethos* da cavalaria acabava por incluir elementos do *ethos* dos mercenários - como a questão da luta pelo butim - e vice-versa, já que os mercenários eram temidos e admirados pela bravura com que lutavam: o mercenário bem-sucedido era aquele que não só conseguia garantir sua

¹³⁰ "I like also when the lord /Rides to battle at the head of his men,/Mounted and armed, fearless,/So he makes his men more courageous/By his valiant courage;/And when the assault is given/Everybody has to be ready/To follow him with good grace,/For nobody has valour/If he has not received nor given many blows".

Bertrand de Born, in: VERBRUGGEN, p. 53

¹³¹ VERBRUGGEN, p.53: "Know full well that this is the custom: /The bravest fight in the rearguard."

sobrevivência no campo de batalha, mas o fazia com coragem e habilidade, garantindo assim que seu próximo empregador valorizasse os seus serviços.¹³²

Com relação à infantaria comunal italiana, o *ethos* que a impulsionava era um civismo, algo semelhante ao dos antigos cidadãos-soldados da Antiguidade Clássica, mas com a grande diferença de que estes infantes não usufruíam os benefícios da cidadania nos moldes clássicos, mas lutavam em defesa da liberdade comunal e em última instância, pela liberdade individual burguesa.

Em um exército de indivíduos e pequenos grupos como o medieval, esta era uma forma de generalato muito exigente. A exposição do comandante era absolutamente vital: em Carcano¹³³ e em Legnano Frederico teve seus cavalos mortos e combateu a pé.

Frederico *Barbarossa* como líder cruzado: a bravura a serviço da Fé.



Outro exemplo deste tipo de liderança foi recordado nesta anedota: Luís VI de França (1108-37) em uma de suas batalhas esteve em considerável perigo; um soldado inimigo tomou seu cavalo pelo bridão e gritava “O rei foi apanhado!”. “Não senhor”,

¹³² Mesmo cavaleiros profissionais, mas não exatamente mercenários, como Guilherme Marechal, acabavam por contratar arautos e poetas para engrandecer-lhes os feitos de armas nos torneios, garantindo assim o interesse de seus empregadores e o aumento de suas recompensas. DUBY, *Guilherme Marechal*, p. 67.

¹³³ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, p.335.

respondeu Luís levantando seu machado de guerra, com o qual matou o soldado: “*Não senhor, o rei nunca é apanhado, nem mesmo no xadrez.*”¹³⁴

O apelo da brava liderança apoiada em valores compartilhados com os subordinados era muito poderoso, mas é claro que ela podia ter resultados catastróficos, já que estes valores eram essencialmente individualistas. Em Carcano e Legnano, Frederico batalhou porque desprezava a fuga e assim aceitou o desafio do exército milanês, ignorando conselhos contrários.

Mas galanteria não era suficiente para comandar um exército. O comandante medieval precisava ter um corpo de tropas de sua confiança para formar o núcleo central de seu exército (como os cavaleiros suábios e os ministeriais de Frederico). Dado o *ethos* individual da elite européia, esta dominância era respeitada porque representava um compromisso de recursos do líder paralelo a seu compromisso físico na frente de combate, além deste sempre contar com uma unidade de elite que dificilmente o trairia¹³⁵, já que normalmente serem suas tropas domésticas, como já mencionado.

A presteza em combater na linha de frente e o compromisso de seus recursos não garantiam a habilidade em manejar exércitos e julgar terrenos. Estas vinham com a experiência na guerra em pequena escala, os confrontos feudais, a fonte comum de experiência para a época. Este tipo de luta possivelmente deve ter alertado os comandantes para a necessidade de inteligência a respeito do inimigo e seus movimentos, levando assim ao uso de espiões no campo inimigo (é certo que tanto as comunas tinham espiões no campo imperial quanto o contrário, ações facilitadas pela presença de aliados italianos no campo imperial e pela oposição encontrada pelo imperador dentro de suas próprias fileiras germânicas) e o envio de grupos de reconhecimento à frente do corpo principal do exército.

¹³⁴ HASTINGS, pp.69.

¹³⁵ Fato este que também revela a extrema desconfiança entre os potentados em escala tanto intranacional quanto internacional no período. Caso o líder não empenhasse seus recursos, existia a suspeita disto ser sinal de que estes poderiam ser empregados contra algum vassalo em campanha. Um jogo arriscado, mas ainda assim possível e esta possibilidade já bastava para assustar qualquer magnata, forçando como prova de confiança o emprego dos recursos do monarca no combate, invariavelmente. Como exemplo, a estrela de Henrique, o Leão começou a perder seu brilho a partir do momento em que se recusou a cumprir seus deveres de *auxilium* a Frederico, enquanto seus vizinhos viam-se ameaçados, já que haviam atendido ao Imperador e encontravam-se desguarnecidos e ausentes de seus domínios. Esta pode ser considerada como a causa da queda dos Welf no ano de 1181.

De fato, o comandante medieval podia adquirir e acumular experiência não apenas com as guerras privadas, mas também com os treinamentos coletivos conhecidos como torneios, nos quais muitas vezes os capitães de *conrois* empregavam grupos de infantaria além de seus times de cavaleiros, gerando assim não só experiência no uso de armas combinadas para o comandante, como para cavaleiros e infantas, que assim tinham a chance de aprender como operar em conjunto.

Mas astúcia e manobras com pequenos grupos são uma coisa e comandar uma grande força é outra bem diferente. A performance do comandante medieval em campanhas e engajamentos de envergadura deve ser medida contra o fato de que tais ocasiões eram raras e poderiam ocorrer em qualquer estágio de sua carreira. A generalidade da experiência militar, mesmo para um rei, era de pequena escala¹³⁶, então havia bem pouco treinamento para estas grandes ocasiões.

Experiência, força de personalidade e vontade eram, como o são hoje, elementos vitais na construção de um comandante. Quando jovem Frederico *Barbarossa* foi uma testemunha impotente da destruição do exército germânico na Segunda Cruzada e sentiu os efeitos deletérios causados pela falta de equilíbrio entre a cavalaria e a infantaria em sua derrota final frente às comunas em Legnano. Provavelmente como resultado, ele controlou seu exército na Terceira Cruzada com mão de ferro, mas este exército dissolveu-se com sua morte *en route*, provando assim que, ao contrário da opinião aceita desde Maquiavel, os comandantes medievais eram capazes de aprender com seus erros.

O comandante tinha que impôr-se ao exército mesmo quando confiando na experiência e habilidades de outros, porque era o centro da força de combate. Segundo a comparação de como Cesar e Guilherme, o Conquistador comandavam seus exércitos, feita por William de Poitiers: *“No caso de César, devido a sua fama e importância, foi suficiente apenas despachar ordens durante os combates contra Gauleses e Bretões: apenas raramente ele participava do combate. Este era o costume nos tempos antigos, como evidenciado nos Comentários. Mas para Guilherme isto não teria sido nem honorável nem efetivo apenas ordenar em seu conflito com os Ingleses, se ele não tivesse ao mesmo tempo cumprido suas obrigações como cavaleiro, como já havia feito em outras guerras. Em cada*

¹³⁶ GILLINGHAM, “Richard I and the Science of Warfare”, pp.04-06.

batalha ele combateu com sua espada, seja como primeiro homem ou ao menos entre os primeiros".¹³⁷

4.2 O Estado-Maior Medieval: Comando e Controle

Como Frederico tomava decisões militares? Como ele tornava suas decisões conhecidas a seus homens? Conseguia ele influir nos caminhos da batalha depois dela ter sido iniciada?

“É perigoso quando se trata de qualquer época muito anterior à nossa, falar de um estado-maior porque, assim fazendo, estamos supondo uma burocratização da sociedade, bem em desacordo com a realidade. O estado-maior geral, composto por oficiais selecionados e treinados para realizar tarefas referentes a informações, suprimentos e administração de crises, foi uma invenção prussiana do século XIX”.¹³⁸

O exército de Frederico, assim como todos os outros de sua época, era convocado em uma base regional, através dos laços de dependência mútua que cimentavam a ordem feudal. O monarca convocava seus vassallos ao cumprimento de seus deveres militares, por sua vez os vassallos convocavam os vavassallos e assim sucessivamente, até que a hoste estivesse reunida e ao mesmo tempo estava formada uma rudimentar cadeia de comando (que ao final do século XII passa a ser mais bem estruturada no chamado *Heerchiltsordnung*, que estabiliza a hierarquia imperial tanto na sociedade quanto no exército). O comando em instâncias inferiores se dava em uma base regional, na unidade tática conhecida como *conrois*, composta por homens de uma mesma região, normalmente ligados por laços de parentesco, que treinam suas habilidades nas guerras privadas e nos torneios (que durante os séculos XII e XIII são batalhas campais travadas entre equipes, em vez dos duelos individuais que caracterizam as justas nos séculos XIV e XV), que usam as mesmas cores de seus suseranos, gerando o espírito de corpo, no qual cada homem luta pelo companheiro ao lado, ao mesmo tempo em que demonstra bravura justamente para estes companheiros, já que a covardia em batalha não é perdoada nesta sociedade de inspiração heróica: *“(...) uma sociedade heróica no centro da qual estava o líder de guerra e seus guerreiros-irmãos. No fundo, os laços que uniam o líder a seus camaradas eram os*

¹³⁷ in VERBRUGGEN, p.52.

¹³⁸ KEEGAN; *A Face da Batalha*, p. 54.

*de sangue. Mas o âmago de seu relacionamento era ético: a igualdade que permanece entre aqueles que compartilham dos riscos e competem para sobrepujarem-se uns aos outros nas demonstrações de coragem, e quanto mais impetuoso, melhor. A fim de manter a admiração de tais homens, o líder de guerra tinha que, constantemente, sobressair-se – não apenas na batalha, mas, também, no campo de caça, na arte de cavalgar ou na habilidade com as armas, no amor, nas conversas, na jactância e provocação, e nas contendas infundáveis dos festins e bebedeiras que eram o chamado repos du guerrier do herói”.*¹³⁹

Mas o dever do vassalo não se encontra apenas em apresentar-se quando solicitado com ajuda militar, mas também deve o *consilium*, o aconselhamento ao suserano, que por sua vez deve ouvir a fala do vassalo (afinal de contas, embora ambos estejam separados na verticalização da sociedade, ainda compartilham um vínculo comum, o de ser portadores de armas, equalizando-os na horizontalidade social) em muitos casos contrária à do suserano. O papel do comandante deve ser em primeiro lugar acalmar os exaltados e animar os cautelosos, convencer a todos da validade de seus planos e preparar de antemão as variantes de seu plano inicial, já que o estado das comunicações e a “neblina de batalha” impediam um gerenciamento simultâneo do combate.

Em seguida deve o líder equilibrar sua frente de combate, dividir os corpos de tropa não apenas pelo quesito de eficiência ou de disciplina, mas acima de tudo pela honra de seus comandados. O comandante do século XII não era um déspota com plenos poderes sobre seus comandados. Em vez disso, ele encontra-se muito mais próximo dos generais da Grécia clássica, que deviam ter sempre em mente o controle e (às vezes) a censura de seus pares. Porém, como o ânimo das tropas imperiais quando confrontadas com as tropas burguesas era quase que invariavelmente o da ofensiva, a censura aplicava-se mais à inação ou ao recuo frente a homens considerados inferiores do que a uma derrota.

Era extraordinariamente difícil controlar as forças díspares dos exércitos medievais, assim como aos reis e grandes nobres conseguir estar à altura das expectativas de seus seguidores militares. Eles tinham que comandar, mas ainda deviam estar prontos para consultas e tudo isso sob a pressão dos eventos.

¹³⁹ KEEGAN; *A Face da Batalha*, p.49.

Todo líder ou monarca tinha que consultar seus subordinados, porque o persuadir, não o ordenar, era o único modo de conseguir que as coisas fossem feitas. Embora *Barbarossa* desfrutasse do prestígio militar germânico, nunca conseguiu criar um consenso político entre as cidades da planície lombarda. Sucessos militares tendiam a criar em Frederico uma dependência de mais sucessos militares que no fim não são substitutos para políticas sagazes ou para sua incompreensão básica de uma nova forma político-social baseada em valores em grande parte contrários aos valores nobiliárquicos e cavaleirescos que compunham a biografia do Imperador.

A habilidade essencial do comandante medieval era a persuasão, por ser este o único caminho para criar um exército e para mantê-lo unido. Uma parte vital em seu arsenal persuasivo era a bravura pessoal – era imperativo que ele se conformasse a isso, o mais importante dos valores partilhados por todos os soldados, assim como sua habilidade retórica utilizada nas exortações pré-combate, mas devemos recordar que este ponto foi comprometido, já que não podemos afirmar qual o conteúdo ou os resultados reais destes discursos, tendo ficado os registros conforme o julgamento de cronistas e poetas. A afabilidade e a disposição em consultar os subordinados contavam muito para o comando, assim como a generosidade na divisão dos espólios da vitória. Uma habilidade crucial para um comandante era a escolha do terreno mais adequado para o combate. O comandante tinha que considerar a conformação do terreno e a composição de seu exército, considerando que um local poderia ser perfeitamente adequado à cavalaria, mas pouco atrativo para os infantés e vice-versa.¹⁴⁰

Obviamente a competência em tratar os homens e a habilidade na disposição dos exércitos eram muito respeitadas, ainda que estas pudessem ser alugadas, os soldados sabiam que apenas ocasionalmente estas habilidades coincidiam com a posição social.

De fato causa-nos pouca surpresa o fato que enquanto o nascimento e a nobreza continuavam a ter grande importância, os soldados profissionais começaram a ter um papel cada vez maior na condução dos exércitos e de suas operações. Robert de Bellême foi

¹⁴⁰ VERBRUGGEN, p. 204. É interessante que nos recordemos que a cavalaria preferia o campo aberto para o combate, enquanto que a infantaria preferia as florestas ou terrenos acidentados, onde a cavalaria não poderia combater com eficiência, além de oferecer cobertura para a movimentação dos infantés.

mencionado em 1091 ¹⁴¹ como tendo a seu serviço um especialista em maquinaria de assalto e este engenheiro ¹⁴² ainda estava a seu serviço durante a Primeira Cruzada. Guilherme de Ypres era um pretendente ao condado de Flandres que se tornou um hábil e confiável comandante a soldo de Estevão I durante a guerra civil inglesa. Ele lutou em Lincoln, reagrupou as forças realistas e as liderou a vitória em meio à débâcle de Winchester, onde resgatou o rei de sua prisão. Sua estirpe teve grandes sucessores em Mercadier e Cadoc, que serviram a Ricardo I e Felipe Augusto, respectivamente; e nos comandantes mercenários a soldo do rei João. Mas tais homens viveram à sombra de seus empregadores. Guilherme Marechal também foi um soldado profissional, mas não viveu à sombra de ninguém.

Guilherme trilhou seu caminho como soldado e um notável profissional na arte dos torneios, demonstrando suas habilidades perante reis e magnatas. Ele era um experiente soldado, sempre preocupado em liderar pelo exemplo, algumas vezes às raias da tolice, como ao liderar pessoalmente o assalto ao castelo de Milli aos cinquenta anos de idade ¹⁴³. É significativo que seu biógrafo o tenha retratado como o modelo para a cavalaria e é sobre esta faceta de suas atividades que a maior parte dos historiadores modernos preferiu tratar em vez de suas funções como general. Guilherme Marechal foi exemplar em sua época e meio social.

Já o Império viu nascer uma categoria única de comandantes militares: os bispos guerreiros, que chegavam mesmo a comandar mercenários, como Rainald de Dassel e Christian de Mainz fizeram durante a campanha italiana de 1167, com extrema competência tendo mesmo vencido a batalha de Tusculum estando em inferioridade numérica.

Entre os reis e grandes nobres sem dúvida o maior comandante do século XII foi Ricardo I, cujo estilo era assumir riscos como base para suas ações políticas ou militares. Esta audácia o tornou memorável em sua própria geração. Ele ouvia conselhos, mas ao fim

¹⁴¹ FRANCE, *Western Warfare*, pp.141-2

¹⁴² MORI, pp. 33-4: “A palavra artilharia, do francês *artillerie* tem sua origem etimológica mais aceita, pelos especialistas, nos termos latinos *Ars Telorum* (arte das armas) e *Artillum* cujo radical significa “engenho”, do francês *engin*. Aliás, a palavra *engin* era sinônimo de máquina de guerra e sua variante “engenheiro”, significava quem construía esses armamentos. Assim, desde as suas origens, a arquitetura militar, a tecnologia das armas e a ciência do combate são interdependentes.”

¹⁴³ FRANCE, *Western Warfare*, p. 142.

possuía uma personalidade forte o suficiente para impôr-se aos outros e a habilidade para reconhecer oportunidades militares.

Ao comandante era necessário ouvir seus capitães e convencê-los, mas acima de tudo ele deveria impôr-se ao exército, mesmo quando estava apoiado na experiência de outros, porque ele era o ponto focal da força de combate e ele é que deveria fazê-la funcionar.

Não podemos desprezar em nossa análise o fato de que os sistemas de comunicação no campo de batalha eram ainda mais precários do que os da sociedade medieval em geral. É difícil sabermos se o comandante podia influir no andamento da batalha após o seu início, a dizer, se ele disporia da flexibilidade gerada pela adaptação à situação em tempo real, respondendo com presteza às alterações causadas pela movimentação do inimigo, mas é provável que a única ação possível ao comandante após iniciado o combate era a utilização do corpo de reserva. É correto pensarmos que o uso de sinais visuais e auditivos (como trombetas) fosse válido, mas sua eficiência seria relativa, já que o uso de elmos dificultava a audição e restringia o campo visual do combatente, além do caos sensorial que era uma batalha. Outra alternativa era o uso de mensageiros, mas é virtualmente impossível que estes conseguissem partir da retaguarda, alcançar a frente de combate e retornar para novas ordens em meio a uma batalha corpo-a-corpo. Logo a disciplina e o planejamento prévio eram de extrema importância já que as comunicações eram precárias e não permitiam adaptações às mudanças da situação tática.

4.3 Organização Tática:

Os exércitos normalmente reuniam-se perto do fim da primavera em um ponto de encontro pré-arranjado. Existem evidências de amplo pensamento estratégico e planejamento e de consideráveis esforços para camuflar os preparativos e induzir o inimigo ao erro a respeito do início do ataque. Todavia, a natureza da guerra medieval geralmente tornava estas campanhas previsíveis.

Campanhas estas normalmente focadas nos saques e na devastação do território inimigo e em alguns casos com tentativas de tomar pontos chave como castelos e cidades fortificadas. O exército invasor normalmente tendia a evitar o confronto com as principais forças defensivas. E isto poderia ser alcançado tanto com manobras evasivas quanto com o

uso do fator surpresa, contando apanhar as guarnições inimigas desprevenidas. Tipicamente estas incursões ao território inimigo assumiam a seguinte forma: o corpo principal do exército era precedido por uma vanguarda formada por exploradores e incendiários, encarregados da queima de vilas inimigas e da captura de camponeses (o objetivo é espoliar o inimigo de seus recursos econômicos). Então entrava em cena o segundo escalão, composto por forrageadores, encarregados da recolha dos espólios ao trem de bagagens do exército para posterior distribuição. Neste ínterim, o papel da força principal de combate era o oferecer proteção aos forrageadores e apoiar a vanguarda em caso de necessidade.

Enquanto estas operações destrutivas ocorriam, a elite de cavaleiros blindados não estava utilizando-se de seus caríssimos cavalos de batalha, os *destriers*, utilizados apenas para as temidas cargas e nem utilizando seu equipamento completo, já que este acabaria por cansar e diminuir a resistência de homens e animais. Normalmente os exércitos envolvidos na tarefa de devastar os campos inimigos acabavam por mover-se muito devagar, mas em caso de necessidade, uma infantaria de elite (ou seja, mercenários ou tropas comunais) conseguiam cobrir aproximadamente duzentos quilômetros por semana e ainda estar em condições de oferecer batalha e derrotar seus inimigos enquanto tropas montadas poderiam avançar ainda mais rápido.¹⁴⁴

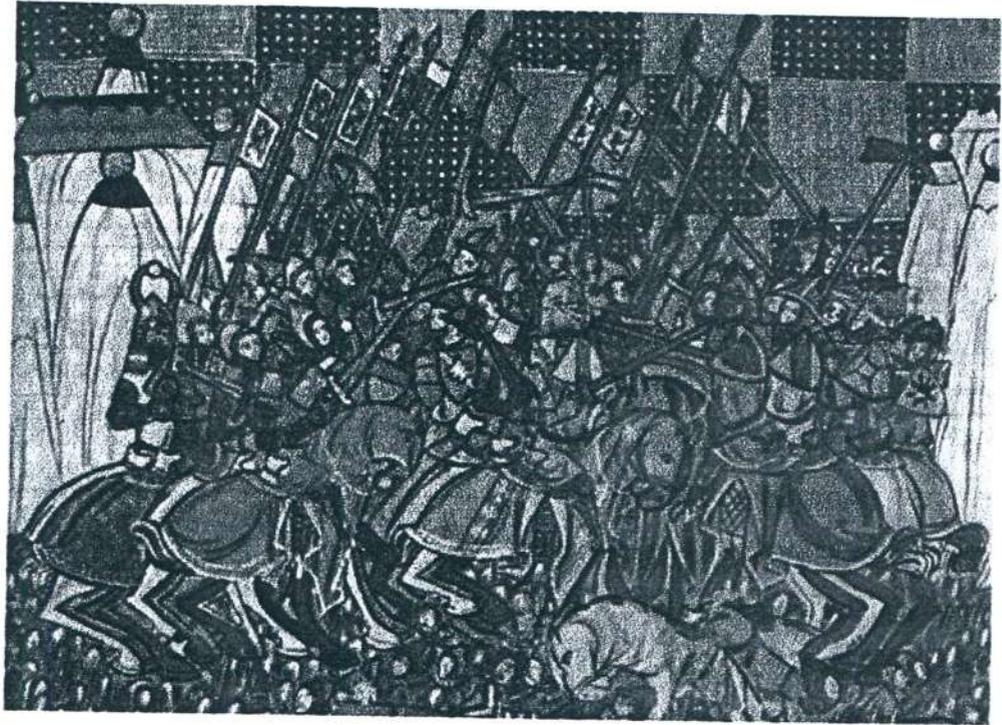
A imagem normal da guerra medieval ainda consiste de batalhas curtas porém extremamente violentas, mas isto não corresponde necessariamente à verdade. De fato, durante o século XII as batalhas muitas vezes eram constituídas por campos fortificados e mutuamente entrincheirados bombardeando-se com engenhos lançadores de pedras enquanto pequenos grupos de assalto tentavam cortar as rotas de suprimento do inimigo, atacando seus forrageadores se estes tentarem afastar-se demais de seu campo, além de bloquear estradas e defender pontes.

Poucas foram as batalhas travadas apenas por cavaleiros durante o século XII, sendo normalmente esforços conjuntos de cavalaria e infantaria. A organização da cavalaria em batalha era feita em três planos: em primeiro, a unidade tática mínima, o *conrois*. Composto não em uma base numérica regular (como os regimentos modernos), mas numa base regional (homens da mesma região são equipados, treinados e lutam pelo mesmo senhor, gerando assim óbvios benefícios em matéria de concentração de recursos e coesão em

¹⁴⁴ NICOLLE, *Sourcebook*, p.124.

combate), embora a composição numérica do *conrois* flutuasse, a média de vinte a vinte e quatro cavaleiros lutando em duas ou três linhas compactas, ombro a ombro tenha sido alcançada.

Conrois em ação:
Batalha de Doriléia,
1097. O uso tático
dos conrois como
tropa de choque
exigia que os
cavaleiros
assumissem uma
formação compacta
como a vista nesta
iluminura.



Em segundo, a reunião de diversos *conrois*, a *bataille*. Estes batalhões são compostos a princípio de diversos grupos a serviço de um mesmo suserano (com os mesmos benefícios táticos já apresentados a respeito dos *conrois*), mas com o tempo tenderam a apresentar menos homogeneidade em sua composição. E finalmente os *échelles*, ou esquadrões, que reuniam diversos batalhões e via de regra eram comandados por um duque ou um conde particularmente poderoso na região de onde provinham o *conrois* e a *bataille* precedentes.

O exército em si era normalmente dividido em três esquadrões por razões práticas¹⁴⁵: o primeiro e o segundo *échelles* estão encarregados, respectivamente, do rompimento das linhas inimigas e de sua fragmentação. O terceiro era deixado como

¹⁴⁵ Mas não fica afastada a idéia de que razões simbólicas pudessem estar envolvidas, já que a importância simbólica do três era muito cara ao pensamento medieval.

reserva tática, tendo como tarefa o sucesso em caso de falha dos primeiros esquadrões, ou a perseguição aos fugitivos do exército inimigo no caso de sucesso dos precedentes.

A função tática destas densas unidades de cavalaria era a de agir como tropas de choque, exatamente com o choque de suas cargas tendo uma natureza mais psicológica, como sempre na história das táticas de cavalaria, já que eles carregavam em uma velocidade relativamente lenta e se fossem bem sucedidos no rompimento da formação inimiga eles acabavam envolvidos na luta corpo-a-corpo subsequente. Idealmente os cavaleiros dos séculos XII e XIII aspiravam por romper a linha inimiga e então retornar em uma nova carga através de sua retaguarda.

No caso da infantaria os documentos tornam-se nebulosos (devido a sua natureza aristocrática), mas pode-se supor que certas formas de organização permaneçam, como o agrupamento por base regional, mas existem indicações da organização de pequenos grupos de vinte homens, cada um respondendo a uma espécie de “centurião” ou “centenar” que respondia ao senhor de sua região¹⁴⁶. O uso da palavra centurião, embora nos pareça altamente controverso ainda é válido como símbolo, já que estamos tratando de um período no qual os tratados militares da Antiguidade voltaram a ser detidamente estudados (como no caso do *Epítome De Re Militari* de Vegécio, já mencionado no capítulo 3), além do fato da organização através de centenas ser tradicional para os povos germânicos em suas assembleias, por exemplo.

Com relação ao emprego da infantaria a maior parte das poucas evidências disponíveis trata do emprego da infantaria pesada. Quanto à infantaria leve, podemos apenas conjecturar que eram empregados no assédio ao inimigo através de emboscadas, por exemplo. Normalmente a infantaria pesada formava três linhas por trás de um fosso defensivo, mas ainda continuava vulnerável a um ataque de flanco pela cavalaria inimiga. Para defender-se de tal ameaça, a infantaria costumava tentar lastrear seus flancos em obstáculos naturais ou acidentes de relevo, ou adotava a formação “em coroa”, na qual podiam confrontar qualquer direção ou em última instância, receber cobertura de sua cavalaria posicionada a seus flancos.

Aliás, este era o caso na Itália setentrional, região onde o emprego da infantaria mais se desenvolveu durante o século XII. Seus infantess eram os mais disciplinados e

¹⁴⁶ KEEGAN, *A Face da Batalha*, pp.89-90.

efetivos da Europa Cristã. É interessante notarmos que a cavalaria milanesa era conhecida por sua disciplina na manutenção de seu objetivo principal que era o de suportar a infantaria em vez de partir em perseguição da cavalaria inimiga.¹⁴⁷

A infantaria comunal italiana lutava em fileiras cerradas ao redor do *carroccio*¹⁴⁸ de sua cidade, sendo que este era uma grande carroça com mastros para as flâmulas da cidade e servindo taticamente como ponto de reunião das tropas e como local para o pronto-socorro de feridos. Estes infantes lutavam com longas lanças como se fossem piques, para atingir os cavalos inimigos, tática esta que demandava grande disciplina por parte dos infantes em superar o medo natural nascido do fato de se encontrar do lado errado de uma carga de cavalaria. Mesmo as bem disciplinadas e combativas tropas comunais precisavam do apoio da cavalaria, sendo que na Lombardia cavalaria e infantaria combatiam integradas. Como, por exemplo, na batalha de Legnano em 1176, onde a infantaria milanesa combateu os cavaleiros alemães, liderados pelo próprio Imperador, por tempo suficiente para garantir que sua cavalaria se reagrupasse e conseguisse lançar um contra-ataque bem sucedido.

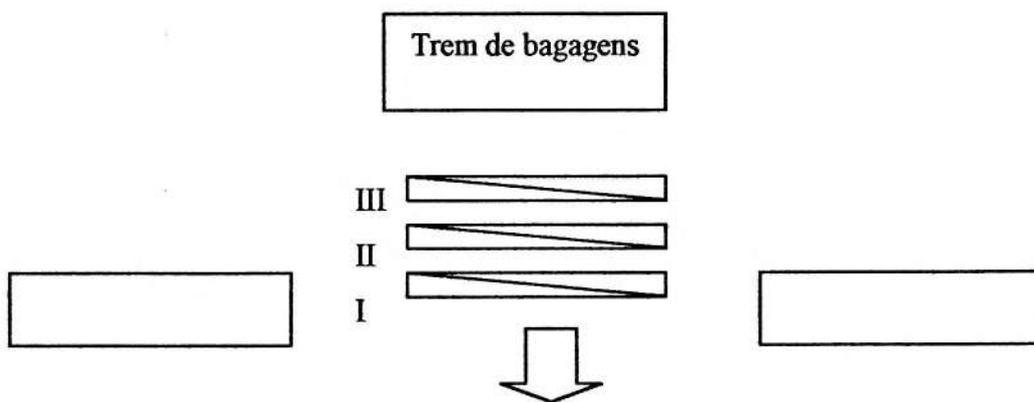
O posicionamento do exército imperial para um combate envolvia os tradicionais três *échelles* ao centro da formação, acompanhadas pela infantaria nos flancos da cavalaria. Infantaria esta normalmente composta por grupos de lanceiros e de besteiros, com funções bem definidas: os besteiros servem para “suavizar” o inimigo, quebrando seu ímpeto de avanço com uma chuva de projéteis (o mesmo papel pode ser atribuído a arqueiros, fundibulários e atiradores de javelinas e dardos chumbados) e para gerar fogo de cobertura quando das manobras de retirada dos cavaleiros para a segurança de “caixas” de infantes para recuperarem-se do combate. O papel dos lanceiros é o de proporcionar uma sólida defesa com seus piques fincados no solo, com as lâminas afiadas apontadas para o peito indefeso dos cavalos que se aproximam a galope, prontos para o empalamento.

Estes lanceiros formam as tais caixas de proteção, como as antigas falanges macedônicas, à semelhança de porcos-espinhos. Mas com a diferença de que seu posicionamento continha besteiros (o emprego de arqueiros era mais comum entre França e

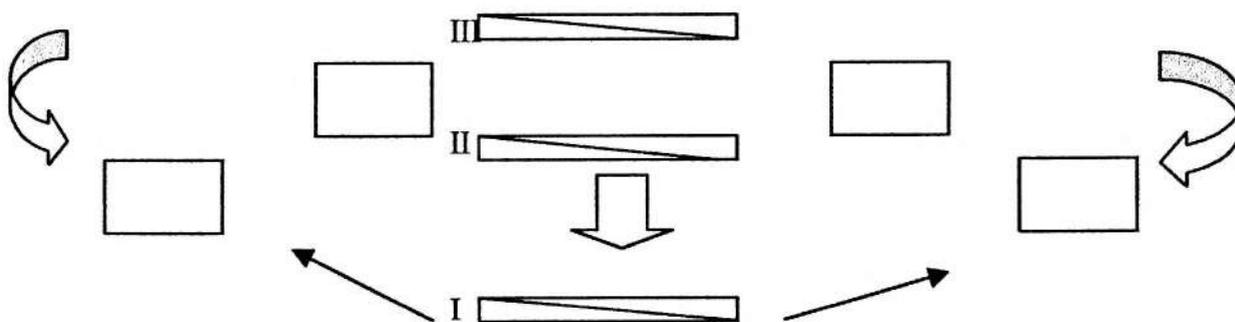
¹⁴⁷ NICOLLE, *Sourcebook*, p.128.

¹⁴⁸ Os ingleses também usaram o *carroccio* na batalha do Estandarte (22/08/1138), que recebeu este nome justamente devido ao emprego do mesmo. BRADBURY, *The Medieval Archer*, p.51.

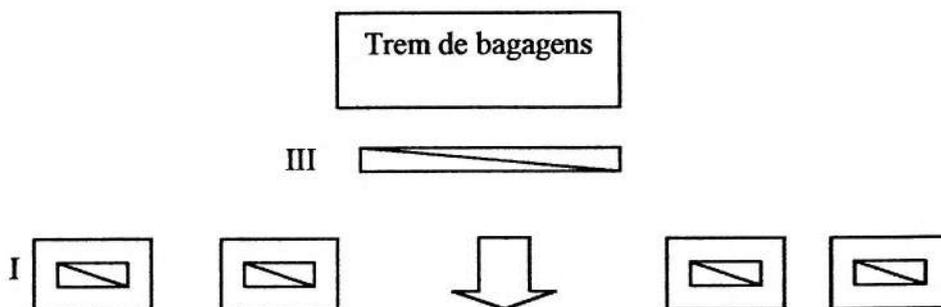
Inglaterra do que no Império) entre os lanceiros, proporcionando uma projeção de fogo que torna esta falange ainda mais letal:

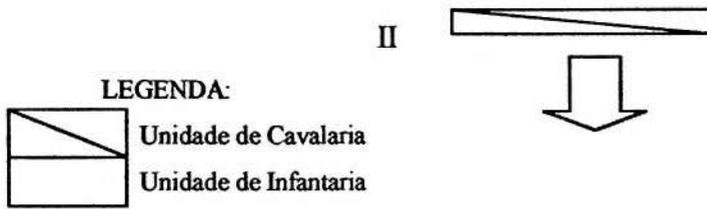


Com o avanço dos cavaleiros, a infantaria formava as “caixas” e os cavaleiros do primeiro *échelle* poderiam retornar e proteger-se nas posições da infantaria, como se fossem fortificações móveis:

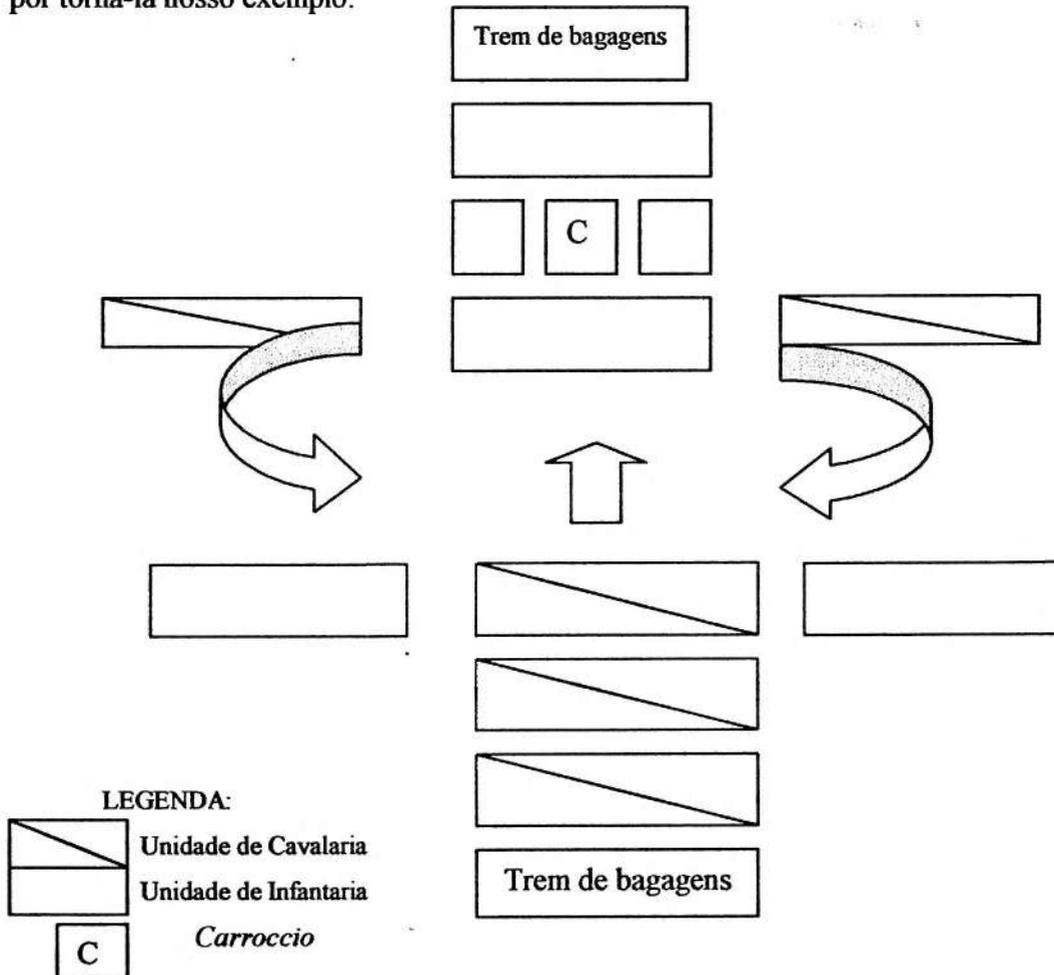


Os infantas reorganizavam sua linha após o avanço dos cavaleiros, acolhendo aqueles que haviam participado da primeira onda de assalto, tendo cedido a passagem ao segundo *échelle* e preparando a passagem do terceiro:





É necessário que realcemos o fato de que este esquema tático era o mais utilizado por exércitos que favorecessem a cavalaria como arma principal, o que não era o caso dos exércitos comunais italianos. Como Milão era a comuna lombarda mais poderosa, optamos por torná-la nosso exemplo:



Acima temos uma representação das formações táticas das tropas milanesas e das tropas imperiais (azuis e vermelhas, respectivamente). Grosso modo podemos notar o contraste no posicionamento das forças, sendo que os milaneses enfatizam o papel da

infantaria e os imperiais o da cavalaria. Neste esquema o combate provavelmente se desenrolaria na seguinte seqüência:

1. O primeiro esquadrão da cavalaria imperial avançaria rumo à primeira linha de infantas milaneses; este movimento provavelmente sofreria interferência da cavalaria comunal, em menor número. É possível que os cavaleiros germânicos, melhor equipados e em superioridade numérica, conseguissem atravessar a cavalaria italiana, alcançando a primeira linha de infantaria inimiga.
2. O segundo esquadrão germânico avançaria para reforçar o ataque aos infantas; tanto a cavalaria milanese quanto a primeira vaga imperial aproveitariam o momento para recuperarem-se e reorganizar suas linhas.
3. É possível que a segunda vaga de atacantes conseguisse alcançar o *carroccio* (como aconteceu em nas batalhas de Carcano [1160], Legnano [1176] e Cortenuova [1237]), onde enfrentaria encarniçada resistência da infantaria. Também é possível que a cavalaria italiana já estivesse reagrupada e tentasse uma manobra de flanco, para desestabilizar a cavalaria germânica.
4. Neste momento as opções tornam-se interessantes: a reserva e o primeiro esquadrão germânicos poderiam carregar contra a infantaria italiana na esperança de que sua carga maciça pudesse romper as linhas milanesas e assim abrir espaço para o ataque da infantaria germânica (até este momento em um papel puramente defensivo) que neste caso poderia ser encarada como uma reserva. A outra opção é que os milaneses aumentassem a espessura de sua linha ao convocar a reserva de seus infantas e enviasse sua cavalaria numa manobra de flanco, apanhando de surpresa a carga da reserva germânica, a meio caminho das linhas italianas, efetivamente isolando os cavaleiros imperiais de sua infantaria, encerrando a batalha com os germânicos envolvidos em um combate corpo-a-corpo com infantas e cavaleiros lombardos.

O posicionamento sofre modificações conforme mudam as circunstâncias táticas. Até este momento discutimos as formações em batalha, mas tão importantes quanto estas disposições eram as empregadas em marcha (que poderiam significar vitória ou derrota antes da batalha ser travada) e nos assédios.

Existem poucas informações a respeito das ordens de marcha dos exércitos medievais. A melhor descrição encontra-se na crônica de Raymond des Aguilers, no episódio da batalha de Ascalon em 1099, especificamente a aproximação do exército cruzado. Duzentos cavaleiros avançaram como batedores. A força principal do exército os seguiu dividida em nove *échelles* de cavaleiros, cada uma por sua vez dividida igualmente em vanguarda, centro e retaguarda. Assim podiam enfrentar ameaças que surgissem de qualquer direção. Os três *échelles* posicionados em cada flanco estavam sempre prontos para os enfrentamentos e as unidades do centro sempre posicionadas para socorrer-las.

Estas unidades avançavam em linha, numa ampla frente. As nove formações avançavam em três linhas e quando um flanco era ameaçado, as unidades ali presentes giravam para formar uma frente na direção do inimigo. Tal realização não era difícil e tinha a vantagem de manter os cavaleiros em estado de alerta; além disso, mantendo esta formação, o exército quando alcançava o campo de batalha já se encontrava posicionado, não perdendo tempo precioso para o reagrupamento e a formação das linhas. Apenas quando a situação tática era reconhecida como tranqüila é que as tropas avançavam em coluna, ou fila em vez de linha. Exemplificando: o avanço em linha é praticável quando a tropa encontra-se em território amigável e o avanço em coluna é praticamente obrigatório quando a tropa cruza território hostil.

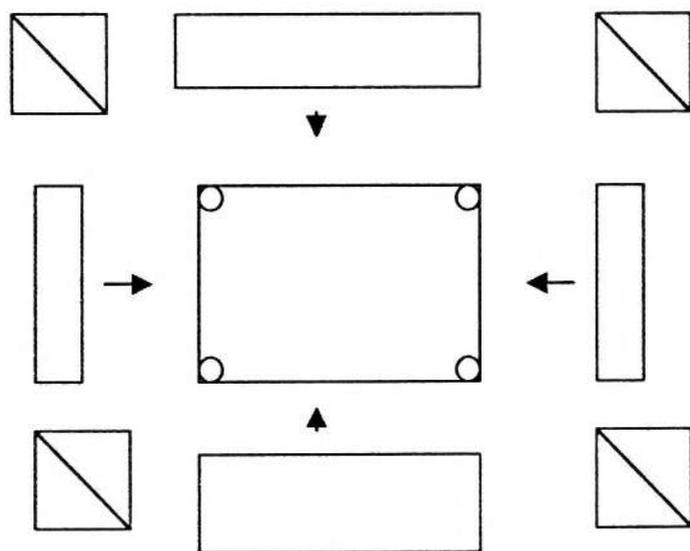
Normalmente o avanço do exército era precedido por uma escolta avançada, com a finalidade de fornecer reconhecimento do terreno adiante e de estabelecer o início das hostilidades, caso viesse a chocar-se com formações inimigas, enquanto o corpo principal do exército se aproximava e assumia posição para o combate. “*O reconhecimento deve ser sempre potente, isto é, dotado de meios para atacar, de modo que, encontrando resistência, esteja em condições de lutar para cumprir a missão*”.¹⁴⁹

Nas batalhas de Legnano e Cortenuova os infantes foram precedidos por uma vanguarda composta por cavaleiros, que iniciaram os combates. Enquanto a cavalaria lombarda tenha

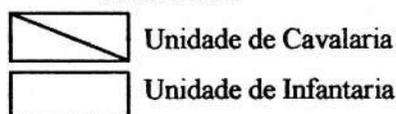
¹⁴⁹ General Hasso von Manteuffel, in: LIDDELL-HART; *O outro lado da colina*, p. 117.

sido inicialmente rechaçada em ambas ocasiões, sua resistência ao inimigo forneceu tempo aos infantes para que estes assumissem suas posições e por sua vez rechaçarem as cargas dos cavaleiros inimigos até que pudessem receber auxílio dos cavaleiros reagrupados e assim vencerem as batalhas.

Com relação às operações de cerco, o posicionamento das tropas era bem convencional, com os infantes cuidando do bloqueio aos assediados, assim como das tentativas de invasão. A maior parte dos cavaleiros lutava desmontada, formando um corpo de infantaria pesada, para apoiar os assaltos, enquanto outros estavam encarregados do patrulhamento do campo, prevenindo assim o avanço de suprimentos e reforços para os assediados.



LEGENDA:



Finalmente, a última situação tática a ser considerada é sem dúvida a mais perigosa para um exército, já que se trata de uma manobra de difícil controle – a retirada. Ela é um problema difícil, ainda mais se o inimigo ainda estiver em contato. Bandos de cavaleiros podiam utilizar-se de sua mobilidade para atacar as tropas em recuo e tornar uma retirada ordenada numa fuga desesperada.

Se o comandante decidiu-se pela retirada, ela era escalonada pela ordem da menor mobilidade para a maior: em primeiro lugar iam os suprimentos em suas carroças, os infantes e por último os cavaleiros, que tinham a tarefa de garantir a cobertura contra o inimigo que resolvesse perseguir o exército derrotado. O momento preciso para iniciar a retirada dependia da situação tática.

Quando a situação fugia ao controle e a derrota realmente tivesse ocorrido, a fuga era inevitável. E, ao contrário da retirada, aqui imperava a regra do salve-se quem puder. O máximo que um comandante poderia fazer era reunir alguns cavaleiros (normalmente aqueles que lhe eram diretamente ligados) para formar a retaguarda ou utilizar-se de alguma reserva que não tivesse participado do combate.

4.4 Moral e Motivação:

Uma das mais importantes formas de motivação e de moral para a tropa era o uso da religião. A presença de relíquias (como os fragmentos da Cruz Verdadeira no exército do reino de Jerusalém), de flâmulas bentas (como a Auriflama de Saint-Denis e as levadas no *carroccio*), as missas e bênçãos antes dos combates eram formas do uso da religião para elevar o moral dos homens e motivá-los à vitória com o incentivo de que sua causa é justa e que Deus está a seu lado¹⁵⁰. Outra modalidade do uso da religião, porém menos formal foi o uso de cruzes, citações bíblicas abreviadas e outros símbolos religiosos encontrados nas armas dos guerreiros, assim como a bênção das armas (que veio a se tornar parte do ritual de adubamento dos cavaleiros¹⁵¹), o uso de gritos de guerra com motivos religiosos (como o Montjoie! Saint-Denis! Usado pelos franceses) e o uso de relíquias nas armas como as presentes na Durandal de Rolando:

*“Ah! Durandal, mais sagrada e bela!
Relíquias várias se escondem em tua dourada empunhadura:
O dente de São Pedro e o sangue de São Basílio,
Alguns dos cabelos de meu senhor São Denis,*

¹⁵⁰ Como estava gravado nas fivelas das fardas do exército alemão durante as duas guerras mundiais: *Gott mit uns*.

¹⁵¹ LLULL, pp. 66-75.

*E um retalho do manto usado por Santa Maria”.*¹⁵²

Todas estas eram formas válidas para aumentar o ânimo combatente dos guerreiros, além da sobrevivência de certos laivos pagãos no tratamento das armas (como a crença de que certas armas estavam ligadas à boa sorte da linhagem, ou mesmo com os antepassados).

Durante o século XII era comum a crença de que “o eremita em seu retiro, o monge em sua cela e o cavaleiro a serviço de seu senhor”¹⁵³ estavam a serviço da ampla luta da Cristandade contra o mal, com a cavalaria tomando um aspecto quase religioso, particularmente influenciado pelo movimento cruzadista e pelas ordens monásticas de cavalaria. Também tornou-se comum a adoção de santos padroeiros: São Maurício era considerado como o padroeiro dos cavaleiros, enquanto a elite guerreira normanda preferiu adotar os arcanjos guerreiros Miguel e Gabriel, que eram considerados como os comandantes da milícia Angélica. Outros povos adotaram outros santos guerreiros; mártires cristãos que haviam sido soldados romanos passaram a ser particularmente populares. São Jorge foi adotado como patrono de muitos reinos, como o da Inglaterra enquanto São Demétrio foi adotado pelos povos balcânicos. As guildas de arqueiros e besteiros normalmente adotavam São Sebastião e o Sacro Império adotou São Maurício como seu padroeiro.



São Maurício, Catedral de Magdeburgo, circa 1245

¹⁵² O'HAGAN, John (trad.); *The Song of Roland*, ed. Eletrônica via Medieval Internet Sourcebook, www.fordham.edu/halsall/sbook.html

¹⁵³ NICOLLE, *Sourcebook*, p.260.

Outras formas de motivação e manutenção do moral da tropa eram profanas: a narração dos romances de cavalaria e das canções de gesta, para inspirar os feitos dos cavaleiros, louvando ancestrais (como é o caso de muitas gestas encomendadas pelas famílias, a História de Guilherme Marechal é um bom exemplo) e incitando os jovens cavaleiros a emular os feitos do passado, principalmente usando o senso de vergonha e a noção de que a honra não resiste à covardia para manter os guerreiros lutando. O grande medo de um cavaleiro em seu meio é o de demonstrar o medo durante o combate e assim ficar estigmatizado como covarde (como foi o caso do Conde Estevão de Blois durante a Primeira Cruzada) e perder status entre seus pares. Em relação aos contos inspiradores ouvidos pelos infantes não temos registro, mas é possível que estórias populares fizessem parte deste repertório.

No Oriente Médio grande importância era dada à música no campo de batalha, tanto por árabes quanto por bizantinos, mas parece que no Ocidente este complemento era muito menos importante, provavelmente resumindo-se ao salmodio dos sacerdotes ligados à capela do comandante e o uso de trombetas no campo, como já mencionado. Esta situação só veio a mudar próximo ao final da Idade Média, especificamente durante a Guerra dos Cem Anos ¹⁵⁴.

4.5 Inteligência e Espionagem:

As técnicas de obtenção de informações e de espionagem ocidentais nunca alcançaram o mesmo grau de sofisticação existente em Bizâncio e no Islã. De fato parece não ter existido algum sistema organizado de inteligência e espionagem até bem perto do fim da Idade Média. Mas podemos perceber alguns indícios interessantes: em primeiro lugar o uso de embaixadas era normal nas relações entre os reinos e potentados. As embaixadas sempre foram um meio óbvio e conveniente para a recolha de informações e para a disseminação de rumores e desinformação.

¹⁵⁴ É interessante notarmos o artigo de Phillippe Contamine “La musique militaire dans le fonctionnement des armées: l'exemple français (v. 1300 – v. 1550)”, in: *From Crecy to Mohacs: Warfare in the Late Middle Ages (1346-1526) - XXIInd Colloquium of the International Commission of Military History*, Heeresgeschichtliches Museum, Vienna, 1997, via www.deremilitari.com, como uma das poucas exceções nesta lacuna bibliográfica.

Outro meio de coletar informações se dava com o uso de mercadores, já que estes acabavam por viajar mais do que a maioria das pessoas podendo coletar informações econômicas, financeiras e de caráter logístico a respeito das preparações de uma campanha num futuro próximo. Aliás, embora não o possamos comprovar com fontes documentais sólidas, é plausível que esta forma de espionagem tenha sido muito utilizada nas campanhas italianas de Frederico pelos dois lados, já que o comércio entre a Itália e a Alemanha não arrefeceu devido às guerras; pelo contrário, ele foi ampliado e mercadores cruzavam o Império em todas as direções, fossem italianos ou germânicos. Além dos mercadores devemos lembrar que mesmo nobres podiam estar envolvidos em atividades de inteligência já que existia uma oposição latente na Alemanha contra o Imperador, especialmente nas famílias Welf e Zähringen (que mesmo assim participaram de quase todas as expedições imperiais) que poderiam ter fornecido a agentes papais informações importantes, assim como existia grandes rivalidades entre as comunas lombardas, sendo que as diferenças poderiam ser agudas internamente a cada cidade (como ficou claro na posterior contenda entre guelfos e gibelinos), garantindo assim um hipotético fluxo de informações das comunas para o imperador. Falsos peregrinos podiam ser utilizados como espiões e agentes provocadores, disseminando falsas informações e rumores para confundir o inimigo.

É possível até mesmo que goliardos estivessem a serviço da espionagem imperial nas condições acima descritas, não sendo isto um absurdo já que os goliardos eram famosos tanto por sua busca por patronos generosos quanto por sua hostilidade à Cúria romana e que o tão famoso quanto anônimo Arquipoeta de Colônia encontrava-se a serviço do Chanceler Rainald de Dassel, o grande estadista do Império sob o *Barbarossa*: arcebispo, conspirador, político e comandante tanto de soldados quanto da Chancelaria Imperial, órgão encarregado do aconselhamento do soberano e de sua incipiente burocracia.

Se existisse um grupo encarregado com a reunião das informações recebidas dos espiões e embaixadores e da subsequente formação de estratégias políticas, este teria estado justamente na Chancelaria Imperial.

Outras armas no arsenal da espionagem medieval eram o recurso aos subornos (muito utilizados pelos comandantes normandos como Guilherme, o Conquistador e Boemundo de Taranto) para semear a traição entre as guarnições inimigas e o uso de

documentos forjados, como a *Carta do Preste João das Índias* para minar o moral dos inimigos.

Em relação ao tratamento dado aos espões capturados, podemos dizer que: *“eram aprisionados e interrogados, mas surpreendentemente existem poucas referências a maus tratos ou punições exemplares aos espões. E mesmo que houvesse prova da atividade de espionagem, normalmente o espão recebia um tratamento leniente e muitas vezes foram mesmo perdoados, talvez dentro do espírito de uma convenção não escrita de que os seus espões capturados em território inimigo também recebessem o mesmo tratamento. Esta leniência para com os espões também estava presente no Islã medieval e talvez mesmo em Bizâncio. De fato, a idéia de que os espões devem ser inevitavelmente executados é um conceito bárbaro e moderno.”*¹⁵⁵

Quanto aos usos táticos de inteligência, podemos dizer que eles sempre estiveram presentes, já que se trata essencialmente do reconhecimento armado utilizado nas rotas de aproximação do campo de batalha, conforme descrito no item 4.3.

¹⁵⁵ NICOLLE, *Sourcebook*, p. 250.

Capítulo 5: Logística

“Um exército marcha sobre seu estômago”.

Atribuído a Napoleão Bonaparte

5. 1: A Arte de Alimentar e Transportar

Desde a queda do Império Romano Ocidental a Europa não mais possuía um paradigma logístico a partir do qual pudesse organizar o suprimento de um exército com alimentos, roupas, armas ou mesmo instrução adequadas.

Embora a sofisticação militar dos reinos sucessores germânicos fosse maior do que a avaliação moderna lhes tenha creditado, eles não possuíam um padrão logístico diferente do “cada homem que supra suas necessidades”, com a exceção das medidas tomadas por Carlos Magno. Porém, o exemplo carolíngio não teve prosseguimento até o século XI, quando da expedição de Guilherme à Inglaterra e a Primeira Cruzada, que demandaram um aumento geral na eficiência da organização logística.

No século XII foram realizadas diversas campanhas de maior envergadura (duas grandes Cruzadas, campanhas na Ibéria, no “Império Plantageneta” e no Sacro Império) que serviram como aprendizado para a proficiência logística. Trata-se de um momento no qual diversas formas de suprimento foram experimentadas em torno dos seguintes pólos: o abastecimento em campo (mercado e/ou saque) ou o aprovisionamento anterior à partida tendo em vista toda a campanha ou pelo menos seu início. Porém, nenhuma forma definitiva foi alcançada.¹⁵⁶

Existe ainda com relação ao século XII uma escassez documental a respeito das formas de suprimento e medidas logísticas das expedições militares, que revela tanto o uso de artificios *ad hoc*, quanto o alcance ainda incipiente da “burocratização” causada pelo uso de pessoal letrado na administração laica e os esforços centralizadores de monarcas e magnatas. A produção de registros detalhados tornou-se comum a partir do século XIII, fazendo com que este século nos tenha deixado uma documentação mais substancial a respeito das medidas logísticas em suas campanhas. Mas é correto supormos que as

¹⁵⁶ Na realidade, apenas após a 1ª Guerra Mundial é que os arranjos logísticos alcançaram uma forma equilibrada.

medidas consolidadas durante o século XIII tiveram seus precedentes em práticas do século anterior.

No negócio da guerra uma das tarefas mais difíceis sempre foi alimentar e manter um exército. A logística envolve atividades variadas e complexas: o suprimento das tropas divide-se em aquisições, armazenagem e contabilidade (controle da armazenagem e da distribuição), o transporte e os serviços gerais.

Qualquer campanha requeria meses de preparação para que fosse bem-sucedida. As tarefas iniciais eram o planejamento e a acumulação dos recursos necessários para a guerra. Nisto estavam envolvidas a determinação dos objetivos da campanha, o número de homens (e animais) e a duração estimada da campanha. Com tais estimativas a quantidade de suprimentos podia então ser calculada. A transição para a guerra era simplesmente uma extensão das atividades cotidianas das comitivas domésticas de reis e magnatas, encarregadas do suprimento para seus senhores e seguidores.

Uma das questões logísticas mais interessantes era a de quando as campanhas deveriam ser iniciadas: julho era a época do ano mais difícil, de maior escassez alimentar já que precedia as colheitas de verão e as reservas acumuladas do ano anterior estavam no final¹⁵⁷. As campanhas lançadas a partir deste mês levavam tal fato em consideração, tentando apanhar o inimigo numa situação estrategicamente desfavorável, tendo que desviar a maior parte de seus efetivos para a tarefa de forragear e abastecer as tropas, enquanto seus inimigos marchavam consumindo reservas de alimentos acumuladas com antecedência e tendo suas forças concentradas sem perder tempo com a obtenção de alimentos extras.

Quando Luís VII resolveu partir em Cruzada (1147) os preparativos logísticos foram iniciados de imediato: *“O rei mandou pedir aos reis dos alemães e dos húngaros autorização para passar por suas terras e abastecer-se em seus mercados, e deles receber mensageiros e cartas conforme o que desejava. Muitos duques e condes dessas mesmas regiões, estimulados por tal exemplo, escreveram ao rei para associar-se à viagem. Assim todas as coisas prosperavam de acordo com seus desejos. Entrementes, a fama voou, transpôs o mar, penetrou na Inglaterra e nos retiros das outras ilhas. Os habitantes da*

¹⁵⁷ LACEY & DANZIGER, p.91.

*beira-mar prepararam suas naus para o embarque e partiram atrás do rei.*¹⁵⁸ Aliás, quando Henrique II declarou-se Cruzado em 1188, enviou cartas com o mesmo teor para Frederico *Barbarossa* e o Imperador bizantino, pedindo amplo direito de mercado

Depois que o rei determinou o itinerário da expedição, sua ordem de marcha e seu ponto de encontro, chegou o momento dos últimos preparativos: reunir os víveres, fabricar carroças para o transporte, as ferraduras para os cavalos, as barracas para abrigar as pessoas durante as escalas, etc. Seu grande erro foi ter seguido a mesma rota terrestre utilizada pela expedição de Conrado III alguns meses antes, já que: *“O rei da França proibira rigorosamente as pilhagens, mas seus batedores tinham que lidar com camponeses que, por sua vez, haviam aprendido a negociar, de modo que em cada etapa as despesas superavam as previsões. Somente ao final de cinco meses de uma marcha já penosa chegaram a Constantinopla dia quatro de outubro de 1147.”*¹⁵⁹ Indubitavelmente a causa deste atraso e deste aumento das despesas foi a passagem das tropas germânicas, que negociaram com os magiares e os bizantinos, aumentando os preços na região.

Frederico *Barbarossa* foi testemunha ocular da desastrosa campanha de Conrado III durante a Segunda Cruzada (na Anatólia) e teve tempo para aperfeiçoar suas habilidades organizacionais e as de seus acompanhantes durante suas seis campanhas italianas (nenhuma das quais fracassou por razões logísticas, algo extremamente comum durante a Idade Média): *“Seu exército, com forças de cerca de cem mil homens (exagero dos cronistas; o exército provavelmente não superava quinze mil homens, dos quais três mil eram cavaleiros¹⁶⁰) era notavelmente bem organizado, com etapas de reabastecimento previstas com antecedência (...)”*¹⁶¹, apenas sua morte impediu que sua campanha tivesse se tornado uma séria ameaça a Saladino. De fato, Saladino chegou a ordenar que as colheitas que ficassem na rota dos cruzados alemães fossem armazenadas e as terras queimadas¹⁶², numa tática de terra arrasada, como a que o próprio Frederico havia empregado na longa campanha de submissão de Milão (1158-1162). A segunda campanha italiana também foi a primeira em que Frederico estabeleceu a proibição aos saques e

¹⁵⁸ Odo de Deuil, in: PERNOUD, p.99.

¹⁵⁹ PERNOUD, p.103.

¹⁶⁰ FUHRMANN, p. 176.

¹⁶¹ PERNOUD, p.164.

¹⁶² GABRIELI, pp.209-212.

estabeleceu um comissariado para o gerenciamento das provisões de exército, prática utilizada pelo imperador durante a Terceira Cruzada.

5.2: Alimentação

O primeiro grande problema a ser equacionado numa campanha era o da alimentação. Normalmente os exércitos em marcha asseguravam seu sustento e outros suprimentos necessários diretamente da população civil das áreas por onde transitavam, através dos expedientes da aquisição em mercados (*empta*) e da requisição, ou melhor, confisco puro e simples (*capta*).

O saque por si só causava muito desperdício: para que um exército “vivesse da terra”, a exploração dos recursos locais tinha que ser controlada e sistematizada. Quando as tropas moviam-se em uma rota previamente conhecida, vitualhas portáteis podiam ser preparadas de antemão (exatamente o caso da campanha de Conrado III ao adentrar o Império Bizantino durante a segunda Cruzada, nos permitindo divisar uma espécie de sistema de antecipação desenvolvido em sua projetada linha de marcha, na qual as provisões eram preparadas com antecedência, devido ao envio de emissários como vanguarda do exército para negociar estas provisões). Caso existissem estradas aproveitáveis para o transporte sobre rodas, consideráveis reservas de alimentos podiam ser transportadas junto ao trem de bagagens do exército. Se estas medidas fossem insuficientes, mercadores de outras regiões não afetadas pela marcha fluíam para abastecer as tropas.

Mas exatamente o que estas tropas consumiam?

Para iniciar, cada soldado demandava pão¹⁶³ e na maior parte dos exércitos a ração diária era em média de 1,5 libra (0,75 kg) por dia (ou três libras – 1,5kg – a cada dois dias)¹⁶⁴. Os pães eram assados com antecedência (forma de estocagem destinada ao consumo rápido, formando assim uma reserva inicial para o começo das campanhas ou para as marchas) ou em rota, mas neste caso demandava o transporte de fornos no trem de

¹⁶³ BURNE, p.40: “*Bread was always the staplefood of military life*”

¹⁶⁴ PARKER, p. 75.

KEEGAN; *A Face da Batalha*, p.129: Na batalha de Waterloo a média do consumo diário de pão pelas tropas inglesas estava entre 1,5 e 2 kg, podendo ser aplicada como uma média histórica para as guerras travadas antes da industrialização da guerra.

bagagens (e cada um destes era composto por aproximadamente quinhentos tijolos, mais a lenha correspondente¹⁶⁵) ou o aluguel destes pela rota planejada de marcha.

Além de pão, os homens consumiam grãos (especialmente os de leguminosas tais como ervilhas e lentilhas) na forma de sopas e de papas de farinha.

Em adição a esta dieta, consumiam cerca de uma libra (0,50 kg) de carne (geralmente de porco ou carneiro, raramente de boi) a cada dois dias ou mesmo semanalmente, já que o consumo de carne era bem menor na dieta medieval em relação aos *pauperes*, principal componente numérico no exército.

No livro *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800* o professor Geoffrey Parker dedicou um capítulo muito interessante às mudanças logísticas experimentadas no início da Idade Moderna, principalmente a respeito do emprego de efetivos cada vez maiores e com as respectivas dificuldades para o seu abastecimento. Ele realizou cálculos envolvendo um exército de trinta mil soldados. Seus cálculos para guerras anteriores à industrialização dos conflitos envolvem constantes que já eram tradicionais na Idade Média, como o consumo de pão e carnes. Por isso resolvemos utiliza-los como base para pensarmos a situação logística no século XII.

Além do mais, as formas tradicionais de suprimento permaneceram praticamente as mesmas entre as campanhas de Alexandre e a Guerra dos Trinta Anos, com exceção da variação no número de soldados, consideravelmente menor durante a Idade Média, época onde imperaram exércitos consideravelmente pequenos.

Pensamos então um exército de 10 mil homens: estes consumiriam o equivalente a 50 bois ou 500 ovelhas por semana (cerca de cinco toneladas), mas o consumo era desigual, já que os estratos superiores do exército consumiam mais carnes, complementando sua dieta com carnes de caça, além dos rebanhos. Já os estratos inferiores consumiam sua ração menor de carne com uma ração maior de pão.

Além do consumo, temos que ponderar sobre os problemas envolvidos com o transporte dessa: pertence ao senso comum a idéia de que é mais fácil fazer com que o gado transporte a si mesmo enquanto vivo do que ter que transportar suas carcaças após o abate, mas tal fato só reforça os problemas relativos à alimentação do rebanho, além de sua lentidão de movimentos. Mas no caso da carne de porco, normalmente eram compradas as

¹⁶⁵ PARKER, p.75.

carcaças de animais previamente abatidos e preservados (defumados ou salgados) e as razões para tanto ficam claras quando percebemos que os porcos são animais de mobilidade e velocidade ainda menores que os bovinos, ovinos e caprinos.

Havia ainda o consumo de aves. Enquanto os *potentiores* consumiam normalmente aves caçadas (com o freqüente uso de aves de rapina especialmente treinadas na nobre arte da Falcoaria), os *humiliores* consumiam aves domésticas. Estas eram transportadas vivas por duas razões: em primeiro lugar, a carne de aves deteriora-se muito rápido, impedindo o funcionamento eficiente dos dois meios mais populares de preservação: a defumação e o salgamento, ambos funcionando com a evaporação da água presente nos alimentos e com certa exposição ao tempo; em segundo lugar, as galinhas ainda complementavam a dieta dos soldados com os ovos que punham.

A complementação protéica se dava através do consumo de queijos ou peixes (salgados ou defumados) e ainda pelo consumo de em média 2,1 l de cerveja, ou a metade em vinho (normalmente diluído). É sempre bom recordar que as cervejas antigas possuíam em média baixos níveis alcoólicos¹⁶⁶, mas mesmo assim o consumo em tal escala diária, sendo provavelmente maior antes dos combates, nos levam à conclusão que além das tensões e pressões relativas à batalha, a maior parte dos homens combatia embriagada, com as previsíveis conseqüências para as atividades de comando e controle da tropa.

A reputação dos soldados ocidentais de serem sujos e bêbados era bem justificada, já que a ênfase dada ao consumo de vinho possuía uma boa razão: a qualidade da água potável era tão baixa e as medidas sanitárias tão ridículas que se o vinho estivesse ausente, a maior parte dos exércitos medievais europeus teriam entrado em colapso devido às doenças ainda mais rápido do que o normal¹⁶⁷. Os exércitos islâmicos sobreviviam sem vinho não apenas pela proibição religiosa, mas porque seus padrões higiênicos eram muito mais elevados.

Podemos avaliar a importância do vinho através de uma das disposições encontradas no regulamento disciplinar para o exército imperial emitido pelo imperador Frederico: "*If anyone find vessels full of wine, let him drain off the wine so carefully that he will not break*

¹⁶⁶ Embora existam registros de cervejas escandinavas com elevados níveis alcoólicos.

¹⁶⁷ NICOLLE, *Sourcebook*, p. 255.

the vessels, or cut the bindings of the vessels, so that all the wine is not drained off, to the loss of the army."¹⁶⁸

Em todo caso, esta distribuição alimentar poderia ser considerada como a ração padrão para a maioria dos exércitos.

Mas para transformar estas normas em realidade requeria-se grande esforço e habilidade, já que uma guarnição de três mil homens poderia ser maior que a população da localidade onde estava aquartelada e um exército de campo com 10 mil homens requeria quase tanta comida quanto as maiores cidades do período. Para produzir 15 mil libras (7,5 mil kg) de pão requeridos diariamente para alimentar tal exército, eram necessários cinco mil libras (2,5 mil kg) de farinha para panificação. Prover 10 mil libras de carne (cinco mil kg) requeria o abate de 500 ovelhas ou 50 bois semanalmente – um número muito alto considerando o pequeno tamanho dos rebanhos no período medieval.

Mas isto também é mais bem dito do que feito: para um exército de 10 mil homens, o transporte do suprimento de uma semana de farinha, dos fornos para panificá-los e a madeira para acendê-los, demandava aproximadamente 80 carroças e o número correspondente de animais de tiro. Índícios nos levam a crer que entre fins do século XII e o início do XIII que eram necessárias sete carroças tracionadas por dois cavalos para transportar trinta e cinco bestas e vinte mil projéteis¹⁶⁹. Era raro conseguir encontrar tudo que fosse necessário em determinado local no tempo certo.

É claro que exércitos em movimento não eram compostos apenas por pessoal militar. Além dos acompanhantes (média histórica de até de três para um ¹⁷⁰), havia os cavalos, sendo que cada guerreiro em média estava acompanhado por pelo menos três montarias: o cavalo de combate (*destrier*), um palafrém e pelo menos um animal de carga. Vinte mil animais consumiam diariamente 90 toneladas de forragem ou 400 acres (1,61 km²) de pasto!¹⁷¹

Os cavalos na Europa centro-ocidental medieval, devido à pequena extensão de pasto contínuo fora da Planície Danubiana, tinham que ser alimentados com grãos em vez de pasto (especialmente aveia), mas também havia o complemento com o cultivo do feno.

¹⁶⁸ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, p.132.

¹⁶⁹ NICOLLE, *Sourcebook*, p.267.

¹⁷⁰ FRANCE, *Victory in the East*, p. 126-7

¹⁷¹ PARKER, p. 75.

O que levava ainda à necessidade do transporte dos grãos e do feno para a alimentação dos cavalos, além de quatro galões (vinte litros) diários de água. De fato, Alexandre Magno em seu avanço pelo Império persa ordenou a seus homens que não fizessem uso de carroças para o transporte de víveres, já que os animais de tiro acabavam por consumir em forragem o peso equivalente à carga que transportavam, tornando-os absolutamente proibitivos para uma campanha em território desértico e hostil. Segundo Odo de Deuil, cronista da expedição de Luís VII, a passagem pela Hungria foi um dos momentos mais tranquilos para expedição em matéria de abastecimentos: “*Ali encontramos forragem à vontade e mercados e meios de troca, e demoramos quinze dias para atravessar aquele sítio*”.¹⁷²

Retomando a questão da alimentação dos cavalos, Vegécio, teórico militar romano muito lido durante o século XII, já alertava a respeito da vulnerabilidade alimentar dos cavalos ocidentais, desastrosamente dependentes de uma dieta de grãos em comparação com os pequenos cavalos alimentados com pasto simples dos Hunos.¹⁷³

De fato, a visão da historiografia militar medievalista clássica a respeito da questão logística pode ser assim resumida: “*A thoroughly disciplined regular army, with an organized wagon-train, could no doubt have triumphed over this system by bearing its own food with it. But the Franks were a mixed multitude, with little or no organisation, always clogged in their progress by the hordes of non-combatants, largely paupers, whom they dragged with them.*”¹⁷⁴ Infelizmente, Sir Charles Oman encontrava-se mais uma vez preocupado com organizações militares que muito pouco refletiam as medievais e sim as de 1870 em diante, compostas de exércitos profissionais complementados por uma massa de conscritos, que não mais necessitavam dos serviços proporcionados por pagens, vivandeiras e comerciantes, ao contrário dos exércitos medievais onde eram absolutamente necessários.

Os comissariados de suprimentos dos exércitos medievais eram bem mais efetivos do que popularmente se imagina, sendo capaz de suprir grandes guarnições isoladas, como a da Calais ocupada pelos ingleses no século XIV, com todos os suprimentos de armas, vinho e madeira sendo despachados da Inglaterra através do canal da Mancha, ou mesmo organizar as marchas e a obtenção dos suprimentos a grandes distâncias de casa, como o exército germânico da Segunda e Terceira Cruzadas.

¹⁷² Odo de Deuil, in: PERNOUD, p.102.

¹⁷³ VEGÉCIO, livro III, p.75.

¹⁷⁴ OMAN, v.1, p.251

5.3 Transporte:

O cavalo foi o animal de tração mais importante da Idade Média, mas não o único. A respeito dos cavalos medievais é interessante que eliminemos algumas crenças errôneas sobre o assunto ainda em circulação: em primeiro lugar, um cavalo necessita de massa para puxar peso, mas não necessariamente para carregar peso, já que aí é a força que conta¹⁷⁵. Em outras palavras, um cavalo de guerra precisava ser forte para carregar um cavaleiro totalmente equipado, mas não tinha que ser necessariamente enorme para tanto. A idéia de que os cavalos de batalha eram enormes como cavalos de carga está inteiramente equivocada.

Os cavalos criados na Europa fora da Espanha eram relativamente lerdos, de difícil manejo e de constituição óssea pesada, mas existem evidências de que estes animais foram cruzados com os excelentes cavalos árabes e andaluzes, gerando através de cruzamentos selecionados bons animais de montaria, ao mesmo tempo fortes e capazes de rápidos galopes quando necessário.

Existem fortes evidências de que alguns haras romanos sobreviveram após as invasões germânicas, como, por exemplo, o grande centro de reprodução eqüina dos tempos merovíngios, localizado ao sul de Auxerre na mesma área de uma antiga Köln romana de cavaleiros sármatas (os melhores cavaleiros do Baixo Império)¹⁷⁶.

Como os melhores *destriers* incorporavam linhagens árabes adquiridas via Andaluzia, isto resultava em seu preço elevado, assim como o de outras raças re-introduzidas na Europa durante as Cruzadas, como os grandes Anatólios ou Iranianos, conhecidos como “nicenos”. Um palafrém custava em média o equivalente a cinco bois (um animal em si bastante valioso durante o período) e um cavalo de guerra ordinário chegava a custar até quatro vezes mais que um palafrém e um *destrier* de qualidade não menos do que sete vezes mais do que a montaria comum. A *Gesta de Guilherme Marechal* nos relata que cento e quarenta libras de prata eram o suficiente “para três bons cavalos de guerra”.¹⁷⁷

¹⁷⁵ NICOLLE, *Sourcebook*, p. 266.

¹⁷⁶ NICOLLE, *Sourcebook*, p. 267.

¹⁷⁷ DUBY, *Guilherme Marechal*, p.15.

Os animais de carga eram parte fundamental do esforço militar medieval e foram usados em grandes quantidades. As antigas estradas romanas haviam entrado em decadência antes mesmo do colapso do Império, já que haviam sido construídas tendo em vista o tráfego de cargas com transporte sobre rodas e este foi substituído pelo transporte realizado por tropas de mulas, mais rápido e eficiente, já que não necessitava das estradas cujos custos de manutenção eram um fardo cada vez maior para um Estado decadente. Apenas as pontes foram preservadas durante o período medieval, já que eram essenciais para a utilização das mulas.

Os cavalos de carga podiam carregar confortavelmente 20% de seu peso em circunstâncias favoráveis ou aproximadamente 150 quilos de carga e segundo os usos dos exércitos anglo-normandos, até 100 quilos, para poupar os animais.¹⁷⁸

Carroças e vagões também eram muito utilizados, normalmente sendo tracionados por bois e por cavalos, para finalidades civis e militares. Durante o Império Carolíngio algumas regiões eram obrigadas a fornecer carroças cobertas para o exército. No século XII o exército real francês utilizava uma carroça para cada quarenta ou cinquenta sargentos infantis; os cavaleiros e outras tropas montadas (como os sargentos cavaleiros e besteiros montados) utilizavam-se de animais de carga para o transporte de seus equipamentos.

Vagões maiores dispoendo de quatro rodas, puxados por juntas de quatro ou mais animais eram característicos das planícies da Europa oriental e também muito utilizados por mercadores e exércitos.

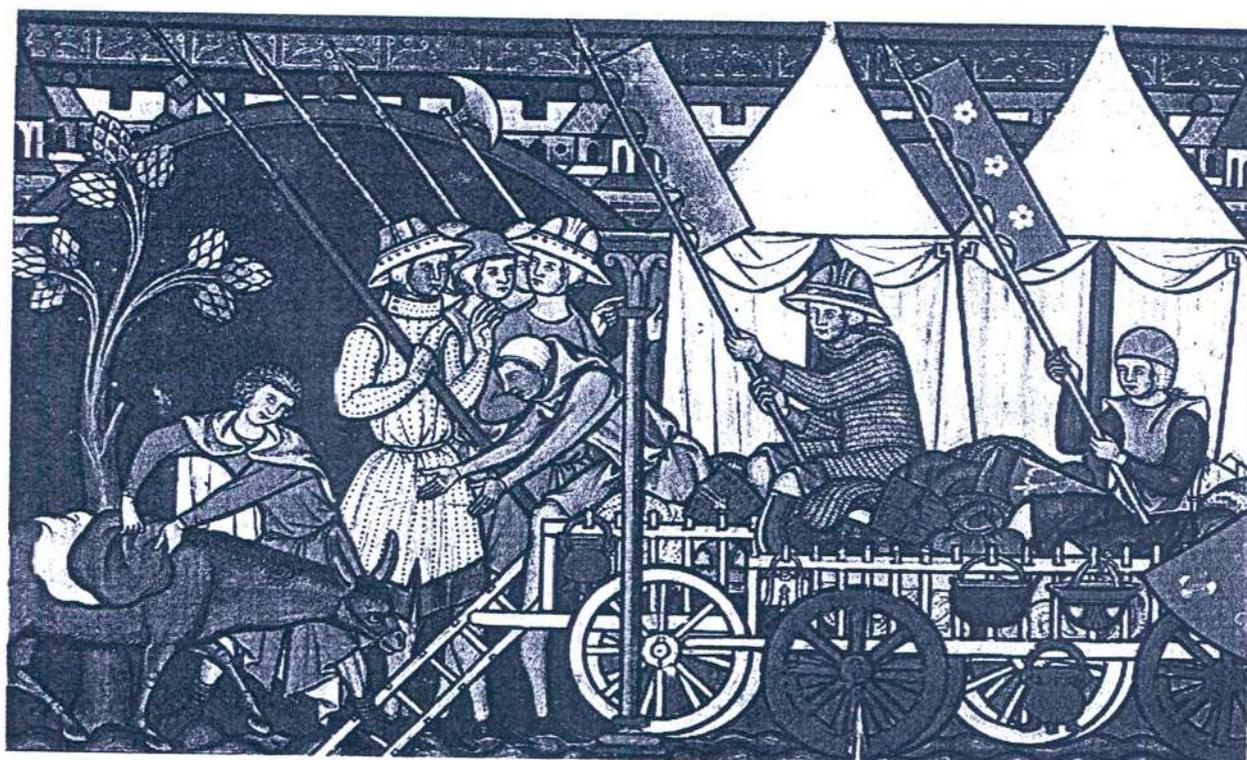
“As carroças passavam uma após a outra pela estrada, longa fila irregular que não acabava nunca: ora leves e puxadas por dois cavalos, ora pesadas e carregadas, puxadas por quatro cavalos que penavam, excitados pelos criados e palafreiros, que se esforçavam por desvia-los de poças de lama e dos sulcos de outras rodas. Muitas carroças; demais, diziam os guerreiros experientes, preocupados com um exército que carregava tanta bagagem. O que essas carroças continham? Viveres para o exército: barris de azeite e de vinho e carne salgada para os homens; forragem e aveia para os cavalos. Muitas também transportavam as armas, os elmos, as cotas de malhas dos combatentes que teriam

¹⁷⁸ BACHRACH, “Caballus et caballarius”, p.04.

de vesti-las em território inimigo e que eram carregadas em bastões, penduradas como em cabides.”¹⁷⁹



Tapeçaria de Bayeux - século XI: transporte de suprimentos e armas por carregadores e por uma carroça durante a preparação para o assalto à Inglaterra.



Bíblia Macejowski - Primeira metade s. XIII: Trem de bagagem com alimentos, armas de reserva e implementos de cozinha.

¹⁷⁹ PERNOUD, p. 97.

O uso excessivo de carroças e animais de carga trazia à tona problemas, a princípio inusitados para a Idade Média, como por exemplo, congestionamentos: “*Havia grande quantidade de carroças de quatro cavalos. (...) Assim que uma encontrava um obstáculo, todas as outras paravam igualmente. Ou então, se lhes acontecia encontrarem vários caminhos, às vezes elas os obstruíam a todos igualmente e então os condutores dos animais de carga, para evitar tantos problemas, expunham-se muitas vezes a enormes perigos. Por isso um grande número de cavalos morria e muita gente se queixava da lentidão da marcha*”.¹⁸⁰ Outro problema foi o posicionamento tático do exército, preso ao peso de seu lento trem de bagagens: “*Luis VII deu ordens rígidas: avançar em fileiras tão cerradas quanto possível, o corpo principal sendo constituído de carroças, cada vez mais numerosas; ele próprio dirigia uma retaguarda de combatentes móveis e prontos para se desdobrarem e, na vanguarda, avançavam outros combatentes sob o comando do conde de Maurienne, tio do rei, e de Godofredo de Rancon*”.¹⁸¹

5.4 Serviços Auxiliares.

5.4.1 Serviços Médicos:

A medicina era menos desenvolvida no ocidente do que no oriente. A superioridade da medicina islâmica até foi retratada em canções de gesta francesas dos séculos XII e XIII; nelas os sarracenos são freqüentemente retratados como tendo grande preocupação por seus feridos e possuidores de grandes habilidades para tratar de ferimentos de combate.

No ocidente durante a maior parte da Idade Média não havia cirurgiões agregados aos exércitos. Em vez de profissionais, desde a época de Carlos Magno até o século XII, clérigos sem treinamento eram escalados para atender os feridos e inevitavelmente permaneciam mais capazes de administrar os últimos ritos e salvar-lhes as almas do que suas vidas. Como exceção a este lúgubre quadro podemos citar os membros da Ordem dos Hospitalários, cuja função inicial era justamente a de fornecer tratamento médico e hospedagem aos peregrinos na Terra Santa e apesar de sua militarização por volta da década de 1150, a Ordem encampou quase todos os hospitais no outremer e a partir de

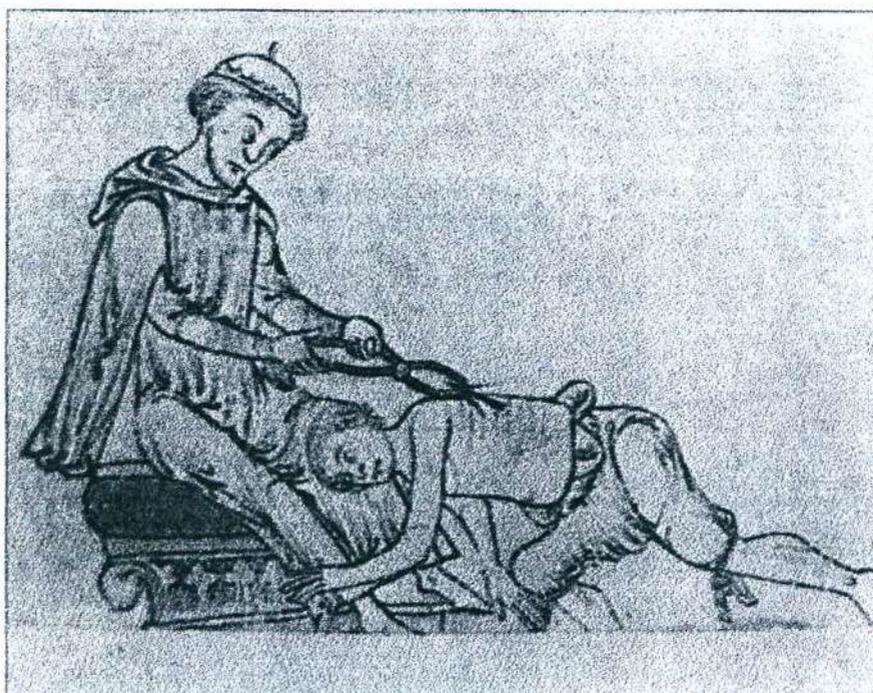
¹⁸⁰ Odo de Deuil, in: PERNOUD, p.98.

¹⁸¹ PERNOUD, p.105.

1122, com o hospital em Utrecht¹⁸², passou a oferecer seus serviços médicos na Europa também. Aliás, é significativo que o primeiro hospital da ordem na Europa tenha sido estabelecido em terras imperiais, já que o estabelecimento posterior da Ordem Teutônica deu-se nas mesmas bases que a Hospitalária. De fato, os Hospitalários eram bem aceitos na Germânia e até a constituição da Ordem Teutônica, desfrutaram de liberdade para recrutar tanto irmãos em armas, quanto irmãos em serviço no Império, na Boêmia e na Hungria.

Uma grande seção da Regra dos Hospitalários regulava a alimentação e os cuidados aos doentes e feridos, estabelecendo a seguinte divisão do trabalho: em primeiro lugar vinham os médicos (*theorici*), que lidavam com a dieta, os remédios de ervas e a análise da urina dos pacientes (principal forma de exame clínico), logo abaixo vinham os cirurgiões (*practici*), encarregados dos primeiros socorros e dos procedimentos invasivos (e assim lidavam diretamente com sangue, tabu na Idade Média, por isso ficavam em segundo plano), além de ser destacados para o acompanhamento das tropas em campanha. Por fim ficavam doze sargentos em cada enfermaria, encarregados de agir como enfermeiros, especificamente: fazer as camas e mantê-las limpas, ajudar os doentes e feridos a alimentarem-se e aliviarem-se. Seria um estudo interessante descobrir o quanto as práticas médicas dos hospitalários deviam aos médicos muçulmanos.

Cirurgião utilizando-se do
fôrceps para amassar a ponta
da flecha antes de removê-la.



¹⁸² NICOLLE & HOOK, p.06.



Do mesmo texto: cirurgião cosendo o ferimento causado pela flecha.¹⁸³

Na Lombardia durante o século XII médicos e cirurgiões passaram a fazer parte do exército, ficando posicionados nos *carroccios* para oferecer pronto atendimento aos feridos; também desta época e região provêm os primeiros registros a respeito da utilização do óxido de chumbo como anti-séptico para feridas superficiais com grande eficiência.

Não podemos esquecer que uma das grandes escolas de medicina no século XII estava estabelecida em Salerno e seu curso estava voltado para as atividades práticas, ligadas à profissão menor dos cirurgiões do que ao pensamento teórico-filosófico dos médicos. É provável que médicos e cirurgiões italianos tenham sido incorporados aos exércitos imperiais, ao menos nos contingentes das comunas leais ao imperador.

Podemos citar como exemplo da presença de médicos no exército imperial os seguintes versos do *Carmen de Gestis* ao relatar os acontecimentos posteriores à coroação em Roma em 1155:

¹⁸³ Esta ilustração e a da página anterior foram retiradas de um texto básico para os cirurgiões medievais, baseado em notas tomadas nas aulas em Salerno (*Chirurgia* de Guido d'Arezzo). In: NICOLLE & HOOK, p. 52.

*“Com as torres romanas arruinadas, o pio Frederico
Foi para Albano, onde fez seu acampamento.
Uma praga surgiu e rapidamente agarrou suas tropas.
O calor opressivo e um ar pesado e nauseabundo
Infectaram muitos soldados com o langor.
Os milhares afligidos pela febre
Também foram atacados por violentas cólicas estomacais.
Os médicos combateram a doença com suas habilidades,
Mas ela se revelou mais forte que suas artes curativas.
Então o destino que abate todos os homens veio
E muitos, senhores e vassalos morreram.
Oh tristeza! As perdas de Frederico foram tantas.
Já que os animais também foram atingidos pela doença,
Os gemidos dos poderosos cavalos em seus estábulos
Aumentavam a dor dos homens que os viam morrer”.*¹⁸⁴

O *Regimen Sanitatis Salernitatum* ou *Flos Medicinæ* foi um dos manuais médicos mais populares do século XII e um de seus temas principais era o regime alimentar para a manutenção e o tratamento da saúde¹⁸⁵. Como o título deixa óbvio, foi um trabalho da escola de medicina de Salerno. E esta preocupação ligando alimentação e saúde foi uma das grandes contribuições da medicina oriental à ocidental, sendo que esta incorporação de conhecimentos iniciou-se no século XII.

É difícil saber se os desenvolvimentos médicos na Itália tinham algo a ver com as práticas da ordem Hospitalária, mas é forçoso reconhecermos que o ensino em Salerno lembrava mais o trabalho dos *practici* do que o dos *theorici* (e provavelmente foi influenciado pelos médicos islâmicos da Sicília). Em todo caso, podemos dizer que em ambos os casos houve ligação com a medicina de combate e que tanto cirurgiões italianos quanto hospitalários encontravam-se adidos às tropas, encarregados do trabalho de reparar

¹⁸⁴ *Carmen de gestis* vv. 861-875, pp. 30-31.

¹⁸⁵ ORNELLAS, p.87.

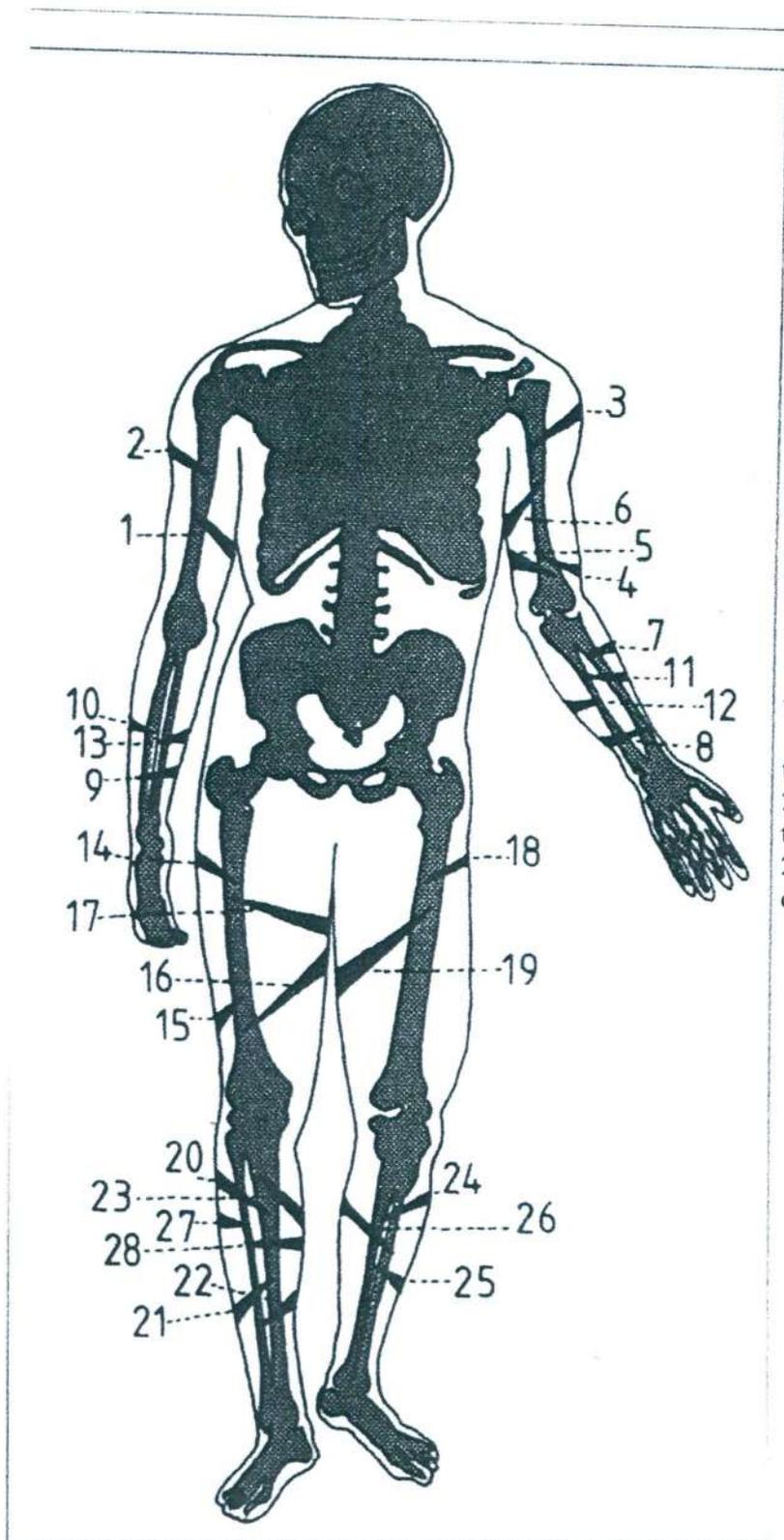
os danos causados pelas batalhas, através de assepsia e sutura, além de procedimentos invasivos.

As covas coletivas em Visby, na ilha suecas de Gotland, contêm os mortos em uma batalha ali travada em 1361. Seus restos foram encontrados e detidamente estudados durante a década de 1930, com o relatório médico-legal tendo sido publicado em 1939. Embora apenas os ferimentos que atingiram os ossos tenham sido estudados (por razões óbvias), suas conclusões ainda são muito interessantes: a maior parte dos ferimentos que resultaram em fraturas foram causados por objetos corto-contundentes¹⁸⁶ como espadas e machados (em 456 esqueletos) e por objetos perfuro-cortantes¹⁸⁷ como flechas e lanças (126). Os ferimentos causados por armas contundentes como as maçãs, são difíceis de serem distintas do dano causado pela pressão multissecular exercida pela terra sobre as ossadas. Entretanto muitos cadáveres não apresentaram danos ósseos, indicando a *causa mortis* como ferimentos e hemorragias. Outro sítio arqueológico semelhante em pesquisa neste momento é o da batalha de Towton, cujas covas coletivas foram recentemente encontradas.

Devemos mencionar que muitas das ossadas encontradas nestes sítios apresentavam sinais de que se tratavam de guerreiros veteranos, pois apresentavam fraturas consolidadas compatíveis com o padrão apresentado pela ação das armas mencionadas, o detalhe de interesse é que as fraturas consolidadas apresentavam sinais de intervenção e cuidados básicos (sendo que um dos soldados apresentava uma fratura no maxilar compatível com um golpe de espada, consolidada através de procedimento cirúrgico), que provavelmente foram aplicados pouco tempo após o recebimento da fratura, nos mostrando que se em matéria de desenvolvimentos teóricos a medicina medieval ocidental encontrava-se atrasada perante o oriente, as habilidades práticas dos cirurgiões ocidentais era avançada o suficiente para garantir a sobrevivência e mesmo a recuperação de algumas formas de ferimentos graves.

¹⁸⁶ Categoria de instrumentos caracterizada em ação por pressão, percussão e deslizamento, mais pelo próprio peso e intensidade do golpe do que pelo gume, agindo sobre a pele, músculos, tendões, órgãos ou esqueleto, sendo profundos os ferimentos feitos e com grandes aberturas.

¹⁸⁷ Categoria de instrumentos caracterizada em ação por pressão, percussão e perfuração, agindo através da liberação do diferencial de energia cinética no momento de impacto da arma. Esta ação deriva da diferença de velocidade entre a arma e o alvo, causando ferimentos profundos.



Ao lado: análise dos ferimentos até os ossos apresentados pelas ossadas das covas coletivas da batalha de Visby, com percentagens do total das fraturas.

1-6: Cortes até o úmero: 6,71% do total.

7-10: Cortes até o rádio: 3,35% do total.

11-13: Cortes até a ulna: 4,88% do total.

14-19: Cortes até o fêmur: 12,2% do total.

20-26: Cortes até a tibia: 56,4% do total.

27-28: Cortes até a fibula: 16,46% do total.¹⁸⁸

¹⁸⁸ NICOLLE, pp. 256.

5.4.2 Engenheiros:

No mesmo ritmo em que as defesas e fortificações evoluíram (de terra e madeira para a pedra e alvenaria) aperfeiçoaram-se também os aparatos ofensivos. Para tentar abalar as muralhas e nelas abrir brechas, os príncipes dispunham de engenheiros capazes, sapadores e de máquinas cada vez mais potentes capazes de arremessar projéteis mais pesados com maior velocidade.¹⁸⁹

Os responsáveis por esta evolução técnica eram os arquitetos-engenheiros, encarregados da aplicação racional da geometria e da aritmética aos problemas militares cotidianos. Em nossas fontes eles são muitas vezes mencionados - Marchesius de Crema, Vintello de Milão e o Anônimo que construiu a torre de assalto em Crema - desempenhando papéis fundamentais nesta era caracterizada pela guerra em torno das fortificações, mas pouco conhecemos sobre estes homens. Eles aparecem e desaparecem como fantasmas, apenas mencionados quando realizando os trabalhos para que foram contratados.

*“Ao classificar os caminhos do saber, Hugo de São Victor, em Paris, julgou de bom alvitre adicionar às “artes liberais” as “artes mecânicas”. A eficácia dos pesados engenhos que eram arrastados aos solavancos atrás dos bandos de cavaleiros derivava diretamente da experiência dos construtores forçados a improvisar guindastes para erguer sempre mais alto as abóbadas das naves e absides¹⁹⁰. Entretanto, para conceber as máquinas de assédio, para maneja-las, para calcular os ângulos de arremesso, eram necessários especialistas, “mestres”. E eles não eram encontrados na cavalaria, mas na população das cidades em crescimento, nas quais o ateliê avizinhava o claustro”.*¹⁹¹ Socialmente falando os engenheiros provinham dos segmentos urbanos e das escolas catedralícias.

Na realidade os engenheiros e os arquitetos confundem-se entre os séculos medievais, já que sua formação lhes permitia construir catedrais e máquinas de assédio: *“Um pequeno grupo de especialistas privilegiados, os arquitetos-engenheiros, situava-se não só no ápice da escala de salários em vigor na indústria medieval da construção, mas*

¹⁸⁹ DUBY, *A Idade Média na França*, p.160.

¹⁹⁰ É interessante recordarmos que a flecha da catedral de Strasbourg, iniciada ainda no século XII, eleva-se a espantosos 142 metros, o equivalente a um edifício de 40 andares, tendo sido a edificação mais alta da Europa Ocidental até a construção da Torre Eiffel.

¹⁹¹ DUBY, *A Idade Média na França*, p.160.

tinha ainda a possibilidade de exigir e obter uma série de privilégios vinculados a essa profissão. Num canteiro de obras da Idade Média, o arquiteto era também o engenheiro porque, nessa época, nesse domínio, ignorava-se a especialização de funções”.¹⁹²

Especialistas na organização e na tecnologia desta forma de conflito são notáveis por seu envolvimento nos assédios do século XII. Enquanto alguns eram líderes políticos e militares, que desenvolveram habilidades na condução de operações de sítio, outros eram claramente engenheiros militares profissionais. Evidenciando-se nas mais nas fontes narrativas do que nos registros fiscais, sua presença demonstra sua importância. Embora os meios pelos quais adquiriram seu conhecimento permanecem ainda nos domínios da conjectura, seu papel na guerra de assédio latina é um reflexo de alguns dos impulsos do século XII.¹⁹³

No século XIII encontramos Villard de Honnecourt; famoso pela preservação de seu caderno de notas, no qual se destaca o projeto de um trebuchet (visto de cima). É difícil sabermos como se formaram, mas a pista mais importante encontra-se na renovação intelectual do século XII, em especial nos estudos matemáticos e naturalistas promovidos pela Escola de Chartres, mais voltados para a compreensão física do mundo.

*“Variando entre o sábio geômetra e o singelo pedreiro, conforme a escala social e cultural do ato construtivo, a figura do arquiteto medieval apresentará muitos problemas ao esquema rígido das artes liberais e das artes mecânicas, que não têm categorias adequadas para enquadrá-lo. De todos os modos, o arquiteto será sempre um assalariado – diarista ou empreiteiro –, que se diferencia da massa dos trabalhadores, sobretudo pelas atividades de comando das operações técnicas e administrativas necessárias à obra e a seu canteiro”*¹⁹⁴.

São especialistas no que fazem, possuem a melhor formação técnica da época e vendem caro os seus serviços, muitas vezes recebendo seus honorários em espécie, como se alimentar à mesa do contratador, fornecimento de roupas, isenção de impostos e cessão de moradia por temporadas.

“Os arquitetos viviam confortavelmente e encontravam-se às vezes na situação invejável de poder ditar suas condições. Em 1129, Raymond, mestre-de-obras da catedral

¹⁹² GIMPEL, p.103.

¹⁹³ ROGERS, p. 03.

¹⁹⁴ CARREIRA, p.11.

*de Lugo, pôde assinar com o arcebispo um contrato em que estipulava que, no caso de desvalorização da moeda, ele seria pago em mercadorias. Eram-lhe prometidos anualmente 6 marcos de prata, 36 medidas de tecido, 17 carregamentos de madeira, calçado e polainas, enquanto tivesse necessidade de tais artigos, e mais 2 soldos para sua alimentação, uma medida de sal e uma libra de velas por mês”.*¹⁹⁵

Marchesius de Crema ao passar-se para o serviço imperial recebeu imediatamente a soma de doze libras de prata e um cavalo¹⁹⁶.

Estes especialistas não trabalhavam sozinhos; coordenavam equipes de trabalho que envolviam auxiliares também especializados como mineiros e carpinteiros, assim como grandes contingentes de trabalhadores braçais que poderiam vir do contingente de infantaria da tropa ou mesmo de mão de obra recrutada no local em busca de salários ou mesmo de participação no saque à cidade assediada. Outra de suas atribuições mais importantes era a construção de pontes para a passagem do exército, sendo que o material necessário para a consecução de todas as tarefas do corpo de engenharia estava entre as cargas transportadas nos longos trens de bagagem.

Encontravam-se forjas, equipamentos para a confecção do couro e equipamentos de engenharia, para a construção ou reparo de pontes de madeira e de equipamento de assédio, como catapultas, torres e aríetes. *“A rapidez com que os engenheiros muçulmanos da Sicília a serviço dos exércitos normandos no século XII podiam erguer pontes de madeira era amplamente admirada e mesmo os exércitos anglo-normandos do século XII incluíam engenheiros encarregados da remoção de obstáculos à frente da tropa.”*¹⁹⁷

5.4.3 Acompanhantes Femininas:

Nossas fontes são parcas a respeito da presença de acompanhantes femininas, principalmente pelo fato dos cronistas reprovarem sua presença nos aquartelamentos e campos de batalha. As acompanhantes dos infanters e mercenários podiam ser suas esposas ou concubinas, mas normalmente exerciam a prostituição, sempre associada às

¹⁹⁵ GIMPEL, p.103.

¹⁹⁶ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 87-8.

¹⁹⁷ NICOLLE, *Sourcebook*, p.269.

concentrações de soldados. Além disso, realizavam pequenos serviços domésticos ¹⁹⁸ para os guerreiros. O livro *A Mulher no tempo das Cruzadas* de Regine Pernoud mergulha no universo destas fontes e resgata um pouco da participação destas mulheres nos campos de batalha: “*Ana Comnena assinala a presença dessa “multidão” de mulheres anônimas que acompanha os combatentes, e isso é precioso para nós, tanto é difícil nas crônicas, que mencionam longamente as damas nobres, acompanhantes dos barões, entrever as mulheres junto aos “subalternos a pé”: como quase não participam dos combates, não conquistam a honra de serem mencionadas nas narrativas.*”¹⁹⁹

O cronista Anônimo da Primeira Cruzada menciona o papel feminino a respeito da batalha de Doriléia em 1097: “*Naquele dia, nossas mulheres prestaram-nos grande auxílio trazendo água para beber a nossos combatentes e também não cessando de encoraja-los à luta e à defesa*”.²⁰⁰ E aqui entrevemos que a participação feminina não se resumia ao trabalho braçal, mas também como um positivo fator de manutenção do moral. Os cruzados não lutavam apenas pela Terra Santa ou por uma vida nova comprada com ricos butins, mas também por suas vidas e as de suas mulheres. Isto sempre foi um fator motivacional importante na história dos conflitos humanos.

As mulheres participavam das marchas junto ao trem de bagagens e normalmente ficavam na retaguarda do exército: “*(...) há o que o Anônimo chama de “pedestres”, os que permanecem ao lado dos animais de carga, dos rebanhos, das carroças onde se encontram os recursos em equipamento. Evidentemente, as mulheres estão entre estes “pedestres”, com exceção das damas nobres que muitas vezes auxiliam diretamente seus maridos.*”²⁰¹

¹⁹⁸ A esse respeito o romance histórico *História do Cerco de Lisboa* de José Saramago é muito ilustrativo.

¹⁹⁹ PERNOUD, p. 37.

²⁰⁰ PERNOUD, p. 38.

²⁰¹ PERNOUD, p. 39.

Codex Manesse:
Cavaleiro Hartmann von
Starkenberg e sua dama



Sua presença nos exércitos imperiais foi condenada em uma das disposições regulamentares do exército emitidas pelo Imperador Frederico: “*No one is to have a woman in his quarters; but he who dares to do so shall be deprived of all his accouterment and be considered excommunicate, and the woman's nose shall be cut off.*”²⁰² Não devemos creditar esta ordem como produto da misoginia medieval, mas sim da vontade do imperador em manter a disciplina no exército, já que a maior parte do regulamento trata da manutenção da ordem e a punição dos culpados de quebrar a paz imperial (*Landfreide*), algo que facilmente ocorria na tropa quando estavam envolvidos butim, bebidas e mulheres.

Mas elas também assumem, quando necessário, papéis militares ativos, principalmente nos cercos e assédios: “*Muitas vezes serão mencionadas, também durante esse período, mulheres que atiram com arco e acionam mangonelas (a artilharia da época). (...) Há também as que trabalham nos fossos, carregando pedras para permitir a abordagem das muralhas, conforme mencionadas por Ambrósio, cronista que acompanhou a expedição cruzada de Ricardo Coração de Leão.*”²⁰³

²⁰² FREISING, p. 132.

²⁰³ PERNOUD, p. 40.

5.5 Taxação e pagamento.

A principal arma no arsenal dos príncipes do século XII havia voltado a ser o dinheiro, que servia para contratar engenheiros, mercenários, “recompensar” os vassallos, comprar suprimentos, financiar a construção de fortificações e engenhos de assalto, em suma para o custeio da guerra. Os príncipes mais capazes militarmente eram aqueles com maior capacidade de arrecadação. “No século XII, o dinheiro volta a ser o nervo da guerra, ou seja, do poder. Penetra em todas as relações de sociedade, e a tudo modifica”.²⁰⁴

A taxaço, como um aspecto da história sócio-econômica medieval, é um vasto assunto e aqui poderemos apenas esboçar alguns detalhes a este respeito. O maior impacto da taxaço relacionada a assuntos militares ocorreu com o crescente uso de mercenários e a ampliação das expedições militares a partir do século XII. Antes disso, as taxas militares tendiam a ser restritas e com utilização específica, como as que eram pagas para o financiamento de expedições cruzadas.

Nas comunas italianas, possuidoras de economias monetárias mais avançadas, todos os cidadãos poderiam ser taxados antes de uma campanha, sendo que apenas os cavaleiros estavam isentos porque precisavam custear pessoalmente suas armas, armaduras e montarias. O dinheiro arrecadado era utilizado para a contratação de mercenários. Outros sistemas de arrecadação eram o recurso a empréstimos obrigatórios à coroa, utilizado na França e o sistema de contratações utilizado pelos ingleses durante o século XIV, no qual aqueles que não quisessem ou pudessem combater, financiassem o equipamento e a paga de um homem que efetivamente se tenha juntado ao exército, numa proporção de três ou quatro para um.

Os costumais (documentos que organizaram as leis consuetudinárias na Alemanha) regulamentavam também o financiamento para os cavaleiros livres e ministeriais. Conforme o costumal da Sé de Köln (1165), os cavaleiros cujos feudos rendessem menos que cinco marcos por ano não podiam juntar-se ao exército imperial e tinham que pagar como *herstura* (imposto de guerra) metade de seus rendimentos para financiar o exército, mas esta não era a única forma de imposto de guerra: sabe-se que os burgueses pagavam imposto semelhante diretamente ao fisco imperial²⁰⁵. Também registra que para os

²⁰⁴ DUBY, *A Idade Média na França*, p.162.

²⁰⁵ FUHRMANN, p. 166.

cavaleiros do arcebispado de Köln pudessem participar das expedições italianas eles deveriam receber um adiantamento de dez marcos, mais roupas, cavalos e outros equipamentos, além de um marco por mês após o exército ter chegado à Itália.²⁰⁶ Sabe-se que tais encargos eram muito pesados para os suseranos, já que no século XII, além dos custos já mencionados dos cavalos, uma cota de malhas tinha seu preço variando entre o vinte e cem bois²⁰⁷. Em Reichenau os cavaleiros com ofícios domésticos (marechal, advogado, camareiro) recebiam dez libras de prata e quatro cavalos (um *destrier*, um palafém e dois cavalos de carga).²⁰⁸ Os pagamentos registrados em Köln acabaram por se tornar o padrão para o exército imperial.

O pagamento direto e em dinheiro aos cavaleiros em vez de recompensas feudais em terras, pressupõe a existência de soldados profissionais, ou ao menos de tropas temporariamente mercenárias. Isto também requeria economias monetárias suficientemente desenvolvidas que pudessem pagar a tais soldados.

Mercenários existiram em pequena escala durante toda a primeira metade da Idade Média, mas apenas entre meados do século XII e o início do XIII é que se passou a encontrar mais evidências a respeito das estruturas de pagamento²⁰⁹: normalmente aos cavaleiros mercenários era pago o dobro do que aos sargentos montados; aos besteiros montados, um pouco mais do que aos sargentos montados; besteiros infantis e mineiros habilidosos recebiam bem menos do que os sargentos e a infantaria comum ainda menos. Embora as somas recebidas parecessem pequenas, na realidade o serviço militar era relativamente bem remunerado, já que o mero infante mercenário recebia duas ou três vezes mais do que o camponês conseguia. Georges Duby, em *A Idade Média na França*, afirma que uma despesa de 2000 libras era o suficiente para custear o pagamento de 1000 infantis por dois meses.²¹⁰

O pagamento dos líderes militares era obviamente maior, sendo que os oficiais subalternos, como um castelão, recebiam em média três vezes mais do que seu subordinado mais bem remunerado.

²⁰⁶ ARNOLD, *German Knighthood*, p.83.

²⁰⁷ FUHRMANN, p.177.

²⁰⁸ ARNOLD, *German Knighthood*, p.92.

²⁰⁹ NICOLLE, *Sourcebook*, p.253.

²¹⁰ DUBY, *A Idade Média na França*, p.160.

Em geral, quanto mais distante o período histórico, mais importante era o butim. Em algumas regiões a guerra era, de fato, um dos meios de troca mais importantes para a circulação de metais e artefatos preciosos. A guerra precisava ser lucrativa para as economias essencialmente não-comerciais.

O butim arrecadado no campo de batalha permaneceu como uma fonte de renda importante para os cavaleiros, ajudando-o a manter atualizados seu equipamento e cavalos cada vez mais custosos. Dinheiro, metais preciosos, gado, armas, armaduras, cavalos, prisioneiros para o resgate e outros objetos eram o fruto dos saques durante o período.

Mesmo em economias com crescente grau de monetarização como a italiana, alguns contratos com mercenários estipulavam que as tropas contratadas reteriam o butim por elas capturado, que aparentemente, acabariam sendo mandados para o empregador.²¹¹

Nas regulamentos disciplinares decretados pelo *Barbarossa*, encontramos a seguinte disposição a respeito da divisão do butim: *“If anyone finds another's horse, he shall not shear it or disguise it, but shall tell the marshal, and shall not secretly keep it and place his pack upon it. But if he who has lost the horse come upon it on the road carrying burden, he shall not pull off its pack but follow it to camp and recover his horse.”*

*“Whoever finds a buried treasure may enjoy it freely. But if it is taken away from him, he shall not render evil for evil, shall not exact vengeance for the wrong done him, but shall lodge a complaint with the marshal in order to secure justice.”*²¹² Os marechais do exército eram os encarregados da distribuição justa do butim, respondendo diretamente ao imperador.

Finalmente, cremos que uma questão permanece a respeito da relação direta que já no século XII se esboçava entre guerra e dinheiro: como Frederico conseguia financiar suas campanhas?

O financiamento da maior parte das despesas da expedição era responsabilidade do imperador e dos grandes príncipes, que apertavam ao máximo as possibilidades do fisco em suas terras. O ideal é que cada magnata pudesse financiar seus soldados com recursos próprios, mas esta era uma tarefa difícil, logo o imperador tinha que apelar para as *regalia*, os seus direitos tradicionais sobre o reino da Itália. As comunas fiéis como Lodi, Como e

²¹¹ NICOLLE, *Sourcebook*, p. 246.

²¹² OTTO DE FREISING & RAHEWIN, p. 152.

Pavia contribuíam com grandes somas em metal sonante para os cofres imperiais; na segunda Dieta de Roncaglia em 1158, Cremona pagou onze mil talentos de prata ao Imperador, para que este se decidisse a arrasar Crema²¹³, provando que mesmo o monarca podia ser subornado, quando isso condizia com seus objetivos.

Rahewin estimava que as *regalia* rendiam 30 mil talentos de prata ao ano (quinze a dezesseis mil libras aproximadamente). Fontes inglesas indicam que os rendimentos do fisco imperial na Itália renderam ao imperador a soma de oitenta e quatro mil libras de prata em 1164 e assim podemos estimar que apenas as rendas anuais provenientes da Itália para o Imperador (sem mencionar as rendas na Germânia) podiam alcançar cem mil libras de prata,²¹⁴ algo como cinquenta toneladas de prata por ano. Como comparação a renda anual de Luís VII de França podiam alcançar sessenta mil libras, enquanto que as de Henrique II Plantageneta alcançavam até noventa mil libras, apenas em seus feudos franceses. Definitivamente valia a pena Frederico desejar o controle sobre as *regalia* e o fisco imperial na Itália.

Esta era a principal fonte de recursos para as campanhas italianas. De certo modo podemos dizer que estas campanhas acabavam por se autofinanciar (pelo menos no ponto de vista do imperador): para que César receba o que é de César, ele deve vir cobrar com força bem armada, que necessita ao menos de parte dos recursos italianos para vir à Itália. A cada sucesso o imperador retornava mais rico que os magnatas do Império; a cada fracasso todos retornavam mais pobres. As campanhas italianas eram essenciais para a manutenção da legitimidade e autoridade do imperador, assim como para a manutenção do delicado equilíbrio de poder na Germânia.

²¹³ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 279-80.

²¹⁴ FUHRMANN, p. 148.

Capítulo 6: A Arte da Guerra – O Plano Operacional

"It is well war is so terrible. We should grow too fond of it".

Robert E. Lee, após a batalha de Fredericksburg,
1862.²¹⁵

6. 1: As Operações militares.

Nos confrontos medievais encontramos um elenco bem definido de ações operacionais: razias, batalhas e operações de assédio.

Nas campanhas lideradas por Frederico *Barbarossa* na Lombardia as principais operações realizadas foram os assédios a cidades e castelos fortificados. Complementando os cercos, estavam as razias em grande escala, com o objetivo principal de devastar os campos em torno das cidades. As batalhas campais, tão importantes na historiografia militar clássica, são eventos secundários, esporádicos e podemos até dizer, acidentais. Como já citado na introdução, nas seis campanhas desenvolvidas num espaço de quase trinta anos, apenas três engajamentos destacaram-se como batalhas: Carcano (1160), Tusculum (1167) e Legnano (1176).

Já os assédios contaram-se às dezenas, variando de assaltos rápidos a pequenas fortificações até complexas operações plurianuais contra grandes cidades fortificadas, utilizando-se dos meios tecnologicamente mais avançados que a engenharia do século XII poderia proporcionar. Tanto os cercos são importantes que nossas principais fontes os descrevem em detalhes e de fato, eles são a essência da guerra na Lombardia do século XII e, portanto, devem constituir-se no centro de nossa análise.

Mas, em primeiro lugar devemos estabelecer um panorama a respeito das capacidades bélicas das comunas lombardas, seus padrões de conflito e como exerciam a guerra de cerco antes da chegada de Frederico *Barbarossa*.

As cidades-estado da Lombardia desenvolveram poderosas capacidades militares juntamente com instituições políticas cívicas durante a primeira metade do século XII. Sua

²¹⁵ HOGG, p. 59.

força militar baseava-se numa infantaria comunal bem organizada e disciplinada, cuja coesão derivava das instituições cívicas e dos laços de parentesco e comunidade. Estas forças providenciavam as tropas necessárias para as razias, contra-ataques, batalhas e assaltos contra posições fortificadas que compunham em grande parte o carácter das guerras lombardas.

Embora cada cidade fosse independente, bem estabelecidos padrões de inimizades e alianças usualmente determinavam a direção dos conflitos. A ascensão de Milão foi o fator central no desenvolvimento político-militar da região e as cidades orientavam suas alianças a partir de sua posição em relação à comuna mais poderosa da Lombardia. Os principais aliados milaneses eram Piacenza, Bréscia, Crema e Tortona, sendo que estas eram tradicionalmente inimigas de oponentes de Milão: Lodi, Como, Cremona, Pavia e Bérgamo. Embora seja um exagero afirmar que cada cidade encontrava-se cercada por seus inimigos, a proximidade dos adversários e o relativamente fácil terreno da planície lombarda, resultaram em uma situação na qual a concentração de forças em uma área poderia deixar uma cidade ou seus arredores vulneráveis.

Os rios e os lagos da região afetaram os padrões de guerra e particularmente os ataques a cidades e seus territórios dependentes. O controle dos pontos de travessia era especialmente importante, já que providenciava segurança para cinturão agrícola ao mesmo tempo em que facilitava os reides contra os territórios inimigos. Além disso, a habilidade em utilizar ou interditar as comunicações por via fluvial ou lacustre era ocasionalmente crítica para a conclusão de uma grande ofensiva contra centros urbanos.

Não importa o quanto razias e depredações fossem eficientes para o enfraquecimento de uma cidade-estado, estas comunidades eram tomadas por bloqueio ou por assaltos conduzidos por uma grande concentração de forças. Lodi foi compelida a render-se a Milão e seus aliados após uma campanha de devastação e apertado bloqueio em 1111. Enquanto a rendição tenha garantido as vidas dos lodenses, a cidade foi destruída e sua população dispersada. Como foi capturada em 1127, após uma grande ofensiva milanesa, cujo ponto culminante foi um assalto baseado em largo uso de maquinaria de assédio.

Agora observemos o campo imperial. Os cercos lombardos de Frederico *Barbarossa* formam apenas um aspecto de suas consideráveis atividades militares na região. Todavia, a

redução de poderosos oponentes urbanos foi crucial na grande tentativa de *Barbarossa* em obter o exercício efetivo do senhorio imperial na Lombardia. Os objetivos das políticas lombardas de *Barbarossa* e sua relação com seus amplos programas imperiais, têm gerado muita discórdia entre os historiadores. Qualquer que fosse a precisa natureza do senhorio Hohenstaufen, e as concepções a seu respeito de Frederico e seus principais auxiliares, o domínio sobre as cidades lombardas era necessário além de ser a medida de sua eficácia.

Operações de cerco tinham significados políticos além de militares nos conflitos e alianças regionais. Elas foram importantes para o estabelecimento e manutenção das coalizões que conduziram as guerras imperiais. Ademais, assédios formais e seus resultados influenciaram as percepções sobre a autoridade e o prestígio imperiais. O sucesso na redução das cidades inimigas ampliava o poder e o prestígio do imperador na Lombardia e cada fracasso gerava reflexos negativos ao estimular seus inimigos e abalar a confiança de aliados relutantes.

Os assédios lombardos de *Barbarossa* resultaram da congruência de interesses entre o imperador em subjugar comunidades recalcitrantes, e as cidades lombardas interessadas em eliminar rivais tradicionais. Ancona foi a única cidade importante que não foi atacada com o auxílio de uma cidade-estado lombarda. Nesta ocasião (1173) as forças comandadas pelo arcebispo Christian de Mainz foram apoiadas por Veneza, cuja esperança era a de minar o crescimento de um rival no Adriático e no comércio com Bizâncio.

Esta confiança nos aliados lombardos reflete a importância das forças comunais, suas bases e suprimentos. Este suporte foi crítico para o equilíbrio estratégico entre as forças imperiais e seus antagonistas, e ganhou especial significado na guerra de assédio. Os recursos materiais, técnicos e pessoais das cidades lombardas foram essenciais para as operações de cerco conduzidas pelo *Barbarossa*. Além disso, estas capacidades afetaram significativamente a coordenação e a natureza das operações executadas.

Ao olharmos para a guerra de cercos lombarda em termos de coalizões regionais e padrões de conflito tradicionais, nós não podemos subestimar o papel desempenhado pelas forças germânicas de Frederico I. Grandes senhores territoriais germânicos e boêmios apoiaram as campanhas imperiais com poderosos contingentes compostos por vários tipos de combatentes. Estas tropas eram proeminentes nas batalhas, nos deveres de escolta e nas depredações que compunham grande parte da atividade militar das guerras imperiais na

Lombardia. Estas mesmas forças, além disso, eram importantes para as operações de assédio.

Cruciais para a força militar do imperador eram os *ministeriales*, que formavam a base de seu contingente pessoal e da cavalaria germânica em geral²¹⁶. Estes homens eram de grande valor no combate corpo a corpo dos assaltos, na proteção do maquinário de sítio e das escaramuças envolvidas nos assédios de *Barbarossa*.

Pessoal militar alemão de camadas sociais inferiores também participou do exército imperial em suas operações de cerco. A história de Otto de Freising sobre um soldado descrito sob o ambíguo termo *strator* no cerco de Tortona ilustra algumas das qualidades destes homens e forças germânicas que serviram ao imperador na Itália: durante os ataques contra a principal posição defensiva da cidade, um dos seguidores de Frederico, entediado pelo cerco e desejando dar um exemplo, escalou a Torre Vermelha da cidade nela cortando degraus com um machado. Após eliminar um inimigo no topo da torre, este homem retornou ao acampamento imperial para ser ricamente recompensado pelo imperador, após declinar a oferta imperial do status da cavalaria²¹⁷. Quaisquer que fossem as ambições sociais de tais homens, seus esforços foram importantes nas ofensivas de larga escala sustentadas contra as bem fortificadas e vigorosamente defendidas cidades da Itália setentrional.

6.1.1 A Campanha de 1154-55: Panorama geral.

A primeira campanha de Frederico partiu de Augsburg em outubro de 1154 e foi conduzida com uma pequena força (aproximadamente 1800 cavaleiros talvez cinco mil infantes) tendo a intenção primordial de estabelecer sua autoridade na Lombardia através de uma dieta imperial em Roncaglia (novembro de 1154), seguida por uma rápida viagem a Roma para a coroação. Frederico, embora estivesse respeitando o espírito do Tratado de Constança (1153), não parecia muito interessado em cumprir sua letra. Frederico não levou consigo tropas suficientes para lidar eficientemente com as ameaças da comuna romana de Arnaldo de Bréscia e do Reino Normando da Sicília, alvos específicos da ação conjunta entre Imperador e Papa prevista no Tratado de Constança.

²¹⁶ ARNOLD, pp.212-19 e CONTAMINE, pp.37-8.

²¹⁷ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 136-7.

Em todo caso, seus planos iniciais naufragaram, já que em Roncaglia o *Barbarossa* teve de lidar com as violentas rivalidades comunais e com a desobediência explícita de diversas cidades lideradas por Milão, declaradas culpadas tanto de quebrar a Paz do Reino (*Landfreide*) quanto de recusar os direitos régios: *regalia* (direitos senhoriais e taxas) e *fodrum* (provisões e hospitalidade).

A resposta do monarca foi dura: o saque e incêndio a diversas cidades e castelos rebeldes e a devastação de suas zonas agrícolas entre Novembro de 1154 e Fevereiro de 1155. Foram destruídas: Galliate, Momo e Trecate (próximos a Novara), Chieri e Asti, todas fazendo parte da aliança milanesa, mas nenhuma delas forte o suficiente para lidar com o exército imperial que habilmente evitava o confronto com as comunas mais poderosas. Após a destruição de Asti, Frederico levou seu exército a Tortona, pequena cidade fiel a Milão e velha inimiga da Pavia imperial. Tortona foi submetida após nove semanas (14/02 a 18/04 de 1155) de cerco acirrado, tendo grande destaque nesta operação as tropas de Henrique, o Leão. Durante o cerco de Tortona Frederico foi coroado Rei da Itália em Pavia (em vez de Milão, onde Conrado III havia sido coroado) no mês de abril de 1155.

Após a redução de Tortona, o exército dirigiu-se a Roma, mas antes, em maio, Frederico encontrou-se com juristas bolonheses (Martinus e Bulgarus), passando a proteger a faculdade bolonesa e a conceder-lhes privilégios. Em troca passou a contar com o serviço das melhores mentes jurídicas do século XII, com a Chancelaria Imperial recebendo assim um reforço intelectual de primeira categoria. As decisões tomadas na segunda Dieta de Roncaglia (1158) irão refletir o interesse imperial a respeito das aplicações do direito romano.

A oito de junho de 1155 Frederico chegou a Sutri, próximo a Roma, onde se encontrou com o papa Adriano IV e houve a desavença a respeito da prestação do serviço de palafrenero ao papa (conforme mostrado no capítulo 1). A partir daí o papa e o rei da Germânia avançam juntos sobre Roma. Frederico ignorou as tentativas de amizade por parte da comuna romana e ocupou a cidade e a “Cidade de Leão”²¹⁸. Capturou Arnaldo de

²¹⁸ Cidadela formada pelo complexo amuralhado da antiga basílica de São Pedro e o Castelo de Sant'Angelo.

Bréscia e o entregou ao prefeito de Roma, que o executou, cremou e espalhou suas cinzas sobre o Tibre.

A coroação imperial deu-se a 18 de junho em meio a um levante da população romana, dura e eficientemente reprimido por Henrique, o Leão e suas tropas, além dos aliados lombardos. Após ter sido coroado, Frederico toma a frente de suas tropas no combate urbano:

*“Sublime em seu grande cavalo
O Rei Frederico cavalgava pela linha de batalha.”*²¹⁹

O resultado foi o desbaratamento da comuna romana e a restauração do poder papal na cidade. Frederico, após ter recebido o diadema imperial foi compelido a realizar a campanha contra os normandos. O momento era perfeito: Rogério II havia morrido e Guilherme I ainda não havia consolidado sua posição, Imperador e Papa unidos em uma empresa comum como há muito não se via. A campanha parecia promissora: em julho Spoleto foi reduzida a escombros. Mas, como já foi apontado no capítulo 1, surgiram dissensões no exército e entre os dois monarcas universais. Os magnatas germânicos demandaram o retorno imediato à Germânia devido às epidemias de disenteria e malária, características dos verões italianos e segundo a natureza consensual do comando militar medieval, Frederico não teve escolha, a não ser retornar. Durante o retorno o imperador lançou a condenação de Milão como cidade rebelde e declarada fora-da-lei.

Devido a esta retirada Adriano IV considerou anuladas as disposições do Tratado de Constança e após uma grande derrota frente aos normandos, acabou por denunciar o tratado de 1153 e a assinar a Concordata de Benevento com Guilherme I a 18 de junho de 1156.

Em 1156 houve a ascensão do altamente capaz Rainald de Dassel ao Arcebispado de Köln²²⁰ e este levou Frederico ao rompimento com Adriano IV na Dieta de Besançon (outubro de 1157); a partir dela Rainald de Dassel passou a utilizar-se da expressão *Sacro Império Romano* e firmou-se o princípio de que a coroa imperial vem ao monarca com a

²¹⁹ *Carmen de gestis*, vv. 705-6, p.25.

²²⁰ E à Chancelaria Imperial, composta por três chanceleres: *Erzkanzler durch Germanien* (Arcebispo de Mainz), *Erzkanzler durch Italien* (Arcebispo de Köln) e o *Erzkanzler durch Gallien und Arelat* (Burgund) (Arcebispo de Trier)

vontade divina expressa através dos príncipes não com a vontade papal, marcando assim um novo momento na busca pela legitimidade imperial fora do domínio estritamente sacro.

Milão não ficou esperando passivamente a investida imperial que certamente viria. Entre 1156 e 1158 os milaneses além de reconstruírem as antigas fortificações romanas, construíram um complexo de muralhas defensivas de terra (o chamado *terrraggio*) com cinco quilômetros de circunferência²²¹, cercada por um largo fosso preenchido com água (obviamente para evitar assédios próximos, sapa sob as muralhas e mesmo o impacto das pedras arremessadas pela artilharia inimiga).

6.1.2 A Campanha de 1158-62: Panorama geral.

As novas fortificações milanesas ficaram prontas a tempo de receber a segunda expedição imperial, que tinha como objetivo principal a submissão das comunas rebeldes com a punição exemplar dada a Milão e seus aliados.

O anúncio do retorno de Frederico à Itália com a intenção declarada de subjugar Milão foi feito na Dieta de Fulda, a oito de setembro de 1157²²². O exército chegou à Itália em julho de 1158 com uma força de aproximadamente quinze mil homens e devastou o *contado* de Bréscia que se rendeu aos imperiais, tendo sido pega de surpresa; e em agosto Frederico iniciou o primeiro cerco a Milão (dia sete), sendo que este teve curta duração (exatamente um mês).

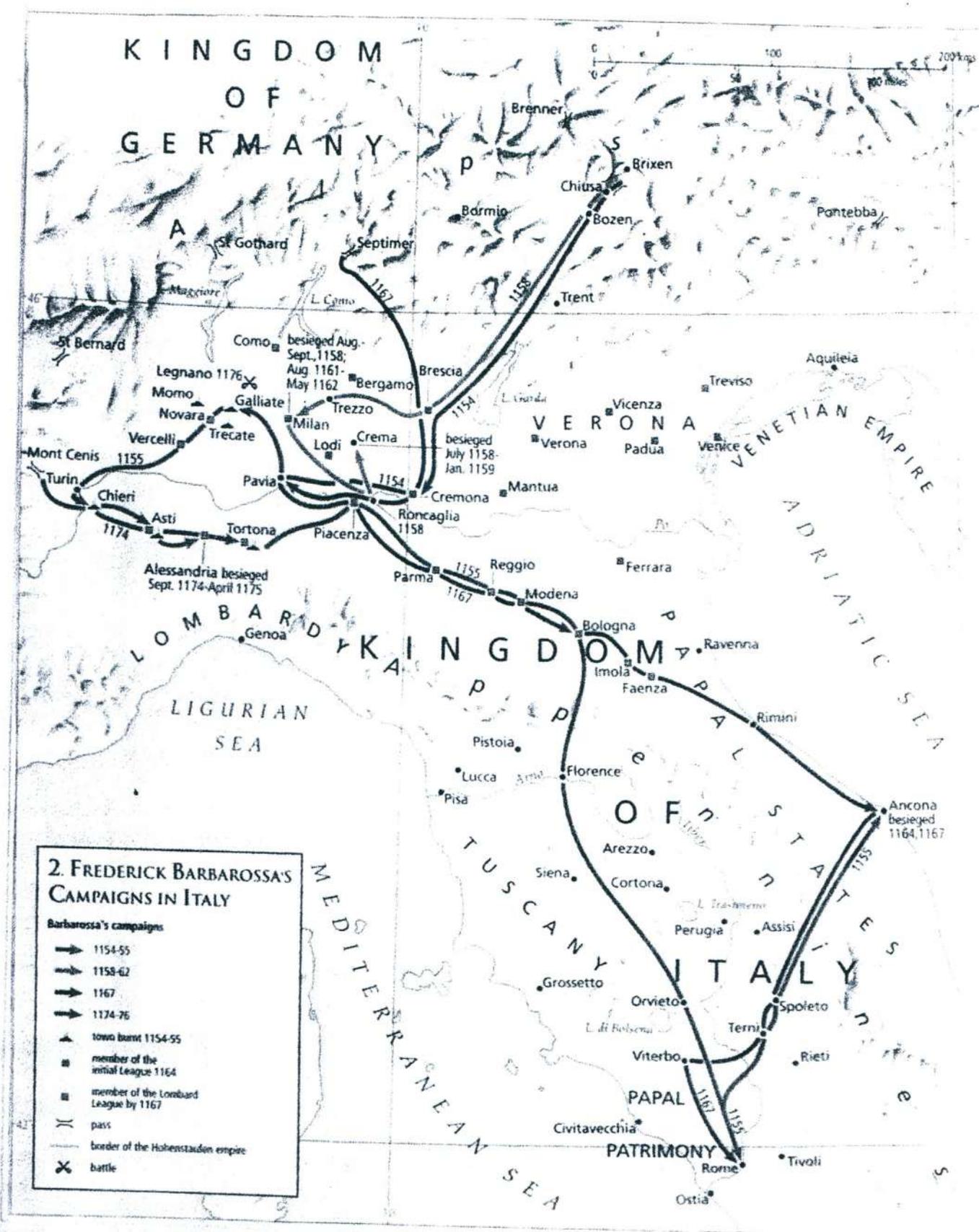
Neste momento bastava a Frederico estabelecer uma certa paz na região para que assim pudesse estabelecer uma segunda Dieta em Roncaglia e a partir daí congregar o máximo de forças que pudesse para pôr em prática um audacioso plano estratégico²²³ para esta campanha: isolar Milão diplomática e militarmente para enfim esmagá-la. Embora pareça anacrônico usar o termo estratégia para a Idade Média, devemos lembrar que em seu significado amplo ela se aplica a campanhas bélicas desde a Antiguidade Clássica: o planejamento prévio de uma operação militar com objetivo também pré-definidos.

No caso, uma operação em três estágios, visando a eliminação de Milão e do descontentamento comunal com a presença imperial na Lombardia. É provável que este plano tenha sido acertado entre os comandantes presentes à Dieta de Roncaglia.

²²¹ HOOPER & BENNETT, p. 56.

²²² CARDINI, p. 180.

²²³ DELBRÜCK, pp. 332-7.



2. FREDERICK BARBAROSSA'S CAMPAIGNS IN ITALY

Barbarossa's campaigns

- 1154-55
- 1158-62
- 1167
- 1174-76
- ▲ town burnt 1154-55
- member of the initial League 1164
- member of the Lombard League by 1167
- ⌘ pass
- border of the Hohenstaufen empire
- ⊗ battle

Esta Dieta (iniciada a 11 de novembro) contou com a presença de quatro juristas bolonheses, mais vinte e oito embaixadores das comunas leais ao Império, vassalos italianos como o marquês de Montferrat e uma grande quantidade de magnatas germânicos e boêmios. Aliás, foi pouco antes da partida da expedição Frederico permitiu que o duque Ladislau da Boêmia passasse a utilizar-se da coroa régia em cerimônias públicas (como visto no cap. 3) e não seria difícil acreditar que o imperador tivesse “comprado” o apoio boêmio com esta manobra; sem mencionar o fato de que o novo “reino” possuía localização estratégica, posicionado como uma cunha entre os ducados dos Welf.

Nesta dieta também foram formuladas algumas definições interessantes das *regalia* em seu aspecto político, como a nomeação imperial dos cônsules urbanos, o direito de construção de estradas e o da construção de palácios (que normalmente acabavam se tornando o centro de novas cidades) entre outras. Além disso, o imperador assumiu o manto clássico de defensor do *ius Romanum*. Para concluir foi emitida sentença de condenação contra Crema (um dos aliados mais fiéis dos milaneses) pedida por Cremona, que apoiou seu pedido com “onze mil talentos de prata”.²²⁴ Frederico manteve sua corte em Pavia, antiga capital do reino Lombardo para as festividades de Natal e de Páscoa.

Neste meio tempo as cidades-estado lombardas tiveram seu tempo para aprovar ou não as decisões de Roncaglia, que basicamente eliminavam a liberdade comunal e seus direitos de autogoverno. Milão recusou-se aceitar (e creio que a aceitação das comunas fiéis tenha nascido sob o signo da busca de proteção imperial contra Milão) e com o apoio de Crema e Bréscia retomou suas ofensivas contra Lodi e Como em 1159 e em abril os milaneses tomaram a fortaleza de Trezzo²²⁵, tendo aprisionado os guerreiros germânicos e executado os italianos da guarnição. O exército imperial havia se desfeito (relembrando os problemas logísticos relacionados às campanhas em curso durante a primavera) e Frederico não pôde fazer muito contra a ofensiva milanesa.

No início de julho a hoste imperial estava forte o suficiente para organizar o cerco contra Crema (dia sete de julho) pequena, porém bem-defendida cidade à margem do rio Serio, contando com duas muralhas concêntricas e um fosso preenchido com água entre ambas. Este cerco foi caracterizado pela grande quantidade e variedade de engenhos de

²²⁴ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 279-80.

²²⁵ FRANCE, “The Battle of Carcano”, p. 250.

cerco, em ambos os lados num verdadeiro *tour de force* das técnicas de assédio medievais. Até o início de janeiro de 1160 houve um impasse que se manteve até a deserção do engenheiro-chefe das fortificações cremascanas, que construiu para os imperiais um enorme engenho (uma ponte móvel extensível de 21m de comprimento por 45m de altura)²²⁶. O assalto subsequente convenceu os defensores a uma rendição condicional. A 27 de janeiro de 1160 a cidade foi saqueada, queimada e demolida, incluindo suas igrejas com sua população sendo evacuada para Milão.

Em maio de 1160 Frederico recebeu reforços da Germânia (aliás, assim o foi em 1159, 1160 e 1161), logo após o degelo dos passos alpinos e algo incrível ocorreu: o imperador negou-se a dar batalha contra o exército milanês posicionado para o combate em Quinto Romano (dois de junho). É possível que isso tenha ocorrido devido a um bom trabalho de reconhecimento, através do qual foi informado que o exército milanês encontrava-se em posição de combate postado num terreno de sua escolha. Nestas condições desfavoráveis deve ter havido um consenso no exército imperial de não se travar batalha.

Encorajados pela aparente covardia imperial, e em junho de 1160 os milaneses renovaram seus ataques quase conseguindo conquistar Lodi de surpresa, tendo sido contidos por tropas cremonesas²²⁷. Então os milaneses lançaram no início de julho uma expedição para a tomada do castelo de Carcano. A nove de agosto de 1160, a cavalaria imperial comandada pelo próprio Frederico, atacou as tropas que assediavam Carcano e foi derrotada, embora tivesse até alcançado o *carroccio* inimigo.

Entre agosto de 1160 e maio de 1161 a iniciativa permaneceu em grande parte com os milaneses, que realizaram diversas surtidas contra as comunas imperiais, mas em última instância foram todas contidas, principalmente com os contra-ataques organizados a partir de Lodi.

Porém, em maio de 1161 o imperador havia reunido recursos suficientes para retomar a ofensiva, desta vez diretamente contra Milão. Tendo aprendido com o longo assédio de Crema, Frederico optou por conduzir um bloqueio combinado a uma tática de terra arrasada contra o *contado* milanês para que a cidade fosse submetida pela fome e as

²²⁶ HOOPER & BENNETT, p. 56.

²²⁷ OTTO MORENA et ACERBUS, pp.111-8.

tropas imperiais fossem poupadas para poder conduzir assaltos e razias contra as comunas aliadas a Milão e impedi-los de resgatar a cidade assediada.

Este sítio durou até o início de março de 1162, quando os milaneses concordaram em render-se entregando seus cônsules e 400 cavaleiros como reféns, além da destruição completa da cidade e a dispersão da população remanescente. Este foi o ponto culminante das campanhas militares de Frederico *Barbarossa* na Lombardia.

6.2 Operações de Cerco:

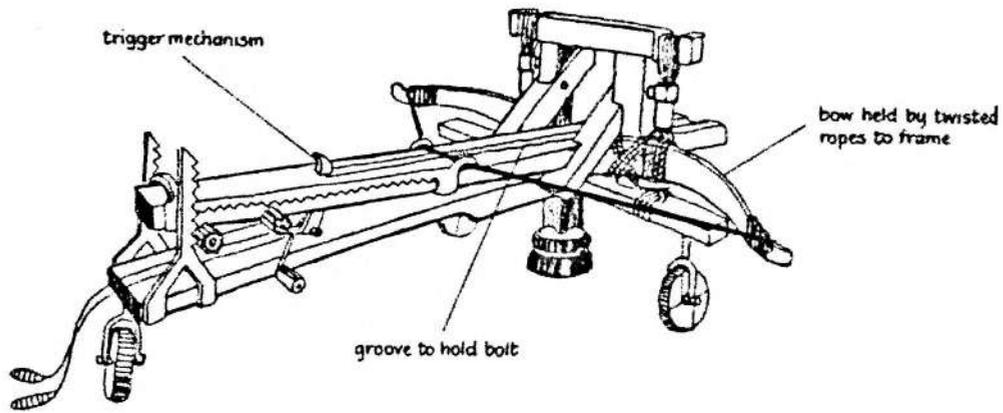
As cidades fortificadas e os castelos eram objetivos militares difíceis de ser conquistados. Dois eram os principais métodos de reduzir estes alvos: através do assalto direto (preferencialmente contra uma guarnição desprevenida) ou do longo e tedioso assédio.

Normalmente os comandantes medievais optavam pelo assédio, que podia assumir diversas formas intercambiáveis: o bloqueio, o bombardeio, a sapa dos muros e o assalto, todos podendo empregar diversas formas de máquinas de assédio: torres de assalto, peças de artilharia neurobalística²²⁸ (catapultas, onagros e balistas), peças de artilharia mecanobalística²²⁹ (*trebuchets* de tração e contrapeso), *testudos* (tetos blindados móveis) combinados ou não a arietes, gatos (espécie de elevadores de assalto) e pontes móveis levadiças de incrível sofisticação técnica. O problema para os assediados é que os assediados podiam construir contra-medidas tão eficientes quanto suas armas: artilharia usada em fogo de contra-bateria, contra as torres móveis e os *testudos*; contra-minas cavadas para interceptar os túneis inimigos e ambos os lados podiam apelar para os recursos químicos (compostos incendiários e compostos para o envenenamento de fontes d'água) e bacteriológicos (uso de cadáveres para envenenar poços) e mesmo para a guerra psicológica e o terror contra os prisioneiros de guerra.

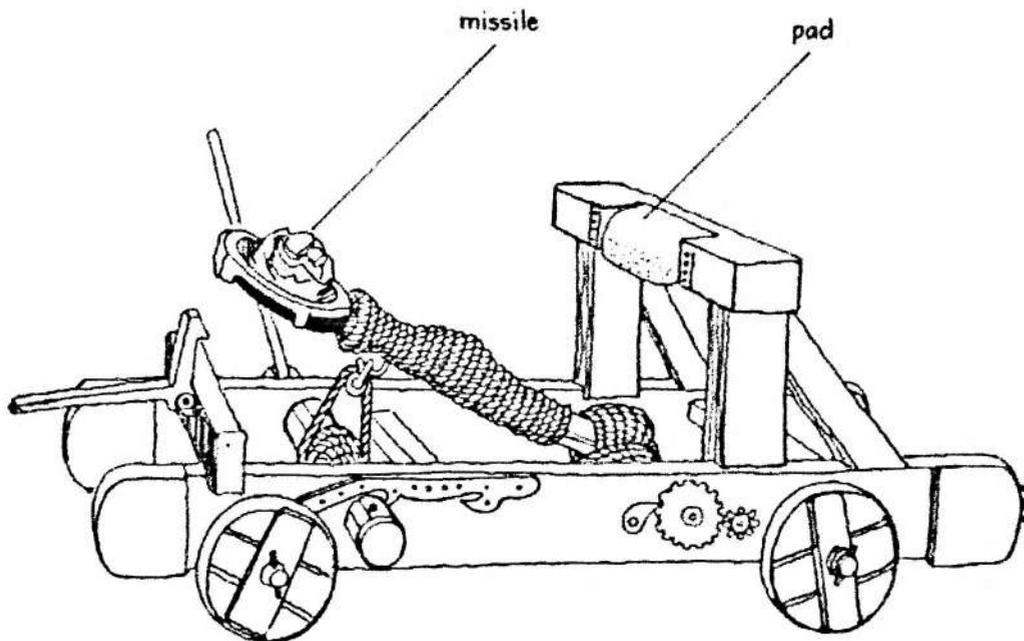
Todos estes recursos foram utilizados à exaustão nas campanhas lombardas de 1154-1162, transformando-as nos exemplos mais ilustrativos da natureza da guerra no século XII.

²²⁸ MORI, p. 34.

²²⁹ MORI, p. 34.



Artilharia do século XII: Balista (engenho lançador de projéteis antipessoais como flechas e javelinas).



Artilharia do século XII: Onagro ou mangonela (engenho lançador de projéteis contra fortificações).

6.2.1 Tortona: 14/02 a 18/04 de 1155.

O ataque a Tortona foi a primeira grande operação de cerco promovida pelo *Barbarossa* na Itália e realizada no curso de sua viagem a Roma para a coroação imperial. A associação de Tortona com Milão foi uma das razões para o ataque e o desejo de Pavia, aliada imperial, em assestar um golpe decisivo contra sua velha inimiga foi outro. Além disso, indubitavelmente Tortona parecia ser um desafio menos formidável que a metrópole regional, Milão.

As forças do *Barbarossa*, aliadas às de Pavia e as do marquês de Montferrat, iniciaram um bloqueio apertado em 14 de fevereiro, após uma força germânica ter completado um reconhecimento e um teste das defesas da cidade durante a semana anterior. Após estabelecer seus acampamentos, forças alemãs, lideradas por Henrique, o Leão e suas tropas saxônias, assaltaram o subúrbio muralhado de Tortona, mas não tomaram a cidade de roldão.²³⁰

Localizada numa íngreme e rochosa colina, a cidadela só era aproximável do oeste, onde era protegida por uma maciça torre de tijolos que dominava a área. A cidade estava bem defendida e tinha o suporte de cem cavaleiros milaneses e duzentos arqueiros. Embora Tortona estivesse bem provisionada com alimentos, havia perdido sua principal fonte de água com a captura do subúrbio.²³¹ Os atacantes montaram seus acampamentos em bloqueio aproximado à cidadela com os paveses, que depois passaram a ser apoiados pelo Marquês de Montferrat ao norte e a leste. Henrique, o Leão estabeleceu suas forças no subúrbio que seus homens haviam assaltado, que por sua vez estava locado na encosta sul das vias de aproximação de Tortona. Os homens de Frederico acamparam no lado oeste, onde os principais ataques contra as fortificações tortonesas eram conduzidos.²³²

Os ataques concentraram-se na destruição da torre de alvenaria postada na muralha ocidental, provavelmente a “Torre Vermelha” de Otto de Freising. Catapultas foram acionadas contra a torre e de fato danificaram seus andares superiores, mas não a deixaram indefesa. Os assediados tentaram utilizar-se de sapa sob a torre, primeiro tendo cavado um túnel pelo morro, talvez sob a proteção de um teto blindado. Enquanto os sapadores

²³⁰ OTTO MORENA et ACERBUS, pp.22-3.

²³¹ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 122-4.

²³² OTTO DE FREISING & RAHEWIN, p. 123.

alcançavam os alicerces da torre, os defensores localizaram os túneis e romperam as contra-minas, sufocando os atacantes.²³³

Durante estas operações os defensores atacaram os acampamentos dos assediados e lá houve consideráveis escaramuças. A única fonte de água de Tortona era uma mina localizada entre a cidade e o acampamento dos paveses, da qual os defensores continuaram a usar a água, a despeito dos esforços paveses em impedi-los. Porque os atacantes não puderam isolar a mina dos defensores, ela foi poluída primeiro com cadáveres de animais e depois com enxofre e piche²³⁴. A soma da falta de água, o bloqueio severo, a impossibilidade da chegada de uma força de resgate milanesa e o temor quanto à sua sobrevivência no caso de um assalto em larga escala, impulsionou os defensores a buscar termos de paz durante a trégua de Páscoa iniciada dia 24 de março. Entretanto, o imperador não se dispôs a concordar com uma rendição condicional e as operações militares recomeçaram ao final do festival de Páscoa. Durante a trégua os defensores construíram uma peça de artilharia, que foi utilizada em fogo de contra-bateria destinado a uma catapulta particularmente eficiente dos atacantes que foi alvejada e danificada, sendo posta fora de combate. Contudo, a arma atacante foi rapidamente reparada e reiniciou seu bombardeio. Em todo caso, a falta de progresso dos atacantes e o desejo de Frederico de chegar logo a Roma para obter a coroação imperial, persuadiram-no a aceitar uma paz condicional no dia 18 de abril. Tortona foi abandonada ao saque e à destruição, mas seus habitantes puderam retirar-se para Milão com tudo que pudessem carregar.²³⁵

Embora não fique claro quais grupos eram os responsáveis pelos engenhos poliorcéticos dos atacantes, a mesnada do *Barbarossa* foi preeminente no cerco e as operações foram conduzidas do acampamento de suas tropas.²³⁶ Em todo caso, a artilharia e as minas dirigidas contra Tortona foram em grande parte ineficientes na debilitação das defesas da cidade. A perda do subúrbio que continha a principal fonte do abastecimento de água foi o evento decisivo do cerco. Enquanto vários fatores levaram o imperador a aceitar uma rendição negociada, um que não deve ser esquecido é o significativo número de baixas que suas forças sofreriam em uma tentativa de assaltar a cidade. A despeito da derrota de

²³³ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 123-6.

²³⁴ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 124-5.

²³⁵ OTTO MORENA et ACERBUS, p.23, OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 126-32.

²³⁶ ROGERS, p.135.

Tortona, os principais centros antiimperiais na Lombardia permaneceram intocados por esta expedição.

6.2.2 Milão (1): 07/08 a 07/09 de 1158.

O primeiro grande ataque de Frederico contra Milão deu-se no verão de 1158 e começou como um bloqueio apertado dos portões principais da cidade, realizado pelas poderosas forças germânicas e lombardas. Embora as forças milanesas e imperiais tenham travado muitas escaramuças fora da cidade em muitas ocasiões, nenhum dos lados logrou obter vantagens expressivas. A fortificação conhecida como “Arco Romano” serviu como um bastião das defesas a sudeste de Milão e assim tornou-se o foco de muitos combates. Sapadores imperiais tentaram minar suas fundações sob a proteção de arqueiros e cavaleiros alinhados para protegê-los de uma surtida inimiga. Temendo que sua estrutura fosse minada e derrubada, a guarnição milanesa rendeu-se.

Os atacantes então bombardearam Milão com uma peça de artilharia montada sobre o Arco Romano. Os defensores responderam com o fogo de contra-bateria de duas catapultas semelhantes dentro da cidade. O engenho imperial foi incapaz de neutralizar as armas inimigas e de danificar substancialmente as fortificações milanesas.²³⁷ Pisa enviou reforços ao exército imperial na forma de arqueiros, besteiros, construtores e tendas, mas chegaram ao final do cerco e fizeram pouco nas operações.

Embora não tenham ocorrido assaltos em grande escala e os milaneses não tenham comprometido suas forças à grandes engajamentos, existiram freqüentes escaramuças. As forças imperiais concentraram-se na devastação das áreas agrícolas milanesas e em manter o rigoroso bloqueio. Seu sucesso nestas operações, a falta de progresso na debilitação das fortificações milanesas, o calor do verão, assim como uma vontade em alcançar um compromisso político sobre os assuntos em questão no momento resultaram em uma trégua assentada a sete de setembro de 1158²³⁸.

²³⁷ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 54-5.

²³⁸ OTTO MORENA et ACERBUS, pp.53-8, OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 209-24.

6.2.3 Crema: 02/07 de 1159 a 27/01 de 1160.

O cerco de Crema em 1159-60 foi um dos maiores na região durante o período dos Hohenstaufen, envolvendo vários assaltos e considerável maquinário de cerco. Tratava-se de um ponto de considerável importância estratégica: Crema, aliada de Milão, situava-se entre Cremona e a refundada Lodi (aliadas do imperador) e sua conquista era crítica para a ofensiva contra Milão. Embora as dificuldades encontradas na redução esta pequena cidade lombarda ilustrem as forças das fortificações cívicas do século XII quando guarnecidas por defensores altamente motivados, o eventual sucesso de *Barbarossa* e seus aliados lombardos é a medida de suas técnicas poliorcéticas assim como de sua determinação.

O cerco de Crema iniciou-se a 2 de julho de 1159, quando forças cremonesas acamparam fora da cidade. Inimizades tradicionais assim como os interesses estratégicos imperiais estavam atrás da decisão de atacar Crema. Os aliados do *Barbarossa* incluíam Cremona e Bérghamo, assim como as recém reconstituídas Lodi e Como. Milão dependia do apoio de Bréscia, Piacenza e Crema.

Cremona e Crema eram inimigas de longa data e o recomeço do confronto regional ofereceu a Cremona a oportunidade de atacar decisivamente. Embora o cerco de Milão pelo *Barbarossa* em 1158 tenha levado a um armistício, a cidade ainda não havia sido derrotada. Ao renovar sua ofensiva, o imperador optou por uma estratégia indireta ao não atacar diretamente Milão, escolhendo por eliminar um inimigo menor na região (uma estratégia legítima e uma manobra tática devida à fraqueza numérica do exército imperial naquele momento)²³⁹. As ambições cremonesas e o desejo imperial de destruir um dos aliados de Milão, estrategicamente colocado, levaram a sete meses de árdua guerra de cerco.

As forças de *Barbarossa* chegaram a nove de julho e incluíam contingentes da Suábia, da Renânia (mesnada imperial) e da Boêmia. Enquanto o imperador liderava cavaleiros e “sargentos” lodenses e paveses em reides contra o território milanês, as forças imperiais continuaram a concentrar-se em Crema. Os seguidores do *Barbarossa* instalaram seus acampamentos no lado leste da cidade, entre as muralhas e o Rio Serio. Os cremonenses acamparam nas direções sul e sudoeste. O meio-irmão do imperador Conde Conrado da Renânia, seu primo Frederico da Suábia (Frederico de Rothenburg) e outros senhores germânicos estabeleceram seus contingentes próximos aos lados oeste e norte das

²³⁹ DELBRÜCK, pp. 349-55.

muralhas. Tropas pavesas ocuparam a região noroeste. A 21 de julho Henrique, o Leão chegou e estabeleceu sua poderosa força frente ao portão norte da cidade, completando assim o bloqueio em torno de Crema. Enquanto mais reforços chegaram, incluindo um contingente bávaro liderado por Welf VI, Crema estava completamente isolada. Welf VI ocupou a posição anteriormente utilizada pelo imperador, que se moveu para as posições cremonesas no intuito de estar mais próximo da torre de assalto em construção por seus aliados italianos e para dirigir o seu uso.²⁴⁰

Os defensores de Crema estavam particularmente pressionados por um grupo indiretamente envolvido nos assédios na Lombardia: pessoas destituídas e presumivelmente itinerantes que enxameavam a área imediata fora das defesas cremas, atacando qualquer um em que estivesse ao alcance de suas mãos. Pejorativamente conhecidos como as “Crianças de Arnaldo”²⁴¹ - provavelmente de Arnaldo de Bréscia, executado pelo *Barbarossa* em 1155 – este grupo atormentou os defensores de Crema sempre que estes tentavam sair da cidade, a despeito das baixas causadas. Enquanto pouco se sabe a respeito da composição deste grupo ou de seus meios de suprimento, mas ao que tudo indica, compostas de população marginal das comunas lombardas hostis a Milão e seus aliados. Embora armados apenas com facas e pedras, aparentemente eles aterrorizaram os defensores de Crema. Se nada mais, sua história ilustra como os grandes cercos serviam para atrair pessoal de todas as categorias, movidos pela esperança de oportunidades militares e econômicas.

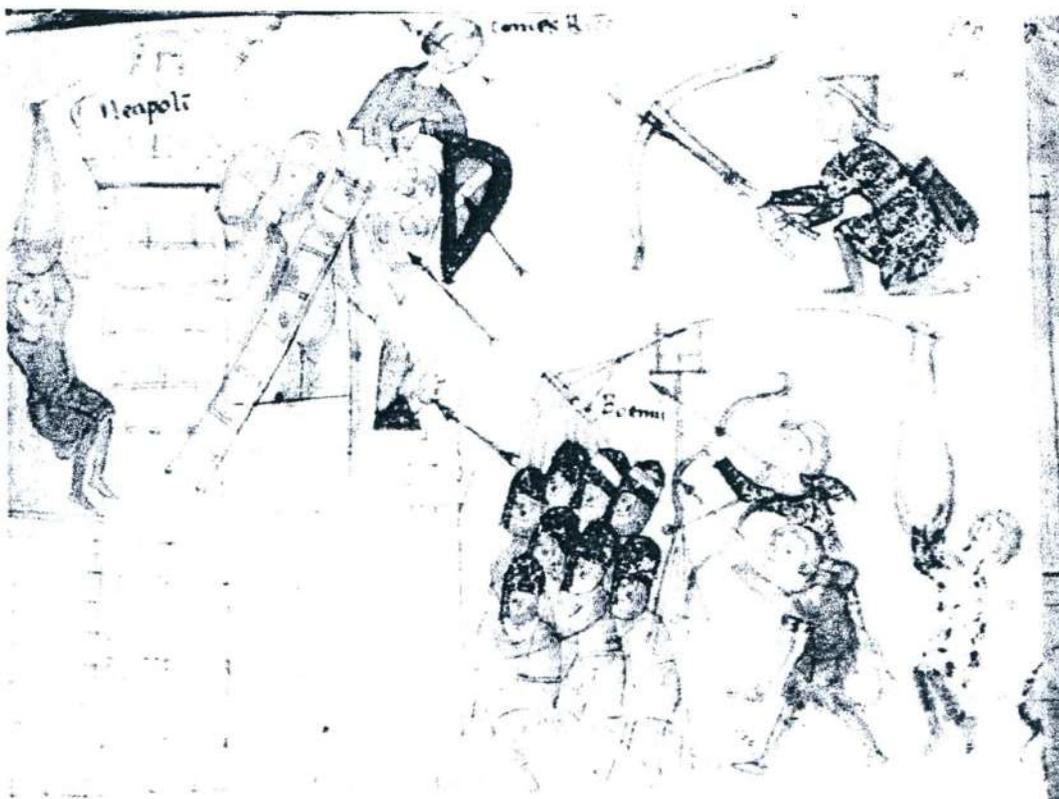
Crema, situada em uma área pantanosa próxima ao rio Serio, estava protegida por um forte duplo circuito de muralhas, carregadas de torres com aproximadamente um quarto de milha (aproximadamente 463 metros) de circunferência. Um grande fosso (com água) conectado ao rio cercava e encompassava a cidade. Quatro portões – o Serio (oriental), Rivolta (meridional), Umbriano (ocidental) e Planengo (setentrional) – permitiam a saída fácil para sortidas. Os defensores da cidade foram reforçados por quatrocentos milaneses (cavaleiros e arqueiros) e um número não especificado de homens vindos de Bréscia. Os habitantes de Crema estavam adequadamente supridos com provisões e água e estava claro

²⁴⁰ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 69-75.

²⁴¹ OTTO MORENA et ACERBUS, p. 73.

que a captura da cidade dependia do sucesso dos atacantes em superar as defesas de Crema.²⁴²

Enquanto a precisa cronologia das operações de cerco não tenha sido recordada, a seqüência dos eventos é clara. Em primeiro lugar os atacantes mantiveram um bloqueio severo, enquanto as máquinas para suportar um assalto estavam sendo preparadas. *Barbarossa*, os lordes alemães e os contingentes italianos todos construíram ou tiveram maquinário construído, incluindo um considerável número de peças de artilharia e de pequenos abrigos blindados.



Artilharia do século XII em ação: Trebuchets de tração, 1180.

A artilharia foi dirigida contra as fortificações de Crema enquanto engenhos mais complexos estavam sendo construídos e então deram suporte a estes engenhos durante seus ataques. Algumas destas peças estavam situadas bem próximas às muralhas de Crema e ao menos em uma ocasião foram objeto de uma incursão dos defensores. Porém, tropas germânicas, incluindo os contingentes do Conde Conrado e de Otto de Wittelsbach, foram

²⁴² OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 74-5.

bem sucedidas em salvar estes dispositivos. Este episódio ilustra que não apenas a artilharia foi continuamente empregada, se não por outra razão apenas para manter o moral, mas também a importância das forças germânicas para a manutenção da segurança do maquinário postado próximo a defensores ativos. Todavia, os cremonenses tomaram a liderança na produção de engenhos, construindo diversas peças de artilharia, incluindo três particularmente grandes, tetos blindados móveis, e, acima de todos, uma torre de assalto notada por ter mais de 30 metros de altura (100 pés; 70 *brachiis*, sendo que um *bracchium* correspondia a vinte polegadas).

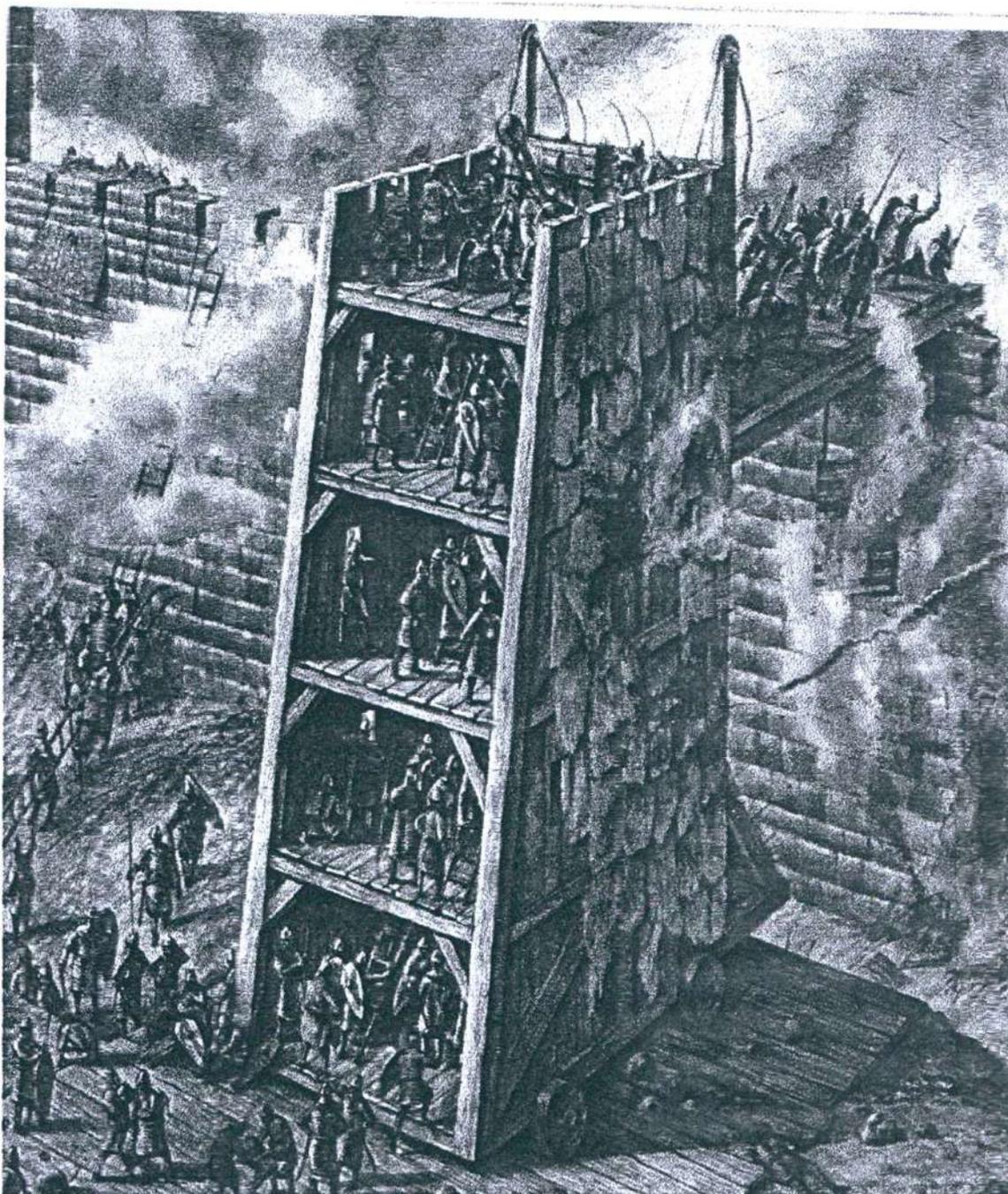
Esta torre móvel foi a base do primeiro grande assalto; o imperador moveu seu acampamento para o meio do pertencente aos cremonenses, opondo-se às defesas do sudoeste da cidade, com o intuito de dirigir o ataque, ou ao menos para nele estar envolvido (a liderança heróica exige a presença do comandante). Existe uma descrição acurada desta torre na crônica de Vincent de Praga, capelão do Bispo Daniel de Praga: “ (...) a torre de carvalho consistia de seis andares, com arqueiros e besteiros localizados no topo (para apoio de fogo). O pavimento inferior foi elevado à altura das muralhas de Crema e continha um aparato de travessia. Cada estágio intermediário era menor que o inferior e continha combatentes e tripulantes. A torre foi inicialmente blindada com uma camada de couros crus encharcados com vinagre e couros curtidos em três lados”.²⁴³ Vincent de Praga também menciona que a torre possuía uma extensão horizontal na parte inferior da traseira, com o formato de uma carruagem (provavelmente para abrigar mais homens encarregados da movimentação da torre).²⁴⁴ A torre movia-se sobre roletes com uma tripulação de quinhentos homens entre alemães e italianos. Otto Morena, um experiente

²⁴³ In: ROGERS, pp.138.

Compare com a descrição de Vegécio de uma torre móvel: “As torres são máquinas parecidas a edifícios, feitas de traves e tábuas. Para evitar que essas sólidas estruturas sejam devoradas pelo fogo inimigo, revestem-nas de couro cru e tecidos grosseiros, com o maior cuidado. Fabricam-nas quadradas, de largura e altura proporcionais, com trinta, quarenta ou cinqüenta pés de lado. Suas dimensões devem superar em altura não apenas os muros, mas também as torres de pedra. (...) A cidade corre grande perigo quando a torre se acerca dos muros, pois traz numerosas escadas e por diversos meios tenta forçar a entrada. Embaixo, com efeito, trabalha o ariete, cujos golpes desarticulam a parede; perto do meio, há uma ponte de tábuas rodeada de vime que se projeta entre a torre e o muro, de sorte que os combatentes, saindo da estrutura, invadam a circunvalação. Na plataforma superior dispõem-se atiradores e arqueiros que, com dardos, lanças e pedras oprimem os defensores.”, *A Arte Militar*, pp.136.

²⁴⁴ In: ROGERS, pp.138.

observador da guerra de cercos, notou que o tamanho da torre e sua sofisticação eram maiores do que a de qualquer outra já vista na Itália setentrional²⁴⁵.



²⁴⁵ OTTO MORENA et ACERBUS; p.73.

Vincent de Praga também conta a história do engenheiro que projetou esta máquina. Ele teria vindo do Reino de Jerusalém ao *Barbarossa* durante os primeiros estágios do cerco, alegando ter tomado muitas fortificações aos sarracenos com seus engenhos e ofereceu-se para construir uma torre de assalto através da qual os atacantes poderiam colocar uma força de assalto sobre os muros. Os serviços do homem foram aceitos e os cremonenses ofereceram-se para providenciar os fundos, materiais e mão-de-obra para sua construção.²⁴⁶ Seu relato não faz confusão com outro engenheiro, Marchesius de Crema e nem foi contraditado pelas outras fontes.

No mínimo o texto de Vincent ilustra o tipo de histórias sobre tais homens e os conhecimentos que espalhavam, tais como circulavam no século XII. Ainda deve ser notado que os recursos financeiros, materiais e humanos de Cremona foram essenciais. Enquanto o especialista em tecnologia de cercos itinerante possibilitou a construção de um engenho maior e mais complexo, seu trabalho baseou-se em mão de obra, habilidades e recursos de uma cidade-estado lombarda.

Para apoiar o ataque da torre de assalto, Frederico ordenou a construção de um grande teto móvel blindado, um *testudo*²⁴⁷. Estes engenhos precediam o avanço das torres de assalto com a tarefa de preencher trincheiras e nivelar o terreno, assim como proteger os homens encarregados do posicionamento dos roletes de deslocamento da torre, do fogo dos defensores. Este abrigo também era importante para a proteção dos trabalhadores encarregados do preenchimento do fosso de Crema. Todavia a estes homens faltavam terra, madeira e outros materiais necessários ao cumprimento desta tarefa. Conseqüentemente Frederico pediu o auxílio dos lodenses. Estes doaram duzentos barris, que eram preenchidos com terra para ser esvaziada no fosso; eles também compraram dois mil carregamentos de terra e madeira para a mesma finalidade. Com tal assistência os trabalhadores conseguiram preencher o fosso e criar uma passagem plana e estável o suficiente para a passagem da torre de assalto²⁴⁸. Isto ilustra não apenas a importância do emprego de trabalho braçal em larga escala nas operações militares, mas também a dependência de Frederico nos recursos lombardos para a guerra de cerco.

²⁴⁶ In: ROGERS, pp.138-9.

²⁴⁷ OTTO MORENA et ACERBUS, p.78.

²⁴⁸ OTTO MORENA et ACERBUS, p.78.

Enquanto isso, os ataques de artilharia continuaram durante a construção destes engenhos e a terraplenagem para a torre e entre setembro e outubro de 1159, foi sinalizado o início do grande assalto contra as defesas do sudoeste de Crema. A torre movia-se imediatamente atrás do *testudo* e sobre o fosso, o fogo defensivo das peças de artilharia montadas nas fortificações de Crema, danificou pesadamente a torre. Para dissuadir os defensores da continuação do bombardeio, Frederico ordenou que prisioneiros milaneses e cremascanos fossem suspensos do lado de fora da torre. Infelizmente para o imperador e para os prisioneiros, os defensores continuaram a bombardear a torre e o *Barbarossa* foi compelido a retirar a torre do combate²⁴⁹. Esta torre passou por uma remodelação de sua blindagem tendo sido acrescentadas mais uma camada de couros além de sacos de lã (para amortecer os impactos das pedras) antes que pudesse ser novamente utilizada²⁵⁰. Fica claro que a artilharia sitiante falhou na tarefa primordial de destruir a artilharia inimiga.

Durante este período um aríete operando sob a cobertura de um teto blindado conseguiu abrir um rombo com nove metros de largura na muralha externa de Crema²⁵¹. Os defensores responderam a isto com a construção de um contra-muro de terra e madeira com uma plataforma de madeira para combate no topo. Isto não apenas bloqueou a passagem aberta pelos imperiais como possibilitou que os homens continuassem lutando nesta seção de suas fortificações.

Os defensores não ficaram passivos e realizaram diversas surtidas contra o *testudo* e cavaram túneis de dentro da cidade para minar o caminho dos engenhos inimigos, inclusive com o uso subterrâneo de compostos incendiários.

Aliás, usaram substâncias incendiárias despejadas sobre os tetos dos engenhos, através de uma espécie de sifão móvel operado da plataforma de combate, mas os esforços dos combatentes no *testudo* e o emprego de arqueiros e besteiros no topo da torre de assalto conseguiram frustrar os esforços dos defensores em incendiar as máquinas de assédio.

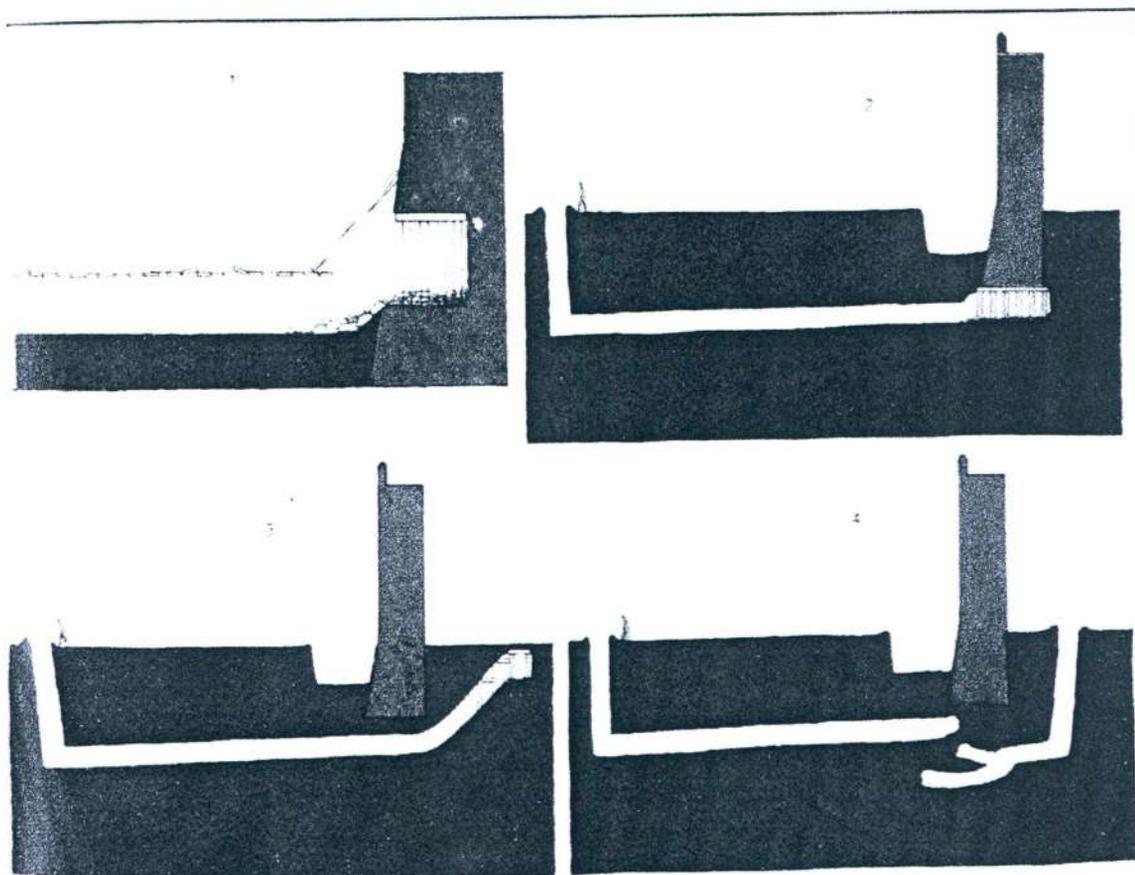
É interessante notarmos que os compostos incendiários usados pelos sitiados incluíam óleo, enxofre e piche, não existem referências ao emprego do fogo Grego ou

²⁴⁹ OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp.289-91; OTTO MORENA et ACERBUS, pp.79-81.

²⁵⁰ OTTO MORENA et ACERBUS, p.84.

²⁵¹ OTTO MORENA et ACERBUS, p.84.

qualquer outra substância baseada no uso da nafta²⁵², comumente empregados em outras regiões ocidentais, como a França, por exemplo.²⁵³



Técnicas de sapa e de minagem²⁵⁴.

Nenhum dos lados obteve alguma vantagem decisiva até seis de janeiro de 1160. A despeito da posição de tiro dominante que os arqueiros e besteiros na torre e o pesado número de baixas que faziam entre os defensores, os atacantes não conseguiram obter o controle suficiente dos muros para tentarem a escalada dos mesmos. De acordo com Otto Morena, a balança moveu-se quando o principal engenheiro militar de Crema mudou de lado.

²⁵² ROGERS, p. 140.

²⁵³ BRADBURY, p.278. O primeiro uso registrado do fogo grego no Ocidente foi durante o cerco a Montreuil-Bellay promovido pelo conde d'Anjou Geoffrey V Plantageneta em 1151.

²⁵⁴ (1) uma trincheira é cavada até a base do muro e sob a cobertura de um testudo ou de tábuas, as pedras são removidas e o espaço escorado com vigas, prontas para serem incendiadas. (2) A mina é cavada sob os alicerces do muro, que passam a ser alicerçados com vigas como em (1). (3) A mina também pode ser cavada como um túnel sob o muro como entrada para um grupo de assalto, mas este trabalho tem que ser mais discreto do que em (1), já que os sitiados poderiam cavar túneis que ligassem com os dos assaltantes e inunda-los. (4) Trabalho de contra-minagem pelos assediados.

Os aspectos técnicos das defesas de Crema eram dirigidos pelo engenheiro chefe da cidade, um homem chamado Marchesius, que ficou insatisfeito com seus empregadores e aliados milaneses durante o desenrolar do cerco. Uma noite em janeiro de 1160 ele conseguiu esgueirar-se pelas muralhas da cidade esperando entrar para o serviço do imperador, que imediatamente o recompensou com um cavalo e doze libras de prata²⁵⁵. Marchesius evidentemente conhecia todas as defesas da cidade, aconselhou o imperador a respeito da disposição das tropas e também sobre a construção de um mecanismo de ponte elevada com a intenção de aumentar o efetivo da força de assalto no alto da muralha.

Com a aprovação de seu plano, Marchesius construiu sua máquina, provavelmente com artesãos cremonenses, mas não fica claro quem a financiou. Este engenho foi projetado para colocar tropas em uma seção particularmente vantajosa dos muros em conjunto com um ataque vindo da ponte da torre de assalto. Já que os arqueiros e besteiros da torre já possuíam o domínio sobre os muros externos, não foi necessário construir uma plataforma de fogo sobre a máquina de Marchesius. Esta máquina capacitava que uma ponte de aproximadamente vinte metros de comprimento por três metros de largura pudesse ser lentamente estendida para os muros. A ponte era coberta com a mesma armadura de couros crus (que dificilmente se incendiavam) e couros curtidos (obviamente duros) utilizada na torre, com a finalidade de proteger o pessoal que a utilizasse. Aproximadamente dez metros desta ponte blindada podiam ser projetados à frente²⁵⁶. É presumível que este dispositivo tivesse uma armação vertical blindada e um aparato mecânico para extensão e o balanceamento da ponte. As fontes não deixam claro se a ponte foi posicionada em uma inclinação diagonal à muralha ou se foi posicionada horizontalmente a partir de uma plataforma da mesma altura dos muros (solução mais provável)²⁵⁷.

Foi decidido que a torre de assalto seria deslocada para o ponto onde estava o *testudo* e que a ponte móvel seria colocada na posição anterior da torre. Para poupar tempo e trabalho, o *testudo* foi queimado pelas tropas imperiais, seus destroços removidos e a

²⁵⁵ OTTO MORENA et ACERBUS, pp.87-8.

²⁵⁶ OTTO MORENA et ACERBUS, pp.87-8.

²⁵⁷ A partir do relato de Morena poder-se-ia dizer que esta máquina era semelhante à antiga *sambuca*, cuja descrição se encontra em Vegécio (livro IV, p. 138), mas a *sambuca* funcionava como um elevador, não como a ponte projetável usada nos exércitos modernos, semelhantes ao engenho aqui descrito.

torre reposicionada, assim como a ponte móvel. Estes preparativos completaram-se a 21 de janeiro estando assim as tropas imperiais prontas para um novo assalto aos muros.²⁵⁸

Conrado - conde palatino do Reno²⁵⁹ - e seus cavaleiros formaram o esquadrão de assalto na torre, enquanto outros líderes germânicos e lombardos lançaram suas tropas através da máquina de Marchesius. Embora este ataque tenha sido bem sucedido na captura dos muros exteriores, os cremascanos organizaram uma defesa encarniçada, baseada em sua muralha interior e tropas estacionadas em sua base (recebendo fogo de cobertura do alto, sempre uma posição vantajosa). Esta resistência impediu que os imperiais tivessem o sucesso esperado e inclusive uma seção da ponte da torre foi destruída pela ação de uma peça de artilharia cremascano. Os defensores fizeram uma contra-ofensiva e o assalto terminou em confusão.

A despeito deste revés, os engenhos de ataque mantiveram suas posições, enquanto os defensores sofreram pesadas baixas, especialmente a partir dos arqueiros e besteiros postados no alto da torre. Os combates continuaram após o abandono do assalto principal e o fardo da luta e vigilância contínuas, somado ao medo de represálias caso a cidade caísse frente a um assalto geral, levaram os defensores a pedir ao monarca por termos de rendição semelhantes aos oferecidos a Tortona, o que foi concedido a 26 de janeiro.²⁶⁰

Os cremascanos renderam-se ao *Barbarossa* a 27 de janeiro e os assaltantes passaram os cinco dias seguintes demolindo as fortificações de Crema. A 31 de janeiro todas as máquinas de assalto foram queimadas (seu desmonte e posterior transporte não eram práticos). Elas haviam custado mais de dois mil marcos de prata, além de tempo e trabalho.²⁶¹

Com a rendição de Crema, Frederico retirou-se para Pavia e muitos dos contingentes alemães retornaram e poucos foram os reforços germânicos ou boêmios recebidos pelo imperador durante o ano de 1160, ano empregado por Frederico essencialmente com forças lombardas para conter os ataques milaneses contra Como e Lodi²⁶². É possível que Frederico não tenha se lançado ao ataque direto contra Milão em

²⁵⁸ OTTO MORENA et ACERBUS, pp.88-9.

²⁵⁹ Meio-irmão do Imperador, fruto das segundas núpcias do duque Frederico da Suábia com Agnes de Saarbrücken.

²⁶⁰ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 92-4, OTTO DE FREISING & RAHEWIN, pp. 316-18.

²⁶¹ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 95-6.

²⁶² OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 104-28.

1160 devido ao desgaste imposto a suas forças pelo árduo cerco de Crema, um adversário muito menos formidável. Mas não devemos subestimar a importância política da captura de Crema: a suserania de Frederico sobre a Lombardia dependia da redução de Milão e seus aliados. De fato o apoio recebido por Frederico dependia do curso tomado em Roncaglia, ou seja, do compromisso assumido pelo imperador contra Milão e da percepção dos aliados imperiais a respeito do poder e determinação do monarca.

E este é o contexto relativo à tomada de Crema: que o imperador estava disposto a despender recursos em uma operação de cerco difícil conduzida durante verão e inverno contra uma bem fortificada e determinada cidade aliada dos milaneses como uma demonstração de sua resolução, de manter o compromisso que alicerçava a liga contra o inimigo comum, Milão. Além disso, os inimigos lombardos de Crema obtiveram uma grande vitória, como nossas fontes apontam, a respeito da animosidade de Cremona devotada a Crema durante todo o cerco. Finalmente, a captura de Crema e a evacuação de sua população para Milão foram fatores importantes para o lançamento da grande ofensiva contra esta cidade. Em 1161 o imperador recebeu reforços substanciais da Germânia, estas forças e os aliados lombardos tiveram liberdade de movimento e vantagem de posicionamento para manter a campanha decisiva contra Milão.

6.2.4 Milão (2): 29/05 de 1161 a 04/03 de 1162

A 29 de maio de 1161, uma poderosa força imperial recrutada na Germânia, Boêmia e Lombardia fez de Milão seu ponto de convergência para a segunda ofensiva contra esta cidade. Este ataque também foi caracterizado por bloqueio e devastação; todavia, estes empreendimentos foram conduzidos com firmeza e em uma escala maior do que os da campanha de 1158. Como antes, as tropas imperiais acamparam em torno de Milão, destruindo colheitas e árvores até às defesas principais da cidade. Em vez de atacar as fortificações milanesas ou espalhar suas tropas em um frágil bloqueio à cidade, os homens de *Barbarossa* devastaram os recursos agrícolas de Milão. Em meados de junho o círculo de destruição havia alcançado a incrível distância de 28 quilômetros (15 milhas) em volta da cidade.²⁶³

²⁶³ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 135-8.

Ao final de junho muitos contingentes locais retornaram a suas comunas (tratando-se do início das colheitas), mas a maior parte dos contingentes germânicos manteve-se presente ao sul e sudoeste de Milão próximos a Lodi e Pavia. As atividades militares concentraram-se na contínua devastação e na eliminação de posições milanesas periféricas. A área imediatamente à volta de Milão foi novamente arrasada em agosto e, embora os milaneses tenham saído em força para oferecer combate aos imperiais, eles foram incapazes de prevenir a destruição da maior parte das colheitas da estação.²⁶⁴

Durante o outono de 1161 três posições imperiais próximas a Bréscia e Piacenza foram fortificadas e guarnecidas nas linhas de comunicação milanesas.²⁶⁵ Estas fortificações e suas grandes guarnições isolaram Milão de seus aliados remanescentes e de suas fontes de suprimento. Também foram bases avançadas essenciais ao bloqueio mantido por *Barbarossa* e suas tropas durante o inverno 1161-2.

Como no ano anterior, *Barbarossa* despendeu a maior parte do inverno combatendo uma cidade-estado lombarda. Todavia, o imperador não empregou maquinário de assalto contra fortificações e nem coordenou batalhas de contato. Milão foi debilitada por um bloqueio de longa distância, conduzido por forças situadas em fortificações recém construídas e nas comunas lombardas aliadas ao imperador. *Barbarossa* estabeleceu seu quartel de inverno em Lodi, escolhendo esta cidade em vez da tradicional Pavia, porque sua localização facilitava a comunicação com as tropas imperiais em operação contra Bréscia e com aquelas encarregadas de isolar Milão de Piacenza. Homens de Lodi, Cremona e Pavia também monitoravam o território à volta de suas cidades e fortificações dependentes para prevenir que suprimentos alcançassem Milão. Forças imperiais patrulhavam diligentemente e severamente puniam aqueles que fossem apanhados rompendo o bloqueio. A penalidade para aqueles que fossem apanhados contrabandeando para uma cidade proscrita era amputação da mão direita.

Embora alguns suprimentos tenham alcançado a cidade, eram poucos e caros sendo assim incapazes de alimentar toda a população sitiada. Além disso, era evidente que o *Barbarossa* possuía tanto a força militar quanto a vontade de repetir o que havia sido feito contra a agricultura milanese em 1161. Negociações começaram em fins de fevereiro e

²⁶⁴ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 141-6.

²⁶⁵ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 146-8.

Milão rendeu-se formalmente a quatro de março de 1162²⁶⁶. As fortificações da cidade foram destruídas, a identidade legal da comuna foi abolida e os ex-cidadãos de Milão foram dispersos por quatro assentamentos. Apenas as grandes igrejas permaneceram em pé, mas foram despojadas de seus tesouros e relíquias, como as dos Três Reis Magos, trasladadas para Köln aonde chegaram em 1164.

6.3 Escaramuças e Batalhas:

As batalhas tinham um papel ambíguo na guerra medieval: ao mesmo tempo em que eram louvadas pela ética cavaleiresca e incensadas como a ação militar por excelência, eram também cautelosamente evitadas, a não ser quando ou a oportunidade fosse muito boa ou o *hubris* de seu comandante toldava-lhe o julgamento.

As clássicas batalhas campais envolvendo grandes massas de guerreiros estão ausentes em nossos relatos. A maior batalha de nosso período foi Carcano, que não envolveu mais do que dez mil homens, somados os dois exércitos em confronto. São exércitos pequenos, mas que ainda assim sofriam de grandes problemas logísticos, que tratam de manobrar o máximo que podem, arrasando os campos inimigos, ou avançam em marcha acelerada, tencionando ocupar as posições inimigas fazendo uso do fator surpresa.

As escaramuças, as razias e as incursões de reconhecimento são essenciais para a atividade militar móvel, que agia como complemento das ações principais: os assédios. Todas as batalhas e escaramuças encontradas nestas campanhas estavam direta ou indiretamente ligadas a assédios de fortificações.

6.3.1 Fronteira de Lodi 1160

Durante este ano as ofensivas de Lodi concentraram-se na neutralização de posições a partir das quais Milão e seus aliados pudessem atacar seu território. Em maio *Barbarossa*, liderou contingentes lodenses e cremonenses contra a cidade de Pontirolo, cuja defesa estava centrada em torno de uma igreja fortificada. Com o suporte de uma peça de artilharia lodense, as forças imperiais capturaram a posição e então se moveram contra outras fortificações na margem sul do rio Adda.

²⁶⁶ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 148-53.



- 1: German knight, 1150-1200
- 2: Milanese infantryman, c.1170
- 3: Italian knight, late 12th century

Aspecto dos guerreiros envolvidos nas primeiras campanhas do *Barbarossa*: um cavaleiro germânico, um italiano e um infante milanês.

Enquanto isso, forças milanesas foram avistadas na margem oposta, mas não interferiram com as operações imperiais. Entretanto, esse contingente milanês foi bem sucedido na tarefa de atrair contingentes imperiais mais impetuosos que tentaram desastrosamente atravessar o Adda, sendo que diversos cavaleiros afogaram-se na inútil tentativa de dar combate aos milaneses. No entanto, as defesas lodenses permaneceram seguras²⁶⁷. Em agosto de 1160, após sua derrota em Carcano, Frederico atacou pontões (pontes de assalto, normalmente estruturas feitas de corda e pranchas sobre barris, ou botes) piacentanos sobre o Pó com forças cremonesas, pavesas e lodenses, apoiadas por dois engenhos atiradores de pedras, possivelmente *trebuchets*, de Lodi. A rápida disposição de artilharia após um engajamento recém-iniciado compeliu os piacentanos a abandonar sua ponte, a qual destruíram, enquanto salvavam os botes sobre a qual havia sido posicionada. Os piacentanos logo construíram outra ponte, que o imperador e seus aliados tentaram destruir em outubro. Embora botes paveses tenham apoiado o ataque, os piacentanos mais uma vez foram capazes de romper sua ponte preservando seus botes²⁶⁸. Estes engajamentos foram em pequena escala, quase operações de guerrilha, especialmente quando comparadas com as grandes campanhas de 1159 e 1161 contra Crema e Milão. Todavia, elas foram importantes para a manutenção da segurança de Lodi contra os ataques milaneses de 1160.

6.3.2 Carcano: 09/08 de 1160.

Em fins de julho de 1160 Milão enviou uma expedição composta pela infantaria de quatro dos seus seis distritos (2/3 do efetivo total da cidade), apoiada por contingentes de cavalaria milanesa e aliada (bresciana e piacentina) contra a fortaleza imperial de Carcano, a dez quilômetros de Como, na estrada que ligava Milão a Bérghamo e Bréscia, além de ser um dos principais acessos da planície lombarda a diversos passos alpinos, numa ameaça direta às linhas de comunicação imperiais com a Germânia.

Milão encontrava-se em ascensão no verão de 1160, enquanto Frederico estava em Pavia dispondo de poucas tropas. Era o momento exato para tomar a iniciativa e atacar os imperiais: o exército milanês avançou contra a vila de Erba (dominada por Como) e a ocupou, assim como Corneno, Cesana e Paravicino, próximas a Carcano. Forças locais de

²⁶⁷ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 105-6.

²⁶⁸ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 125-7.

Orsenigo e de Erba reforçaram o contingente milanês e este exército deve ter contado no total com 500 a 600 cavaleiros (cada um com três serventes ²⁶⁹, agregados à infantaria) e um total de 5000 a 6000 infantes ²⁷⁰.

Frederico reconheceu a ameaça desta grande força milanesa e conseguiu após muito esforço organizar um exército com esta composição: aproximadamente 200 cavaleiros germânicos (entre eles o duque Berthold de Zähringen) e mais ou menos o mesmo número de cavaleiros aliados (Como, Novara, Vercelli e Pavia). Além disso, vieram 1200 infantes das comunas aliadas e de convocações feudais das áreas de Seprio e Martesana, comandadas por Guido de Biandrate e Guilherme de Montferrat ²⁷¹. Somado aos servidores dos cavaleiros, o total da infantaria imperial deve ter somado entre 2500 a 3000 homens. ²⁷²

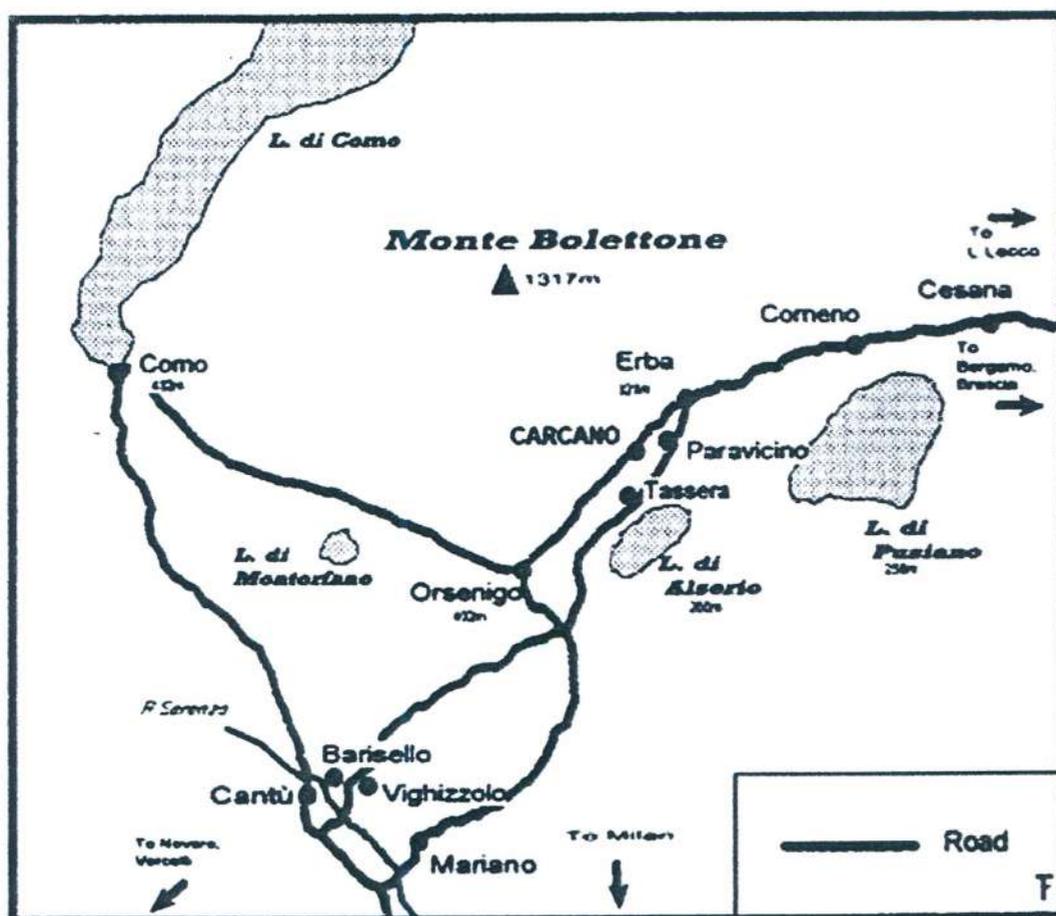


Figure 1 The Geographical Context of the Battle of Carcano

²⁶⁹ FRANCE, *Victory in the East*, pp. 126-7.

²⁷⁰ FRANCE, "The Battle of Carcano", pp. 252-3.

²⁷¹ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 118-9.

²⁷² FRANCE, "The Battle of Carcano", p. 253.

A seis de agosto Frederico chegou a Vighizzolo, 13 quilômetros a sudeste de Carcano, vindo de Pavia, via Lodi. Este local provavelmente deve ter sido combinado com antecedência, já que era um ponto de convergência conveniente para as forças de Novara, Vercelli e Como, que segundo Otto Morena lá estavam presentes com Frederico, seus germânicos e alguns paveses.²⁷³ Este arranjo prévio pode explicar como Frederico foi capaz de intervir tão rapidamente no campo de batalha, desconcertando seus inimigos.

Frederico estabeleceu seu acampamento a pouca distância de Tassera tendo barricado a estrada com troncos, cortando assim a rota de comunicações dos milaneses, já que a estrada levava no lado livre direto para Como a apenas 11km de distância. Porém, se estrategicamente a posição de Frederico lhe era favorável, taticamente não o era, já que a topografia do terreno se assemelhava a uma bacia²⁷⁴ e os movimentos de seu exército eram visíveis para o inimigo.

Mas a chegada do imperador fez com que os milaneses suspendessem o sítio e se concentrassem na área entre Carcano e Tassera. Sua situação era difícil, já que neste momento viram-se cercados e em dificuldades de manter-se já que seus abastecimentos não mais chegavam de Milão²⁷⁵. O *Carmen de gestis* afirma que a fonte de inspiração dos milaneses para lutar contra os imperiais veio de seu comandante o Arcebispo Oberto de Milão (o domínio sobre Carcano era uma antiga reivindicação da sé milanesa)²⁷⁶ que ordenou a construção de um *carroccio* na noite de 8 de agosto.

O início do combate se deu com um avanço da infantaria milanesa que havia começado a pilhar o acampamento imperial e foi repellido com grandes baixas pela cavalaria germânica liderada pelo imperador, que por sua vez avançou e conquistou o *carroccio*²⁷⁷. A cavalaria bresciana e milanesa atacaram a infantaria aliada do imperador e a desbaratou, além de ter atacado os cavaleiros de Como e Novara. Ao que tudo indica, a batalha na realidade foi composta de dois recontros aproximadamente simultâneos em locais ligeiramente diferentes: ao mesmo tempo o imperador havia vencido a infantaria milanesa em Tassera, seus aliados haviam sido derrotados pela cavalaria de Milão e Bréscia em Orsenigo (vide mapa acima).

²⁷³ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 118-9.

²⁷⁴ Detalhadamente em: FRANCE, "The Battle of Carcano", pp. 254-5.

²⁷⁵ OTTO MORENA et ACERBUS, p. 121.

²⁷⁶ *Carmen de gestis*, vv. 3268-88, pp. 116-7.

²⁷⁷ OTTO MORENA et ACERBUS, pp. 119-20.

De acordo com Otto Morena²⁷⁸ houve durante a batalha uma forte tempestade que cobriu a retirada dos dois exércitos: os milaneses e brescianos para seu acampamento e o imperador, ao constatar quão poucos haviam lhe restado, decidiu abandonar seu trem de bagagem à pilhagem do inimigo, retirando-se para Como.

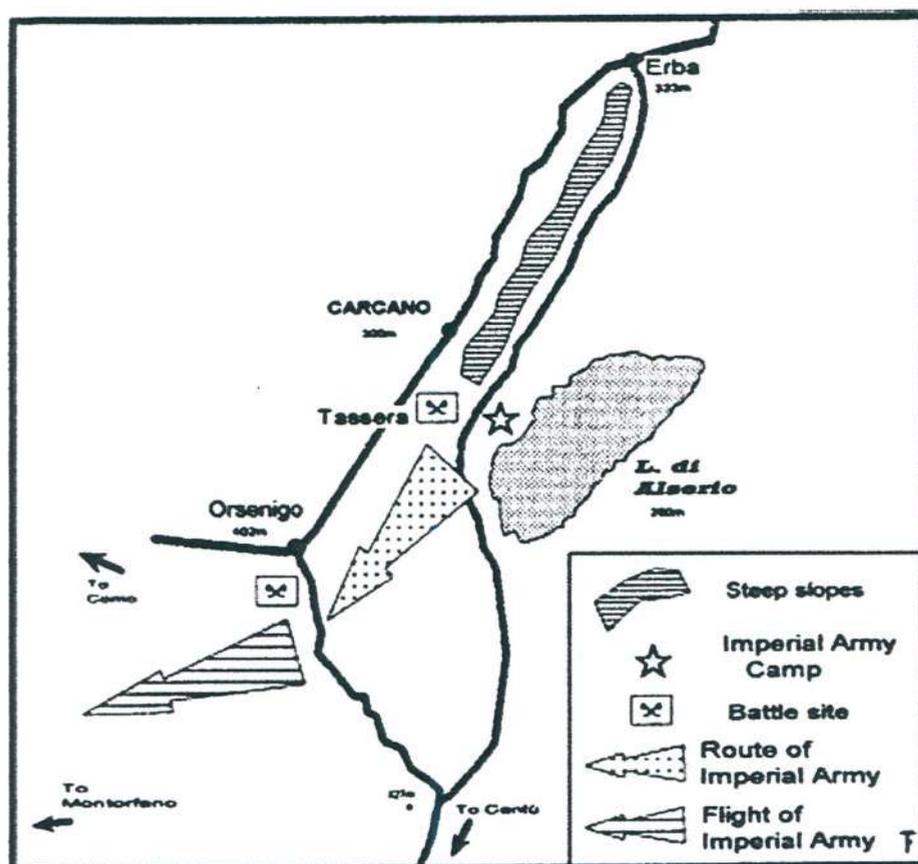


Figure 2 The Battle of Carcano

A vitória no sentido tradicional pertenceu aos milaneses, já que permaneceram no campo de batalha. Porém foi uma vitória amarga, já que a maior parte das baixas foi sua: a luta em Tassera foi bem um massacre (a infantaria fugindo da cavalaria sempre fica em desvantagem), enquanto que o combate em Orsenigo não trouxe muitas baixas aos imperiais que rapidamente se dispersaram. Mesmo que a vitória milanesa tenha se tornado ainda mais amarga, tendo que levantar o cerco após uma surtida da guarnição ter queimado o equipamento de assédio milanes²⁷⁹ (17/08), ainda era uma vitória, já que indubitavelmente Frederico teve que fugir do campo de batalha.

²⁷⁸ OTTO MORENA et ACERBUS, p. 123.

²⁷⁹ OTTO MORENA et ACERBUS, p. 124.

“Não é difícil perceber porque Frederico foi derrotado. Ele agiu com admirável prontidão e chocou seus inimigos por sua rápida chegada a Carcano. Uma vez que lá estava, suas ações sugerem que estava ansioso por destruir o exército milanês em batalha, por estar descontente com um bloqueio que permitiria seu reforço enquanto os inimigos enfraqueceriam com a fome. Em sua própria descrição da batalha²⁸⁰, Frederico torna clara sua esperança em destruir o inimigo que estava atacando seus aliados em Carcano. Mas ele subestimou seus números e sua vontade. Sabia que se tratava de um grande esforço milanês visto que ele estava organizando um grande exército para este combate, mas ao mesmo tempo sabia que a rapidez era fundamental e preparou-se para engajar o inimigo com apenas parte de suas forças, numa decisão arriscada acabou por dividir sua força inferior em números e assim foi derrotado.”²⁸¹

Outro fator subestimado pelo imperador foi a capacidade da liderança clerical milanesa, núcleo da conspiração contra seu poder na Itália (já que congregava os burgueses de Milão com o alto clero ligado a Alexandre III), que foi capaz de manter o controle do exército de modo melhor que o imperador (já que o seu posicionamento, dominando as colinas à volta do campo de batalha, permitia que tivessem uma visão geral do combate), sabendo empregar suas reservas de cavalaria no momento adequado: quando os aliados imperiais foram deixados para trás pela cavalaria germânica.

A campanha milanesa que culminou com sua vitória em Carcano ilustra bem alguns pontos importantes das guerras medievais: trata-se essencialmente da conquista de um ponto fortificado, além do fato da campanha ser marcado por problemas logísticos: os reforços para o imperador foram atrasados pela necessidade de escoltar suprimentos, a chegada do imperador a Carcano cortou as linhas de comunicação milanesas, ameaçando-os com a fome, além das diferenças de comando: uma personalidade forte, porém serena acabou por superar um comandante cheio de *hubris*, mesmo quando sabia que não possuía recursos suficientes para vencer. Em todo caso, a vitória em Carcano não mudou o fato que o imperador ainda podia reunir grandes recursos e comanda-los rumo à vitória como ficou provado pelo assédio da própria Milão.

²⁸⁰ Carta para o patriarca Peregrino de Aquilêia.

²⁸¹ FRANCE, “The Battle of Carcano”, p. 259.

Conclusões:

“A vitória no combate não se deve à importância do exército, mas à força que vem do Céu”.

Macabeus, 3, 18-19

A guerra é um fenômeno complexo que envolve o conhecimento e as experiências humanas em torno de um único eixo: a liberação organizada da violência direcionada à consecução de um objetivo.

Porém, a natureza multifacetada deste fenômeno e o fato de que as razões, métodos e objetivos nele envolvidos mudarem de acordo com as conjunturas históricas, inibem que alcancemos uma definição unívoca para o fenômeno bélico. Creio que esta é a maior razão para a natureza fragmentada desta dissertação; a ausência de uma definição unívoca nos levou à exploração de significados em áreas específicas, como Política, Sociedade, Cultura e Economia na vivência humana no século XII.

Por outro lado, tal amplitude enquadra-se bem na concepção medieval de Arte da Guerra, definindo-a como uma *práxis*, que abarca os vários modos de fazer a guerra. Como a Arquitetura, a guerra é uma arte paradoxal, ambígua, possuidora de características liberais e mecânicas, que a tornam de difícil classificação e mesmo permitindo o seu questionamento. Mas a guerra é trabalho especializado, é técnica. Portanto *Ars*. Talvez a mais complexa desenvolvida na Idade Média, devido à sua “interdisciplinaridade”.

A guerra envolve a compreensão dos problemas políticos, sociais, econômicos, tecnológicos, intelectuais e morais; todos estes aspectos desta terrível Arte foram pensados durante o século XII e algumas de suas respostas são tão antigas quanto o hoje e tão modernas quanto o ontem. São problemas e soluções que afetam o nosso cotidiano como a justiça das guerras e sua validade moral, a crescente especialização militar e o galopante custo das armas além do eterno problema da legitimidade da força.

Se a eleição e a sagração do Imperador são a fonte da legitimidade de sua ascensão ao trono, a guerra é a suprema legitimadora de sua manutenção no poder. Ela era a essência do poder político no Império Romano medieval. Carlos Magno submeteu ao poderio dos

Francos uma continuidade territorial que se estendia da Catalunha à Áustria sob um mesmo soberano, algo inédito desde a queda dos últimos Césares ocidentais. Foi graças a estas conquistas que ele obteve seu diadema imperial.

Com Otto I deu-se o mesmo. Ele submeteu seus adversários germânicos estabelecendo a supremacia militar da Saxônia sobre o reino da Germânia, a eliminação das incursões magiares - objetivo alcançado com a vitória em Lechfeld (955) – e a pacificação do reino da Itália que lhe garantiram a necessária aura de sucesso militar há muito associada ao diadema imperial²⁸².

Liderar as campanhas anuais contra os inimigos do Império tornou-se a condição *sine qua non* para o exercício da autoridade política imperial. Além disso, outro fator relacionado à guerra foi de grande importância para o desenvolvimento da estrutura política imperial na Idade Média Central: durante o domínio Carolíngio teve início um processo de fusão de modelos aristocráticos provenientes da tradição romana e da tradição germânica; estamos falando de uma aristocracia de serviço, ou seja, aquela caracterizada essencialmente pela participação nas magistraturas civis, modelo herdado da Roma Clássica e da aristocracia guerreira germânica.

O resultado desta fusão foi a nobreza que auxiliou Carlos Magno a governar seu império, exercendo poderes civis e militares em pré-determinadas circunscrições territoriais; a mesma aristocracia que passou a usurpar em nível local as *regalia* imperiais entre os séculos IX e X., bem como usurparam o uso da força como princípio legitimador do exercício de seu poder, tomando local tanto o poder político quanto os princípios de governo imperiais.

É tendo em vista este contexto, o movimento de usurpação das *regalia* que devemos analisar as campanhas militares de Frederico Barbarossa contra as comunas lombardas. As *regalia* foram usurpadas pelos bispos e nobres na península, que por sua vez foram substituídos pelas comunas burguesas. Frederico estabeleceu nas duas Dietas de Roncaglia (1154 e 1158) o seu programa político-militar: retomar com o uso da força, caso necessário, os direitos imperiais garantidos pela tradição e pelos usos de seus antecessores. E é justa toda guerra movida para a recuperação de posse legítima, declarada por autoridade legítima

²⁸² Lembremos que Império vem de *imperium*, do poder de comando concedido pelo Senado Romano aos comandantes militares durante a República e depois associado em caráter perpétuo a Augusto e seus sucessores.

e com boas intenções, sendo que o controle sobre as *regalia* assim como a autoridade do imperador romano devidamente sagrado pelo pontífice em Roma facilmente enquadravam-se nas duas primeiras exigências, embora a terceira fosse um terreno coberto pela névoa de batalha do século XII, já que a benignidade das intenções é julgada pela subjetividade dos envolvidos. Em todo caso, garantir a clareza das boas intenções imperiais foi atribuição da propaganda encetada pela Chancelaria Imperial.

Em resumo, a guerra, ou melhor, o uso da guerra era o princípio legitimador do poder no Império e em última instância o exercício de poder depende essencialmente do exercício das armas.

Este poder militar era basilar na arquitetura da hierarquia social imperial, como descrito no *Heerschildordnung* de fins do século XII. As camadas dominantes e os homens livres (não necessariamente o mesmo grupo na Germânia) são aqueles que possuem o direito de portar armas.

A sociedade germânica no século XII superava em complexidade os arranjos sociais dos reinos próximos, posto que existiu a preservação de parte importante da estruturação social carolíngia: uma grande organização hierárquica com a presença de muitas camadas sociais não-livres, dos quais se destacaram os ministeriais, cavaleiros provenientes de casamentos socialmente mistos e da promoção de determinados servos ao *status* de *milites*, presos a seus suseranos por laços de servidão e de vassalagem.

O papel militar dos ministeriais dificilmente pode ser subestimado, já que eles compunham a grande maioria da cavalaria germânica, participando das expedições guerreiras, dos cercos, das guarnições das fortificações. Formavam o real poderio militar dos príncipes germânicos. Além disso eram empregados nos ofícios das grandes casas (mordomo-mor, grande camareiro, marechal) e na administração dos senhorios. Frederico nomeou diversos ministeriais para administrar as *regalia* nos domínios italianos, assim como Henrique IV e Henrique V já haviam feito na Germânia.

Como já foi dito, o principal processo social na Germânia durante a Idade Média Central foi o da ascensão dos ministeriais à nobreza plena. Esta ascensão foi conseguida à custa de isenções e privilégios conquistados graças aos serviços militares prestados pelos cavaleiros ministeriais durante o conturbado período que se estende da Contenda das Investiduras ao final do Grande Interregno (1075-1273). Em especial na segunda metade do

século XII a guerra tornou-se uma via importante de ascensão social no Sacro Império, já que Frederico *Barbarossa*, em sua defesa da preservação da ordem de seus antecessores permitiu com suas campanhas o definitivo rompimento com o passado: o reconhecimento de uma estrutura de poder tipicamente feudal, aliado a um ordenamento realista, que concedeu aos ministeriais e aos burgueses degraus mais espaçosos na pirâmide social.

Se o homem é um animal político, ele é o animal cultural. A cultura é o meio pelo qual o homem estabelece propósitos para a sua existência e o valor de seus atos. É o manancial de referências para cada época, povo e local.

Assim sendo, a guerra ocupa lugar importante nas relações culturais, já que os homens necessitam justificá-la, legitimá-la, torna-la lícita e aceita, ao mesmo tempo que precisam superar seus inimigos nestes mesmos requisitos. À guerra devem ser aplicadas a razão e a inteligência.

A superação do adversário no emprego das armas intelectuais é fundamental para a conquista dos corações e mentes tanto de seus homens, dos indecisos e dos inimigos. Esta foi a grande lição aprendida pela Chancelaria Imperial na luta contra a Cúria entre os séculos XI e XII, tendo sido bem utilizada nas ofensivas contra Adriano IV e Alexandre III, mas lamentavelmente ineficientes contra os burgueses lombardos.

Frederico empregou a diplomacia e a propaganda como armas geradas pelo intelecto contra seus adversários. Os métodos utilizados pela Chancelaria Imperial derivaram daqueles utilizados nas grandes escolas do período. O chamado Renascimento do século XII foi responsável pela crescente qualidade intelectual presente na ofensiva imperial, com homens do calibre de Otto de Freising, Sigebert de Gembloux, Rainald de Dassel e os Mestres de Bologna fornecendo ao Imperador as melhores armas que seus conhecimentos podiam produzir, temperados pela revitalização da cultura clássica que impregnou até mesmo o Imperador, que demonstrava interesse pelas Letras e pelo Direito (ao menos como diletante). Não por acaso houve uma grande movimentação cultural no Império sob o domínio dos Hohenstaufen, monarcas que patrocinaram uma renovação da cultura laica contra um modelo orientado pela Igreja. O *Barbarossa* patrocinou a *Minnerlyrik* e a adoção da cultura cavaleiresca, Henrique VI foi inclusive poeta enquanto Frederico II foi um dos homens de mais amplo intelecto produzido na Idade Média: o *stupor mundi et immutator mirabilis*.

As campanhas de 1154-55 e 1158-62 foram ao mesmo tempo militares, diplomáticas e propagandistas, na busca da formação do princípio básico de aceitação do poder (tanto na esfera civil quanto na militar), o consenso. Ou seja, sem o consenso, preferencialmente nascido da argumentação, o governante era um tirano.

Esta aceitação mútua era característica dos laços feudo-vassálicos, que impunham deveres mútuos. A concessão do *beneficium* gerava para o vassalo a obrigação do *auxilium* e o dever de oferecer o *consilium*, livre de censura mesmo quando contra os desejos do suserano. Este poderia ignorar o *consilium*, mas isto era deletério para o moral da tropa. Assim ao suserano cabia a tarefa de convencer seus vassalos da validade de seu ponto de vista. As ferramentas retóricas são de grande uso para estes casos. Não é à toa que o renascimento da retórica tenha se dado principalmente na Itália setentrional, assim como o do Direito Romano e que ambos tenham sido protegidos e empregados pelo imperador.

Outro aspecto importante da guerra no século XII é o de sua importância econômica. A Lombardia era a região de maior atividade econômica na Cristandade Ocidental, possuindo uma economia essencialmente monetarizada. Porém, o restante do império, embora possuísse razoável grau de desenvolvimento e de crescimento econômicos encontrava-se muito menos monetarizado. A guerra era uma forma primitiva, porém eficiente para a circulação da riqueza. Como já foi dito, o Imperador podia tirar das comunas a assombrosa quantia de cem mil libras de prata por ano, sendo que grande parte desta prata retornava a circular nas próprias comunas através da compra de suprimentos e de outras transações e o restante acabava por circular na Germânia, estabelecendo assim uma espécie de integração econômica do Império.

Além disso, o numerário foi a arma de guerra mais importante para os príncipes a partir do século XII. O dinheiro proporciona ao general uma série de capacidades que lhe permite uma maior flexibilidade: exércitos semi-permanentes, financiamento e construção de maiores e melhores máquinas, contratação dos melhores especialistas, suborno das guarnições inimigas, etc. Frederico e outros príncipes de seu tempo, como Henrique II, Ricardo Coração de Leão e Felipe Augusto exploraram ao máximo as possibilidades (ainda um tanto quanto limitadas) que o dinheiro lhes pôde oferecer para implantar suas políticas e na guerra.

Quanto às operações militares em si, fica evidente o caráter estático da guerra. A dizer, estático porque seus objetivos principais estavam na conquista de castelos e cidades fortificadas, demandando que os exércitos permanecessem longo tempo conduzindo operações de assédio, tanto através de assaltos quanto de bloqueios.

Podemos extrair a lição de que durante os quase trinta anos de campanhas lombardas, a única batalha decisiva foi Legnano em 1176, porque provou em definitivo que o tempo de domínio das comunas por parte dos imperadores germânicos havia chegado ao fim. Todos os outros engajamentos importantes foram assédios.

A derrota de Milão alterou significativamente a balança de poder na Lombardia e um dos mais significativos sucessos militares do Imperador Frederico I. A capitulação de 1162 foi o ponto culminante de uma longa campanha que, como Delbrück observou, iniciou-se em 1159²⁸³, sendo que é neste contexto que devemos entender o cerco de Crema. Ele deve ser encarado não como um desvio do esforço de guerra principal, nem como estrategicamente inferior quando comparado ao de Milão.

Milão foi derrotada em uma campanha complexa que envolveu uma grande variedade de métodos de assédio contra uma grande variedade de posições, revelando uma considerável sofisticação tática e uma estratégia consistente por parte do Imperador Frederico e seu círculo imediato.

A expulsão da população de Crema da área entre as cidades imperiais de Lodi e Bréscia facilitou consideravelmente o bloqueio de longa distância contra Milão. Não apenas este valoroso aliado milanês foi removido de uma área estratégica, como Lodi e Cremona ficaram livres do fardo da defesa de seu território contra incursões cremascanas. Finalmente o árduo e caro cerco durante o inverno de 1159-60 foi uma poderosa demonstração de suas intenções.

As forças que humilharam a maior e mais poderosa cidade lombarda foram recrutadas dos dois lados dos Alpes. As cidades lombardas providenciaram bases, recursos humanos (especialmente trabalhadores braçais), assim como recursos materiais e técnicos. Os guerreiros germânicos e boêmios foram importantes para alcançar os objetivos das cidades contrárias a Milão e seus aliados. Estas forças ultramontanas representaram um papel importante não apenas nas batalhas e assaltos, mas também nas tediosas operações de

²⁸³ DELBRÜCK, pp. 332-7.

bloqueio entre 1161-62. Poderíamos dizer que a derrota de Milão refletiu recursos militares complementares assim como objetivos políticos congruentes entre o Imperador e seus aliados lombardos. Quando a aliança por trás da vitória de 1162 alterou-se, a balança do poder na Lombardia mudou novamente.

A submissão de Milão foi a última grande operação de cerco na Lombardia até o ataque a Alessandria em outubro de 1174. A situação política na Lombardia havia mudado consideravelmente daquela da década de 1150. Enquanto Pavia e Guilherme de Montferrat continuaram a apoiar a causa imperial, os padrões de alianças e conflitos haviam se alterado significativamente. Com a formação da liga de Verona e da subsequente Liga Lombarda em 1167, cidades tradicionalmente hostis entre si passaram a compartilhar de uma aliança contra o exercício da suserania imperial na Lombardia. Entre os oponentes do imperador agora se encontravam ex-aliados como Lodi, Cremona e Como. Além disso, Milão havia sido reconstruída e reemergiu como poder político e militar regional. Apoiada por Alexandre III e Manuel Comneno, a liga Lombarda afetou profundamente as capacidades militares do Imperador na região.

Outro fator que marcou a decadência do poder imperial na Lombardia após a grande vitória de 1162 foi o amargo sucesso da campanha de 1167, dirigida para o entronamento do anti-papa Pascoal III em Roma com a nova coroação imperial para Frederico, assim como a coroação para sua esposa Beatriz da Borgonha. Embora esta campanha tenha alcançado importantes realizações militares como a submissão de Ancona, a vitória na batalha de Tusculum (obtida por tropas mercenárias comandadas pelos Arcebispos Rainald de Dassel (Colônia) e Christian de Mainz) e a conquista de Roma, seu brilho apagou-se devido à grande epidemia de malária que atingiu o exército, tendo eliminado figuras-chave da política imperial, como o arcebispo Rainald de Colônia, o bispo Daniel de Praga, os duques Frederico IV da Suábia e Welf VII e aproximadamente mais dois mil cavaleiros²⁸⁴. Graças a estas perdas o imperador teve que recorrer cada vez mais aos serviços dos mercenários, tropas cujo serviço prolongado causava grandes aumentos nos custos das expedições, sobrecarregando o fisco imperial e aumentando a oposição por parte dos magnatas germânicos.

²⁸⁴ ROGERS, pp. 147.

Concluindo, a Arte da Guerra no século XII era um fenômeno de grande complexidade no qual encontravam-se envolvidos simultaneamente o processo de legitimação política dos imperadores, o processo de formação e modificações sociais no Império, a utilização da cultura erudita do período como parte do arsenal imperial, o processo de circulação de riquezas e da penetração do dinheiro nas relações militares, as lições militares aprendidas nas campanhas com as inovações técnicas a elas ligadas e finalmente era a vivência cotidiana da população, não importando seu status social.

Tudo isto demonstra o grau de complexidade da guerra no século XII, exemplificado pelas campanhas de Frederico Barbarossa; mais do que as duas Cruzadas deste século, mais do que as campanhas da Reconquista ou as escaramuças travadas na França entre Capetos e Plantagenetas. As lutas entre o Império e as comunas transmitem a essência do que era a Arte da Guerra no século XII: árdua, sem glamour, envolvendo cercos e mais cercos e uma ocasional batalha, além de uma vasta operação econômica, política e cultural que mobilizou a sociedade aristocrática germânica e a sociedade comunal burguesa lombarda. Não existe exemplo melhor.

Frederico Barbarossa não ocupou seu lugar destacado na memória e imaginação dos alemães devido a seu sucesso em todas as suas empreitadas; mas sim pelo fato de ter sido persistente na tentativa de reconstruir a ordem imperial de seus antecessores numa conjuntura desfavorável, numa tentativa quixotesca de reverter o tempo através do recurso à guerra, um claro apelo aos sentimentos românticos dos alemães. Mas o que dizer do lugar conquistado em sua própria época? Frederico foi a representação do imperador cavaleiro; dos valores ligados ao *Honor Imperii*, mesclados à mística galante da cavalaria do século XII, um verdadeiro filho de seu tempo e de seu meio.

Referências Bibliográficas

1. Fontes:

- CARSON, Thomas (ed.); *Barbarossa in Italy* (Carmen de Gestis Frederici I Imperatoris in Lombardia), New York: Italica Press, 1994.
- FALBEL, Nachman; *Kidush haShem: Crônicas Hebraicas sobre as Cruzadas*, São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.
- FREISING, Otto & RAHEWIN; *The Deeds of Frederick Barbarossa*, New York: Columbia UP, 1953.
- Gesta Frederici* (Gotifredi Viterbiensis), MGH, *Scriptores rerum Germanicarum in Usus Scholarum*, Berlim, vol. XXII, pp. 307-334
- LLULL, Ramon; *O Livro da Ordem da Cavalaria*, São Paulo: Giordano, 2000.
- OTTO MORENA et ACERBUS; *Otonis Morenae et continuatorum, Historia Frederici I*, MGH, *Scriptores rerum Germanicarum*, Berlim, vol. V, 1928.
- PAUPHILET, Albert (ed.); *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age: Robert de Clari, Villehardouin, Sire de Joinville, Froissart et Commynes*, Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pleiade, 1979.
- RAMOS, Manuel João; *Carta do Preste João das Índias: Versões medievais latinas*, Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.
- SULLIVAN, Denis F.; *Siegecraft: Two tenth-century instruction manuals by "Heron of Byzantium"*, Washington: Dumbarton Oaks, Studies XXXVI, 2000.
- TUCÍDIDES; *História da Guerra do Peloponeso*, Brasília: UnB, 1987.
- VEGÉCIO, Flávio Renato; *A Arte Militar (De Re Militari)*, São Paulo: Paumape, 1995.
- VITRÚVIO (Marco Vitruvius Polião); *Da Arquitetura*, São Paulo: Hucitec, 1999.
- WALTHER, Ingo F. & SIEBERT, Gisela; *Codex Manesse, Die Miniaturen der Grosse Heidelberger*, Frankfurt: Insel Verlag, 1988.
- WOENSEL, Maurice van (trad. e org.); *Carmina Burana*, São Paulo: Ars Poetica, 1994.

2. Atlas, Dicionários, Enciclopédias e Livros de Referência:

- BERARDINO, Angelo di; *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*, Petrópolis: Vozes, 2002.
- Bíblia Sagrada*, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, s.d.
- HASTINGS, Max (ed.); *The Oxford Book of Military Anecdotes*, Oxford: OUP, 1987.
- HOGG, Ian V.; *Battles: A Concise Dictionary*, New York: Harcourt & Brace, 1996.
- HOOPER, Nicholas & BENNETT, Matthew; *The Cambridge Illustrated Atlas of Warfare: The Middle Ages (768-1487)*, Cambridge: CUP, 1996.
- LEGOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (org.); *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Bauru: EDUSC - Imprensa Oficial, 2002, 2 volumes.
- STRAYER, Joseph R. (ed. e org.); *Dictionary of Middle Ages*, New York: American Council of Learned Societies, 12 vols., a partir de 1980.

3. Bibliografia especializada:

3.1 História Militar Geral:

- BRIZZI, Giovanni; *O Guerreiro, o Soldado e o Legionário: Os Exércitos no Mundo Clássico*, São Paulo: Madras, 2003.

- BROWN, Michael E. (ed.); *Theories of War and Peace*, Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 1998.
- CLAUSEWITZ, Carl von; *Da Guerra*, São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DAWSON, Doyne; *As Origens da Guerra no Ocidente*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999.
- EHRENREICH, Bárbara; *Ritos de Sangue, Um estudo sobre as origens da guerra*, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FULLER, J.F.C.; *A Military History of the Western World, vol.1: From the earliest times to the battle of Lepanto*, New York: Da Capo Press, 1954.
- HANSON, Victor Davis; *Por que o Ocidente Venceu – Massacre e Cultura da Grécia Antiga ao Vietnã*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- KEEGAN, John; *A Face da Batalha*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.
- _____; *A Máscara do Comando*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.
- _____; *Uma História da Guerra*, São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LIDDELL-HART, Basil; *O Outro Lado da Colina*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.
- _____; *As Grandes Guerras da História*, São Paulo: Ibrasa, 1982.
- LIDER, Julian; *Da Natureza da Guerra*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1987.
- MORI, Victor Hugo; *Arquitetura Militar*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado – Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.
- PARKER, Geoffrey; *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800*, Cambridge: CUP, 1988.
- PRATT, George; *Às Inimigo: Um Poema de Guerra*, São Paulo: Abril, 1995.
- TURNER-HIGH, Harry Holbert; *The Practice of Primitive War: A study in comparative Sociology*, Missoula: Montana State University, 1942.

3.2 História Militar Medieval:

- BACHRACH, Bernard S., “Medieval Siege Warfare: A Reconnaissance”, *The Journal of Military History*, v.58, n.1, 1994, versão on-line: deremilitari.org
- BACHRACH, David S., *Religion and the Conduct of War c.300-c.1215*, Woodbridge: Boydell, 2003.
- BARTLETT, Robert J.; “Technique Militaire et Pouvoir Politique, 900-1300”, *Annales ESC*, setembro-outubro de 1986, 5, pp. 1139-1159.
- BENNETT, Matthew; “*La Règle du Temple as a Military Manual or How to Deliver a Cavalry Charge*”, *Studies in Medieval History Presented to R. Allen Brown*, 1989.
- BERTRAND, Marc; *The First Crusade: A Military Analysis*, Dissertação de Mestrado defendida no National Defense College em 1996.
- BOUSSARD, J.; “Les Mercenaires au XIIe Siècle: Henri II Plantagenet et Les Origines de l’Armée de Métier”, *BEC*, 1946, pp.189-224
- BRADBURY, Jim; *The Medieval Siege*, Woodbridge, Boydell, 1994.
- BURNE, Alfred H.: *The Hundred Years War: A Military History*, London: Penguin, 2000.
- CHRISTIANSEN, Eric; *The Northern Crusades*, London: Penguin, 1997.
- CHURCH, S.D., *The Household Knights of King John*, Cambridge: CUP, 1999.
- CONSTABLE, G.; “The Second Crusade as Seen by Contemporaries”, *Traditio*, vol. IX, 1953, pp. 213-279
- CONTAMINE, Philippe; *War in the Middle Ages*, Oxford, Oxford UP, 1984.
- COSTA, Ricardo da; *A Guerra na Idade Média: Um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*, Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.
- DELBRÜCK, Hans; *Medieval Warfare*, Lincoln: University of Nebraska Press, 1990

- DEMURGER, Alain; *Os Cavaleiros de Cristo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- DUBY, Georges; *Guilherme Marechal, ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*, Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____; *O Domingo de Bouvines*, São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- ELTIS, David, "Towns and Defence in Later Medieval Germany", *Nottingham Medieval Studies*, v.33, 1989, versão on-line: deremilitari.org
- FLETCHER, Richard; *Em Busca de El Cid*, São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- FOREY, Alan J., "Military Orders and Secular Warfare in the Twelfth and Thirteenth Centuries", *Viator*, 24, 1993, versão on-line: deremilitari.org
- FRANCE, John; *Western Warfare in the Age of the Crusades 1000-1300*, Ithaca: Cornell UP, 1999.
- _____; "The Battle of Carcano: The event and its importance", *War in History*, 6 (3), 1999, pp. 245-261
- _____; *Victory in the East: A Military History of the First Crusade*, Cambridge: CUP, 1994
- GILLINGHAM, John; "Richard I and the Science of Warfare", *War and Government: Essays in Honour of J.O. Prestwich*, 1984.
- _____; "War and Chivalry in the History of William the Marshall", *Thirteenth Century England* v.2, 1988.
- GRAVETT, Christopher; *Medieval Siege Warfare*, London: Osprey, 1999.
- _____; *German Medieval Armies 1000-1300*, London: Osprey, 1997.
- HEYNS, Udo, "Arms Limitations and the Search for Peace in Medieval Europe", *War and Society*, 2, 1984.
- Historia Spécial: "L'Art de la Guerre au Moyen Age"*, 55, 1998
- KAEUPER, Richard, *Chivalry and Violence in Medieval Europe*, Oxford: OUP, 1999.
- KEEN, Maurice Hugh (ed.), *Medieval Warfare - A History*, Oxford: OUP, 2000.
- _____; *Chivalry*, New Haven: Yale UP, 1984.
- LATIMER, Paul; "Henry II's Campaign Against the Welsh in 1165", *The Welsh Historical Review*, v.14 n.4 (1989) p. 523-552.
- LE DUC, Viollet; *Histoire d'une Forteresse*, Bruxelas: Pierre Mardaga, 1978.
- LUYN, P. van; "Les milites dans la France du XIe siècle", *Le Moyen Age*, 1971, 1 e 2, pp. 05-51 e 193-238.
- MAIER, Christopher T., *Crusade Propaganda and Ideology*, Cambridge: CUP, 2000.
- MAYER, Hans Eberhard; *The Crusades*, Oxford, OUP, 1990
- NESBITT, John W.; "The rate of march of crusading armies in Europe: A Study and Computation", *Traditio*, XIX, 1963, pp.
- NICHOLSON, Helen; "Serious Violence: Church justification for violence in the Middle Ages", Conferência proferida na Universidade de Gales, 1998, versão on-line: deremilitari.org
- NICOLLE, David; *Arms and Armour of the Crusading Era 1050-1350: Western Europe and the Crusader States*, London: Greenhill, 1999.
- _____; *Medieval Warfare Sourcebook 1: Warfare in Western Christendom*, London: Arms and Armour Press, 1999.
- _____ & HOOKE, Christa; *Knight Hospitaller (1) 1100 - 1306*, London: Osprey, 2001.
- OMAN, Sir Charles W. C.; *A History of the Art of War in Middle Ages: 378-1485*, London: Greenhill, 2 vol., 1999

- PADDOCK, John Miles & EDGE, David; *Arms and armor of the medieval knight*, New York: Crescent Books, 1995.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros; *Guerra e Guerreiros na Idade Média*, São Paulo: Contexto, 1989.
- RIGG, A. G.; "Propaganda of the Hundred Years War: Poems on the Battle of Crecy and Durham (1346): A critical edition", *Traditio*, 54, 1999, pp. 169-211.
- RILEY-SMITH, Jonathan; *What were the Crusades?*, London: Macmillan, 1992.
- ROGERS, Randall; *Latin Siege Warfare in the Twelfth Century*, Oxford: OUP, 1997
- RUNCIMAN, Steven; *The History of the Crusades*, London: Penguin, 1985, 3 vol.
- RUSSELL, F.H., "Love and Hate In Medieval Warfare: The Contribution of Saint Augustine", *Nottingham Medieval Studies*, 31, 1987, deremilitari.org
- SARAMAGO; José; *História do Cerco de Lisboa*: São Paulo: Publifolha, 2003.
- SILVA, Victor Deodato da; *Cavalaria e Nobreza no fim da Idade Média*, São Paulo - Belo Horizonte: EDUSP - Itatiaia, 1990.
- SMAIL, R.C.; *Crusading Warfare: 1097-1193*, Cambridge: CUP, 1995.
- STRICKLAND, Matthew J., "Killing or Clemency? Ransom, Chivalry and Changing Attitudes to Defeated Opponents in Britain and Northern France, 7-12th centuries", *Krieg im Mittelalter*, 2001, versão on-line: deremilitari.org
- TYERMAN, C. J.; "Were There Any Crusades in the Twelfth Century?" *English Historical Review*, vol. CX, n ° 437, 1995, pp. 553-77.
- VAUGHN, Mark K., "Mount the War-Horses, Take your Lance in your Grip...: Logistics Preparations for the Gascon Campaign of 1294" , *Thirteenth Century England*, v.8, 2000, versão on-line: deremilitari.org
- VERBRUGGEN, J. F.; *The Art of Warfare in Western Europe During the Middle Ages*, Woodbridge: Boydell, 1998.
- WALEY, D. P.; "Papal Armies in the Thirteenth Century", *English Historical Review*, 282, janeiro 1957, pp.1-30.
- WARNER, Philip; *Sieges of the Middle Ages*, London: Penguin, 2000

3.3 História das Armas Medievais

- ALVAREZ, Richard P.; "Saddle, Lance and Stirrup: An Examination of the Mechanics of Shock Combat and the Development of Shock Tactics", 2000, deremilitari.org
- BACHRACH, Bernard S., "Caballus et Caballarius in Medieval Warfare", in: BINDER, Olivier; *L'Armement et l'Art du Combat en Alsace et Régions Voisines aux XIIIe et XIIIe siècles*, Estrasburgo: Tese de mestrado defendida em 1998.
- BRADBURY; Jim; *The Medieval Archer*, Woodbridge: Boydell, 1985.
- CHEVEDDEN, Paul E.; "The Invention of the Counterweight Trebuchet: A Study in Cultural Diffusion", *Dumbarton Oaks Papers*, 54, 2000.
- CVET, David M.; *The Art of Longsword Combat*, Toronto: Academy of European Medieval Martial Arts (AEMMA), 2001.
- GILMOR, Carroll; "Practical Chivalry: The Training of Horses for Tournaments and Warfare", *Studies in Medieval and Renaissance History* v 13, 1992.
- MCCOTTER, Stephen; "Byzantines, Avars and the Introduction of the Trebuchet", University of Belfast, 2003 no site deremilitari.org
- OAKESHOTT, Ewart; *A Knight and His Weapons*, Chester Springs: Dufour, 1997.
- _____ ; *The Archaeology of Weapons: Arms and Armour from Prehistory to the Age of Chivalry*, New York: Dover, 1996.
- _____ ; *Records of the Medieval Sword*, Woodbridge: Boydell, 2000.

WILLOUGHBY, Rupert; "The Shock of the New: innovative lance charge leads to Norman victories", *History Today*, v.49, 1999, versão on-line.
ZYGLUSKI, Zdzislaw, "Knightly Arms - Plebian Arms", *Quaestiones medii aevi novae*, v. 4, 1999, versão on-line: deremilitari.org

4. Bibliografia secundária:

4.1 História Medieval Geral

BARBER, Malcolm; *The Two Cities: Medieval Europe 1050-1320*, London: Routledge, 1995
BARRACLOUGH, Geoffrey; *Europa, Uma revisão histórica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
BLOCH, Marc; *A Sociedade Feudal*, Lisboa: Edições 70, 1987.
BROOKE, Christopher; *Europa en el Centro de la Edad Media: 962-1154*, Madrid: Aguilar, 1973.
DUBY, Georges; *A Idade Média na França*, Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
LE GOFF, Jacques; *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa: Estampa, 1983, 2 vol.
LOPEZ, Robert S.; *Nascimento da Europa*, Lisboa: Edições Cosmos, 1965.
MONGELLI, Lênia Márcia (coord.); *Mudanças e Rumos: o Ocidente Medieval (séculos XI-XIII)*, Cotia: Íbis, 1997.
MUNDY, John; *Europe in the High Middle Ages 1150-1309*, Londres - New York: Longman, 1991
The Cambridge Medieval History, vol. V, Cambridge: CUP, 1928.
PASTOUREAU, Michel; *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda*, São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

4.2 História do Sacro Império

ARNOLD, Benjamin; *German Knighthood 1050-1300*, Oxford: OUP, 1985.
_____; *Medieval Germany 500-1300: A Political Interpretation*, London: Macmillan, 1997.
_____; "German Bishops and the Military Retinues in the Medieval Empire", *German History* v.7, 1989.
CARDINI, Franco; *Il Barbarossa*, Milão: Mondadori, 2000.
CHAZAN, Mireille; "La nécessité de l'Empire de Sigebert de Gembloux à Jean de Saint-Victor", *Le Moyen Age*, CVI, 2000, pp. 09-36.
ECO, Umberto; *Baudolino*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
FUHRMANN, Horst; *Germany in the High Middle Ages c. 1050-1200*, Cambridge: CUP, 1995
GILLINGHAM, John; "Why did Rahewin stop writing the Gesta Frederici?", *English Historical Review*, vol. LXXXIII, n° 327, 1968, pp. 294-303.
_____; "Frederick Barbarossa: a secret revolutionary?", *English Historical Review*, vol. LXXXVI, n° 338, 1971, pp. 73-78.
HEER, Friedrich; *The Holy Roman Empire*, New York: Frederick A . Praeger Publishers, 1968.
KOEPLER, H.; "Frederick Barbarossa and the Schools of Bologna", *Engilsh Historical Review*, 216, Outubro 1939, pp. 577-607.
LEYSER, Karl; *Medieval Germany and its Neighbours 900-1250*, London: Hambledon Press, 1980.

MONNET, Pierre; "La patria médiévale vue d'Allemagne, entre construction impériale et identités régionales", *Le Moyen Age*, CVII/1, 2001, pp.71-99.
MUNZ, Peter; "Why did Rahewin stop writing the Gesta Frederici? A further consideration", *English Historical Review*, vol. LXXXIV, n ° 333, 1969, pp. 771-9.
RUBINSTEIN, N.; "Political Rhetoric in the Imperial Chancery during the Twelfth and Thirteenth Centuries", *Medium Aevum*, 14, 1945, pp.21-43.

4.3 História Política

BLOCH, Marc; *Os Reis Taumaturgos*, São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
GANSHOF, François-Louis; *O que é o Feudalismo?*, Lisboa: Europa-América, s.d.
_____; *Histoire des Relations Internationales, 1, Le Moyen Age*, Paris: Hachette, 1953.
GILLINGHAM, John; *Richard I*, New Haven: Yale UP, 1999.
JANSSEN, Walter; "The International Background of Castle Building in Central Europe", *Danish Medieval History: New Currents*, 1981.
KANTOROWICZ, Ernst H.; *Os Dois Corpos do Rei, Um estudo sobre a teologia política medieval*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
KRITSCH, Raquel; *Soberania: A construção de um conceito*, São Paulo: Humanitas, 2002.
MORRAL, John B.; *Political Thought in Medieval Times*, Toronto: University of Toronto Press, 1980.
ULLMANN, Walter; *Historia del Pensamiento Politico en la Edad Media*, Barcelona: Ariel, 1983.
WINROTH, Anders; *The making of Gratian's Decretum*, Cambridge: CUP, 2000.

4.4 História Econômica e Tecnológica:

BARRATT, Nick, "The English Revenue of Richard I", *English Historical Review* v.116, 2001, versão on-line: deremilitari.org
FOURQUIN, Guy; *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*, Lisboa: Edições 70, 1987.
GIMPEL, Jean; *A Revolução Industrial da Idade Média*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
LOPEZ, Robert S; *The Commercial Revolution of the Middle Ages 950-1350*, Cambridge: CUP, 1976.
MONTANARI, Massimo (org.); *História da Alimentação*, São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
ORNELLAS, Liselotte Hoeschl; *A Alimentação Através dos Tempos*, Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
SPUTFORD, Peter; *Money and its use in Medieval Europe*, Cambridge: CUP, 1993.
THOMPSON, James Westfall; *Economic and Social History of the Middle Ages (300-1300)*, New York: Frederick Ungar Publishing Co., 1966.
WHITE JR., Lynn; *Medieval Technology and Social Change*, Oxford: OUP, 1962.

4.5 História Eclesiástica

BARRACLOUGH, Geoffrey; *Os Papas na Idade Média*, Lisboa: Ed. Verbo, 1972.
CAROCCI, Sandro; "Feudo, Vassallaggi e Potere Papale nello Stato della Chiesa (Metà XI sec. - inizio XIII sec.)", *Rivista Storica Italiana*, CXII/3, 2000, pp. 999-1035.
FISCHER-WOLLPERT, Rudolf; *Os Papas, de Pedro a João Paulo II*, Petrópolis: Vozes, 1998.

KÜNG, Hans; *Igreja Católica*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
ROBINSON, Ian Stuart; *The Papacy 1073-1198: Continuity and Innovation*, Cambridge: CUP, 1990.
TIERNEY, B.; *The Crisis of Church and State (1050-1300)*, New Jersey, 1964.
YUNCK, John; "Economic Conservatism, Papal Finance and the Medieval satires on Rome", *Medieval Studies*, XXIII, 1961, pp. 334-351.

4.6 História Social

- BOSL, Karl; "Noble unfreedom; The rise of the ministeriales in Germany", in:
REUTER, Timothy; *The Medieval Nobility*, Amsterdam - New York - Oxford: North Holland, 1979, pp. 291-311.
DUBY, Georges; *A Sociedade Cavaleiresca*, São Paulo: Martins Fontes, 1990.
_____; *Idade Média, Idade dos Homens: Do Amor e Outros Ensaios*, São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
ELIAS, Norbert; *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 2 vol.
LACEY, Robert & DANZIGER, Danny; *O Ano 1000: A vida no final do Primeiro Milênio*, Rio de Janeiro: Campus, 1999.
LE GOFF, Jacques (dir.); *O Homem Medieval*, Lisboa: Presença, 1989.
LEYSER, Karl, "The German Aristocracy from the ninth to the early twelfth century: A Historical and cultural sketch", *Past and Present*, 41, 1968, pp. 25-33.
PERNOUD, Régine; *A Mulher nos Tempos das Cruzadas*, Campinas: Papirus, 1993.

4.7 História Cultural

- BENSON, R. L. e CONSTABLE, G. (organizadores); *Renaissance and Renewal in the XIIIth Century*, Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1982.
BRAGANÇA JR., Álvaro Alfredo; "Poesia histórica e/ou realidade literária - Walther von der Vogelweide e a "Alemanha" nos séculos XII e XIII: uma abordagem culturalista", do site www.ricardocosta.com
_____; "Riter, Frowe e Got em Der Arme Heinrich de Hartmann von Aue: Idealização literária da sociedade na Baixa Idade Média germanófona", *Brathair*, 1 (2), 2001, pp. 04-12.
COSTA, Ricardo da & GONÇALVES, Alyne dos Santos; "Codex Manesse: iluminuras do Grande Livro de Canções de Heidelberg - análise iconográfica", do site www.ricardocosta.com
DUBY, Georges; *As Três Ordens, ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
FRANCO JÚNIOR, Hilário; *A Eva Barbada, Ensaios de Mitologia Medieval*, São Paulo: EDUSP, 1996.
GILSON, Etienne; *A Filosofia na Idade Média*, São Paulo: Martins Fontes, 1995.
GOSMAN, Martin; "Otton de Freising et le Prêtre Jean", *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 61, 1983, pp. 270-285.
HANFORD, James Holly; "The Progenitors of Goliath", *Speculum*, 1, 1926, pp. 38-58.
HUIZINGA, Johan; *Homo ludens. O jogo como elemento de cultura*, São Paulo: Perspectiva, 1996.
KÖHLER, Erich; *L'Aventure Chevaleresque. Idéal et réalité dans le roman courtois*, Paris: Gallimard, 1974.

- LAUAND, Luiz Jean; *O Xadrez na Idade Média*, São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1988.
- LE GOFF, Jacques; *Os Intelectuais na Idade Média*, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LIBERA, Alain de; *A Filosofia Medieval*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- PASTOUREAU, Michel; *Heraldry, Its Origins and Meaning*, London: Thames & Hudson, 1997.
- ROJDESTVENSKY, Olga Dobiache; *Les Poésies des Goliards*, Paris: Éditions Rieder, 1931.
- VERGER, Jacques; *Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*, Bauru: EDUSC, 2001.
- WILLIAMSON, Paul; *Escultura Gótica 1140-1300*, São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

5. Metodologia

- BLOCH, Marc; *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRAUDEL, Fernand; *História e Ciências Sociais*, Lisboa: Presença, 1972.
- DOSSE, François; *A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História*; São Paulo/Campinas: Ensaio/Ed. Unicamp, 1992.
- DUBY, Georges, ARIÈS, Philippe, LA DURIE, E. L. e LE GOFF, Jacques; *História e Nova História*, Lisboa: Teorema, 1986.
- _____; *A História Continua*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1993.
- LE GOFF, Jacques; *A História Nova*, São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- VOVELLE, Michel; *Ideologias e Mentalidades*, São Paulo: Brasiliense, 1987.